



FABIO PEREIRA CERDERA
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ORGANIZADORES

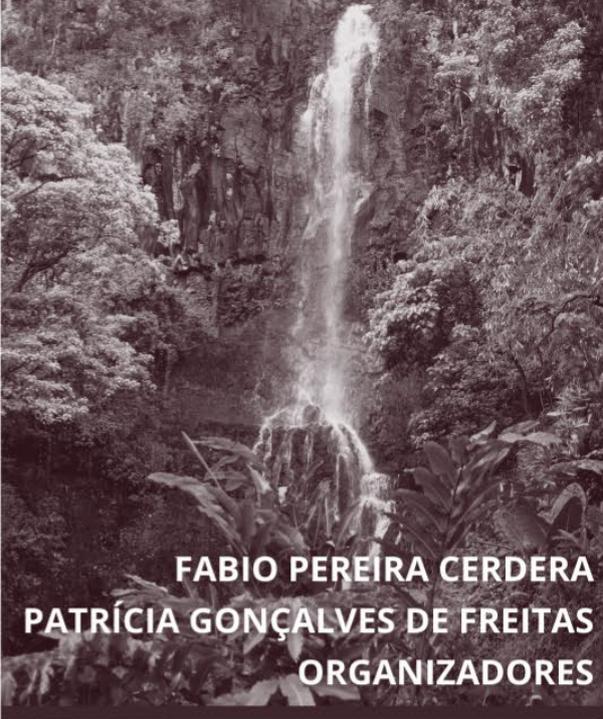


ESPAÇO E TEMPO

CIDADE,



2021



FABIO PEREIRA CERDERA
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ORGANIZADORES



ESPAÇO E TEMPO

CIDADE,



2021

2021 by Editora e-Publicar
Copyright © Editora e-Publicar
Copyright do Texto © 2021 Os autores
Copyright da Edição © 2021 Editora e-Publicar
Direitos para esta edição cedidos
à Editora e-Publicar pelos autores

Editora Chefe

Patrícia Gonçalves de Freitas

Editor

Roger Goulart Mello

Diagramação

Roger Goulart Mello

Projeto gráfico e Edição de Arte

Patrícia Gonçalves de Freitas

Revisão

Os autores

CIDADE, ESPAÇO E TEMPO, VOL. 1

Todo o conteúdo dos capítulos, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense

Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia

Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Cristiana Barcelos da Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais

Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina

Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes

Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco

Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás

Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará

Glauco Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense

Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz

Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA

João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro



2021

Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas
Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará
Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes
Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo
Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes
Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará
Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rita Rodrigues de Souza - Universidade Estadual Paulista
Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C568 Cidade, espaço e tempo [livro eletrônico] : volume 1 / Organizadores Fabio Pereira Cerdera, Patrícia Gonçalves de Freitas. – Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2021.

Formato: PDF.

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-89950-63-9

1. História. 2. Espaços urbanos. 3. Patrimônio cultural. I. Cerdera, Fabio Pereira. II. Freitas, Patrícia Gonçalves de.

CDD 304.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Editora e-Publicar
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
contato@editorapublicar.com.br
www.editorapublicar.com.br



2021

Apresentação

Os dicionários costumam definir “território” como uma extensão geográfica, uma área ocupada por indivíduos da mesma espécie, uma região espacial física que pode ser privada ou administrada pelo poder público. Falar em territórios, no entanto, implica entender, mais do que o espaço físico de forma genérica, o contexto social, histórico, político, cultural e humanístico no qual esse espaço se encontra.

Neste livro, estão reunidos dezenove trabalhos que estudam cidades e/ou regiões por diferentes perspectivas, a partir de abordagens distintas, em interface com variados campos do conhecimento. Aqui, tem-se uma amostra de que a Geografia pode ser estudada em conjunto com a História, com o Turismo, com a Comunicação e com tantas outras áreas.

João Paulo Hergesel

Sumário

CAPÍTULO 1	10
BEESCATS SOCCER BOYS: NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO MARCA UM GOL CONTRA A HOMOFOBIA.....	10
	Carlos Guilherme Vogel
CAPÍTULO 2	24
INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA CACHAÇA DE PARATY COMO FATOR POTENCIALIZADOR TURÍSTICO REGIONAL.....	24
	Mônica Maria Liberato Cleide Mara Barbosa da Cruz Anderson Rosa da Silva Nadja Rosele Alves Batista Mário Jorge Campos dos Santos Jonas Pedro Fabris
CAPÍTULO 3	37
POTENCIALIDADE TURÍSTICA DA PAISAGEM EM SÃO JERÔNIMO DA SERRA (PR): UMA REFLEXÃO A PARTIR DA PERCEPÇÃO ESPACIAL	37
	Coaracy Eleutério da Luz
CAPÍTULO 4	48
CARACTERÍSTICAS DA SEGUNDA RESIDÊNCIA DE CIDADINOS NO MEIO RURAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	48
DOI: 10.47402/ed.ep.c202120014639	Guélmer Júnior Almeida de Faria Ana Louise de Carvalho Fiúza
CAPÍTULO 5	67
A VIOLÊNCIA URBANA EM ITUIUTABA-MG: UMA ANÁLISE DOS CRIMES DE FURTOS E HOMICÍDIOS ENTRE OS ANOS DE 2010 A 2017.....	67
	Isabôhr Mizza Veloso dos Santos
CAPÍTULO 6	78
URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA E QUALIDADE DE VIDA PARA “CIDADES INTELIGENTES”: UM DEBATE A PARTIR DOS INDICADORES DO IMRS NA MICRORREGIÃO DE ARAXÁ, MINAS GERAIS.....	78
	Josimar dos Reis de Souza Beatriz Ribeiro Soares
CAPÍTULO 7	89
A ÚLTIMA OBRA DE HARRY SEIDLER, O CENTRO AQUÁTICO IAN THORPE: UMA ANÁLISE E COMPARAÇÃO DA OBRA MODERNISTA	89
	Mônica Fernanda Da Silva

CAPÍTULO 8	100
A SACRALIZAÇÃO DO ESPAÇO:UM ESTUDO DE CASO DA IGREJA PENTECOSTAL COMUNIDADE CRISTÃ NA CIDADE DE MONTES CLAROS – MG	100
	Ricardo Henrique Palhares Renata Rodrigues
CAPÍTULO 9	108
ESCALA PARA AVALIAÇÃO DA HOSPITALIDADE EM MEIOS DE HOSPEDAGEM E NOS SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO	108
	Sueli Aparecida Moreira Silvania Melo João Viktor Valente de Moraes Sergio Domingos de Oliveira
CAPÍTULO 10	121
“O SOM AO REDOR” E “AQUARIUS”: REPRESENTAÇÕES DE RECIFE NA CINEMATOGRAFIA BRASILEIRA.....	121
	Sullivan Charles Barros
CAPÍTULO 11	140
O SURGIMENTO DE CONDOMÍNIOS FECHADOS EM MUNICÍPIOS DO LESTE MARANHENSE.....	140
	Tiago Sandes Costa
CAPÍTULO 12	149
A CIDADE E A GARANTIA DE DIREITOS PARA MIGRANTES NO CENÁRIO DE PANDEMIA	149
	Francisca Thuanny Oliveira Fernandes Luana Peixoto Batista Tamires Moura Lima Larícia Nogueira Alexandre Welison de Lima Sousa
CAPÍTULO 13	166
PARQUE RIO VERDE: MODELAGEM TERRITORIAL PARA UM VAZIO URBANO CENTRAL DA DESATIVAÇÃO OPERACIONAL DA FERROVIA.....	166
DOI: 10.47402/ed.ep.c20217048530	Antônio Cleber Gonçalves Tibiriçá Luiz Henrique Evangelista da Silveira Keler Mara G. Resende
CAPÍTULO 14	197
GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM ÁREAS DE TRANSFORMAÇÃO RURAL E URBANA.....	197
DOI: 10.47402/ed.ep.c202170513639	Aurélio Ferreira Borges Edmar da Costa Alves Raquel Nogueira de Moraes

CAPÍTULO 15	211
SEXUALIDADES NÃO NORMATIVAS E LÓGICAS CIDADINAS: EFEITOS ESTÉTICO-POLÍTICOS DA CIRCULAÇÃO DO DISSENSO	211
DOI: 10.47402/ed.ep.c202170614639	Bruna Damaceno Furtado Conrado Pável de Oliveira Lara Brum de Calais
CAPÍTULO 16	230
O COMPLEXO PORTUÁRIO E INDUSTRIAL DE SUAPE COMO PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL DO NORDESTE OCIDENTAL	230
DOI: 10.47402/ed.ep.c202170715639	Edson de Moraes Machado Lucas Chaves Miquilini
CAPÍTULO 17	250
FORMAS URBANAS E DIFERENCIAÇÕES SOCIOESPACIAIS: UM ESTUDO SOBRE A CIDADE DE NATAL – RN	250
DOI: 10.47402/ed.ep.c202170816639	Denis Rodrigues Dantas Julia Diniz de Oliveira João Paulo de Almeida Amorim
CAPÍTULO 18	266
CHARGES, CIDADE E MÍDIA: INTERVENÇÕES COMUNICACIONAIS NA PAISAGEM URBANA	266
DOI: 10.47402/ed.ep.c202170917639	Marcelo Rodrigo da Silva
CAPÍTULO 19	277
BENEFÍCIOS E RISCOS DA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM CUBA: REFLEXÕES INICIAIS.....	277
	Andréa Kochhann



CAPÍTULO 1

BEESCATS SOCCER BOYS: NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO MARCA UM GOL CONTRA A HOMOFOBIA

Carlos Guilherme Vogel, Mestre/Doutorando em Comunicação, UERJ, Roteirista e Diretor cinematográfico

RESUMO

O presente artigo faz uma reflexão sobre a relação entre futebol, homofobia e espaços urbanos, a partir do surgimento do primeiro time gay de futebol do Rio de Janeiro (RJ), o *BeesCats Soccer Boys*. O trabalho pretende analisar como se constituiu na capital carioca o movimento do futebol gay e como este movimento tem influenciado na luta contra a homofobia no país, através da ocupação de espaços da cidade antes inacessíveis ao público homossexual.

PALAVRAS-CHAVE: Futebol, homofobia, espaços urbanos, Rio de Janeiro, BeesCats Soccer Boys.

1 DANDO PINTA

No ano de 2017 surge no Rio de Janeiro o primeiro time de futebol formado por homens homossexuais, o *BeesCats Soccer Boys*. O objetivo inicial era o de encontrar um espaço para que os amantes do esporte pudessem participar das tradicionais peladas em um ambiente livre de preconceitos, promovendo o encontro de atletas amadores que reuniam ao menos duas características em comum: o fato de serem homens gays e apaixonados por futebol.

O primeiro encontro reuniu em torno de 15 atletas amadores, que se comprometeram a divulgar a ideia para amigos gays e o encontro seguinte reuniu o dobro de pessoas. De acordo com a fala de André Machado, o fundador dos *BeesCats*, no documentário chamado *Soccer Boys*, que conta a história do time, “o surgimento do *BeesCats* foi de forma muito despretensiosa. A gente queria reunir pra jogar futebol, juntar os amigos pra brincar, sem cobranças, sem xingamentos, uma coisa leve” (informação verbal)¹.

Esse movimento despretensioso transformou as noites de sexta-feira do “Só 5 Futebol sem parar”, um ginásio de esportes localizado nas dependências do Clube Guanabara, no bairro de Botafogo, zona sul do Rio de Janeiro. O espaço, frequentado principalmente por grupo de homens que participavam das tradicionais “peladas” entre amigos, se tornou ponto de encontro

¹ Documentário Soccer Boys, disponível em < <https://youtu.be/Zi7IwZrcMvI>>.



de homens gays interessados em jogar futebol e socializar entre amigos. Durante os anos de 2017 a 2019, o público gay foi frequentador assíduo de um espaço que anteriormente era frequentado aparentemente por homens heterossexuais. Digo aparentemente pois muitos atletas que começaram a jogar no *BeesCats* já haviam participado de peladas neste espaço, mas sem poder expressar questões relacionadas a sua homossexualidade, principalmente por conta do preconceito supostamente arraigado no universo masculino ligado ao futebol.

O presente trabalho, dessa forma, se propõe a uma reflexão sobre a relação entre futebol, homofobia e espaços urbanos, a partir da história do primeiro time gay de futebol do Rio de Janeiro (RJ), o *BeesCats Soccer Boys*. O trabalho pretende analisar como se constituiu na capital carioca o movimento do futebol gay e como este movimento tem influenciado na luta contra a homofobia no país, através da ocupação de espaços urbanos antes inacessíveis ao público homossexual.

2 CIDADE, LUGAR DE FERVEÇÃO

A cidade é o habitat natural do homem civilizado. Para o sociólogo norte-americano Robert Park, é assim que o espaço urbano costuma ser descrito.

Na cidade, o homem desenvolveu a filosofia e a ciência e se tornou um animal sofisticado, e não um mero animal racional. Isso significa, entre outras coisas, que, no ambiente urbano – em um mundo que o próprio homem fez –, a humanidade pela primeira vez, conquistou uma vida intelectual (...). Pois a cidade e o ambiente urbano representam o homem coerente e sua tentativa, de modo geral muito bem-sucedida, de refazer o mundo em que vive de acordo com o desejo de seu coração (PARK, 2018, p.91).

Para o autor, a cidade é o mundo que o homem criou e no qual está condenado a viver. E é isso que possibilita à cidade ser pensada como um laboratório social. Dessa forma, as questões sociais são também, por consequência, questões da cidade. Os estudos sobre os locais frequentados pelo homem, sobre seu habitat, conferem um caráter mais realista às ciências sociais. De fato, os espaços ocupados pelo homem e as relações que ali se estabelecem possibilitam um melhor entendimento sobre as relações sociais. Sendo assim, os espaços urbanos tornam-se fundamentais para a compreensão dos fenômenos sociais.

De acordo com o pensamento de Nestor García Canclini (2011), falar sobre cidade transcende a questão do espaço físico. Para o autor, as cidades não são apenas um fenômeno físico, um modo de ocupar o espaço, de aglomerar-se, mas também lugares onde ocorrem fenômenos expressivos que entram em tensão com a racionalização, com as pretensões de ordenar a vida social.



Dessa forma, é importante pensar os espaços urbanos como ambiente para compreensão da sociedade, mas também como arena onde ela própria se transforma. Ainda de acordo com Canclini, vive-se na cidade a tensão entre as tradições que ainda não se foram e a modernidade que não acaba de chegar. É preciso entender essas transformações, compreender de que modo a heterogeneidade sociocultural contribui para a democratização ou produz obstáculos e, sobretudo, trabalhar com a diversidade e suas possibilidades.

Estes aspectos vêm sendo observados por aqueles que se dedicam a estudar o tema. “Desde os anos 60, as correntes pós-modernas da antropologia e da arquitetura exaltam a diferença, a multiplicidade e a descentralização como condições de uma urbanidade democrática” (CANCLINI, 2011, p.69, tradução nossa²). Para o autor é importante levar em consideração questões econômicas e políticas, pois estas interferem diretamente nas estruturas locais, operando de formas diferentes nas grandes metrópoles e nas periferias.

Para Canclini (2011) é possível pensar em um outro tipo de cidade, a partir da busca que envolve muitos setores da cidadania em democratizar a vida urbana, onde a presença do ser multicultural é fundamental nessa democratização e envolve o uso de forma criativa dos recursos oferecidos pela própria sociedade.

Nesse contexto de democratização dos espaços urbanos, é importante pensar em como se encaixam as questões relacionadas à diversidade de componentes que constituem o tecido cultural da cidade. É importante aqui trazer para o diálogo Jesus Martín-Barbero, que vislumbra o cenário urbano como algo ambíguo e enigmático, mas enfatiza a importância de entendê-lo em suas fraturas:

É, portanto, essencial delinear a possibilidade de um olhar de conjunto sobre a cidade, de sua nostalgia cúmplice com a ideia de unidade ou identidade perdida, levando a um pessimismo culturalista que nos impede de entender de que são feitas as fraturas que a explodem. Bem, o que este surto está falando são as formas renovadas de marginalização e exclusão social e as novas formas de estar juntos a partir das quais os cidadãos vivenciam o tecido sociocultural heterogêneo da cidade, a enorme diversidade de estilos de vida, de habitar, de estruturas de sentimento e narração. Um tecido cultural que desafia nossas noções de cultura e cidade, os quadros de referência e compreensão forjados com base em identidades claras, raízes fortes e limites claros. Pois bem, nossas cidades são hoje o cenário ambíguo e enigmático de algo que não pode ser representado a partir da diferença exclusiva e excluída do autóctone ou da inclusão unificadora e dissolvente do moderno (MARTÍN-BARBERO, 2011, p.74, tradução nossa³).

² O texto em língua estrangeira é: “Desde los años sesenta, las corrientes pós-modernas en la antropología y la arquitectura exaltan la diferencia, la multiplicidad y la descentralización como condiciones de una urbanidade democrática”.

³ O texto em língua estrangeira é: “Resulta entonces indispensable deslindar la posibilidad de una mirada de conjunto a la ciudad, de su nostálgica complicidad con la idea de unidad o identidad perdida, conducentes a un pesimismo culturalista que nos está impidiendo comprender de qu[e] están hechas las fracturas que la estallan. Pues



O autor faz referência também ao que chama de “heterogeneidade simbólica” da cidade e para ele a forma de expressão mais adequada em relação a isso está nas mudanças por que passam os modos de experimentar o pertencimento ao território e os modos de viver a identidade, dentro deste espaço. Estas mudanças estariam ligadas, entre outras coisas, ao que chama de deslocamento de fronteiras entre tradições e modernidade (MARTIN BARBERO, 2011).

Para Martín-Barbero a comunicação tem um papel fundamental nesse processo de transformação dos espaços urbanos, onde o modelo informacional e a experiência social se mesclam, possibilitando novos modos de convivência, transcendendo o espaço físico e avançando para o espaço virtual.

Nestas novas formas de estar junto surgem, em primeiro plano, as transformações de sensibilidade produzidas pelos acelerados processos de modernização urbana e os cenários de comunicação que, em suas fragmentações e fluxos, conexões e redes, são apresentados pela cidade virtual (MARTÍN-BARBERO, 2011, p.74, tradução nossa⁴).

Dessa forma, as redes de comunicação exercem um papel importante nas transformações pelas quais passa a cidade, permitindo que o espaço urbano deixe de ser entendido apenas como o espaço construído, mas que também passe a ser visto como espaço que se forma através dos fluxos de informação, conectando diversos territórios entre si e conectando estes territórios com o mundo, o que o autor chama de espaço comunicacional. Para Martín-Barbero (2011), a expansão da cidade e a dos meios e redes eletrônicas estão em estreita simetria, onde essas redes atravessam e reconfiguram as experiências com os espaços físicos da cidade. Essa reconfiguração parece ir além, abarcando também as interações do próprio corpo do indivíduo, que agora se estende em próteses tecnológicas.

O corpo, para Jacques e Britto (20XX), é responsável pela reinvenção sensorial das cidades. A cidade deixa de ser uma simples mercadoria imagética no momento em que ela é vivida, ocupada pelos corpos que por ela transitam.

Partimos da premissa de que corpo e cidade se relacionam, mesmo que involuntariamente, através da simples experiência urbana. A cidade não é para o corpo meramente um espaço físico disponível para ser ocupado, mas um campo de processos

de lo que habla ese estallido es tanto de las renovadas formas de marginación y exclusión social como de los nuevos modos de estar juntos desde los que los ciudadanos experimentan a heterogénea trama sociocultural de la ciudad, la enorme diversidad de estilos de vivir, de modos de habitar, de estructuras del sentir y del narrar. Una trama cultural que desafía nuestras nociones de cultura y de ciudad, los marcos de referencia y comprensión forjados sobre la base de identidades nítidas, de arraigos fuertes y deslindes claros. Pues nuestras ciudades son hoy el ambiguo y enigmático escenario de algo no representable desde la diferencia excluyente y excluida de lo autóctono ni desde la inclusión uniformante y disolvente de lo moderno”.

⁴ O texto em língua estrangeira é: “Estos nuevos modos de estar juntos aparecen en el primer plano las transformaciones de la sensibilidad que producen los acelerados procesos de modernización urbana y los escenarios de comunicación que, en sus fragmentaciones y flujos, conexiones y redes, presenta la ciudad virtual”.



que, instaurado pela própria ação interativa de seus habitantes, promove a tessitura das coimplicações entre corporalidades e ambiências cuja síntese transitória chamamos de corpografia urbana (JACQUES E BRITTO, 2015, p.144).

A partir dessa relação, mesmo que involuntária, entre corpo e cidade, que resulta na experiência urbana dos indivíduos, se desenha o que as autoras chamam de corpografia urbana, onde a cidade é experimentada pelo corpo e o corpo expressa essa interação.

É em função das experiências corporais dos sujeitos nos espaços da cidade que a própria cidade se transforma e transforma também esses corpos. Ao conquistar espaços que antes lhes foram negados, por exemplo, os corpos ressignificam estes espaços, passando também a fazer parte deles e a serem vistos como partes desses espaços.

É nas ações e urgências destes corpos, que ocorrem nas brechas da cidade hegemônica, que toma forma o laboratório social de Park, onde a cidade se transforma, como prevê Canclini e se comunica, como afirma Martín-Barbero.

A experiência que decorre a partir do momento em que o *BeesCats Soccer Boys* começa a conquistar os espaços da cidade, envolve todos esses itens discutidos até este ponto. E talvez o grande mérito desta experiência é o fato de que os espaços urbanos acessados pelos jogadores do primeiro time gay de futebol do Rio de Janeiro eram até então negados aos homens declaradamente homossexuais.

O que explica essa dificuldade em se acessar estes espaços é, talvez, a forma como o próprio futebol se constitui em relação a questões sociais.

3 FUTEBOL NÃO É SÓ PARA BOFE

Falar que o Brasil é o país do futebol pode parecer lugar comum, mas de fato pouco fenômenos da nossa cultura são capazes de explicar tão bem nosso país. Helal (2011) relata como a crença de que “Somos o país do futebol” foi construída na década de 1930, a partir de inflexões na definição do nacional.

O “país do futebol” foi uma “construção social” realizada por jornalistas e intelectuais em um momento de consolidação do “estado-nação”, acompanhada por formulações acadêmicas sobre a sociedade. Foi, de fato, a partir dos anos 1930 que se apresentaram novas formas de conceituar o país (HELAL, 2011, p. 29).

Gastaldo *et al.* (2005) complementam, afirmando que “o futebol é um fato social da maior importância na cultura brasileira contemporânea, estando intimamente ligado ao que seria uma identidade brasileira” (GASTALDO *et al.*, 2005, p. 1.).



A fala de Origuela e Silva (2014) é capaz de resumir essa relação do brasileiro com o futebol: “O Brasil é conhecido como o país do futebol, e sem dúvida, esse é o esporte mais famoso e popular entre os brasileiros” (ORIGUELA e SILVA, 2014, p. 56).

O futebol ganhou popularidade ao longo do tempo, e já no início dos anos 1930, a prática do esporte se espalhou pelos subúrbios e pelas classes sociais mais desfavorecidas. Jogadores que não pertenciam às elites começaram a integrar as equipes dos clubes brasileiros. Com o envolvimento de jogadores de diversas classes sociais, a questão racial que já se observava no futebol, obviamente pesou muito nas discussões que tentavam definir o que seria o elemento “nacional”.

O embate entre ideologias que pretendiam definir o que viria a ser “o nacional”, iniciado de forma mais robusta nos anos 1930, partiu da ideia hegemônica da miscigenação como algo positivo, tendo o futebol como o exemplo mais fulgurante desta ideologia. As representações sociais, usadas para tornar familiar uma ideia que não o era, construíram estereótipos do que viria a ser o futebol-arte, proporcionando um conhecimento mais simples, direto e imediato do sentido que esta expressão representa.

(...) Pela primeira vez, uma expressão popular intensamente vivida pelos brasileiros via na miscigenação racial um suposto sucesso da “nação”. A Copa de 1938 foi emblemática nesta construção. Após a Copa do Mundo de 1958, contudo, observamos que os principais jogadores da seleção, Garrincha e Pelé, ajudaram a moldar este estilo, atuando como exemplos evidentes desta miscigenação como algo positivo sob a ótica esportiva, o que contribuiu para que se consolidasse de maneira intensa tal ideologia sobre o que representaria o futebol-arte e, conseqüentemente, o que seria nossa identidade (MOSTARO, HELAL e AMARO, 2015, p. 281-282).

Esta reflexão também é realizada por Regina Abreu (2000), quando a autora afirma que, a partir do momento em que começa a se difundir um pensamento centrado na noção de cultura, ao invés de raça, passa-se a afirmar como positivas características que antes era vistas negativamente.

A ideia da miscigenação deixou de ser usada para atestar nossa incapacidade de civilização para se transformar no seu contrário. A ideia de uma cultura miscigenada passou a ser vista como o principal traço de uma identidade nacional. (ABREU, 2000, p.183).

A miscigenação racial, antes vista como negativa, torna-se positiva a partir do exemplo do futebol. A paixão pelo esporte, no país, é um elemento de identificação cultural potente. Pode-se afirmar que objetivo de formação de uma identidade brasileira, a partir do futebol, prevista nos anos 1930, surtiu efeito e hoje ele é um elemento de conexão entre esses diversos “Brasis”.

Hoje, ao menos com relação ao futebol, podemos afirmar que existe um elo entre brasileiros do sul e do norte, brancos e negros, torcedores e atletas. Mas será que esse espaço é realmente aberto a todos e trata a todos de forma respeitosa e igualitária? Episódios de racismo,



machismo e homofobia no futebol são comuns nas notícias dos grandes veículos de comunicação, o que é capaz de evidenciar essa questão. Apesar de jogadores negros terem sido referências no futebol brasileiro, ainda é comum se ouvir gritos racistas nas torcidas. O futebol feminino não tem a mesma visibilidade do masculino, fato que fica evidenciado quando somente em 2019 é que a Copa do Mundo de Futebol Feminino é exibida pela primeira vez na principal emissora de televisão do país, estando o campeonato já em sua oitava edição (MEIO & MENSAGEM, 2019). Se negros e mulheres, mesmo tendo espaço considerável no futebol, enfrentam situações difíceis, a presença dos homossexuais em campo é ainda precisa vencer algumas barreiras.

Se a participação da mulher encontra resistência no futebol, a do homossexual se mostra ainda uma espécie de tabu que está longe de ser quebrado, sendo válido ressaltar que não se trata de um problema exclusivo do futebol, sendo comum aos esportes de um modo geral (COSTA; VOGEL, 2019, p.13).

O espaço para homens gays, no futebol profissional, é praticamente inexistente. Nas torcidas parece não haver espaço para torcedores homossexuais.

Ao que parece, o que incomoda os torcedores é o risco de ter, no time que os representa, um jogador cuja masculinidade seja posta em xeque. É válido lembrar que na torcida de futebol são frequentes as expressões de homofobia, associadas a uma série de preconceitos contra as mulheres. Essas expressões se fazem presentes nos cânticos, nos gestuais, nas ofensas direcionadas à torcida ou jogador adversário (COSTA; VOGEL, 2019, p.13).

É certo que alguns movimentos já começam a ser feitos, mas ainda estão longe de transformar essa realidade nos estádios. Maurício Rodrigues Pinto (2017) cita alguns exemplos desses movimentos, como o manifesto realizado pelo Corinthians aos seus torcedores, no ano de 2014, para que abolissem os gritos de “bicha” com o objetivo de ofender jogadores de times adversários e as punições dadas pela FIFA (Federação Internacional de Futebol) para a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) em jogos da seleção brasileira, nos anos de 2016 e 2017, em função das manifestações homofóbicas da torcida nas Eliminatórias da Copa do Mundo de 2018.

E se nas arquibancadas a presença do homossexual ainda é rejeitada, dentro de campo essa situação se mostra muito mais complexa. Essa situação fica evidenciada na fala de um dos atletas entrevistados no documentário *Soccer Boys* (2018). Douglas Braga, jogador do *BeesCats*, tentou carreira no futebol profissional, mas em determinado momento da sua vida, precisou deixar o sonho de lado. Braga treinou em categorias de base desde a pré-adolescência, chegando a jogar por um tempo no Botafogo. Por conta da sua sexualidade, optou por desistir da carreira na qual investiu ao longo de vários anos. Em um trecho do filme, ele fala sobre a



necessidade de assumir uma identidade masculina heterossexual que implicava, entre outras coisas, se portar como homofóbico:

Hoje eu entendo que não tive a escolha de não me assumir, porque tinha muita coisa em jogo, muito sonho em jogo. (...) Isso eu não falo com nenhum tipo de orgulho, mas durante um tempo você passa a ser o agressor, você é tão moldado para ser esse personagem, você precisa dessa identidade falsa com tanta veemência, que de repente você é o cara que agride. (...) Se entrasse um cara mais afeminado, o cara nem precisava ser gay, um cara que fosse um pouco mais sensível para as questões, só isso, eu era o cara que tinha que implicar com ele, justamente pra me defender, a lei de matar um leão por dia. E hoje eu vejo como isso é ruim, como isso é cruel. Pior que sofrer a homofobia é, nesse caso, você ser o homofóbico (informação verbal)⁵.

Nos últimos anos, manifestações contra a homofobia nos estádios tem crescido, com algumas equipes participando de manifestos e torcidas se reposicionando e abolindo cantos homofóbicos e preconceituosos. No entanto, ainda há muita resistência contra esse tipo de movimento.

Ainda que o debate sobre a homofobia e o machismo tenha crescido, da mesma forma que a visibilidade sobre outras performatividades e discursos relacionados ao futebol no Brasil, é fato que a hostilidade às mudanças e à visibilidade dessas ações segue presente e ainda são impostas grandes resistências e dificuldades à participação de mulheres e pessoas LGBT (PINTO, 2017, p.17).

Na cidade do Rio de Janeiro, o movimento contra a homofobia no futebol ganha um importante aliado no ano de 2017, quando é criado o primeiro time gay da cidade. Neste contexto, espaços da cidade muito conectados ao futebol e à masculinidade começam a ser explorados de outra forma, onde o orgulho gay e a luta contra a homofobia ganham destaque.

4 AI QUE DELÍCIA SER “VIADO”

A ocupação de determinados espaços pelos homossexuais é, nos dias de hoje, muitas vezes encarada como uma vitória na luta por uma sociedade livre de preconceitos. Há evidências históricas, porém, de que tal sociedade já existiu em terras brasileiras em outros tempos.

Entre muitas tribos que ocupavam o território do atual Brasil, várias modalidades de comportamentos homoeróticos aparecem como habituais e, embora pudessem ter significado algum tipo de insulto com referência a uma desvalorização dos comportamentos passivos/femininos, não há registros de perseguições ou castigos a essas práticas que a configurem como um tipo de comportamento estigmatizante ou de repulsa (FIGARI, 2007, p.40-41).

O paraíso de uma sociedade livre de preconceitos findou com a chegada dos colonizadores europeus. Porém, mesmo sob domínio português, no período colonial, evidências de comportamentos homossexuais não era incomuns no território nacional, bem como na cidade do Rio de Janeiro. Carlos Figari (2007) cita alguns exemplos da vida gay carioca no século

⁵ Trecho extraído do documentário Soccer Boys.



XVII, que mesmo sob os olhos atentos da Inquisição, demarcava seu espaço e desafiava as leis do Santo Ofício. Entre eles, Luís Delgado e seu jovem amante, José Gonçalves, que segundo o autor viveram por um tempo como casal, tendo sido o mais jovem bastante ousado em sua forma de vestir: “Um estudante que particularmente escandalizou os cariocas entre os anos de 1683 e 1686 foi o jovem José Gonçalves, estudante de latim, natural de Lisboa e terceiro amante do conhecido fanchono Luís Delgado” (FIGARI, 2007, p.86).

Apesar das perseguições aos homossexuais, cujo comportamento era considerado pecado pela Igreja Católica, a qual combatia com veemência os atos de sodomia, eram “especialmente os espaços institucionais religiosos os lugares preferenciais de intercâmbio homoerótico” (FIGARI, 2007, p.81).

Outro jesuíta (...) que passou pelo Colégio do Rio de Janeiro, irreverente e afeto ao travestismo, era o Irmão Manoel Pires que em sua anterior estada no Colégio de Santos fugia pelas noites disfarçado com a cabeleira que tirava da imagem do Senhor dos Passos (FIGARI, 2007, p.86).

As festas oficiais e populares no Rio de Janeiro do Brasil Colônia eram também oportunidades onde se permitiam determinados comportamentos não admitidos no cotidiano, permitindo àqueles que se sentiam reprimidos externar seus desejos de subversão da ordem, “oportunidade de os fanchonos e somitigos da colônia representarem uma particular interpretação do feminino sem sofrer a rígida pena imposta aos que se atreviam a desafiar os cânones dos gêneros” (FIGARI, 2007, p.94).

Percebe-se, pois, que os homossexuais estiveram presentes nos espaços da cidade do Rio de Janeiro desde seus primeiros tempos. Aos poucos novos espaços foram sendo conquistados, seja nas festas de carnaval, seja pela presença dos travestis nas tradicionais ruas da Lapa, ou então no charmoso bairro de Ipanema, onde o público gay marca presença tanto nas areias do Posto 9 quanto nos bares da Farma de Amoedo.

Apesar da liberdade existente em certos espaços, há ainda lugares onde os gays não são, exatamente, bem-vindos. Os estádios e as quadras de futebol parecem estar nesse rol desses lugares onde a homossexualidade não tem vez. Ou pelo menos não tinha.

Quando André Machado, o fundador do *BeesCats*, teve a ideia de reunir amigos pra jogar futebol, mesmo ciente da importância do seu ato, talvez não tivesse pensado na dimensão que este projeto iria ganhar. Em pouco tempo, as quadras de futebol *society* do Clube Guanabara, às sextas-feiras à noite, foram recebendo a presença de um público antes impensado para o espaço, tornando-se um ponto de encontro para o público gay não apenas da zona sul do Rio de Janeiro, mas de bairros mais distantes e até da vizinha cidade de Niterói, uma vez que



os atletas do time foram divulgando a ideia para amigos e esses amigos foram chamando outros amigos, a partir de suas redes. E então, mais do que um encontro para uma partida de futebol, às noites de sexta se transformaram num dia de encontro social para o público gay, tendo o futebol como motivador para esse encontro.

Aos poucos o espaço foi ficando pequeno. O time foi crescendo e com o surgimento de campeonatos para times gays, como a Taça Hornet da Diversidade, em São Paulo e a 1ª *Champions Ligay*, no Rio de Janeiro, o futebol descontraído das sextas-feiras começou a ser insuficiente. Era preciso fortalecer o time, para que fosse possível se destacar nos campeonatos que começavam a acontecer. Para isso, o time começou a se encontrar também às quartas-feiras à noite, no Aterro do Flamengo, nas tradicionais quadras de esporte administradas pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

A ocupação desse espaço começou timidamente, mas aos poucos o time foi ficando conhecido e recebendo convite para amistosos. No ano de 2018, o time passou a integrar a Liga de Futebol 7 Society do Rio de Janeiro, tendo sido o primeiro time gay a participar dos campeonatos municipais, realizados no Clube Pau Ferro, no bairro da Freguesia, zona oeste da cidade do Rio.

A partir do surgimento do *BeesCats*, outros times gays começaram a se formar na cidade do Rio de Janeiro. Ainda no ano de 2017 surgiu o *Alligaytors Esporte Clube*, considerado o 1º time inclusivo LGBTQIA+ da zona norte do Rio, com sede no bairro de Oswaldo Cruz. Em seguida, no ano de 2018, surge o *Karyokas Fut7*, que treina no bairro de Deodoro, na zona oeste da cidade. No ano atual, 2020, o *BeesCats* não está participando do campeonato da Liga de Futebol 7 Society, mas na disputa estão três times gays, o *Alligaytors* e as equipes A e B do *Karyokas*. Outro exemplo importante foi a criação do *BigTBoys Futebol Club*, primeiro time de homens trans da modalidade de futebol 7 do Rio.

A partir do cenário atual, pode-se deduzir que a luta iniciada pelo *BeesCats* vem conquistando espaços e ganhando novos adeptos. Esse movimento tem levado a luta contra o preconceito para espaços da cidade onde antes ela não chegava, ressignificando estes locais.

Nesse ponto, é importante retomar a fala de Nestor García Canclini, sobre a importância da multiculturalidade na democratização dos espaços urbanos, presente nas discussões sobre o tema:

Em meio a esse debate internacional, surge a questão de saber se a cidade multicultural será aquela que se define pela segregação e repressão, ou talvez possa dar origem a um quarto tipo de cidade: a cidade da democratização. Essa opção é discutida com



muitos países, especialmente os periféricos, e adquire uma tensão particular em megacidades como Buenos Aires e México que estão apenas descobrindo a possibilidade de serem governadas por seus próprios cidadãos (CANCLINI, 2011, p.69, tradução nossa⁶).

Ao se aproximar o movimento LGBT+ e suas expressões culturais do universo do futebol, que também possui expressões culturais específicas, evidencia-se um importante potencial de democratização dos espaços urbanos ligados a estes fenômenos sociais. Ser gay ganha novos contornos nestes locais, a partir do empoderamento do movimento LGBT+ ao conquistar um espaço que antes lhe era negado. Ainda há, obviamente, muito a ser transformado, mas ostentar o orgulho de ser gay em uma partida de futebol já é possível.

5 SAINDO DO ARMÁRIO

Um plano no final do documentário Soccer Boys mostra os atletas reunidos ao lado de convidados para a festa de aniversário de um ano do time, ocorrida em maio de 2018. A foto ilustra a fala de um dos entrevistados do filme: “É uma voz que não vai calar mais. A gente chegou num lugar que é nosso de direito”.

Figura 1: A celebração de um ano do *BeesCats*: uma vitória importante no campeonato contra o preconceito



Fonte: frame do filme “Soccer Boys”

A fala simboliza o triunfo em uma partida, mas o campeonato ainda tem muitos jogos pela frente. André Machado, o fundador do time, fala sobre o objetivo que ele enxerga no movimento. Para ele o futebol gay, como se constitui hoje, não tem um fim em si próprio. O objetivo não é criar e fortalecer um tipo de futebol específico para o público gay, mas sim que essa necessidade deixe de existir com o passar do tempo e a inclusão seja algo natural: “é um legado para que, em 15 ou 20 anos, o futebol gay não exista mais”.

⁶ O texto em língua estrangeira é: “En medio de este debate internacional se plantea la pregunta acerca de si la ciudad multicultural será la ciudad que se define mediante la segregación y la represión, o quizá puede dar lugar a un cuarto tipo de urbe: la ciudad de la democratización. Esta opción se discute con muchos países, especialmente los periféricos, y adquiere una tensión particular en megacidades con Buenos Aires y México que apenas están descubriendo la posibilidad de ser gobernadas por los propios ciudadanos.”.



Além dos times gays, que ganharam força através da Liga formada, a Champions Ligay, outros movimentos crescem no país. Recentemente, foi criado o Observatório Nacional da LGBTfobia no Futebol, que funciona através de um site que recebe denúncias:

A ideia é que ele funcione como um canal de ouvidoria. No site, os torcedores podem deixar seus dados, registrar o episódio e enviar provas (caso as tenham). Estas informações serão compiladas periodicamente e entregues ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva, ao Ministério Público e demais órgãos competentes (O GLOBO, 2020).

A ideia inspirou-se em outra atitude bem sucedida, o Observatório da Discriminação Racial no Futebol, criado em 2014, e conta com apoio de torcidas organizadas, como a torcida LGBT+ do Cruzeiro, conhecida como “Marias de Minas” e também de clubes como o Paysandu, que passou a imprimir o nome social nas carteiras dos sócios que assim solicitarem. Outros dois clubes, Bahia e Internacional, possuem diretorias de diversidade e se comprometeram a desempenhar atividades junto ao Observatório.

À medida que estes movimentos acontecem, a sociedade se transforma. O espaço urbano, em seus diferentes espaços, vivencia, participa e sofre essa transformação. A cidade é, como afirma Canclini (2011), o campo no qual a sociedade se compreende e se modifica; é também, de acordo com Park (2018) um laboratório social; é ainda espaço onde a comunicação, conforme Barbero (2011), tem papel fundamental, atuando como agente dessas modificações. A cidade onde atua o *BeesCats Soccer Boys* é laboratório, é espaço para transformação, e comunica não só a necessidade de se reconstruir, mas que de fato essa reconstrução é possível e está acontecendo. E o futebol pode ser – por que não? – um meio para transformação. A bola está rolando.

REFERÊNCIA

ABREU, Regina. A capital contaminada: a construção da identidade nacional pela negação do “espírito carioca”. In: LOPES, Antônio Herculano (Org.). *Entre Europa e África. A invenção do carioca*. Rio de Janeiro: Top Books, 2000.

CANCLINI, Nestor Garcia. El dinamismo de la descomposicion: megaciudades latinoamericanas. In: NAVIA, Patricio y ZIMMERMAN, Marc (org.) *Las ciudades latinoamericanas en el nuevo [des]orden mundial*. Cidade do México: Siglo XII, 2011.

COSTA, Leda; VOGEL, Carlos Guilherme. Club de Cuervos: orgulho, preconceito, poder e fama no futebol. *Recorde*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2019.

FIGARI, Carlos. *@s outr@s cariocas. Interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: Séculos XVII ao XX*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.



GASTALDO, Édison Luis. et al. Futebol, Mídia e Sociabilidade: uma experiência etnográfica. *Cadernos IHU Ideias*, Unisinos, São Leopoldo (RS), ano 3, n. 43, 2005.

HELAL, Ronaldo. Futebol e Comunicação: a consolidação do campo acadêmico no Brasil. *Comunicação, Mídia e Consumo*, Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo (SP), ano 8, vol 8, n. 21, 11-37, mar. 2011.

JACQUES, Paola Berenstein e BRITTO, Fabiana Dutra. Sujeitos corporificados e corpografias urbanas: em busca de um urbanismo incorporado. In: SILVA, Adriana Bernardes. *Metrópoles e invisibilidades: da política às lutas de sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015, p.141-146.

LIGA DE FUTEBOL 7 SOCIETY DO RIO DE JANEIRO. Apresenta informações gerais sobre a liga. Disponível em <<https://www.societycarioca.com.br/>> Acesso em 24 Out. 2020.

LOPES, Antônio Herculano (Org.). *Entre Europa e África. A invenção do carioca*. Rio de Janeiro: Top Books, 2000.

MARTIN-BARBERO, Jesus. Mediaciones urbanas y nuevos escenarios de comunicación. IN: NAVIA, Patricio y ZIMMERMAN, Marc (org.) *Las ciudades latinoamericanas en el nuevo [des]orden mundial*. Cidade do México: Siglo XII, 2011.

MEIO & MENSAGEM. Recordes e a sensação de que nada será como antes. Copa do Mundo feminina tem maior alcance midiático da história e, de quebra, amplifica a voz da luta por equidade de gênero. 8 Jul. 2019. Disponível em <<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2019/07/08/futebol-feminino-recordes-e-a-sensacao-de-que-nada-sera-como-antes.html>>. Acesso em 21 Out 2020.

MOSTARO, Filipe Fernandes Ribeiro; HELAL, Ronaldo George; AMARO, Fausto. Futebol, nação e representações: a importância do estilo “futebol-arte” na construção da identidade nacional. *História Unisinos*, São Leopoldo (RS), v.19(3), 272-282, set./dez. 2015.

O GLOBO. Torcidas LGBT+ criam canal para denúncia de ataques preconceituosos no futebol. 4 Set. 2020. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/esportes/torcidas-lgbt-criam-canal-para-denuncia-de-ataques-preconceituosos-no-futebol-24622979>>. Acesso em 24 Out. 2020.

OBSERVATÓRIO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO FUTEBOL. Apresenta informações gerais sobre o observatório. Disponível em <<https://observatorioracialfutebol.com.br/>>. Acesso em 24 Out. 2020.

OBSERVATÓRIO DA LGBTFOBIA NO FUTEBOL. Apresenta informações gerais o observatório. Disponível em <<https://www.torcidaslgbt.com.br/>>. Acesso em 24 Out. 2020.

ORIGUELA, Milena Alavaneda; SILVA, Cinthia Lopes da. Futebol e o bar: assistência ao esporte nacional brasileiro. *R. bras. Ciência e Movimento*, v.22, 55-67, 2014.

PARK, Robert. A cidade como laboratório. In: VALLADARES, Licia do Prado (org.) *A sociologia urbana de Robert E. Park*. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2018.

PINTO, Maurício Rodrigues. Pelo direito de torcer: das torcidas gays aos movimentos de torcedores contrários ao machismo e à homofobia no futebol. 2017. 126 f. Dissertação



(Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2017.

SOCCER BOYS. Direção de Carlos Guilherme Vogel. Rio de Janeiro: Lilian Diehl Produções, Canal Futura e Peleja Filmes, 2018. Digital, son., color.: 14 min.



CAPÍTULO 2

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA CACHAÇA DE PARATY COMO FATOR POTENCIALIZADOR TURÍSTICO REGIONAL

Mônica Maria Liberato, Doutoranda em Ciência da Propriedade Intelectual, UFS
Cleide Mara Barbosa da Cruz, Mestre e Doutoranda em Ciência da Propriedade Intelectual, UFS
Anderson Rosa da Silva, Mestre e Doutorando em Ciência da Propriedade Intelectual, UFS
Nadja Rosele Alves Batista, Mestre em Ciência da Propriedade Intelectual, UFS
Mário Jorge Campos dos Santos, Doutorado em Recursos Florestais em Conservação de Ecossistemas Florestais (Esalq/USP), Professor da UFS
Jonas Pedro Fabris, Doutor em Ciência da Propriedade Intelectual, UFS

RESUMO

A Associação dos Produtores e Amigos da Cachaça de Paraty (APACAP) representa um grupo de produtores comprometidos em impulsionar atividades produtivas para preservar a qualidade e tradição da cachaça. Diante disso, foi concedida à região de Paraty o selo de Indicação de Procedência (IP), que dá o direito exclusivo do uso do selo de Indicação geográfica (IG) nos rótulos das cachaças fabricadas no município. Assim, o objetivo da pesquisa é identificar a importância da Indicação Geográfica (IG) para a gestão do turismo de Paraty e para a APACAP. Para isso, foi realizada uma entrevista com o Presidente da APACAP e o Secretário de Turismo de Paraty. Os resultados do estudo mostram que a IG da Cachaça de Paraty é muito importante para o turismo do município e que gera diversos benefícios, de modo a agregar valor ao produto, facilitar o acesso ao mercado, obtenção do reconhecimento dos consumidores, associação ao imaginário da região, proteção do saber e exigência da qualidade do produto, além de fortalecer a economia local, aumentar o fluxo de turistas, preservação da tradição, identidade no produto e, conseqüentemente, gerar o aumento das vendas.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Indicação Geográfica; Bebidas Espirituosas.

INTRODUÇÃO

A cachaça é considerada o destilado mais consumido no Brasil, pois é uma bebida genuinamente brasileira, que, no decorrer dos anos, adquiriu um novo status com relação à valoração pelos produtores e consumidores na conjuntura de consumo de bebida de qualidade. Em Paraty, se destaca pela importância em seu contexto histórico-cultural, tendo em vista que sua importância desencadeou o potencial turístico da região no decorrer dos anos (ALVARENGA, 2016).

Com o passar do tempo, o processo artesanal foi praticamente substituído pelo processo industrial por causa do desenvolvimento e uso de novas tecnologias. Contudo, a importância da produção artesanal ressurgiu, atualmente, como uma opção de diferenciação do processo



produtivo e a Indicação Geográfica foi buscada como forma de preservar e proteger a história da produção da cachaça em alambiques no município de Paraty, que, em virtude disso, aumentou o potencial turístico da região (SAMEL; BATISTA; CÉSAR, 2015).

O saber fazer da cachaça artesanal de Paraty caracteriza-se como um patrimônio brasileiro, tendo como suporte sua presença na história oficial dos acontecimentos nacionais e sua vivência na memória de distintos grupos brasileiros, a partir de significados e valores diferentes para cada um. A cachaça de Paraty foi o quarto produto brasileiro e a primeira cachaça a ser certificada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), sendo que a produção de Paraty somente pode ser realizada pelos produtores reunidos na Associação dos Produtores e Amigos da Cachaça de Paraty, que foi a responsável pelo requerimento de registro da bebida (DIAS, 2016).

O turismo em Paraty consegue manter uma ocupação com pouca sazonalidade, principalmente, por causa dos atrativos naturais que, em conjunto com o calendário cultural, agem de forma estratégica, suprimindo as fases de baixa demanda sazonal. Paraty se tornou o oitavo destino do Brasil mais visitado por turistas estrangeiros. Além das belezas naturais e patrimônio histórico do município, possui um grande tempo e está localizada entre a grande metrópole nacional São Paulo e uma das metrópoles nacionais, o Rio de Janeiro. A atividade turística de Paraty reflete um cenário de grande potencial de desenvolvimento de fluxo turístico contínuo (ALVARENGA, 2016).

Entre os diversos atrativos turísticos presentes na cidade de Paraty, a cachaça aflora como um dos mais dinâmicos e significativos, não somente por sua importância, cada vez maior para a produção de sentidos do patrimônio local e regional (DIAS, 2017).

O objetivo da pesquisa é identificar a importância da IG para a gestão do turismo de Paraty e para a APACAP.

REFERENCIAL TEÓRICO

CACHAÇA DE PARATY

A cachaça é uma bebida alcoólica, historicamente de origem brasileira, que tem passado por profundas transformações materiais e simbólicas (DIAS, 2017). Foi apelidada por diversos nomes, utilizada como remédio fortificante, moeda de troca, além de ter sido um símbolo de patriotismo, de luta e resistência. Incentivou as artes, aguçou e ainda aguça a criatividade, sendo uma bebida que muito se identifica com o desenvolvimento do país de sua origem (BRAGA; KIYOTANI, 2015).



O município de Paraty é sinônimo da bebida desde o século XVII, contexto histórico no qual a cidade teria possuído mais de cento e cinquenta alambiques para sua produção. Porém, somente seis alambiques estão em funcionamento, a saber: Coqueiro, Corisco, Maria Izabel, Paratiana, Pedra Branca e Engenho D'Ouro (DIAS, 2017).

Ao longo da sua história, a cachaça de Paraty foi aos poucos deixando o ambiente das senzalas dos engenhos de açúcar, das casas mais pobres das usinas e das cozinhas de fazendas, para começar a frequentar outros ambientes, inclusive, as mesas de classe média e da elite brasileira, transformando-se na bebida nacional e em importante produto na engrenagem industrial e comercial do país (SANDRE, 2004). Nos últimos anos, a cachaça vem ocupando notável destaque na mídia nacional e estrangeira, o que demonstra, abertamente, o interesse dos fabricantes em alcançar um público consumidor cada vez maior (MARQUES, 2017).

O Programa Brasileiro de Desenvolvimento da Cachaça (PBDAC) foi criado dentro da Associação Brasileira de Bebidas (ABRABE), em novembro de 1997, pelos produtores de cachaça, com a participação do Governo Federal, por intermédio dos Ministérios da Agricultura e Abastecimento, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia. O propósito do programa foi organizar o setor em torno de três objetivos básicos: valorizar a imagem da cachaça como produto genuinamente nacional; organizar o setor da cachaça, com o intuito de capacitá-lo para a disputa do mercado internacional de bebidas e oferecer suporte técnico e comercial aos produtores para proporcionar sua inserção (RODAS, 2005).

A cachaça de Paraty pode ser classificada como artesanato tradicional, pelo fato de os produtores carregarem consigo as tradições de seus ancestrais, como receitas de família, passadas de geração em geração, preservando a memória cultural da região e de seus ancestrais. Assim, é classificada como artesanato de referência cultural, pois, representa um resgate da cultura regional (SAMEL; BATISTA; CÉSAR, 2015).

As funcionalidades do produto artesanal são classificadas conforme o uso e destino do objeto. Nessa categoria, a cachaça de Paraty se enquadra como lembranças ou *souvenirs*, simbolizando a história de Paraty como principal região produtora de cachaça na época do Brasil Colonial, e passa a ser uma lembrança turística de uma das cidades mais visitadas por turistas nacionais e estrangeiros (SAMEL; BATISTA; CÉSAR, 2015).

O saber fazer e o consumo da cachaça, inicialmente restritos aos negros escravos, uma das classes dominadas na época do Brasil Colônia e Brasil Império, representam uma produção



coletiva carregada de significados e valores simbólicos, que têm passado por profundas transformações até os dias atuais. Posteriormente apropriada pelos portugueses, por meio das técnicas de destilação já dominadas por eles, a bebida para muitos marginalizada, já ganhou espaço como um dos principais produtos econômicos do país, e nas últimas décadas, tornou-se tema de interesse de pesquisas acadêmicas (DIAS, 2017).

Entre 1945 e 1960, o sistema produtivo de tipo industrial despontou no setor da cachaça e atingiu o mercado externo com a produção em larga escala, o que mudou a configuração antes existente, inclusive, novos agentes ingressam no negócio. No entanto, a produção que se destaca no Rio de Janeiro é artesanal ou de alambique, e somado esse percentual com Minas Gerais, quase 50% de toda produção de cachaça de alambique do Brasil (MARQUES, 2017).

Em 2012, o governo do Rio de Janeiro sancionou uma lei que instituiu a cachaça como Patrimônio Histórico Cultural do Estado. O projeto de lei do Estado apresenta aspectos gerais sobre a história da bebida, pontuando, em alguns momentos, as especificidades de Paraty, além de reconhecer as iniciativas tomadas sobre o tema (MARQUES, 2017).

Com relação à comercialização da cachaça, ela é restrita somente a dois Estados do país, São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, 90% da cachaça de Paraty é comercializada no município (BERTONCELLO; SILVA; GODINHO, 2016).

Figura 1 – Cachaças dos seis alambiques em funcionamento no município de Paraty



Fonte: APACAP (2021)

A Figura 1 destaca as cachaças nos seis alambiques em funcionamento do município de Paraty, onde mostra a importância em que estas cachaças tem para a região, bem como caracterizam-se por embalagens diversificadas, onde os rótulos são inovadores e trazem toda uma estrutura artesanal para os consumidores, mediante isso é promovida a sustentabilidade do setor produtivo da cachaça, bem como preserva a sua qualidade e tradição, fazendo girar a economia e cultura local, sendo que se tornou um símbolo de resistência e superação.



INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE PARATY

A Indicação Geográfica (IG) visa à proteção e diferenciação do que é produzido em determinadas cidades ou regiões do país, por meio da delimitação geográfica da área de produção, restringindo seu uso aos produtores da região em geral, reunidos em entidades representativas. Ela mantém os padrões locais e impede que outras pessoas utilizem o nome da região em produtos ou serviços indevidamente. No Brasil, a certificação da Indicação Geográfica ocorre através do registro de Indicação de Procedência (IP) ou da Denominação de Origem (DO) (DIAS, 2017).

A Indicação Geográfica favorece a melhoria da comercialização, facilitando o acesso aos mercados (ALVARENGA, 2016). A IG Paraty para cachaça foi um projeto de resgate a uma das mais tradicionais produções do país. A produção de cachaça em Paraty entrou em declínio, quase desaparecendo, porém, um grupo de produtores locais, motivados pela história da cachaça em Paraty, iniciou um processo de resgate, fundando uma associação (SEBRAE, 2016).

No ano de 2007, as cachaças dos seis alambiques de Paraty conquistaram o registro de Indicação de Procedência (IP), concedido pelo INPI, órgão federal vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que certifica determinada região geográfica de Paraty, cuja tradição é a produção da cachaça. A IG caracteriza-se por ser uma certificação estabelecida pela Lei 9.279, de 14 de maio de 1996, Lei da Propriedade Industrial, em que é conferida a cidades ou regiões que possuem produtos ou serviços de excepcional qualidade e/ou tradição (DIAS, 2017).

O registro é concedido nos casos em que os produtos ou serviços são característicos do seu local de origem, o que lhes atribui reputação, valor intrínseco e identidade própria, além de os distinguir em relação aos seus similares disponíveis no mercado. Paraty foi a primeira cidade, em âmbito nacional, a receber a IG relativa à cachaça (MARQUES, 2017). O registro desse saber fazer contribui, de certa forma, para construção do patrimônio cultural, o qual passa a representar uma identidade local, na medida em que o registro possibilita a permanência dessa prática cultural e traz benefícios para seus produtores. Essa proteção, além de proteger os patrimônios culturais, visa estabelecer os contornos identitários entre Paraty e a cachaça para além da delimitação geográfica de um produto comercial. A bebida é carregada de valores simbólicos e excepcionais de tradição e cultura, em que chamam a atenção de turistas (DIAS, 2017).



A área delimitada da Indicação de Procedência possui coordenadas extremas, limitando-se por serras ao Norte, Oeste e Leste, e pelo Oceano Atlântico ao Sul. A riqueza ambiental é tamanha, que na área há um parque nacional, uma reserva ecológica e uma área de proteção ambiental, e a área total da IP da cachaça de Paraty é de aproximadamente noventa mil hectares (SEBRAE, 2016).

São seis alambiques legalizados e ligados a Associação dos Produtores e Amigos da Cachaça de Paraty (APACAP) (DIAS, 2017). No ano de 2016, a cachaça de Paraty se destacou no Concurso Mundial de Destilados de Bruxelas, angariando com seus seis produtores, seis medalhas, o que torna muito expressiva essa conquista (ALVARENGA, 2016).

A Indicação Geográfica faz com que sejam realizadas propostas e modificações padronizadas para melhoria dos processos e para obtenção da qualidade mínima do produto. Essas modificações foram feitas e alguns resultados aprovados, com um aumento da qualidade final do produto, valor agregado, reconhecimento em nível nacional e internacional entre outros. No caso da cachaça de Paraty, foram modificadas algumas etapas do processo, de forma a atender à legislação vigente, como o uso de equipamentos de aço inoxidável e estabelecimento de limites de concentração de substâncias, visando à segurança da bebida (SAMEL; BATISTA; CÉSAR, 2015).

Um produto artesanal com IG, como a cachaça de Paraty, caracterizado pela pequena escala de produção, se diferencia por questões institucionais como cultura, história, hábitos de vida, e por tecnologias que asseguram a qualidade e segurança da bebida ao consumidor, utilizando-se de tecnologias que mostram que o processo artesanal e inovação tecnológica não são antagônicos (SAMEL; BATISTA; CÉSAR, 2015).

A IG de Paraty como mostra na (Figura 1) representa a formação dos alambiques na região do Rio de Janeiro. Essa certificação pode ter favorecido na aprovação da lei para reconhecimento da cachaça como patrimônio histórico cultural do Rio de Janeiro, e sem esta IG, o processo de produção da cachaça artesanal de Paraty poderia não existir e seria somente lembrada juntamente com a história da cidade (SAMEL; BATISTA; CÉSAR, 2015).



Figura 2 - Selo de Excelência da IG da Cachaça de Paraty



Fonte: APACAP (2021)

Os produtores vendem, praticamente, toda a produção aos turistas que visitam Paraty, e trabalham num processo de proteção ao nome Paraty contra o seu uso indevido para os produtores de fora da área delimitada, e isso ocorre por meio da IG (SEBRAE, 2016). A IG pode ser considerada ferramenta de marketing, pois os pequenos produtores podem lutar com grandes empresas, por isso a cachaça de Paraty não tem similares, sendo feita com os mesmos fundamentos e segredos exclusivos e invioláveis que fazem dela, um produto diferenciado na cor, aroma e sabor (BERTONCELLO; SILVA; GODINHO, 2016).

TURISMO NO MUNICÍPIO DE PARATY

A atividade turística do município de Paraty apresenta um cenário de grande potencial, com relação ao fluxo de desenvolvimento contínuo, e 70% da sua economia é baseada no turismo. No entanto, no município existe apenas um roteiro turístico comercial que visita alambiques, e os alambiques de cachaça em Paraty se tornaram atrativos turísticos (ALVARENGA, 2016).

O potencial turístico que envolve os bens culturais, chamando atenção dos estudiosos e da sociedade para a necessidade de se fazer uma releitura da bebida, é uma forma de observar valores culturais que fazem parte da identidade e concepção da cachaça. Em geral, nas divulgações feitas por empresas envolvidas no setor do turismo sobre as atrações que a cidade oferece ao visitante, fortemente publicadas em guias e sites, são elaboradas narrativas sobre a história da cidade, com destaque na produção de cachaça, que passou por séculos na cidade (MARQUES, 2017).

A região de Paraty propõe aos turistas uma mistura das culturas diferentes, como indígenas, portuguesa e africana, sendo que a principal atividade econômica do município é o turismo, seja ecológico, cultural ou marítimo. O calendário anual do município é composto por



festividades que chamam atenção de turistas para esta região, como a Festa Literária Internacional de Paraty, que reúne escritores e leitores do mundo; a Festa do Divino, que é a festividade mais popular de cunho religioso. Porém, o Festival da Cachaça é considerado o evento mais famoso da cidade (BERTONCELLO; SILVA; GODINHO, 2016).

O Festival da Cachaça de Paraty é um evento de cunho cultural, que celebra a bebida em um final de semana de agosto, desde o ano de 1982. Atualmente, com a influência de milhares de turistas, muitos excursionistas, na sua maioria jovens, o que passou a ser visto pela venda de cachaça como bebida alcoólica e não apenas como produto cultural, com grandes shows de artistas famosos no âmbito nacional o que aumenta o seu potencial de atração turística. Com tais mudanças, o Festival da Cachaça, Cultura e Sabores de Paraty assume o papel de apresentar características culturais não só da cachaça, mas do destino turístico de Paraty. Assim, o festival tem auxiliado na promoção da cachaça de Paraty, como patrimônio turístico cultural da cidade, embora ainda timidamente (ALVARENA, 2016).

A utilização da cachaça pelo turismo pode permitir um acréscimo de conhecimento cultural e histórico do Brasil, uma experiência gastronômica, além da degustação da bebida pura ou em coquetéis, em ambientes relacionados ao setor de alimentos e bebidas, ou em espaços temáticos e planejados de visitação no próprio engenho produtor, fornecendo uma nova alternativa de renda e emprego, sendo um produto com inúmeros requisitos para desenvolvimento do turismo (BRAGA; KIYOTANI, 2015).

O turismo cultural trabalha com a preserva o e o resgate histórico de todo o legado cultural de um determinado lugar. O potencial cultural é importante para preserva o de momentos históricos do Brasil e da valoriza o de um patrimônio nacional. O Brasil tem na cachaça, um produto potencial para o desenvolvimento turístico de várias cidades, mantendo preservada sua memória e tornando-se patrimônio do povo (BRAGA; KIYOTANI, 2015).

Os alambiques de produ o artesanal de cachaça, sejam como op o gastron mica ou cultural, sempre aparecem nos roteiros turísticos do município. Eles destacam o enorme potencial turístico e com isso crescem as oportunidades no setor terciário, como os hotéis, restaurantes, pousadas, loca o de imóveis, dentre outros, gerando emprego e renda para a popula o do município de Paraty. O desenvolvimento do turismo ocorreu devido à notabilidade de que o local tem uma produ o com selo de IG, fator que colabora fortemente com o turismo do município (BERTONCELLO; SILVA; GODINHO, 2016).



Para Alvarenga (2016) a cachaça, apesar de pertencer à identidade cultural de Paraty, existe a falta de referência cultural e conscientização por parte de muitos estabelecimentos comerciais, locais que os turistas mais utilizam, o que pode alterar a percepção do turista e o potencial da cachaça como atrativo turístico. Em muitos restaurantes, eles vendem qualquer outra cachaça pelo baixo custo, o que afeta a percepção do visitante sobre a qualidade do destilado de Paraty.

Alvarenga (2016) salienta que a conscientização sobre o destilado para Paraty, o que poderá trazer benefícios, pois para a consolidação da cachaça como atrativo turístico cultural para o município é fundamental que a comunidade, principalmente, a que lida diretamente com o turista, a tenha como referência histórica cultural.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo trata-se de um estudo exploratório e qualitativo, através de um estudo de caso sobre a Cachaça do município de Paraty.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas, por meio de artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso e apresentações de trabalhos em eventos da área, além da aplicação de questionários com o Secretário de Turismo do Município de Paraty e o Presidente da APACAP. Esses profissionais têm conhecimento sobre o tema e puderam colaborar, passando melhor credibilidade à pesquisa, com base nas informações que possuem por participarem efetivamente desse ramo.

O questionário foi construído com base na literatura e encaminhado aos e-mails no mês de junho de 2021. O convite e autorização para os questionários foram realizados via ligação telefônica no mês de maio de 2021, antes de encaminhar os e-mails. Depois de receber as respostas, foi realizada a análise de conteúdo para obtenção dos resultados da referida pesquisa.

RESULTADOS

Os resultados da referida pesquisa são apresentados por meio das entrevistas acerca da importância e contribuição da IG da cachaça do município de Paraty para o desenvolvimento do turismo local, de modo a observar os benefícios esperados, as principais ações de marketing e as parcerias entre a APACAP e a secretaria de turismo do município para a divulgação do turismo local. Para tanto, foram analisados os principais tópicos acerca da cachaça de Paraty, por meio de perguntas, tais como: importância da Indicação Geográfica para o turismo de Paraty; ajuda da IG no desenvolvimento do turismo de Paraty; benefícios esperados da IG da Cachaça de Paraty; ações de marketing do turismo com o uso da IG de Paraty para divulgar o



turismo regional; parceria da ABRASEL com a APACAP e com a Secretaria de Turismo de Paraty para divulgar o roteiro turístico. Dessa forma, essas perguntas servem para melhores esclarecimentos e entendimento do seu potencial quanto IG para esta região.

1. IMPORTÂNCIA DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA PARA O TURISMO DE PARATY

Para o Presidente da APACAP, a IG da cachaça trouxe maior visibilidade e mídia espontânea para a Cachaça de Paraty, e assim, estimulou o interesse dos turistas em conhecer sua produção e visitar os alambiques. A cachaça de Paraty sempre foi referência cultural e econômica no município, afirma o secretário de turismo, Sr. Marcos Paulo Magalhães Coutinho. Para ele, a indicação só reforçou e fortaleceu ainda mais o turismo na região.

Segundo Tonietto (2003) a IG possibilita a salvaguarda das características locais e regionais dos produtos, atestando sua qualidade. Atualmente, segundo os entrevistados, o roteiro dos alambiques é um dos passeios mais explorados em Paraty.

2. A COLABORAÇÃO DA IG NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE PARATY

O turismo em Paraty já era bem desenvolvido quando a IG foi reconhecida, afirma o Presidente da APACAP, mas a proteção da IG e a rota da cachaça tornaram-se um importante destino em Paraty e, em consequência, o interesse do visitante cresceu, aumentando tempo de permanência na cidade. Para o Secretário, com a indicação Geográfica da Cachaça, os alambiques se transformaram em pontos turísticos e a cachaça se tornou um grande atrativo aos visitantes.

3. BENEFÍCIOS ESPERADOS DA IG DA CACHAÇA DE PARATY

Para Kakuta (2006) são inúmeros os benefícios da proteção de uma IG, tanto para o produtor, quanto para os consumidores, assim como também para a economia local. Não é diferente para a IG da Cachaça de Paraty, que segundo os entrevistados, agregou vários benefícios (Quadro 1) da IG da cachaça para o município.



Quadro 1- Benefícios da IG da Cachaça de Paraty

Agrega valor ao produto
Facilita o acesso ao mercado
Reconhecimento dos consumidores
Proteção do saber
Exigência da qualidade do produto
Fortalecimento da economia local
Aumento do fluxo de turistas
Preservação da tradição
Identidade no produto
Aumento das vendas

Fonte: Kakuta (2006)

4. AÇÕES DE MARKETING DO TURISMO COM O USO DA IG DE PARATY PARA DIVULGAR O TURISMO REGIONAL

Todas ações de divulgação do turismo do município, a rota dos alambiques está incluída. Além disso, são realizadas exposições com a história e a cultura da cachaça de Paraty em feiras e eventos. O Festival da Cachaça, que é realizado em parceria com a APACAP, é um dos maiores festivais de cachaça do País. Outra ação é a participação em feiras de cachaça e de turismo. A secretaria de turismo utiliza a IG para trabalhar na divulgação de Paraty como a terra da cachaça, cidade histórica.

5. PARCERIA DA ABRASEL COM A APACAP E SECRETARIA DE TURISMO DE PARATY PARA DIVULGAR O ROTEIRO TURÍSTICO

Existe uma boa parceria entre a Secretaria Municipal de Turismo de Paraty (SECTUR) com a APACAP. Foi criado o roteiro dos alambiques e incluído nos mapas de destinos turísticos do município. Os atendentes do Centro de Informações Turísticas da Cidade indica a visita aos alambiques. A SECTUR também leva as cachaças para as exposições em feiras de turismo e também patrocina e organiza em parceria com a APACAP e o Festival da Cachaça, Cultura e Sabores de Paraty, que acontece anualmente no mês de agosto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi concedida à região de Paraty, município do Rio de Janeiro, o selo de Indicação de Procedência, que dá o direito exclusivo das Cachaças fabricadas no município, terem em seus rótulos, o selo de Indicação Geográfica. Com isso, os alambiques da região são reconhecidos e bem conceituados, pois, o saber fazer da Cachaça artesanal de Paraty é considerado um patrimônio brasileiro, sendo que a Cachaça de Paraty é o quarto produto brasileiro e a primeira cachaça a ser certificada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).



Quanto à identificação da importância da Indicação Geográfica (IG) para a gestão do turismo de Paraty e APACAP, ficou evidente, por meio das pesquisas bibliográficas e questionários, que a IG da cachaça trouxe maior visibilidade e mídia espontânea para a Cachaça de Paraty, que estimulou o interesse dos turistas em conhecer sua produção e visitar os alambiques. A proteção da IG fez com que a rota da cachaça se tornasse um importante roteiro turístico em Paraty.

Observou-se também alguns benefícios por conta da Cachaça em Paraty, tais como: a geração de valor ao produto, reconhecimento dos consumidores, proteção do saber, exigência da qualidade do produto, fortalecimento da economia local, aumento do fluxo de turistas, preservação da tradição, identidade no produto e aumento das vendas.

Acerca das ações de marketing do turismo com o uso da IG de Paraty para divulgar o turismo regional, todas ações de divulgação do turismo do município, a rota dos alambiques está incluída. Existe parceria entre a Secretaria Municipal de Turismo de Paraty e a APACAP, criando o roteiro dos alambiques e o incluído nos mapas de destinos turísticos do município.

Por fim, sugere-se para pesquisas futuras, identificar, quantitativamente, o grau potencializador turístico do município de Paraty, a partir do momento que foi concedido o selo de IP à região. Nesse sentido, buscará identificar o quantitativo de cachaças vendidas e se houve uma porcentagem significativa, bem como se o quantitativo de turistas regionais e estrangeiros aumentou significativamente.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, H. A cachaça como atrativo turístico em Paraty (RJ). Trabalho (Conclusão de Curso) apresentado ao Curso de Turismo da Universidade Federal Fluminense, 2016.

Associação dos Produtores e Amigos da Cachaça de Paraty. **Quem Somos**. Disponível: <<http://apacap.com.br/quem-somos.php>>. Acesso: 30 jul. 2021.

BERTONCELLO, A. G; SILVA, K. F. R; GODINHO, A. M. M. Indicação Geográfica protegida: agrega valor ao produto e ao desenvolvimento regional? O caso da cachaça de Paraty. **Desafio Online**, Campo Grande, v. 4, n. 1, Abril 2016.

BRAGA, M. V. F; KIYOTANI, I. B. A cachaça como patrimônio: turismo cultura e sabor. **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, Natal, v. 3, n. 2, p. 254-275, jul./dez. 2015.

DIAS, N. C. Cachaças de Paraty. A patrimonialização de uma tradição. **ACENO**, Vol. 4, N. 8, p. 164-179. Ago. a dez. de 2017.

DIAS, N. C. Entre Memórias Coletivas e Significações: o saber-fazer da cachaça artesanal de Paraty (RJ) como patrimônio cultural local. **In: Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio**. Instituto Multidisciplinar, UFRRJ, Campus Nova Iguaçu, 8 a 11 de agosto de 2016.



MARQUES, C. M. Dimensões de um patrimônio: Significados e Silenciamentos na História da Cachaça – Paraty, fins do século XVIII a meados do século XIX. **Tese (Doutorado)** apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, 2017.

RODAS, F. G. Inovação na produção de cachaça de qualidade: estudo de caso Armazém Vieira – Florianópolis/SC. Trabalho (Conclusão de Curso) submetido ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SAMEL, A. N; BATISTA, A. P; CÉSAR, A. S. Evolução tecnológica *versus* produção artesanal: o caso da cachaça de Paraty – RJ. **In:** 53^a Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. João Pessoa - PB, 26 a 29 de julho de 2015.

SANDRE, S. Cachaça, patrimônio brasileiro. Trabalho (Conclusão de Curso) submetido ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, 2004.

Sebrae. **Indicações Geográficas Brasileiras, IG- Paraty.** Disponível: <<https://datasebrae.com.br/ig-paraty/>>. Acesso: 30 jul. 2021.

TONIETTO, Jorge. Vinhos brasileiros de 4^a geração: o Brasil na era das indicações geográficas. **Embrapa Uva e Vinho-Comunicado Técnico (INFOTECA-E)**, 2003.



CAPÍTULO 3

POTENCIALIDADE TURÍSTICA DA PAISAGEM EM SÃO JERÔNIMO DA SERRA (PR): UMA REFLEXÃO A PARTIR DA PERCEPÇÃO ESPACIAL

Coaracy Eleutério da Luz, Pós Doutora em Geografia Docente, UENP

RESUMO

Este artigo objetiva compreender o potencial turístico da paisagem existente no município paranaense de São Jerônimo da Serra a partir da percepção espacial de sua população residente. Assim, de acordo com os resultados obtidos por meio de entrevistas executadas no estudo, analisa-se a propensão para a possível prática do turismo em algumas feições paisagísticas do local, tais como cachoeiras, rios, grutas, comunidades indígenas etc. Em suma, constatou-se que existe um reconhecimento da paisagem e de sua potencialidade para o turismo por parte do universo pesquisado, expressando-se como um anseio e uma pré-condição para a concretização dessa atividade econômica na área estudada.

PALAVRAS-CHAVE: Potencialidade turística; paisagem; percepção espacial.

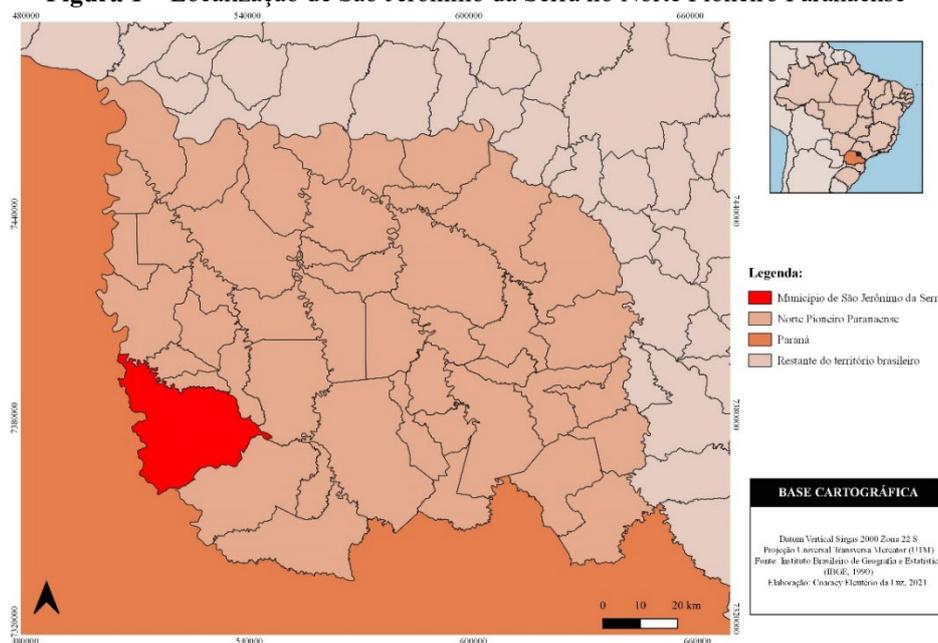
INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa compreender a paisagem de São Jerônimo da Serra, município localizado na mesorregião geográfica do Norte Pioneiro Paranaense (IBGE, 1990) (Figura 1), a partir da percepção espacial, demonstrando a possibilidade da mesma apresentar propensão para a prática turística, ou seja, indicar a potencialidade turística presente na área estudada. Partindo-se de tal propósito maior, pretende-se analisar as diferentes formas paisagísticas de São Jerônimo da Serra e sua provável relação com a tencionada atividade turística.

Sendo assim, valorizam-se as dimensões não materiais da experiência, da intersubjetividade, dos sentimentos, da intuição para se atingir tal nível de explicação. Alguns temas tratados nos questionários aplicados – lazer, potencialidade turística do município – e nas entrevistas consideram os aspectos subjetivos da paisagem e visam através da sua análise entender seus significados, valores e sentimentos em relação à mesma.



Figura 1 – Localização de São Jerônimo da Serra no Norte Pioneiro Paranaense



Fonte: IBGE, 1990. Elaboração: Coaracy Eleutério da Luz, 2021.

POTENCIALIDADE TURÍSTICA E PAISAGEM SOB O ENFOQUE DA PERCEPÇÃO ESPACIAL

Como exemplo das novas abordagens da Geografia Cultural, na Geografia Humanista, o conceito de paisagem foi resgatado, ao considerar os aspectos subjetivos da paisagem, através da análise de seu significado. Esses estudos de percepção da paisagem são fundamentais para investigar os valores e os sentimentos em relação às paisagens (RISSO, 2008).

Na abordagem fenomenológica, a percepção é a condição primordial para compreender a paisagem, e esta é o elo de comunicação do sujeito com o mundo. Sendo a percepção da forma, a condição de objetivação do sujeito com o mundo. Por isso, não se subordinam as condições subjetivas e objetivas na produção da paisagem. O visível se mistura ao invisível, de modo que a forma expressada na paisagem é o resultado de processos de experimentação e vivência do homem na natureza (DANTAS; MORAIS, 2008).

Nesse estudo, valoriza-se tal possibilidade de leitura da paisagem, dentre as diversas perspectivas e igualmente válidas. Porquanto, a interpretação da paisagem examinada se deslocará de um entendimento desta, como campo de visibilidade à proporção que se interessa pelas características de suas formas e estrutura visível, para um raciocínio a respeito da mesma enquanto campo de significação individual e sociocultural, focalizando os significados e valores construídos pelos sujeitos e grupos que a vivenciam (CABRAL; BUSS, 2002). Para Frémont, a Geografia tinha de tratar das formas, das cores, dos cheiros, dos sons, dos ruídos.



Ele acreditava que a tarefa de uma descrição geográfica incluía a experiência do espaço vivido pelas pessoas da área estudada (CLAVAL, 2011).

No final dos anos setenta, surgem novas perspectivas no âmbito dos estudos sobre a paisagem. A paisagem deixou de ser idealizada como um dado objetivo. (CLAVAL, 2011). Baseando-se em Melo (2001) a partir da década de setenta, os estudos de Geografia Humanista, desenvolvidos por geógrafos americanos fundamentavam-se na crítica ao positivismo lógico, interposto pela “revolução teórica-quantitativa”, especialmente no uso de leis cientificamente verificáveis para o comportamento humano, porque, na perspectiva humanista “as ações humanas só podem ser entendidas por meio de teorias que considerem seus significados, valores, propósitos, objetivos e aspectos subjetivos” (MELO, 2001, p. 32).

No tocante a análise da paisagem, os geógrafos humanistas buscavam referências nas humanidades, amparando-se nas filosofias do significado, sobretudo, na fenomenologia e o existencialismo. “Todo ambiente que envolve o homem, seja físico, social ou imaginário, influencia sua conduta. A realidade é interpretada e os fenômenos são observados como parte de um fenômeno maior [...]” (MELO, 2001, p. 33).

O conceito de paisagem representa o acúmulo, através da memória, e o descarte, pelo esquecimento, das expressões e associações culturais que se determinam sobre o espaço geográfico e que constituem a base do ser social das pessoas (HOLZER, 1999). “O homem seria a medida de todas as coisas, uma vez que toda explicação só seria satisfatória se fundada nas explicações e valores humanos” (MELO, 2001, p. 34). Conforme tal consideração, o caráter da cultura seria individual, baseando-se na percepção ou subjetividade, tornando-a concebida além dos aspectos materiais. Assim, a superfície da Terra é elaborada para cada pessoa pela refração através de lentes culturais e pessoais, de costumes e fantasias (MELO, 2001).

Na abordagem do geógrafo francês Eric Dardel, a percepção consiste no meio e o fim do conhecimento, desse modo o mundo não é exterior, e muito menos abstrato a vida do sujeito. O mundo é assim, sempre uma experimentação ou uma vivência. Sua compreensão de paisagem resulta da geograficidade perene nos vários modos pelos quais esta é sentida e conhecida em todas as suas formas. Segundo esse pesquisador em suas origens a Geografia é um prolongamento da experiência e a paisagem é uma dimensão da condição humana de habitar. A função da paisagem consiste em manter uma relação viva entre o homem e a natureza que o envolve imediatamente, por isso esta desempenha um papel de mediação, possibilitando que a natureza se mantenha como mundo para o homem (DANTAS; MORAIS, 2008).



Também se entende que a paisagem é a natureza criada e recriada, à medida que o homem modifica as formas originais da natureza, percebendo, experimentando e vivenciando os processos sócio afetivos que estruturam e constituem esta relação com a natureza. Proporcionalmente, ocorre a criação e recriação do homem na natureza, porque quando esta adquire contornos moldados pela ação humana, ressignifica suas formas originais, incorporando ritmos e feições resultantes do encontro do homem com a natureza. A perspectiva fenomenológica permite ao homem relembrar este encontro (DANTAS; MORAIS, 2008).

Nessa perspectiva a paisagem só tem existência a partir do indivíduo que a organiza, combina e promove arranjos do conteúdo e forma dos elementos e processos, como em um jogo de mosaicos. Esses mosaicos são representações do existente ou do ansiado para determinado espaço apreendidos conforme determinado ponto de vista. “É sabido que o espaço comporta coexistências que nem sempre são capturadas ou valorizadas no recorte da paisagem efetuado, dependente desses filtros bem como nos interesses que regem as representações” (GOMES, 2001, p. 56-57).

Contudo, tratar de mundos interiores apresenta um risco, pois os indivíduos, constituintes das sociedades, não existem como entidades independentes. Tal raciocínio explica-se pela perspectiva relacional em que estes devem sua especificidade à maneira como se inscrevem as relações que mantêm com o ambiente e com os outros. “[...] eles constroem seu eu a partir de modelos sociais que eles aceitam, que eles imitam ou que rejeitam; não se compreende seu mundo interior sem essas articulações com o social” (CLAVAL, 1999, p. 75). Contudo, para Claval (1999) atualmente parece impossível o estudo da Geografia de uma cidade, de uma região ou de um país sem se interessar pelas pessoas que os povoam.

Ainda, segundo Castro (2002) a paisagem é um dos muitos recursos mobilizados pelas atividades econômicas do turismo, esta mobilização ou valorização da paisagem para essas atividades é possível devido ao conteúdo simbólico prévio que a reveste. Todavia, segundo Yázigi (2002) deve-se buscar entender os sentidos da paisagem para o turismo, mas sem perder de vista sua importância virtual no cotidiano das pessoas, seus principais atores.

Define-se a potencialidade da paisagem para o turismo por meio do levantamento de seus componentes naturais (clima, vegetação, relevo, hidrografia) e/ou culturais (gastronomia, cultura, museus e monumentos históricos etc.). Assim sendo tais elementos étnicos, culturais, históricos e ambientais que podem constituir a paisagem, passarão a ser percebidos e valorizados conforme o imaginário dos turistas (GONÇALVES; CASAGRANDE;



CALVENTE, 2002). E, o significado da paisagem presente no imaginário turístico pode variar, pois “nem todos os turistas atribuem o mesmo significado [...] e podem, portanto, não estar à procura de experiências similares. [...] os turistas não devem ser considerados um grupo homogêneo” (VERBOLE, 2002 apud GONÇALVES; CASAGRANDE; CALVENTE, 2002, p. 224).

Além disso, é significativo considerar a diferença entre potencialidade para o turismo e recurso turístico, pois estes últimos sejam naturais ou culturais somente constituem potencial turístico quando cumprem determinada função. De tal modo, a expressão potencialidade designa a possibilidade de cumprir a função turística, sendo esta definida socialmente (GONÇALVES; CASAGRANDE; CALVENTE, 2002).

A paisagem, expressão fisionômica do espaço geográfico, se reveste de diversas conotações, e suas definições partem do ponto de vista de quem a contempla e a analisa, desse modo é “como se a paisagem não existisse sem alguém que a observasse” (RODRIGUES, 1997, p. 45-46). Pois, uma vez que o observador é um sujeito impregnado, a acepção de paisagem é impregnada de significações culturais e ideológicas. Mesmo quando se trata de uma fotografia, ou seja, de um quadro estático, a captação da imagem passa por diferentes interferências, como “o ângulo escolhido, a incidência da luz, o jogo de luz e sombra, a distância realçando ou escondendo detalhes” (RODRIGUES, 1997, p. 46). A autora explica que comumente, define-se a paisagem como o domínio compreendido pela visão do observador, confundindo-se com frequência o ver com o perceber.

“Mas a percepção da paisagem supõe arte, ou seja, uma lógica que o homem faz e faz-se da natureza e da beleza. Portanto, é a sensibilidade humana que se encontra na origem da paisagem” (CASTRO, 2002, p. 132). Então, com inspiração nesses pressupostos teóricos e assumindo uma abordagem geográfica humanista, o estudo pretende interpretar a paisagem no domínio da significação, ou seja, obter ideias que permitam refletir sobre a paisagem como fenômeno vivido.

PERCEPÇÃO ESPACIAL E POTENCIALIDADE TURÍSTICA EM SÃO JERÔNIMO DA SERRA

Na pesquisa a paisagem não foi idealizada somente como um dado objetivo, restrita ao domínio dos sentidos – visão – seu enfoque ultrapassa esse nível, apresentando-a tanto na dimensão objetiva quanto na dimensão subjetiva. A dimensão subjetiva analisada envolverá



apenas as representações mentais da população local, uma vez que a presença considerável de turistas inexistente no município.

Os resultados expressam que as paisagens são formadas pelas preferências paisagísticas, porquanto, as pessoas veem seu entorno através das lentes de preferência e do costume, e tendem a moldar o mundo a partir do que veem. Assim, se proporciona o entendimento da ordenação da paisagem possivelmente pela visão vertical, objetiva, que tem a paisagem como domínio que viabiliza a vida humana; e pela visão lateral, subjetiva, que considera a paisagem enquanto espaço de ação ou de contemplação.

Nessa perspectiva a compreensão da paisagem ocorre a partir do indivíduo que a organiza, combina e promove arranjos do conteúdo e forma dos elementos e processos, tal como um jogo de mosaicos. Esses mosaicos são representações do existente ou do ansiado para determinado espaço apreendidos conforme determinado ponto de vista – paisagem como potencialidade turística.

A metodologia utilizada – aplicação de questionários e entrevistas – possibilitará que os *insiders* sejam os intérpretes, proporcionando que a paisagem como contexto seja aparentemente mais facilmente deduzida. Ao se conduzir a análise sob o enfoque humanista, concorda-se que a abordagem acerca de mundos interiores apresenta riscos, uma vez que os indivíduos, constituintes das sociedades, não existem como entidades independentes, porque constroem seu ‘eu’ a partir de modelos sociais que estes aceitam, imitam ou rejeitam; não se compreende seu mundo interior sem tais articulações com o social.

Quando indagados sobre a possibilidade de desenvolvimento turístico no município, as respostas no meio rural e urbano de São Jerônimo da Serra expressam que na zona rural, embora o percentual mais alto indique que estes acreditam na possibilidade de desenvolvimento do turismo em São Jerônimo da Serra, a diferença é pequena dos que disseram sim com 57% com relação aos que responderam não com 43%. Na zona urbana, é visível o desejo do turismo no município, pois 88,5% responderam sim, contra 11,5% que falaram não.

A aspiração pelo turismo no município de São Jerônimo da Serra já se mostrava evidente em outras pesquisas sobre as suas potencialidades e quanto às prioridades para seu desenvolvimento. Em estudo realizado no Curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina em 1997, a maior parte da população entrevistada já se mostrava favorável à implantação do turismo, afirmando a existência de atrativos turísticos nas propriedades rurais, e acreditando que esta prática causaria melhorias nos estabelecimentos comerciais. Contudo,



reconhecia-se na época a falta de infraestrutura no município para que tal atividade alcance êxito (AMÂNCIO, 1997).

No estudo técnico realizado pela EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) foram detectadas as potencialidades e desafios do município, assim como se detalharam suas prioridades. Para essas questões transparece o turismo como potencialidade, desafio e prioridade. No detalhamento das prioridades o turismo apresenta-se como potencialidade, indicando-se a cultura indígena, e tendo como desafios a falta de infraestrutura e a necessidade de investimentos. Como sugestões tem-se a divulgação, o incentivo para atrair investidores, os projetos para obtenção de recursos e profissionais habilitados no assunto (EMATER, 20--). Por conseguinte, estes estudos realizados em São Jerônimo da Serra desde o século passado já exprimiam certa simpatia da população pela possibilidade de desenvolvimento turístico no município. Nestas pesquisas a população declarava como potencialidade turística de São Jerônimo da Serra, os recursos naturais (cachoeiras, clima, cavernas, vegetação etc.) e os aspectos culturais, como a presença das terras indígenas e as festas tradicionais.

A identificação e reconhecimento da potencialidade turística e do desejo da prática turística no município também se expressaram através das informações auferidas a partir das entrevistas. O roteiro das entrevistas se dividiu em duas seções, a primeira parte tratou da percepção da paisagem e a segunda investigou sobre a potencialidade turística da paisagem. Os entrevistados pertencem ao setor de gestão territorial do município (dois entrevistados no município), duas lideranças indígenas e um entrevistado do setor de hospedagem de São Jerônimo da Serra. Optou-se pela seguinte identificação: entrevistados ‘A’ e ‘B’ relacionados à gestão territorial de São Jerônimo da Serra; entrevistados ‘C’ e ‘D’ associados às lideranças nas comunidades indígenas, e entrevistado ‘E’ ligado ao setor de hospedagem de São Jerônimo da Serra.

A partir desse trecho apresentam-se as perguntas sobre potencialidade turística e paisagem. “Em sua opinião a paisagem do município apresenta potencial para a prática turística?”, e as respostas e justificativas foram as seguintes:

Em São Jerônimo da Serra, o ENTREVISTADO A confirma a existência de potencial, contudo há falta de planejamento. Sua resposta dá noções da possibilidade de desenvolvimento de turismo em áreas naturais e de turismo rural.

Ainda, sobre São Jerônimo da Serra, o ENTREVISTADO B profere mais algumas considerações importantes, afirmando que o município apresenta potencial, todavia, no início



sua resposta não condiz à realidade com a seguinte frase: “*A indústria desse município hoje é a área turística pela quantidade de... de... beleza que ele tem*”. Tal afirmação não expressa a realidade, uma vez que o turismo não se executa efetivamente no município, este não consiste em sua ocupação ou principal atividade econômica. Dando continuidade, a resposta toma o rumo adequado e condizente à situação atual ao identificar os componentes naturais da paisagem e sua potencialidade, a necessidade de inventário turístico, a falta de instalação de infraestrutura mínima para acesso a cachoeiras, a precisão de parcerias e a identificação da Cachoeira João Nogueira como um importante atrativo do município. Com relação à falta de levantamento da potencialidade turística em São Jerônimo da Serra, ao longo da primeira década deste século houve uma iniciativa para elaboração de inventário turístico, porém este não foi concluído. Em consulta a este documento em arquivo digital, observa-se que algumas ações do plano diretor, como a formação de Conselho Municipal de Turismo foi cumprida pela administração pública dessa época, contando com o envolvimento de várias secretarias, departamentos municipais, entidades públicas (Emater), representantes de diversos segmentos da sociedade (ramo hoteleiro, agricultura, comércio, indústria etc.) e organizações não governamentais (ONG Ambiental Norte do Paraná). Este conselho denominado Conselho Municipal de Turismo de São Jerônimo da Serra (COMUTUR) foi criado pela lei municipal 012/2005 em 16 de maio de 2005. Foi possível verificar a organização dos Conselhos de Turismo Indígena (COMUTURINS) em 2008, outro desígnio presente no plano diretor, envolvendo representantes das terras indígenas. Ainda, para exemplificar tais organizações, foram anexados ao inventário vários materiais que descrevem as etapas executadas. O inventário turístico, embora incompleto, estrutura-se em apresentação geral contendo breve descrição da potencialidade turística do município, metodologia, caracterização de algumas etapas anteriores e necessárias ao desenvolvimento turístico (departamento de turismo, conselhos municipais de turismo), breve histórico municipal, símbolos municipais e aspectos geográficos.

O ENTREVISTADO C vê potencial na paisagem de São Jerônimo da Serra para atrair turistas, e faz alusão ao perfil de turista que desenvolve estudos. Há algumas tipologias para os turistas que manifestam interesse em visitar áreas naturais protegidas, na resposta dada pelo entrevistado, faz-se menção ao ecoturista pesquisador, ou seja, aquele que participa de grupos de pesquisa e enquadra-se pontualmente em experiências científicas.



O ENTREVISTADO D considera que a paisagem de São Jerônimo da Serra apresenta potencial, e particularmente a Terra Indígena Barão de Antonina, com possibilidade de visitação a cavernas, rios, cachoeiras etc.

E, por fim, a respeito do assunto, o ENTREVISTADO E, informa sobre a existência de vários elementos que representam a potencialidade turística do município de São Jerônimo da Serra, sendo citado novamente a Cachoeira João Nogueira e as terras indígenas. Também menciona o distrito de Terra Nova e o rio do Tigre. Além disso, explica que em alguns desses já há visita o, no caso das terras indígenas, para qual há certa d vida sobre a existência de paisagem no local.

De acordo com as respostas dadas percebe-se que a maioria dos entrevistados confirma a existência de potencialidade para o desenvolvimento turístico, alguns demonstram ciência da falta de planejamento e dos desafios a serem enfrentados para que tal segmento econômico venha a ser executado e obtenha bons resultados.   válido destacar que algumas respostas além de mencionarem os possíveis atrativos para visita o turística, também já indicavam algumas modalidades turísticas e ideias de como estas podem se desenvolver.

Na análise das respostas obtidas faz-se men o ao turismo rural e ao ecoturismo: *“Principalmente essa questão a  das naturais a  n , cachoeira, cavernas e a própria assim agricultura familiar [...] dá pra você trabalhar de estar junto assim n , agregando valor nos produtos deles, gerando renda pra famílias em fun o a  do turismo”* (ENTREVISTADO A, ligado à gestão territorial em São Jerônimo da Serra), *“Ao nível de cachoeira, grutas e enfim  ...  ... outra coisa, bonitos riachos, há... muitas nascentes ainda que estão ‘conservada’ de águas puras cristalinas”* (ENTREVISTADO B, ligado a gestão territorial em São Jerônimo da Serra), *“Visita a cavernas n ,   rios, córregos, n . [...] Existem também cachoeiras”* (ENTREVISTADO C, liderança indígena em São Jerônimo da Serra), *“Eu não conheço todas as cachoeiras, cavernas, mas as que eu conheço, elas são bonitas, acredito que o pessoal que venha pra c  vai gostar”* (ENTREVISTADO E, do setor de hospedagem em São Jerônimo da Serra).

Nesse subitem buscou-se compreender a paisagem do município de São Jerônimo da Serra e sua potencialidade turística a partir da percep o, evidenciando no tocante a este assunto como os sujeitos envolvidos na pesquisa se comunicam com o mundo. P de-se investigar assim através dos aspectos subjetivos apresentados como estes expressam seus valores e sentimentos em rela o   paisagem estudada. Segundo os resultados da pesquisa a paisagem que significa a



expressão material do sentido que as pessoas dão ao meio foi reconhecida como portadora de potencialidade turística e para esta há um forte desejo de transformação em recurso turístico por parte da população.

CONCLUSÃO

Durante a pesquisa foi possível notar e nesse sentido buscar entender por que os indivíduos e os grupos não vivem os lugares do mesmo modo, não os percebem da mesma maneira. Para tanto, a compreensão da paisagem geográfica estudada, e a identificação da potencialidade turística, teve como fundamento teórico-metodológico, a percepção espacial.

Investigou-se assim através dos aspectos subjetivos apresentados como estes expressam seus valores e sentimentos em relação à paisagem estudada. Segundo os resultados da pesquisa a paisagem que significa a expressão material do sentido que as pessoas dão ao meio foi reconhecida como portadora de potencialidade turística e para esta há um forte desejo de transformação em recurso turístico por parte da população.

Assim, de acordo com os resultados obtidos por meio de entrevistas executadas no estudo, analisa-se a propensão para a possível prática do turismo em algumas feições paisagísticas do local, tais como cachoeiras, rios, grutas, comunidades indígenas etc. Em suma, constatou-se que existe um reconhecimento da paisagem e de sua potencialidade para o turismo por parte do universo pesquisado, expressando-se como um anseio e uma pré-condição para a concretização dessa atividade econômica na área estudada.

Logicamente, considera-se de extrema importância o engajamento sólido da administração pública local a fim de encaminhar as principais ações e diretrizes já propostas em estudos de planejamento municipal passíveis de serem aplicadas, e outras delineadas a partir da conjuntura atual. Esta iniciativa pública atacaria os principais equipamentos e serviços necessários à infraestrutura turística e, por conseguinte incentivaria o poder privado que já vem manifestando interesse na promoção de tal segmento econômico no município.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, J. et. al. **O turismo e a população local** – o caso de São Jerônimo da Serra. Londrina: [S.l.], 1997.

CABRAL, L. O.; BUSS, M. D. A paisagem como campo de visibilidade e de significação: um estudo de caso. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 47-62, Jan./Jun. 2002.

CASTRO, I. E. de. Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política. In: YÁZIGI, E. (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 121-140.



CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999. 454 p.

_____. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 147-166.

DANTAS, E. M.; MORAIS, I. R. D. **Paisagem como categoria da análise geográfica**. [S.l.]: UFRN, 2008.

EMATER. **Plano de desenvolvimento sustentável de São Jerônimo da Serra**. São Jerônimo da Serra: Emater, 20--.

GOMES, E. T. A. Natureza e cultura – representações na paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 49-70.

GONÇALVES, A. C.; CASAGRANDE, J. A.; CALVENTE, M. del C. H. A análise da paisagem como potencialidade e recurso e o imaginário do turismo. In: MARANDOLA JR., E. et al. (orgs.). **Geografia, Ciência e Filosofia: interdisciplinaridade e interfaces de conhecimento**. Londrina: Ed. Humanidades, 2002. p. 224-225.

HOLZER, W. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 149-168.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 137 p.

MELO, V. M. Paisagem e simbolismo. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 29-48.

RISSO, L. C. Paisagens e cultura: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica. In: **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 67-76, jan/jun. 2008.

RODRIGUES, A. A. B. Geografia e turismo – reflexões preliminares. In: _____. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 37-60.

YÁZIGI, E. A importância da paisagem. In: _____. (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 11-27.



CAPÍTULO 4

DOI: 10.47402/ed.ep.c202120014639

CARACTERÍSTICAS DA SEGUNDA RESIDÊNCIA DE CIDADINOS NO MEIO RURAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA⁷

Guélmer Júnior Almeida de Faria, Pós-Doutorando, UFV, Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica

Ana Louise de Carvalho Fiúza, Professora do Departamento de Economia Rural, UFV

RESUMO

O cenário rural vem sofrendo grandes transformações na contemporaneidade, em especial, as concepções de rural-urbano que têm sido questionadas. São elaboradas novas interpretações de rural-urbano e novos modos de habitar e morar, entre elas as denominadas segundas residências. Esse fenômeno é recente no Brasil. Deu-se a partir da década de 1950 e é revelado pelo desenvolvimento do país com o rápido processo de industrialização e urbanização, estimulados pela indústria automobilística, crescimento e expansão das vias rodoviárias, novos estratos sociais médios e urbanos, a pendularidade entre campo-cidade e a proximidade das áreas rurais e urbanas. Este estudo analisa as características da segunda residência em meio rural a partir de uma revisão integrativa da literatura. Constatou-se um aumento dos domicílios de uso ocasional na zona rural, em 2010. Diante do fenômeno crescente e globalizado referente à segunda residência por moradores urbanos, há uma valorização cultural do rural. Há uma nova racionalidade produtiva nesses domicílios, como o turismo rural, impulsionada pela expansão das moradias e do processo de *rurbanização* na atualidade. Foi observada uma diversidade em atrelar o conceito a outros temas ligados às diferentes áreas em que o rural deve ser integrado mais claramente nas pesquisas de segundas residências.

PALAVRAS-CHAVE: Domicílios Rurais. Ruralidades. Desenvolvimento Rural. Relação campo-cidade/rural-urbano.

INTRODUÇÃO

As mudanças no meio rural brasileiro não podem ser compreendidas se sua análise não estiver atrelada às mudanças no meio urbano brasileiro. Segundo Basaldi (2001, p. 157), “o meio rural deixou de ser sinônimo de agrícola e passou a ser o local de atividades que eram tipicamente urbanas”. Pensar o rural sob a vertente do agrário é obstaculizar outras dimensões, dinâmicas e especificidades do que seja o rural.

Para Gomes (2011), o rural está intrinsecamente ligado à cultura, aos fluxos, às relações sociais e à história. Portanto, há uma emergência de compreender a relação rural/urbano a partir da formação territorial e do seu entorno de pequenos municípios. Castro (2006) chama a atenção

⁷ Bolsa PNPd (Programa Nacional de Pós-Doutorado/CAPES) do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV).



que esses pequenos e médios municípios têm dinâmicas e são compostas por formas urbanas, entretanto, com atuação, especificidades e modos de vida próprias do ambiente rural. Essas transformações reveladas por Eli da Veiga levam ao conceito de *rurbanização*. Quando ele aponta que “[...] tanto os municípios que têm populações entre 50 e 100 mil, quanto os que têm menos de 50 mil, mas densidades superiores a 80 hab./km²” (VEIGA, 2001) são rurbanos seja pela valorização do urbano ou da paisagem rural. Entretanto, independentemente de quais sejam os significados atribuídos ao rurbanos entendemos o como a reunião entre os modos de vida rural e urbano.

Os embates teóricos em relação ao urbano/rural têm privilegiado três formas de análise: i) a dicotômica; ii) a de *continuum*; e iii) a de permanência das ruralidades (MOTA; SCHMITZ, 2002). A primeira advém do par binário estipulado pela sociologia de comunidade-sociedade, tradicional-moderno, oposição entre rural-urbano, conforme apresentado por Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981). A ideia de *continuum* parte-se para o entendimento de que os processos de urbanização e industrialização homogeneizou todos os espaços. A crítica mais radical dessa abordagem preconizava o fim do rural com o alto grau de urbanização da sociedade em geral. Uma das causas deste estudo está, justamente, na simbiose que os pequenos municípios têm com o meio rural. E finalmente, tem-se a permanência das ruralidades enquanto modos de vida. É a partir dos sujeitos e das especificidades e particularidades do lugar ou dos espaços constatamos sua participação em processos sociais e econômicos.

Definindo o rural, Maria José Carneiro (2008, p. 12) aponta uma nova formulação: “[...] sustentadas numa complexa rede de atores sociais que não pode mais ser compreendida pura e simplesmente como um processo de urbanização que se encaminharia na direção da homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade”. A autora também sinaliza para as transformações que o capitalismo causa no meio rural e, a partir daí, conclui que as definições de urbano e rural não podem ser dadas pela extinção do rural. O que ocorre é uma transformação do rural, uma interpretação menos generalizante e uma reconsideração entre tradição cultural e o processo de modernização da agricultura. Sugere ainda analisar rural enquanto uma forma de pensar, de classificar e organizar o mundo social, orientado pelas ações. Ela diz que esse pensamento está centrado na defesa da permanência das diferenças espaciais e sociais contextualizadas por processos históricos de reelaboração contínua da dualidade campo-cidade, fazendo emergir “novas ruralidades” (CARNEIRO, 2008).

Essas novas ruralidades devem ser enfrentadas como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base no englobamento de novos



valores, hábitos e técnicas. Assim, as “novas ruralidades” não só apropriam como também ampliam as novas funções e as novas atividades no meio rural, tanto no nível do agregado familiar, quanto com o poder público e com a iniciativa privada. Nesse novo momento, o meio rural brasileiro tem sido analisado pela ótica da pluriatividade ou multifuncionalidade do campo e pelas relações campo-cidade. Essas “novas ruralidades” pressupõem distinguir as variações entre o rural em suas relações internas e específicas e também nas relações com o urbano, compreendendo seus contornos, especificidades e representações.

Espaços rural e urbano são complexos e têm singularidades. Essa nova ruralidade se assenta no acesso às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC's), no estreitamento de relações com o urbano, caracterizado por mudanças importantes, trazendo dinâmicas marcadamente transformadoras, como a reversão das tendências migratórias, das mobilidades, dos deslocamentos e a renovação das atividades no campo, a modernização dos modos de vida e novas formas de organização de atores sociais locais. Gomes (2011, p. 157) assevera que: “[...] o rural está nas cidades, e as cidades estão no rural, mas esses espaços jamais negam sua identidade: eles se reinventam, recriam, reordenam, reassumem novas formas”.

Quando se fala de urbano, nem sempre falamos de cidade. Esta constatação perpassa pelo surgimento de uma nova racionalidade produtiva econômica que reproduz (ou tenta) práticas tradicionais rurais sob a lógica urbana. É o caso das segundas residências em que se utiliza o campo para a construção de condomínios rurais e chacreamentos. Outra modalidade são as ofertas de lazer e refúgio encontradas no turismo rural de base familiar que utiliza o modo de vida rural como estratégia produtiva local de eficiência econômica.

Müller (2009, p. 20) corrobora que as “segundas residências constituem um fenômeno quase que exclusivamente rural, ainda que também existam as segundas residências urbanas”. Destacam-se a intensificação da urbanização no campo acelerada pela reestruturação produtiva, o avanço do capitalismo agrário transformando a função dos estabelecimentos agropecuários e os vínculos com a terra, que deixou de ser a única fonte de renda para boa parte da população rural com a inserção de atividades agrícolas e não-agrícolas, como, por exemplo, o turismo rural. Pretto e Monastirsky (2017, p. 6891) admitem “[...] que o campo também passou a receber maior atenção pela busca do contato com a natureza e o modo de vida rural, muito atraente para os cidadãos que buscam um refúgio para as angústias da vida urbana moderna”.

Compreende-se a movimentação do fenômeno crescente e globalizado referente à segunda residência, que são moradores urbanos que vislumbram o campo em um contexto



cultural rural, mas poderia haver também uma nova racionalidade produtiva nesses domicílios, que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) chama de domicílios de uso ocasional⁸, para além do refúgio e do lazer. Essa nova lógica de racionalidade produtiva/econômica dos domicílios de uso ocasional e das segundas-residências pela pluriatividade, com o resqúcio de vegetação nativa, de relevo com caráter cênico ou mesmo cursos d'água, explica a popularidade desse tipo de domicílio, segundo aponta Arrais (2014).

A análise feita aqui para identificar estatística e espacialmente foi feita em associação com a incidência absoluta dos domicílios de uso ocasional, limitado pelas dificuldades dos dados oficiais, que acompanham as manchas de povoamento. Como por exemplo, ao consideramos o Brasil em relação ao estado de Minas Gerais e a microrregião da Zona da Mata Mineira em três escalas geográficas diferentes do local ao global observa-se a intensificação do espraiamento dos domicílios de uso ocasional, conforme a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Evolução dos Domicílios de Uso Ocasional, 2000-2010.

Região	2000	2010
Brasil	830.105	1.267.386 (+34,5%)
Minas Gerais	147.025	222.158 (+33,82%)
Zona da Mata Mineira	11.891	22.028 (+46,02%)

Fonte: IBGE (2010).

Internacionalmente alguns estudos tem apontado o crescimento das segundas residências na Europa e nas Américas. Para Baltaci e Cevirgen (2020) sua utilização tem aumentado gradualmente desde a década de 1970 e a maioria dos estudos realizados concentram-se nas perspectivas da segunda residência em meio rural. Embora, Hall (2014) alerta que a maior parte da investigação seja dada as segundas residências e que sua definição depende das diferentes abordagens e pode normalmente ser reconhecida a nível nacional, tais números não são facilmente comparáveis a uma escala internacional. Arrais (2014) chama atenção para as áreas metropolitanas litorâneas em razão da rede urbana regional e as características do turismo de segmento sol-praia. No interior e meio rural, a presença dos domicílios de uso ocasional refere-se a chácaras e/ ou sítios isolados, ou mesmo condomínios fechados de chácaras.

⁸ As residências secundárias, segunda residência, são chamadas de domicílio de uso ocasional que servem como moradia, para descanso em férias, fins de semana e outros fins, podendo o ocupante estar ou não presente na data do recenseamento (IBGE, 2010).



Com base no que precede, este capítulo de revisão integrativa tem como objetivo compreender as características das segundas residências em meio rural, através de dados da literatura internacional e nacional. Coteja-se integrar informações de estudos executados em diferentes cenários com a finalidade de visibilizar resultados relevantes que contribuam no debate nas Ciências Sociais e suas interfaces, visando fomentar futuras pesquisas.

Para tanto, o capítulo acha-se subdividido neste debate introdutório, tomada pelo escrutínio metodológico. A próxima seção traz à tona alguns resultados para, em seguida, discutir as segundas residências em um contexto cultural rural e as novas dinâmicas e novos modos de habitar e morar. Apontamos ainda algumas compreensões que decorrem das análises inqueridas. Por fim, apresentam-se as considerações finais, nas quais buscamos sintetizar as principais conclusões que decorreram deste estudo.

METODOLOGIA

No presente estudo, adotamos como método a revisão integrativa, cuja finalidade consiste, segundo Souza, Silva e Carvalho (2010, p. 103), “na mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado”. Assim, pode-se identificar lacunas de conhecimento, levantar o conhecimento já produzido e indicar prioridades para futuras pesquisas. A busca dos artigos consistiu em consulta às principais bases de periódicos brasileiros: *Scielo* e *Capes*. Entretanto, a busca não surtiu efeito. Não foram encontrados artigos com os descritores “segunda residência” e “meio rural”, o que levou a procura pela plataforma *online Google Acadêmico*® (<https://scholar.google.com.br/>).

Os critérios de inclusão foram: i) recorte temporal nos últimos dez anos (na data da realização da pesquisa), assim, de 2010 a 2020; ii) texto integral disponível (artigos) em formato eletrônico, gratuito e redigido em português/ inglês; iii) presença do termo de busca “segunda residência” e “meio rural” e “*second homes*” e “*area rural*”, no título ou no resumo; e iv) ser compatível com, no mínimo, um dos objetivos do artigo, ou seja, contemplar as características da segunda residência em meio rural. Os critérios de exclusão foram: não pertencer ao meio rural, estar vinculado aos estudos urbanos e de expansão de mercado imobiliário turístico sobretudo no litoral e como residência temporária. Em seguida, foram verificadas as publicações repetidas com a finalidade de subtrai-las do computo. A partir disso, procedeu-se a leitura dos resumos dos artigos, visando selecionar aqueles que atendiam aos critérios elencados.

Foram selecionados 11 artigos disponibilizados no *Google Acadêmico®*; nove artigos em inglês e dois em português, sendo que um se encontra disponibilizado em anais de congresso e não como artigo publicado em periódico (Quadro 1).

Quadro 1: Sistematização dos artigos selecionados para a revisão integrativa da literatura.

Título do artigo	Autores	Periódico e dados do artigo	Objetivo
The Social Value of Second Homes in Rural Communities	Nick Gallent	Housing, Theory and Society, v. 31, n. 2, p. 174-191, 2014.	O artigo analisa a questão da segunda residência, com uma perspectiva que atribui um valor social particular à residência rural temporária e sazonal. Argumenta que as segundas residências podem dar às comunidades uma reserva potencial de capital social “intermediário”.
Second homes planning, policy and governance	C. Michael Hall	Journal of Policy Research in Tourism, v. 7, n. 1, p. 1-14, 2015.	O artigo fornece uma revisão da literatura sobre segundas residências, política e governança e destaca os principais temas e questões, incluindo a política de habitação, sustentabilidade, representação política e meio ambiente no meio rural.
Rural Second Homes and Their Impacts on Rural Development: A Case Study in East Iran	Seyed Davood Hajimirrahimi <i>et al.</i>	Sustainability, v. 9, n. 4, p. 1-16, 2017.	Este estudo pretendeu avaliar os impactos que as “segundas residências rurais” têm no desenvolvimento rural na aldeia Khorashad, na província de South Khorasan, no Irã.
Second home owners, locals and their perspectives on rural development	Maja Farstad; Johan Fredrik Rye	Journal of Rural Studies, v. 30, p. 41-51, 2013.	Neste artigo, alerta-se sobre as correntes dominantes nas pesquisas sobre segunda residência que explicam os conflitos sociais entre hospedagem e visitas rurais às populações de segunda residência, descrevendo suas diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento rural.
Second home countryside. Representations	Mia Vepsäläinen; Kati Pitkänen	Journal of Rural Studies, v. 26, n.	Este artigo contribui para a discussão ao fornecer uma revisão empírica dos discursos populares finlandeses sobre

of the rural in Finnish popular discourses		2, p. 194-204, 2010.	segundas residências. A revisão é baseada em uma análise dos motivos dos proprietários de uma segunda residência e nas representações da mídia.
Rural Second Homes: A Narrative of De-Centralisation	Winfried Ellingsen	Sociologia Ruralis, v. 57, p. 229-244, 2017.	Este artigo argumenta que um segmento significativo da população está de fato passando mais tempo em áreas rurais, quando consideramos o impacto da mobilidade de uma segunda residência.
How do Rural Second Homes Affect Human Health and Well-being? Review of Potential Impacts	Kati Pitkänen; Jenni Lehtimäki; Riikka Puhakka	International Journal Environmental Research and Public Health, v. 17, p. 1-16, 2020.	Discute como as características dos ambientes rurais de segunda residência e seu uso e usuários podem afetar impactos potenciais na saúde e no bem-estar dos finlandeses.
Second homes: Migration or circulation?	Kjell Overvåg	Norsk Geografisk Tidsskrift - Norwegian Journal of Geography, v. 65, p. 154-164, 2011.	O artigo discute as segundas residências modernas em áreas rurais na Noruega, com relação ao conceito de migração. A discussão é baseada na elaboração de como as segundas residências envolvem múltiplas mobilidades e não apenas a mobilidade física dos proprietários das segundas residências.
Second homes in rural areas: Reflections on a troubled history	Dieter K. Müller	Norsk Geografisk Tidsskrift – Norwegian Journal of Geography, v. 65, p. 137-143, 2011.	O artigo oferece uma revisão da literatura sobre a segunda residência no que diz respeito às questões levantadas, afiliações disciplinares e problemas e deficiências relacionados. A ausência de segundas residências em estudos rurais é destacada em particular.
Turismo de segunda residência em meio rural	Leila Cobuci; Elisabeth Kastenholz	Rosa dos Ventos, Revista do Programa de Pós-Graduação em Turismo, v. 3, n. 2, p. 125-132, 2011.	Este artigo dedica-se à análise do comportamento do consumidor, dando ênfase ao papel que as motivações desempenham na decisão de adquirir uma segunda residência em meio rural.



Entre campo e cidade: o lazer e as casas de segunda residência no município de Ponta Grossa – PR ⁹	Fabelis Manfron Preto; Leonel Brizolla Monastirsky	Anais do ENANPEGE, Porto Alegre, 2017.	Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a relação entre o lazer e a residência secundária no campo. É realizada uma discussão sobre o processo de identificação com o espaço e a busca por segundas residências no campo – motivada pelo sentimento de estranhamento com o espaço urbano que impulsiona a busca por um novo contexto cultural.
---	--	--	---

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A análise dos artigos ocorreu nas seguintes etapas: i) leitura dos artigos na íntegra, com o intento de identificar características, objetivos e resultados de cada produção; ii) descrição das informações averiguadas na etapa anterior; iii) agrupamento e categorização dos dados, de acordo com os achados dos artigos. Informa-se que, para a execução da terceira etapa, seguiram-se os princípios da técnica matriz de síntese ou de análise, a qual tem sido utilizada como ferramenta de organização de dados de revisão devido à sua capacidade para resumir aspectos complexos do conhecimento (KLOPPER; LUBBE; RUGBEER, 2007). Os autores referem que o instrumento tem por objetivo proteger o pesquisador de erros. Este instrumento pode conter informações verbais, resumos de textos, extratos de notas, bem como dispor de dados integrados em torno de temas/conceitos da pesquisa. Ressalta-se que a matriz deve permitir que o pesquisador tenha uma visão geral dos estudos analisados.

Para a análise do conteúdo recorreu-se às Nuvens de Palavras (NP) como instrumento complementar, que segundo Surveygizmo (2017) oferece distanciamento suficiente ao escrutínio isento conjugado ao envolvimento do pesquisador com expressão que, na perspectiva das metanarrativas, configurariam discursos e novos sentidos. Teriam a oferecer quadros conceituais úteis à síntese, sistematização e compreensão enriquecida de um conjunto de ideias que poderiam subsidiar proposições. Estas Nuvens de palavras (NP) são imagens usualmente apresentadas como ilustração à leitura superficial do senso comum obtidas pelo software *Word Clouds*¹⁰. O tamanho de cada palavra indica sua frequência, admitida como *proxy* da relevância de determinada temática no totalidade de hipertextos (SURVEYGIZMO, 2017).

⁹ A inclusão deste artigo deu-se por compor parte de uma tese de doutorado defendida em 2018, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cf.: PRETTO, Fabelis Manfron. **Entre cidade e campo**: as segundas residências no espaço rural. 2018, 376f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

¹⁰ Disponível em: <https://www.wordclouds.com/>. Acesso em: 12 de maio de 2021.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na literatura brasileira, de acordo com Arrais (2014), o conceito de segunda residência é frequentemente discutido a partir de duas perspectivas. A primeira está ligada ao turismo, cujo foco maior são as motivações e as origens dos deslocamentos. A segunda perspectiva é ligada à geografia urbana e ao imobiliário turístico, linha explorada, especialmente, na interpretação das áreas litorâneas do nordeste brasileiro. Apontamos neste texto duas novas perspectivas que levam em consideração o contexto cultural rural (espaço de transição rural-urbano) e as novas dinâmicas de habitar e morar, como asseveram Bezerra e Silva (2018, p. 8) ao observarem os “diversos usos do território, como o surgimento de novas formas de habitação que se confundem com espaços de traços rurais, assentados nas proximidades ou mesmo ao lado das pequenas cidades”.

Da amostra coletada, observou-se o uso das segundas residências em duas perspectivas teóricas: i) as segundas residências como busca a cultura rural; e ii) como dinâmica de novos modos de habitar e morar. Nessas duas linhas de pesquisa, percebe-se que há maior compreensão do turismo e do contexto cultural no campo, dado pela paisagem e pelo modo de vida na contemporaneidade, como a fragmentação do morar e da extensão do cotidiano.

Constatou-se que cinco artigos abordam as segundas residências na perspectiva do contexto cultural rural e seis artigos como dinâmica demográfica de uma sociedade em constante mobilidade e na contemporaneidade como novos modos de habitar e morar. Quanto ao tipo de estudo: dois declaram ser descritivos exploratórios; dois avaliativos; cinco bibliográficos; um etnográfico; e um não deixa claro o tipo do estudo. Os artigos, em sua maioria, estão em Língua Inglesa e o país onde há maior número de estudos desenvolvidos é a Noruega (n= 3), seguido da Finlândia (n= 3), Brasil (n= 2), Irã (n= 1), Suécia (n= 1) e Reino Unido (n= 1). O alto número de publicações, especialmente na Noruega e Finlândia, pode ser reflexo dos processos de desenvolvimento nestes países, que emergem com o processo de urbanização do campo. Os artigos foram publicados nos anos de 2011 (n= 3), seguido do ano de 2017 (n= 3), 2010, 2013, 2014, 2015, 2020 (n= 1, respectivamente), o que evidencia uma distribuição regular das produções científicas. Há um indicativo crescente entre 2011 e 2017, o que não pôde ser verificado em 2012 e 2020 devido à limitação de tempo do presente estudo.

A seguir, o Quadro 2 traz a matriz conceitual dos principais temas/ conceitos abordados na amostra e as respectivas referências:

Quadro 2: Matriz conceitual.

Conceito Referências	Segundas residências	Áreas rurais	Desenvolvimento rural	Turismo rural	Ruralidades	Lazer	Sustentabilidade	Capital social	Mobilidade/	Representações rurais	Urbanização	Bem-estar/ Saúde	Motivação	Relação rural-urbano/ Campo-cidade
	Gallent (2013)	✓	✓	✓					✓					
Hall (2015)	✓	✓	✓	✓	✓		✓				✓			
Hajimirrahimi <i>et al.</i> (2017)	✓	✓	✓	✓		✓								
Farstad e Rye (2013)	✓	✓	✓		✓									
Vepsäläinen e Pitkänen (2010)	✓	✓			✓					✓				
Ellingsen (2017)	✓	✓			✓						✓			
Pitkänen et al. (2020)	✓	✓										✓		
Overvåg (2011)	✓	✓							✓					
Müller (2011)	✓	✓	✓	✓										
Cobuci e Kastenholtz (2011)	✓	✓		✓									✓	
Preto e Monastirsky (2017)	✓	✓				✓								✓

Fonte: Elaboração própria, adaptado a partir de Klopper; Lubbe; Rugbeer (2007).

Pela matriz conceitual, entende-se que os 11 artigos utilizam o conceito de segunda residência e áreas rurais, apontando a validação e o seu uso. Ao mesmo tempo, constata-se que o desenvolvimento rural (cinco artigos) constitui a base teórica-analítico para analisar o fenômeno das segundas residências, seguidas das ruralidades (quatro artigos). Há uma grande diversidade em atrelar o conceito a outros temas ligados à saúde (bem-estar), psicologia (motivação), meio ambiente, sociologia (capital social), geografia (urbanização, relação campo-cidade/rural-urbano). Isso demonstra diferentes abordagens de pesquisa para descrever e compreender a complexidade das segundas residências em áreas rurais na contemporaneidade.

Utilizando a Nuvem de Palavras (NP) é possível perceber as particularidades da segunda residência e suas definições, conforme a Figura 1 adiante.



Figura 1: Nuvem de palavras sobre as definições de segunda residência.



Fonte: Elaboração própria a partir do *Word Clouds* (2021).

AS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS EM UM CONTEXTO CULTURAL RURAL

Na contemporaneidade, Pretto e Monastirsky (2017) perceberam um crescimento quantitativo de busca pelas segundas residências no campo. As questões referentes ao processo de saída temporária do meio urbano são engendradas por um conjunto amplo de motivações que perpassam os campos sentimentais e materiais, modificando a dinâmica nos dois espaços. Os autores apontam uma crítica de que as segundas residências são vistas do ponto de vista geográfico e procuram imprimir aspectos subjetivos na compreensão do fenômeno.

Ao analisar os impactos da compra de uma segunda residência em áreas rurais, Gallent (2013), constatou que, em todo o mundo, geralmente, alinham-se com a tese de “perda de comunidade”, ligando uma segunda residência a uma série de consequências socioeconômicas negativas. Ele propõe uma estrutura para pensar sobre este fenômeno que reúne escritos sobre a natureza da habitação local com ideias de acumulação de capital social e os potenciais interconectores que os residentes temporários fornecem entre as redes sociais fechadas (ou mais limitadas) de algumas comunidades rurais e mundos socioeconômicos e profissionais mais amplos. Argumenta que as segundas residências podem oferecer às comunidades uma reserva potencial de capital social “intermediário”.

Na visão de Cobuci e Kastenholz (2011), o turismo de segundas residências em meio rural encontra-se em expansão, sustentado pelas recentes mudanças sociais que geraram um renovado interesse por estes domicílios. As segundas residências são um fator importante de



transformação da paisagem e do uso do solo. Atualmente, estes domicílios são considerados como oportunidades para o desenvolvimento regional.

Do ponto de vista da saúde e do bem-estar, Pitkänen, Lehtimäki e Puhakka (2020), ao analisarem os impactos que as segundas residências promovem sobre uma amostra da população da Finlândia e descobriram quatro questões principais que afetam. Primeiro, têm-se os impactos na saúde e no bem-estar dos usuários; as pessoas urbanas podem se beneficiar especialmente de segundas residências rurais, enquanto o desenvolvimento infantil e o desempenho dos idosos também podem ser apoiados pelo contato com a natureza em segundas residências. Em segundo lugar, a regularidade, a duração e a temporada das segundas residências influenciam o potencial de recebimento de benefícios, pois contribuem para a exposição à natureza. Terceiro, o tipo e a qualidade do ambiente de uma segunda residência afetam o contato com a natureza, como a exposição a micróbios ambientais que sustentam a saúde. Finalmente, as práticas, motivos e significados modificam as atividades e o apego e afetam o bem-estar físico e mental.

Quanto ao desenvolvimento rural e local desses domicílios, Hajimirrahimi *et al.* (2017) avaliaram os impactos que as “segundas residências rurais” têm na aldeia Khorashad, na província de South Khorasan, no Irã. Revelaram que o turismo rural se desenvolveu com o crescimento populacional, urbanização, desenvolvimento de transportes e rotas de comunicação. Nesse contexto, as segundas residências rurais são consideradas um dos principais instrumentos do turismo de residência permanente e temporária. Sugerem que deveria haver políticas públicas para melhorar o desenho e padrões de distribuição geográfica no desenvolvimento de segundas residências.

As questões discutidas sobre segundas residências perpassam temas como lazer (turismo), desenvolvimento regional e saúde pública. Estes novos significados atribuídos às áreas rurais, segundo Cobuci e Kastenholz (2011), asseveram que estão profundamente relacionados com as novas formas de lazer e recreação das sociedades modernas. Revelam-se, portanto, um importante fator de contribuição para a economia local, para a organização do território e para a preservação do patrimônio natural e cultural das respectivas regiões. Surge, então, um novo segmento da população que, apesar de habitar temporariamente o espaço rural, tem um papel cada vez mais decisivo relativamente ao desenvolvimento territorial.

Em relação aos aspectos sociais, Pretto e Monastirsky (2017) entendem a importância em compreender os sentimentos das pessoas pelo seu espaço de vivência, os vínculos



identitários, os anseios, aflições e alegrias. O campo e o modo de vida rural são construídos no ideário urbano como refúgio, mas também como possibilidade de reencontro consigo mesmo, de paz e harmonia, de contemplação e afeto. O “sonho da casa no campo” é materializado pela segunda residência que representa todo o jogo de emoções que se formam no subjetivo humano.

Entre as consequências dessas moradias, Hajimirrahimi *et al.* (2017), revelam que as segundas residências rurais trazem impactos positivos e negativos e destacam que os contrastes criaram muitos problemas, como aumento dos preços das terras agrícolas, perdas de empregos na agricultura e pecuária, mudança do conceito de cultura entre os moradores, conflitos sociais e culturais, criando dualidade no meio ambiente, mudando paisagens e a erosão das comunidades. As ameaças associadas ao turismo e suas consequências indesejáveis são a destruição de paisagens naturais, mudanças no estilo de uso da terra, aumento da imigração e declínio das atividades agrícolas e dicotomia social.

A noção vinculada por Gallent (2013) é de que as segundas residências contribuem para o desenvolvimento comunitário, argumentando que têm um potencial valor social, aumentando a conectividade das comunidades a novas habilidades e conhecimentos e, assim, sua reserva de capital social. Todos os consumidores do espaço rural são, por definição, externos às suas comunidades. Eles saíram de seu espaço produtivo, mas, provavelmente, mantiveram a conexão com as principais redes sociais e profissionais. Eles são capazes de usar esta conectividade (ao lado de seu capital) para domesticar os espaços de sua habitação.

Por fim, do ponto de vista da saúde pública, Pitkänen, Lehtimäki e Puhakka (2020) admitem que, na contemporaneidade, as pessoas vivem uma vida cada vez mais móvel e multilocal, compartilhando seu cotidiano entre vários locais com diferentes tipos de possibilidades de contato com a natureza. Assim, o uso de uma segunda residência por pessoas urbanas pode ser importante para manter seu acesso regular e exposição a ambientes mais naturais e rurais. No entanto, mudanças futuras na sociedade podem ter consequências significativas para os benefícios de saúde e bem-estar recebidos e devem ser levadas em consideração pelos planejadores e formuladores de políticas.

NOVAS DINÂMICAS E NOVOS MODOS DE HABITAR E MORAR

Um dos autores que tem destacado o desafio dos gestores públicos em estabelecer uma política de representação, responsabilidades e direitos é C. Michael Hall (2015) que aponta o conceito de governança e segunda residência para compreender os problemas de compreensão das mobilidades e moradias múltiplas na globalização neoliberal contemporânea. Para fins de



governança, todos têm de estar em algum lugar e os sistemas de governança têm dificuldade em lidar com quem está em vários locais ou são móveis. O autor adverte para a noção hegemônica de residência permanente, subsumindo a mobilidade espacial da vida contemporânea em que muitas pessoas experimentam para trabalhar e se divertir, bem como, cada vez mais, para saúde, educação e manutenção de relações familiares e de amizade. Percebe-se que o argumento do autor vai de encontro às novas dinâmicas e especificidades do habitar e morar o rural como área transitória e extensão do cotidiano urbano. A pendularidade entre campo-cidade, para Hall (2015), levanta questões sobre a ruralidade neoliberal, a habitação e o deslocamento humano em uma era de mobilidade.

Em relação aos conflitos relacionados ao desenvolvimento rural originários entre os visitantes (cidadinos) e os proprietários de segunda residência, Farstad e Rye (2013) asseveram que os habitantes locais são susceptíveis de acolher novos processos de desenvolvimentos, a fim de aumentar a viabilidade econômica de suas comunidades rurais, enquanto os proprietários de segundas residências defendem a conservação do idílio rural que os atraiu em primeiro lugar. Entre os conflitos estão a destruição física e as concepções de desenvolvimento rural. As populações locais e dos proprietários de segunda residência (visitantes) diferem em suas composições demográficas, orientações de valores, modos de vida, economia rural local (ou seja, o rural como local de trabalho *versus* local de lazer) e nas relações com as paisagens rurais (local de vida cotidiana *versus* local de consumo).

As novas dinâmicas da representação do rural encontram-se em Vepsäläinen e Pitkänen (2010), em que os autores procuram focar a representação do campo no período pós-produtivo, na Finlândia, explorando como o rural é apresentado no contexto de novos modos de habitar e morar. Sendo parte integrante do meio rural e de sua história, as segundas residências são um exemplo consagrado de consumo pós-produtivo das ruralidades contemporâneas. Através da análise dos discursos finlandeses sobre as segundas residências, principalmente, pela mídia, elas são analisadas como paisagem de fazenda (memória), paisagem selvagem (ambiente natural) e paisagem de atividade (local de trabalho e lazer).

As tendências demográficas observadas em muitos países da Europa apontam para a descentralização e urbanização da população. Ellingsen (2017) evidencia que um segmento significativo da população está de fato passando mais tempo em áreas rurais, quando consideramos o impacto da mobilidade de uma segunda residência. Este argumento é baseado em uma perspectiva rural-urbana, abordando as principais tendências demográficas



contrastando com a perspectiva sedentária para o registro da população com a visão alternativa do tempo gasto em localidades rurais.

Há uma tendência equivocada de associar a segunda residência com a migração, Kjell Overvåg (2011), ao analisar as segundas residências rurais na Noruega como parte de um fenômeno migratório, constatou que essa discussão deva ser tratada como múltiplas mobilidades e não apenas como a mobilidade física, mas por três modalidades: a primeira, a segunda residência como parte das casas das pessoas, a segunda, como presença temporária e a terceira, por meio da presença permanente. O autor argumenta, entretanto, que as segundas residências não devem ser conceituadas como representativas de um tipo de migração, mas, em vez disso, é mais apropriado usar o conceito de circulação. Reforça-se o aporte analítico nas agendas de pesquisa de como se deve proceder na compreensão do fenômeno.

Na perspectiva de Müller (2011), os estudos e pesquisas sobre as segundas residências emergiram no início da década de 1990, refletindo a extensão global do fenômeno. Entretanto, as segundas residências receberam tratamento inadequado nas pesquisas em Ciências Sociais. Por exemplo, apesar do fato de a maioria das segundas residências estarem localizadas em áreas rurais, elas raramente foram abordadas nos estudos rurais. A conclusão do autor é que as segundas residências devem ser trazidas de volta aos estudos rurais, mas também que o rural deve ser integrado mais claramente na pesquisa de segundas residências.

COMPREENSÕES SOBRE AS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS EM MEIO RURAL

Portanto, no contexto colocado, muitos motivos explicam o espraiamento das segundas residências para as áreas rurais, como a fuga da vida urbana, o apelo do ambiente natural e a vontade de possuir ou construir uma casa no campo (ADAMIAK; PITKÄNEN; LEHTONEN, 2016). Outro ponto que chama atenção nos resultados é o fenômeno da *rurbanização*, considerada como uma forma de urbanização do campo, pois constitui um instrumento de difusão e dispersão da cidade no espaço rural. Para Martine (1994), a heterogeneidade da estrutura produtiva, o nível de renda, o grau de desenvolvimento das comunicações e transporte, a diversificação e a especialização do consumo, o nível de cultura tecnológica, são precondições para a desconcentração e/ou a desassociação do lugar de trabalho com o de residência.

O rurbano – um conceito que marca o encontro do mundo rural e urbano, sobre tudo nos seus aspectos sociais, culturais e axiológicos (valores) – vem sendo discutido devido à dificuldade de classificar, pelos critérios habituais, populações que se situem, quer na zona rural com hábitos urbanos, quer na urbana com comportamentos rurais (NARDI, 2004. p. 27).



A partir dessa constatação, o que se observa de Norte a Sul do Brasil é uma heterogeneidade espacial, reforçada pela pluralidade do urbano brasileiro, pelas escalas locais, vivenciadas no cotidiano dos pequenos municípios, nas periferias metropolitanas e nos espaços considerados rurais que vivenciam modos urbanos e rurais (BAIA, 2015).

Nesse sentido, as segundas residências configuram uma relação construída e negociada entre os “pontos de intercessão” da tradição (rural) e a modernidade (urbano), como assinala Carneiro (2008), um processo que supera as relações de temporalidades que coexistem a partir de intensa negociação e resistência que a tradição estabelece no espaço das cidades. Essas resistências estão muito mais visíveis em cidades de médio e pequeno porte. Essa resistência se expressa, por outro lado, conforme Baia (2015), nos pequenos municípios que as *rurbanidades* se encontram muito mais latentes nos cotidianos espaciais, através de práticas de trabalhos e outros modos de vidas, novas dinâmicas e novos modos de habitar e morar que pluralizam e questionam a cartografia oficial da rede urbana brasileira. Bezerra e Silva (2018, p. 11) inferem:

[...] que o campo marca a cidade por meio de atividades agropecuárias presentes no espaço periurbano ou *rurbano*, porém, esta marca se configura tanto pela necessidade de sobrevivência, quanto pelo desejo de (re)constituir-se a partir da afirmação cotidiana dessas práticas em sociedade.

Ou seja, as segundas residências são elemento explicativo do processo de *rurbanização* do campo, que entende o *rurbano* como uma relação híbrida entre os dois mundos e os dois modos de vidas rurais e urbanos na contemporaneidade. Logo, a interpretação do fenômeno das segundas residências passa pela mobilidade humana, o desenvolvimento regional e local, mas também pelos projetos de vida dos sujeitos sociais na contemporaneidade, em que o habitar e o morar adquirem novas formas, novos modos e reinterpretções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao objetivo desta revisão, destaca-se que o conjunto de dados alcançados demonstram que as segundas residências são um fenômeno contemporâneo oriundo dos processos de urbanização do campo. O deslocamento pendular entre campo-cidade, a mobilidade impulsionada pelo crescimento e expansão das vias rodoviárias e pela indústria automobilística (principalmente a motocicleta e o carro), a emergência de novos estratos nas classes sociais médias e urbanas e uma cultura de valorização da natureza e do meio rural estimulam novas formas de habitar e morar em um mundo cada vez mais móvel.

Nessa linha, é evidente que as segundas residências são imprescindíveis para compreender o processo de “*contrametropolização*”, como aponta Martine (1994, p. 37), “renascendo, valores e aspirações mais ‘rurais’ ou ‘antimetropolitanas’ entre parte significativa



da população”. As evidências não se dão apenas no nível do aumento do número de segundas residências ou domicílios de uso ocasional, mas também de transformações nos padrões de uso que refletem mudanças demográficas, econômicas, culturais e tecnológicas.

Identificou-se que os cenários de uso das segundas residências abrangem diversas áreas (saúde, psicologia, sociologia, meio ambiente, administração pública), predominando o Desenvolvimento Rural. Referente a novos estudos empíricos, recomenda-se integrar o rural mais claramente nas pesquisas de segundas residências. Sobretudo, como aponta o Atlas do Espaço Rural (IBGE, 2020), no qual o turismo rural se configura como fonte de receita para muitos dirigentes de estabelecimentos agropecuários. Assim, as características locais e o modo de vida próprio comportam o reconhecimento de um campo urbanizado, desempenhando outras funções, não apenas de produção de alimentos para as cidades, mas o turismo rural, as segundas residências, novas práticas de gestão e novas racionalidades produtivas.

Reconhece-se, aqui, os limites da pesquisa quanto à própria amostragem. Indica-se a necessidade de novas investigações sobre a conceituação e o uso dos descritores de “segundas residências” para “domicílios de uso ocasional”, “domicílios temporários”, “residência temporária”, “residência secundária”, etc. A utilização no levantamento e no tipo de produção analisada merece ser melhor analisada, tendo em vista que foram incluídos somente artigos, a fim de esclarecer e validar diferentes estratégias de aplicação e facilitar a expansão e disseminação desse método, que se mostra tão eficaz e contributivo para estudar o fenômeno das segundas residências e suas características em meio rural.

REFERÊNCIAS

ADAMIAK, C.; PITKÄNEN, K.; LEHTONEN, O. Seasonal residence and counterurbanization: the role of second homes in population redistribution in Finland. **GeoJournal**, Kansas, v. 82, p.1035-1050, 2017.

ARRAIS, T. A. Integração do mercado imobiliário e segunda residência – Brasil metropolitano. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 49-62, jan./ abr. 2014.

BAIA, H. P. **Rurbanidades marajoaras**: produção, consumo e mudanças culturais no espaço da cidade de Melgaço/PA. 2015. 191 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) – Universidade da Amazônia, Manaus, 2015.

BALSADI, O. V. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 155-165, 2001.

BALTACI, F.; CEVIRGEN, A. The impacts of second home tourism on sócio-cultural and economic life: the residents perspectives. **Journal of the Geographical Institute “Jovan Cvijić” SASA**, Belgrado, v. 70, n. 3, p. 273-288, dezembro de 2020.



BEZERRA, J. A.; SILVA, C. N. M. Entre o rural e o urbano interiorizado. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, p. 1-13, set. 2018.

CASTRO, L. F. S. **Dinâmica demográfica da Zona da Mata Mineira e a microrregião geográfica de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF, 2006. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-3a5.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019

CARNEIRO, M. J. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 9-38, mar. 2008.

CARNEIRO, P. A. S. Desigualdades intrarregional na Zona da Mata Mineira: produção e organização socioespaciais diferenciadas. **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 3, jul. 2006.

ELLINGSEN, W. Rural Second Homes: A Narrative of De-Centralisation. **Sociologia Ruralis**, v. 57, p. 229-244, 2017.

FARSTAD, M.; RYE, J. F. Second homeowners, locals and their perspectives on rural development. **Journal of Rural Studies**, Reino Unido, v. 30, p. 41-51, 2013.

GALLENT, N. The Social Value of Second Homes in Rural Communities. **Housing, Theory and Society**, England, v. 31, n. 2, p. 174-191, 2014.

GOMES, I. O espaço rural em questão: o caso dos municípios rurais de Minas Gerais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas/MS, n. 13, ano 8, maio 2011.

HALL, C. M. Second homes planning, policy and governance. **Journal of Policy Research in Tourism**, Reino Unido, v. 7, n. 1, p. 1-14, 2015.

_____. Second home tourism: an international review. **Tourism Review International**, Nova York, v. 18, p. 1-23, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do espaço rural brasileiro**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/atlas/tematicos/16362-atlas-do-espaco-rural-brasileiro.html?edicao=29531&t=o-que-e>. Acesso em: 15 dez. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KLOPPER, R.; LUBBE, S.; RUGBEER, H. The matrix method of literature review. **Alternation**, Cape Town, v. 14, n. 1, p. 262-276, 2007.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Texto para Discussão nº 329. Brasília: IPEA, 1994.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H. Pertinência da categoria rural para análise social. **Ciências Agrotécnicas**, Lavras, v. 26, n. 2, p. 392-399, 2002.

MÜLLER, D. Las viviendas secundarias en Suecia: Entre el patrimonio nacional y el producto exclusivo. In: MAZON, T., HUETE, R y MANTECÓN, A (eds.) **Turismo, urbanización y estilos de vida**. Las nuevas formas de movilidad residencial. Barcelona: Icaria, 2009. p. 19-25.



NARDI, J. B. **Fumo e Desenvolvimento Local em Arapiraca/ AL**. Primeiras observações e análises para a elaboração do diagnóstico socioeconômico municipal e regional (Projeto). Arapiraca: FAPEAL/CNPQ-FUNESA, 2004.

OVERVÅG, K. Second homes: Migration or circulation?. **Norsk Geografisk Tidsskrift – Norwegian Journal of Geography**, Grimstad, v. 65, p. 154-164, 2011.

PRETTO, F. M.; MONASTIRSKY, L. B. Entre campo e cidade: o lazer e as casas de segunda residência no município de Ponta Grossa/ PR. *In*: ENANPEGE, 12., 2017, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2017.

SOROKIN, P. A; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. *In*: MARTINS, J. S. (org.). **Introdução crítica a sociologia rural**. São Paulo: HUCITEC, 1981. p. 198-224.

SOUZA, M. T. S.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

SURVEYGIZMO. **Using Word Clouds To Present Your Qualitative Data**. Sandy McKee. Disponível em: <https://www.surveygizmo.com/survey-blog/what-you-need-to-know-when-using-word-clouds-to-present-your-qualitative-data>. Acessado em 10 de maio de 2017.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento Territorial do Brasil: do entulho varguista ao ZEE. *In*: XXIX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2001, Salvador. **Anais...** Campinas, SP: ANPEC, 2001. v. 1. p. 1-20.

VEPSÄLÄINEN, M.; PITKÄNEN, K. Second home countryside. Representations of the rural in Finnish popular discourses. **Journal of Rural Studies**, Reino Unido, v. 26, n. 2, p. 194-204, 2010.



CAPÍTULO 5

A VIOLÊNCIA URBANA EM ITUIUTABA-MG: UMA ANÁLISE DOS CRIMES DE FURTOS E HOMICÍDIOS ENTRE OS ANOS DE 2010 A 2017

Isabôhr Mizza Veloso dos Santos, Doutoranda, IG/UFU. Bacharelada em Direito, UEMG

RESUMO

A violência urbana tem se transformado em aspecto central para a compreensão dos processos relativos à produção e apropriação dos espaços urbanos na atualidade. A violência é ampla e multifacetada, influenciando de maneiras diversas as experiências urbanas dos cidadãos, em função de seus segmentos sociais, faixa etária, gênero. E se apresenta no decorrer do artigo, através de reflexões. O intuito é de aprofundar sobre o entendimento da violência urbana na cidade de Ituiutaba-MG, a partir de nuances dialéticas entre os conteúdos (representados pelos índices dos crimes de furtos e homicídios), ressaltando o caráter socioespacial da violência urbana a partir de uma breve contextualização.

PALAVRAS-CHAVE: Crimes. Espaço. Ituiutaba. Violência urbana.

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais não é complexo perceber que a violência tem aumentado na vida cotidiana dos centros urbanos. Os problemas relativos à segurança pública e ao aumento da criminalidade são perceptíveis. Nesse sentido, evidencia-se a perversa realidade violenta em que sociedade como um todo está inserida.

A violência urbana se apresenta também como um estilo de vida, na medida em que faz parte do cotidiano de alguns indivíduos ou grupos, o que envolve escolhas particulares, relativas à identidade, às vestimentas, ao lazer, a aparência, inerentes a organização do espaço e do tempo. Manter tal estilo de vida, certamente mantém tais indivíduos e/ou grupos à margem da sociedade e os distanciam de oportunidades benéficas para sua realização pessoal e profissional.

Este artigo tem como objetivo geral analisar sobre as manifestações da violência urbana na cidade de Ituiutaba-MG, situada no triângulo mineiro, a partir das representações da insegurança urbana. No que tange aos objetivos específicos, visa retratar mediante dados estatísticos sobre as representações da insegurança (com a incidência criminal de furtos e homicídios) através de tabelas e mapas apontando as temáticas analisadas. Este texto tem como inquietação: Quais os tipos de crimes abrangem a violência urbana em Ituiutaba-MG?



O artigo não pretende estigmatizar os bairros de Ituiutaba-MG, mas promover uma discussão dialética a âmbito geográfico e jurídico sobre questões importantes que permeiam tal estudo e a realidade local.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

No que tange aos procedimentos metodológicos, este artigo de natureza dissertativa, de caráter bibliográfico é centrado na interpretação, base de procedimento que busca avançar no conteúdo estudado e concentrar-se em análises além do material buscado, de modo que, chega-se a uma interpretação quando é possível realizar uma síntese e os resultados obtidos a partir da análise do material coletado, bem como, as inferências realizadas e as perspectivas teóricas adotadas. (MINAYO, 2010).

Essa interpretação de dados, segundo Minayo (2010), perpassa principalmente por uma leitura compreensiva do material selecionado, pela exploração do material coletado e por fim pela elaboração de uma síntese ou análise interpretativa (com a articulação entre os objetivos do artigo, da base teórica adotada e dos dados empíricos elencados).

Desse modo, no que tange as coletas de dados estatísticos, dos principais órgãos do poder público estadual para embasar tal artigo científico, trata-se de correlações contextuais dos processos relativos às temáticas analisadas, mediante a utilização de mapas e tabelas que apresentam dados que representam a insegurança e corroboram com a discussão central deste artigo.

A abordagem da análise é qualitativa, para abordar o tema de forma mais subjetiva, embora se apoie também em dados quantitativos para situar a análise, típico de estudos da área de ciências humanas e aplicável aos métodos de investigação geográfica e também inerentes a interpretações da seara jurídica.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS:

A VIOLÊNCIA E A INSEGURANÇA URBANA EM ITUIUTABA - MG

As representações dominantes da violência urbana seguem roteiros e discursos pré-definidos. Essa violência urbana no Brasil que pode ser assistida cotidianamente na televisão, é perceptível nas relações sociais e nos diferentes espaços urbanos, passando a fazer parte do estabelecimento das relações de sociabilidade entre os cidadãos. Tal violência, tanto no que se refere as suas manifestações concretas quanto as suas representações simbólicas, assola mais os segmentos sociais marginalizados, em função da repressão e da estigmatização, por exemplo,



mas, na atualidade, perpassa por diferentes segmentos sociais, inclusive os mais abastados (PEDRAZZINI, 2006), compondo o que Magrini (2013) denomina de imaginário das cidades inseguras, pautado na disseminação de representações difusas de insegurança urbana, que tendem a ser associadas à diferentes contextos espaciais e sociais.

O conceito de violência é realmente muito abrangente, mas adota-se para as discussões propostas neste artigo, o entendimento de Arendt (2009) que enfatiza a dimensão política, através da atual configuração mundial, que pode ser entendida a partir da consideração da violência, que esteve presente, em guerras, revoluções e estratégias que visavam à manutenção ou à transformação das relações de poder. Adota-se também as argumentações de Michel Misse (2001) quando enfatiza sobre a violência não ser uma expressão descritiva ou neutra, pois seu uso já evidencia uma tomada de partido, ou seja, o outro é percebido como violento em si mesmo.

Nesse contexto, a cidade média de Ituiutaba abrange uma população com 104.526 mil habitantes, sendo o trigésimo município mais populoso do estado de Minas Gerais, segundo a projeção da população feita em 2017, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Encontra-se, também, localizada na porção Sudeste do país, que é considerada como uma grande região polarizadora, capaz de exercer influência na área agroindustrial do Brasil.

Com relação as representações da violência urbana em Ituiutaba-MG, no que tange aos dados estatísticos representativos da insegurança, apresenta-se o índice dos crimes de furto e homicídio datados desde os anos de 2010 a 2017, levantados por meio da necessidade de conhecimento prévio da situação da segurança urbana¹¹, em virtude de apontamentos científicos para traçar diretrizes do Plano Diretor do município realizado no ano de 2017.

Destarte, o crime de furto, por exemplo, um dos indícios das representações acerca da insegurança na cidade de Ituiutaba-MG, está previsto no título II, capítulo I da parte especial do código penal de 1940, especificamente nos artigos 155 e 156, do título II trata dos crimes contra o patrimônio, cuja ação, se dá, pelo empoderamento ilegítimo da coisa pelo agente. É através do furto, que a vítima é desapossada daquilo que lhe pertence, mas sem emprego de violência ou grave ameaça, diferente assim, do delito de roubo (art. 157 C.P.) em que há emprego de grave ameaça ou violência a pessoa.

¹¹ Os dados foram coletados na ocasião da realização da revisão do Plano Diretor de Ituiutaba (2017), diante da centralidade dada pela população à temática da segurança nas audiências e consultas públicas.

Existem diferentes tipos de furtos especificados no código penal de 1940, dentre os quais, se destaca: o furto famélico (o sujeito que subtrai alimentos para poder se alimentar em estado de extrema necessidade); o furto de uso (é a subtração de coisa móvel alheia, com o propósito de usá-la momentaneamente e com a intenção de restituí-la a seguir); o furto de energia (à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra energia que tenha valor econômico como a térmica, mecânica, nuclear, genética); o furto noturno (se o crime é praticado durante o repouso noturno), o furto privilegiado (furto mínimo ou furto de pequeno valor); e o furto qualificado (com maior periculosidade por parte do agente). Assim, o furto, como crime contra o patrimônio, é um fato potencialmente penal, que pode ser praticado por qualquer pessoa física, salvo o próprio proprietário, tendo como sujeito passivo o titular da posse ou da propriedade.

Sendo assim, durante os anos de 2010 a 2017 se apresenta os dados estatísticos relativos aos bairros da cidade de Ituiutaba-MG, tanto periféricos, quanto tidos como de classe média, com ocorrências criminais relativas aos furtos de maneira geral, disponibilizados pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG) do 54º batalhão, amparados pelo Sistema Integrado de Defesa Social de Minas Gerais e que são representações acerca da insegurança urbana.

Tabela 1: Ituiutaba. Ocorrências de Furtos. 2010 a 2017.

Comparativos das ocorrências de furtos registradas em Ituiutaba no período de 2010 a 2017 (*) por bairros									
BAIRROS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Aeroporto	0	1	0	4	5	4	3	1	18
Alcides Junqueira	0	20	64	60	45	36	55	44	326
Alvorada	5	23	54	45	48	37	39	35	286
Bela Vista	0	3	7	6	5	2	7	4	34
Brasil	0	3	15	16	18	9	6	9	26
Camargo	0	8	16	7	7	8	3	8	57
Carlos Dias Leite	0	2	10	8	3	4	8	2	37
Carvalho	0	0	3	0	1	1	4	1	10
Central	0	2	6	2	6	4	6	2	28
Centro	128	379	528	547	392	286	344	274	2868
Centro Turístico Camilo Chaves Neto	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Cidade Jardim	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Cristina	0	0	2	1	1	2	2	2	10
Distrito Industrial Antônio Baduy	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Distrito Industrial Manoel Cancelli	0	0	8	6	5	3	2	1	25
Doutor Marcondes Ferreira	0	0	0	0	0	0	4	12	16
Elandia	0	2	26	36	12	14	12	16	99
Eldorado	0	0	2	3	4	8	4	2	23
Esperança	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Gardenia	0	5	20	11	5	5	13	6	65
Gerson Baduy	0	0	0	3	8	7	9	6	33
Gilca Vilela Cancelli	0	0	0	0	1	4	1	2	8
Guimarães	0	5	9	22	12	5	10	20	84
Helio	0	0	5	6	3	1	4	8	27
Independência	0	23	66	56	61	62	64	70	444
Não informado	1568	1466	299	137	215	242	355	396	4976



Ipiranga	0	6	28	25	23	13	27	22	144
Jamila	0	8	9	6	8	2	5	4	47
Jardim Rosário	0	15	39	34	26	22	22	12	171
Jardim Europa I	0	0	8	8	11	5	7	8	47
Jardim Europa II	0	0	0	0	0	2	10	14	26
Jeronimo Mendonça	0	10	34	43	20	9	8	7	131
Jeronimo Mendonça	0	0	0	0	0	2	2	3	7
Lagoa Azul 1	0	3	23	14	23	14	13	16	106
Lagoa Azul 2	0	1	2	8	1	1	0	2	16
Maria Vilela	0	4	32	21	24	18	21	16	136
Marta Helena	0	6	26	18	13	10	14	14	101
Mirim	0	2	10	6	4	2	3	2	29
Monte Verde	0	0	1	4	2	2	0	0	9
Morada do Sol	0	1	2	3	1	3	4	2	16
Nadime Derze Jorge 1	0	0	0	0	4	5	3	3	16
Nadime Derze Jorge 2	0	0	0	0	0	4	12	14	30
Natal	2	2	52	65	47	42	27	33	334
Nova Ituiutaba 1	0	0	0	0	0	0	19	13	32
Nova Ituiutaba 2	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Nova Ituiutaba 3	0	0	0	0	0	0	12	9	21
Novo Horizonte	0	8	19	9	15	6	19	10	86
Novo Mundo	0	4	7	7	11	3	9	14	55
Novo Tempo 2	0	21	35	26	20	22	23	20	167
NS Aparecida	0	0	3	8	3	3	5	3	33
Paranaíba	0	1	4	3	6	1	2	8	25
Pirapitinga	0	18	42	52	33	26	27	27	226
Platina	1	18	42	60	61	40	41	43	307
Progresso	0	9	70	55	45	42	45	35	305
Residencial Buritis	1	0	6	3	8	3	9	3	33
Residencial Camilo Chaves	0	0	0	2	10	2	3	7	24
Residencial Canaã 1	0	1	25	38	15	5	9	8	101
Residencial Canaã 2	0	0	0	6	9	15	10	9	49
Residencial Drummond 1	0	0	4	9	5	8	6	6	38
Residencial Drummond 2	0	0	0	0	0	1	1	3	5
Residencial Drummond 3	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Residencial Jardim Copacabana	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Residencial Jardim Estados Unidos	0	0	0	0	0	0	0	6	6
Residencial Lisboa	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Residencial Monte Verde	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Residencial Portal dos Ipês	0	0	1	8	12	6	4	3	34
Ribeiro	0	2	5	4	4	3	1	1	29
Santa Edwiges	0	1	5	4	7	5	4	6	32
Santa Maria	0	3	29	17	12	17	13	17	108
Santo Antônio	0	1	5	15	8	3	9	3	44
São José	0	2	13	11	10	6	9	12	63
Satélite Andradina	0	2	10	12	13	11	4	9	61
Setor Industrial Antônio Baduy	0	0	2	0	3	3	2	1	11
Setor Norte	0	23	79	44	35	22	42	28	273
Setor sul	4	31	97	93	75	30	69	53	452
Setor Universitário	0	19	55	50	34	35	48	49	200
Sol Nascente 1	0	0	12	18	20	7	8	5	70
Sol Nascente 2	0	0	0	0	0	0	2	3	7
Tiradentes	0	0	1	2	1	1	1	2	8
Tupã	0	2	8	10	6	10	18	7	61
Vila Mika	0	0	1	1	0	1	0	0	3
TOTAL	2604	2161	2023	1846	1550	1017	1603	1531	13054



(*) Os dados de 2017 foram atualizados até 10 de outubro. No que diz respeito aos anos de 2010 a 2011, o sistema eletrônico de mapeamento urbano estava sendo implementado e por isso alguns dados sobre o bairro da incidência não consta dos registros.

Fonte: Armazém de dados do Sistema Integrado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais.

Fonte: SEDS, 2017.

Analisando os dados da tabela 1 podemos observar que nos anos analisados (2010 a 2017) tivemos uma tendência geral de queda no número de furtos registrados. Destacamos em negrito alguns bairros que apresentaram as maiores quantidades de furtos no período considerado: Centro – 2.868, Setor Sul – 452, Independência – 444 e Natal – 334.

A análise dessa espacialização dos furtos em Ituiutaba deve ser contraposta com as representações de insegurança dos moradores da cidade, que começamos a captar por meio de algumas entrevistas realizadas até o momento. Um aspecto interessante é o descolamento existente entre os bairros em que efetivamente são registrados os maiores índices de violência e aqueles que figuram entre os mais perigosos segundo a percepção dos moradores.

Segundo a tabela, percebemos que os registros de furtos nos bairros Nova Ituiutaba I são pequenos quando comparados com dados encontrados em outros bairros. O mesmo acontece com o bairro Camargo. Isso nos leva a crer que a produção das representações acerca da insegurança urbana é baseada em múltiplos fatores e não só na ocorrência efetiva de crimes e suas localizações especificamente.

Já com relação ao crime de homicídio, que consiste em matar alguém, e está presente na parte especial, do título I dos crimes contra a pessoa, no capítulo 1 dos crimes contra a vida, especificado no artigo 121 do Código Penal brasileiro, abrangendo tipos diferenciados: simples (ato de matar alguém, eliminar a vida); privilegiado (motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, em seguida a injusta provocação da vítima); qualificado (mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe e etc); e o culposo/doloso (se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, e não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante por exemplo).

Na tabela a seguir apresenta-se os índices estatísticos gerais (sem especificações sobre os tipos de homicídios) com relação a quantidade de ocorrências registradas, no período delimitado na cidade de Ituiutaba-MG, e que certamente são representações acerca da insegurança tanto em bairros de classe média quanto nos bairros periféricos.

Tabela 2. Ituiutaba. Ocorrências de Homicídios. 2010 a 2017

Comparativo das ocorrências de homicídios consumados registrado em Ituiutaba no período de 2010 a 2017 (*) por bairros									
BAIRRO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Alvorada	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Brasil	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Carlos Dias Leite	0	1	2	1	0	1	0	0	5
Centro	0	1	1	1	0	1	2	0	8
Elandia	0	0	0	1	0	0	1	0	2
Independência	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Ipiranga	0	0	1	0	0	1	0	0	2
Jardim Rosario	0	0	1	1	0	0	0	0	2
Jerominho Mendonça- Novo Tempo 1	0	0	0	2	4	2	1	0	9
Lagoa Azul 1	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Maria Vilela	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Monte Verde	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Natal	0	1	1	0	1	0	0	0	3
Novo Tempo 2	0	0	0	1	4	0	1	0	6
Pirapitinga	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Platina	0	0	1	0	1	0	1	0	3
Residencial Camilo Chaves	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Residencial Canaã 1	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Residencial Canaã 2	0	0	0	1	0	1	1	0	1
Residencial Drummond	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Santa Maria	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Santo Antônio	0	0	0	0	0	0	0	1	1
São José	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Satélite Andradina	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Setor Sul	0	0	0	1	2	0	0	0	3
Não informado	17	15	2	2	3	3	2	3	42
TOTAL GERAL	17	18	10	17	18	16	13	4	113
(*)). Os dados de 2017 foram atualizados até 10 de outubro. No que diz respeito aos anos de 2010 a 2011, o sistema eletrônico de mapeamento urbano estava sendo implementado e por isso alguns dados sobre o bairro da incidência não consta dos registros.									
Fonte: Armazém de dados do Sistema Integrado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais.									

Fonte: SEDS, 2017.

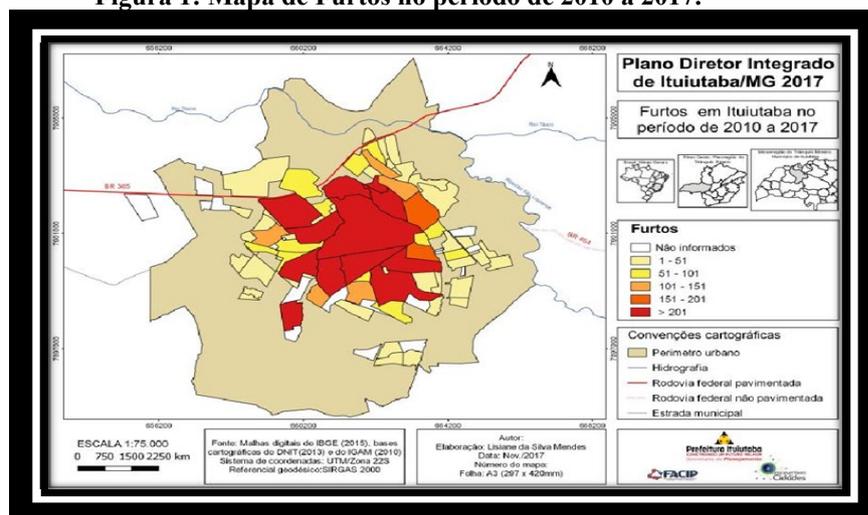
Podemos observar que a espacialização dos crimes contra a pessoa é diferente quando comparada à dos crimes contra o patrimônio, estando presentes mais nos bairros de residência dos segmentos mais pobres.

Observa-se que a espacialização das ocorrências de homicídios não coincide necessariamente com os mesmos bairros que tiveram maiores índices em relação ao crime anterior, mas o bairro Centro, Novo Tempo I, Natal tem números mais altos. Possivelmente tais estatísticas tem uma concentração de ocorrências de homicídios atrelados a movimentação das redes criminais a âmbito local e/ou regional.

Nesse contexto, a região do Triângulo Mineiro, tem observado um aumento da criminalidade em escala internacional, a partir da rota caipira, conforme nos aponta Abreu (2017), sendo uma região de articulação e com fronteiras com os estados de Goiás, São Paulo, Brasília, Mato Grosso, também compreendendo outras cidades com infraestrutura e desenvolvimento econômico próximas a Uberlândia e Uberaba.

Assim, surge a necessidade do mapeamento da incidência criminal de furtos e homicídios em Ituiutaba, para se ter uma noção dos casos correlatos a esses tipos de crimes, principalmente nas áreas/bairros que sofrem diretamente com a insegurança. Os mapas a seguir retratam tais informações e foram realizados em parceria com a Prefeitura de Ituiutaba, o Observatório das Cidades ligado à Universidade Federal de Uberlândia, através da antiga Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, atual Instituto de Ciências Humanas (ICH/PO), detalhando algumas informações técnicas à época para estruturar o Plano Diretor (2017).

Figura 1: Mapa de Furtos no período de 2010 a 2017.



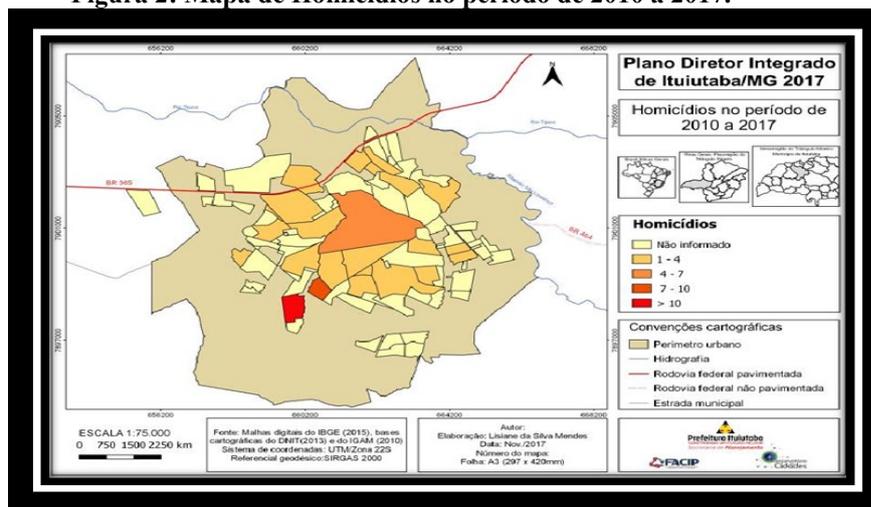
Fonte: Acervo da autora

Embora os mapas de furtos e de homicídios não foram organizados pela autora, retratam especificamente as áreas/bairros de maior incidência dos crimes em questão. A metodologia se deu pela utilização de imagens de satélite e delimitação a âmbito regional e local, bem como da utilização de escalas, da base cartográfica do IBGE e mediante os dados estatísticos apresentados na tabela 1 sobre os crimes de furtos.

Para Alves (2007), a criminalidade e a violência são fenômenos complexos, que se manifestam de formas distintas, possuindo causas e soluções diferentes em Estados, cidades e bairros.

O problema da criminalidade e da violência urbana conforme Alves (2007) deve estar no centro das atenções do desenvolvimento de políticas públicas e programas de prevenção. A violência gerada pela criminalidade é fruto de um poder paralelo pautado na dissolução dos objetivos de crescimento e de desenvolvimento e da qualidade de vida de toda sociedade. O mapa 2 retrata a espacialização dos crimes de homicídios obtidos a partir das informações da tabela 2:

Figura 2: Mapa de Homicídios no período de 2010 a 2017.



Fonte: Acervo da autora

É perceptível analisar que tanto em bairros considerados periféricos, quanto os mais próximos da área central da cidade, também foram alvos dessas modalidades criminosas durante a progressão dos anos especificados. De fato, tais tabelas e mapas, apresentam de forma breve um panorama das representações da insegurança inerentes aos crimes analisados em Ituiutaba-MG.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a manifestação de atos violentos nos espaços urbanos brasileiros, tem como consequência o conjunto de processos, em que o Estado era e talvez ainda seja, um mediador da segregação, da exclusão, da fragmentação socioespacial.

Essa realidade torna-se específica a partir da aceleração do processo de urbanização, a partir da qual constata-se muitas transformações no espaço urbano, mediante o período de intensos fluxos migratórios do campo para as cidades, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970. Neste contexto alguns centros urbanos brasileiros cresceram tanto quantitativamente quanto qualitativamente, diversificando os papéis que desempenham na rede urbana.



Nesse sentido, os objetivos gerais e específicos foram alcançados e corresponderam diretamente para as discussões dialéticas com relação aos crimes que compõem a realidade da violência urbana em Ituiutaba-MG. Tal panorama contribui para conhecer parte das problemáticas e demandas sociais e criminais, por isso a relevância de se aprofundar nas pesquisas científicas para desvendar tal cenário de incertezas. O direito e a geografia são ciências que contribuem para entender tais fenômenos no espaço urbano.

Essa análise, ainda muito preliminar, nos indica que é necessário considerar as relações entre violência e insegurança urbana de maneira aprofundada e complexa, na medida em que nem sempre os dados estatísticos fomentam as representações dos cidadãos, sendo necessário buscar as origens e os conteúdos das significações e das estigmatizações que pautam a produção dos territórios possivelmente (in) seguros. É preciso que o poder público municipal e estadual atente-se para tal realidade para proteger a sociedade local e fomentar mais políticas de segurança.

REFERÊNCIAS

ABREU, Allan de. **Cocaína – A Rota Caipira: o narcotráfico no principal corredor do Brasil**- 1ªed.-Rio de Janeiro: Record, 2017.

ADORNO, S. **Violência e educação**. Trabalho apresentado no 5º Simpósio Municipal de Educação. Caxias do Sul, RS, 50-90, 1988.

ALVES, Daniel G. **Avaliação do Impacto Produzido pelo Sistema de Patrulhamento Vídeo Monitorado na Prevenção do delito de Roubo à transeunte e na Sensação de Segurança no Hipercentro de Belo Horizonte**. CESP/2007.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BATELLA, Wagner Barbosa. **Análise Espacial dos Condicionantes da Criminalidade Violenta no Estado de Minas Gerais – 2005: Contribuições da Geografia do Crime**. 2008. 142p.Dissertação de Mestrado (Curso de Pós-Graduação em Geografia – tratamento da Informação Espacial) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BRASIL. **Código penal** (1940). 45. ed. São Paulo: Saraiva, OAB, 2018.

FUINI, Lucas Labigalini. **O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações**. Geografia, Ensino & Pesquisa, Vol. 21 (2017), n.1, p. 19-29.

HAESBAERT, Rogério. **A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão**. In: CASTRO, I. E., et. al, Geografia: Conceitos e temas. 5ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-206.



MAGRINI, Maria Angélica. **Vidas em enclaves: imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos.** 2013. 488 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.,

_____. **Interações entre violência e cidades: em busca de uma definição de violência urbana.** Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.36, v.1, p.83-98, jan. /jul. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2010.

MISSE, Michel. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo.** Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das Cidades;** Tradução de Giselle Unti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SANTOS, Roberval Soares. **Geografia do Crime: A produção de Espaços Segregados pela Violência em Caetité.** 2012. 78p. Monografia do Curso de Licenciatura em Geografia, Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Caetité-BA, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, I. E. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **“O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”** In: Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1995. Pp.77-116.



CAPÍTULO 6

URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA E QUALIDADE DE VIDA PARA “CIDADES INTELIGENTES”: UM DEBATE A PARTIR DOS INDICADORES DO IMRS NA MICRORREGIÃO DE ARAXÁ, MINAS GERAIS

Josimar dos Reis de Souza, Doutor em Geografia, UFU e Professor CEFET-MG, Araxá
Beatriz Ribeiro Soares, Doutora em Geografia, UFU e Professora IG-UFU, Uberlândia

RESUMO

Este estudo tem como foco a análise comparativa dos indicadores que constituem o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), dos anos de 2002 e 2012, disponibilizados pela Fundação João Pinheiro, tendo como escala de análise a Microrregião de Araxá (MG). Tem-se como foco analisar os indicadores buscando elencar a evolução da qualidade de vida, sob a perspectiva da utilização de bancos de dados existentes para a construção das chamadas “Cidades Inteligentes”, projeto amplamente debatido na atualidade, na qual o uso de indicadores é indispensável. Os indicadores analisados foram: Saúde; Educação; Saneamento e Habitação; Renda e Emprego; e Finanças Municipais. A partir da tabulação de dados, espacialização cartografia e construção de gráficos, foi possível desenhar o panorama de evolução dos serviços públicos na microrregião e delinear apontamentos para a construção de ambientes urbanos mais saudáveis e inteligentes.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização Contemporânea. Qualidade de Vida. Cidades Inteligentes; IMRS.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar os indicadores que compõem o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) dos municípios da Microrregião de Araxá, Minas Gerais. Tal análise se alicerça na tendência dos estudos urbanos recentes, que visam a busca pela melhoria da qualidade de vida para a solução de problemas advindos da urbanização contemporânea. Na atualidade essa busca tem se centrado na melhoria da eficiência e eficácia do gerenciamento urbano, que tem se dado via implementação de bancos de dados inteligentes. Foco este do projeto “Cidades Inteligentes”, desenvolvido a nível mundial e nacional (RBCIH, 2017).

A partir da análise do processo de urbanização no Brasil e os graves problemas sociais fica evidente a urgente necessidade de se buscar estratégias de intervenção para que as condições de vida da população sejam melhores. Nesse sentido, a busca por estratégias que garantam a melhoria das condições de saúde, seja física, mental, intrínseca ao indivíduo, como



também, ao ambiente no qual está inserido, é de fundamental importância para se conquistar avanços na qualidade de vida e conseqüentemente alcançar níveis de inteligência coletiva.

O uso de variáveis e indicadores e sua análise integrada na constituição de índices são importantes na busca por ferramentas que auxiliem a gestão pública na tomada de decisões. Nesse sentido tem-se desenvolvido projetos no Brasil e no mundo, nos quais a análise estatística tem sido utilizada. Estudos realizados pela OMS, ONU, União Europeia, Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas, entre outros, são exemplos mundiais na busca de sistema de indicadores que contribuam com a melhoria do nível de vida no intraurbano (LIMA, 2013).

Nesse contexto, esse estudo visa trazer aparatos para a discussão das questões referentes a consolidação de banco de dados para a proposição de políticas públicas voltadas a melhoria da qualidade de vida da população e conseqüentemente a consolidação de uma rede de cidades “Inteligentes e Humanas”. Para a análise aqui abordada foram utilizados os resultados do IMRS dos municípios que compõem a microrregião de Araxá (Minas Gerais), dos anos de 2002 e 2012 (optou-se pelo intervalo de 10 anos, pois o IMRS mais recente diz respeito ao ano de 2012). Esses resultados foram tabulados, cartografados e elencados através de gráficos, para possibilitar a sua análise e demonstrar que essa ferramenta, criada pela Fundação João Pinheiro, possibilita resultados importantes para o gerenciamento das cidades, via banco de dados disponíveis. Justifica-se a escolha da microrregião de Araxá, por se tratar de região de atividade agropecuária e de mineração, com problemas urbanos relacionados a essas atividades econômicas.

URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA, QUALIDADE DE VIDA E CIDADES INTELIGENTES

O rápido processo de urbanização vivenciado pelo Brasil no século XX, sobretudo pós 1950, fez com que o país até então com características predominantemente rurais passasse a conviver cotidianamente com a dinâmica econômica dos espaços urbanos e seus problemas sociais. Tais aspectos do processo histórico brasileiro apresentam-se como desafios para a superação das desigualdades e para o desenvolvimento social.

De acordo com Santos (1993), o movimento de urbanização, ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, se deu por forte crescimento demográfico, resultado de elevados índices de natalidade e descenso de mortalidade, advindo de progressos sanitários e melhoria relativa nos padrões de vida, como também a própria urbanização. Tem-se então que o processo de urbanização no Brasil foi acompanhado por um grande crescimento populacional, diminuição



da mortalidade, aumento da natalidade, ao êxodo rural, ao crescimento industrial, a busca por melhores condições de vida nas cidades, avanços na medicina, entre outros aspectos que levaram a constituição de novos valores e um modo de vida urbano. O conjunto desses fatores constituíram tecidos urbanos, com disparidades de acesso à renda, emprego, educação, saúde.

O Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) apresentou dados sobre o processo de urbanização no Brasil, nos quais tem-se que entre as décadas de 1940 e 1980, a taxa de urbanização do Brasil passou de 31,24% para 67,59%, em 1991 atingiu 75,59%, no ano de 2010 apresentou taxa de mais de 84% e em 2012 alcançou 85%, correspondendo a mais de 160,5 milhões de pessoas vivendo em cidades. O relatório Habitat da Organização das Nações Unidas (ONU, 2012) aponta que a taxa de urbanização brasileira atingirá 90% em 2020.

A transição populacional, através do processo elencado de urbanização contemporânea, aponta a tendência mundial de busca pela satisfação de necessidades e aspirações, como também pela demanda de serviços, ambos disponibilizados nos centros urbanos. Ocorre que este processo é acompanhado pelo fenômeno de inchaço urbano, que ocorre de maneira desigual. Em suma, as melhores áreas urbanas são reservadas a elite econômica e para a população de baixa renda são fornecidas áreas impróprias à moradia digna e saudável. Estes fatores acabam por acarretar em um mesmo espaço urbano, grandes desigualdades e conflitos de interesses. Tais apontamentos trazem a tona o importante e difícil papel das esferas públicas de gestão das políticas públicas, que tem como tarefa principal garantir a qualidade de vida para seus cidadãos.

No que diz respeito ao conceito de qualidade de vida, tem-se que de maneira geral pode ser entendida como expressão que indica as condições de vida da população, envolvendo diferentes dimensões podendo ser analisada a partir do bem estar físico, mental, psicológico, emocional; também pelos relacionamentos sociais, pelas condições sociais de saúde, educação, meio ambiente, entre outros (OMS, 2002).

De acordo com a Carta de Ottawa (1986), a saúde e a qualidade de vida, se relacionam com as condições de vida, nos extratos sociais, econômicos, psicológicos, de justiça social e equidade; de modo que a “Cidade Inteligente” será gradativamente alcançada, através da busca contínua por melhorias na vida da população. Para que os resultados sejam alcançados é necessário conhecer os níveis de qualidade de vida que a cidade oferece aos moradores, considerando as diferenças setoriais e espaciais (acessibilidade). Dessa forma esses indicadores

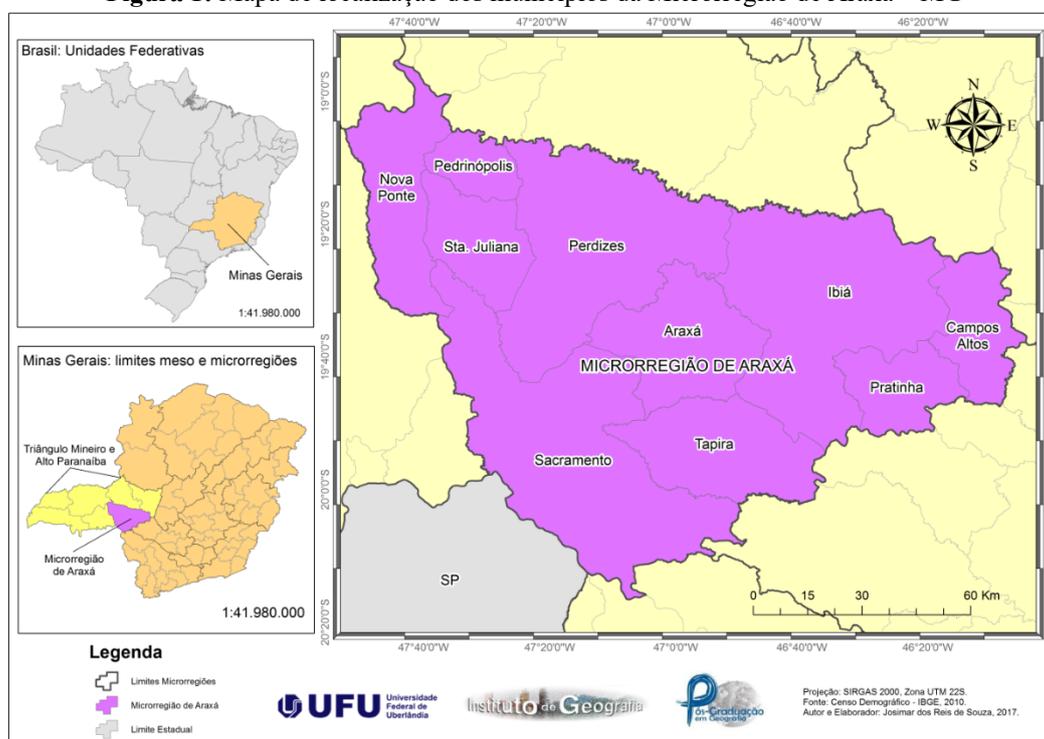
depois de mensurados e espacializados são vistos como parte de sistema holístico para monitorar o progresso das cidades (NAHAS, 2002).

O uso de indicadores e índices é de fundamental importância para a construção e consolidação das Cidades Inteligentes, que têm sido difundidas na atualidade. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2015), as Cidades Inteligentes, ou Smart Cities, são sistemas de pessoas que se interagem com foco no desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida. Essas interações são consideradas inteligentes porque fazem uso estratégico de infraestruturas e serviços e informação e comunicação com planejamento e gestão urbana para dar resposta às necessidades sociais e econômicas da sociedade (RBCIH, 2017).

O ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NA MICRORREGIÃO DE ARAXÁ – MG

A microrregião de Araxá (Figura 1), recorte abordado nesse estudo, encontra-se localizada na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e é composta pelos seguintes municípios: Araxá, Campos Altos, Ibiá, Nova Ponte, Pedrinópolis, Perdizes, Pratinha, Sacramento, Santa Juliana e Tapira.

Figura 1: Mapa de localização dos municípios da Microrregião de Araxá – MG



Fonte: Autoria Própria.

A partir da necessidade de se criar instrumentos que auxiliassem no gerenciamento das regiões de planejamento, o governo do estado de Minas Gerais criou em 2004 o Índice Mineiro

de Responsabilidade Social (IMRS), desenvolvido pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2015). Desde então o índice é aplicado a todos os municípios de Minas Gerais, com resultados disponibilizados anualmente.

Através do IMRS, os municípios de Minas tem a oportunidade de avaliar o desempenho das políticas públicas nos últimos anos, como o intuito de corrigir falhar e/ou alcançar melhores resultados, como também usar os dados disponibilizados como subsídio ao planejamento das políticas públicas. Trata-se de grande volume dados disponibilizados, que podem ser tratados em seu valor real, ou através dos índices disponibilizados com a tratativa estatística já realizada pela Fundação João Pinheiro (com valores que compreendem entre zero e um).

A tabela 1 apresenta o resultado do IMRS da Microrregião de Araxá para os anos de 2002 e 2012. Foram escolhidos os indicadores para a análise: Saúde, Educação, Saneamento e Habitação, Renda e Emprego e Finanças Municipais.

Tabela 1: Resultado do IMRS da Microrregião de Araxá – MG (Anos 2002 e 2012)

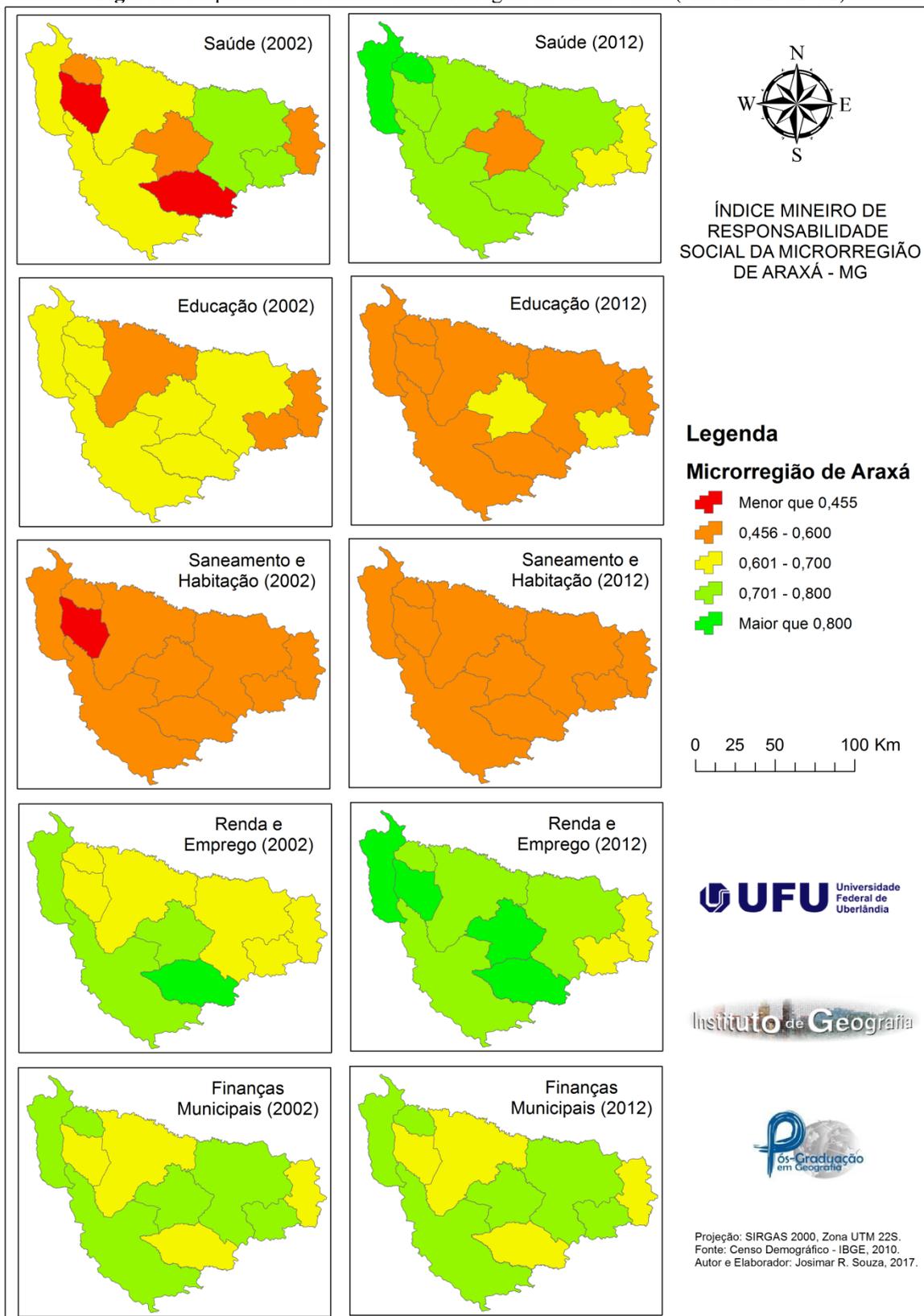
Município/Ano	Saúde		Educação		Saneamento e Habitação		Renda e Emprego		Finanças Municipais	
	2002	2012	2002	2012	2002	2012	2002	2012	2002	2012
Araxá	0,583	0,543	0,655	0,607	0,377	0,422	0,737	0,823	0,710	0,717
Campos Altos	0,597	0,642	0,580	0,488	0,368	0,466	0,614	0,635	0,636	0,665
Ibiá	0,742	0,714	0,622	0,521	0,472	0,504	0,690	0,740	0,703	0,777
Nova Ponte	0,664	0,850	0,632	0,571	0,516	0,523	0,788	0,835	0,760	0,711
Pedrinópolis	0,475	0,838	0,610	0,512	0,548	0,430	0,671	0,707	0,735	0,721
Perdizes	0,668	0,741	0,591	0,557	0,398	0,593	0,694	0,793	0,663	0,681
Pratinha	0,789	0,674	0,530	0,673	0,467	0,448	0,642	0,657	0,705	0,720
Sacramento	0,670	0,759	0,631	0,517	0,574	0,529	0,727	0,768	0,773	0,749
Santa Juliana	0,455	0,756	0,604	0,507	0,294	0,439	0,655	0,864	0,639	0,622
Tapira	0,455	0,792	0,607	0,490	0,405	0,443	0,837	0,906	0,683	0,641

Fonte: FJP, 2002 e 2012.

A Figura 2 mostra a cartografia dos resultados do IMRS da Microrregião de Araxá para os anos de 2002 e 2012, de forma a possibilitar a visualização da evolução dos resultados entre o intervalo de 10 anos. Os resultados foram agrupados em cinco classes: Menor que 0,455 (Muito Baixo); 0,456 a 0,600 (Baixo); 0,601 a 0,700 (Médio); 0,701 a 0,800 (Alto); e Maior que 0,800 (Muito Alto).



Figura 2: Mapeamento do IMRS da Microrregião de Araxá – MG (Anos 2002 e 2012)

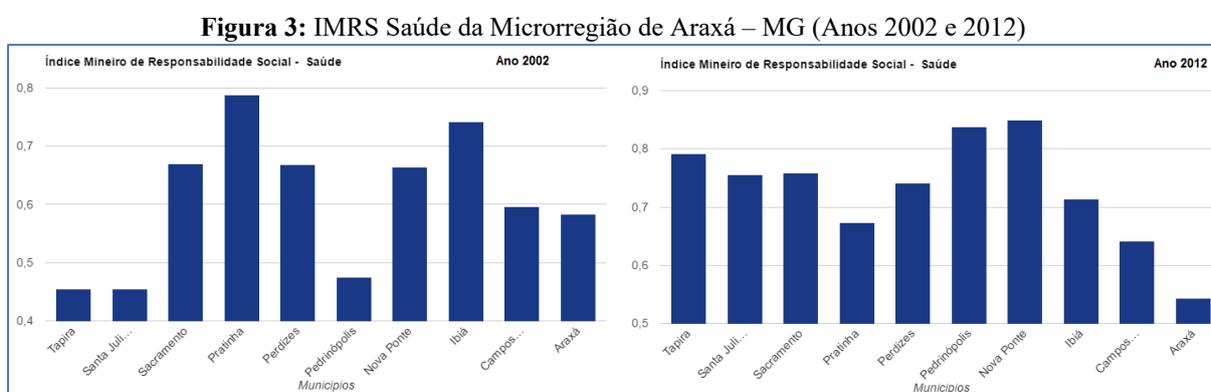


Fonte: Autoria Própria.

Para o IMRS Saúde a Fundação João Pinheiro utilizou as seguintes variáveis: taxa de mortalidade por doenças cerebrovasculares da população de 45 a 59 anos; taxa de mortalidade

perinatal; taxa de mortalidade por câncer de colo de útero na população feminina; cobertura vacinal de tetravalente em menores de um ano; proporção de internações por condições sensíveis à atenção primária; proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal; proporção de óbitos por causas mal definidas; e cobertura populacional do Programa de Saúde da Família.

A figura 3, apresenta o resultado do IMRS Saúde. É possível verificar que no que diz respeito a saúde, os municípios estudados apresentaram em quase sua totalidade melhoria em seus indicadores. Entre as cidades que apresentaram piora nos resultados, cabe destacar Araxá, maior cidade da microrregião e Pratinha. Essa piora se deu, sobretudo, pelo incremento de população ocorrido nos últimos 10 anos, devido às atividades de mineradoras, instaladas na região (FJP, 2015).



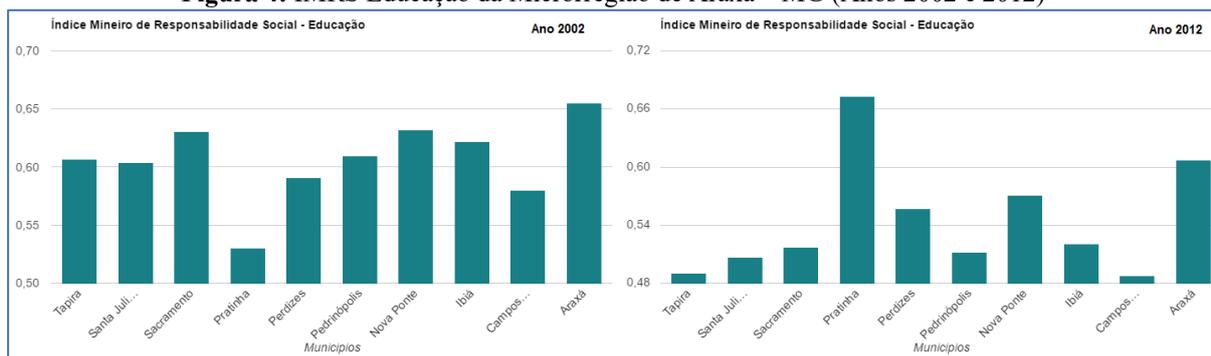
Fonte: FJP, 2002 e 2012.

Para o IMRS Educação a Fundação João Pinheiro utilizou as seguintes variáveis: proporção de pessoas de 25 ou mais de idade com ensino fundamental completo; taxa de escolarização líquida do ensino fundamental; taxa de escolarização líquida do ensino médio; índice de qualidade geral da educação; e esforço orçamentário em atividades de educação.

A figura 4 demonstra o resultado do IMRS Educação. É possível perceber o panorama geral de piora na qualidade da educação entre os municípios analisados. Apenas Pratinha apresentou melhora significativa (0,530 em 2002 para 0,673 em 2012). A piora verificada entre os anos analisados demonstra que as políticas educacionais empregadas nos últimos anos pelo governo estadual não foram suficientes para a sua melhoria. O fator motivador da piora se deu, sobretudo, pela insuficiência de recursos orçamentários para as atividades de educação (FJP, 2015).



Figura 4: IMRS Educação da Microrregião de Araxá – MG (Anos 2002 e 2012)

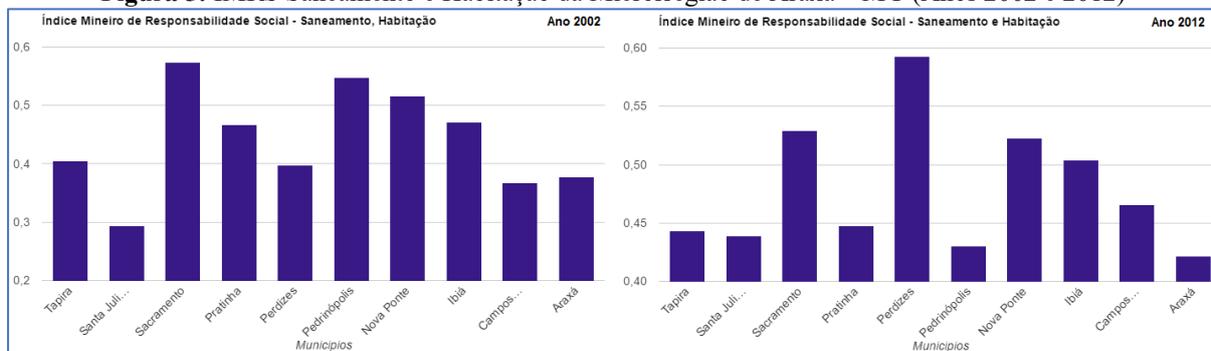


Fonte: FJP, 2002 e 2012.

Para o IMRS Saneamento e Habitação a Fundação João Pinheiro utilizou as seguintes variáveis: déficit habitacional relativo; percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada; percentual da população em domicílios com coleta de lixo (direta e indireta); disposição final do lixo coletado; existência de Conselho Municipal de Saneamento ou afim; e esforço orçamentário em saneamento e habitação.

A figura 5 apresenta o resultado do IMRS Saneamento e Habitação. É claramente possível visualizar que no intervalo analisado, mesmo com os programas habitacionais implementados nos últimos anos pelos governos federal e estadual, não houve avanços significativos no indicador. Isso se deu, sobretudo, pelo insuficiente esforço orçamentário na melhoria do saneamento (FJP, 2015).

Figura 5: IMRS Saneamento e Habitação da Microrregião de Araxá – MG (Anos 2002 e 2012)

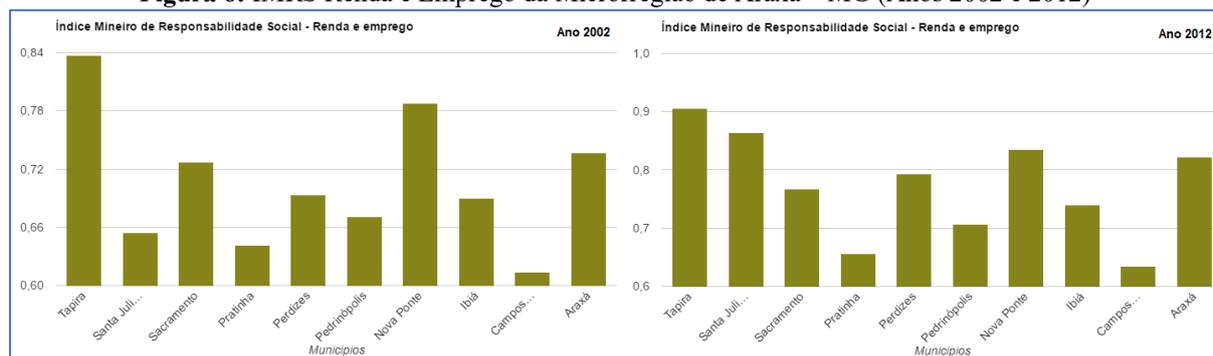


Fonte: FJP, 2002 e 2012.

Para o IMRS Renda e Emprego a Fundação João Pinheiro utilizou as seguintes variáveis: rendimento médio do setor formal; taxa de emprego no setor formal; Produto Interno Bruto per capita; esforço de investimento; e gasto per capita total.

Através da figura 6 é possível evidenciar que todos os municípios apresentaram evolução positiva na Renda e no Emprego. De acordo com a FJP (2015), essa melhora se deu, sobretudo, pelo aumento real do salário, pela geração de novos empregos e pelo aumento do nível de capacitação dos trabalhadores, que conseqüentemente, recebem maiores salários.

Figura 6: IMRS Renda e Emprego da Microrregião de Araxá – MG (Anos 2002 e 2012)

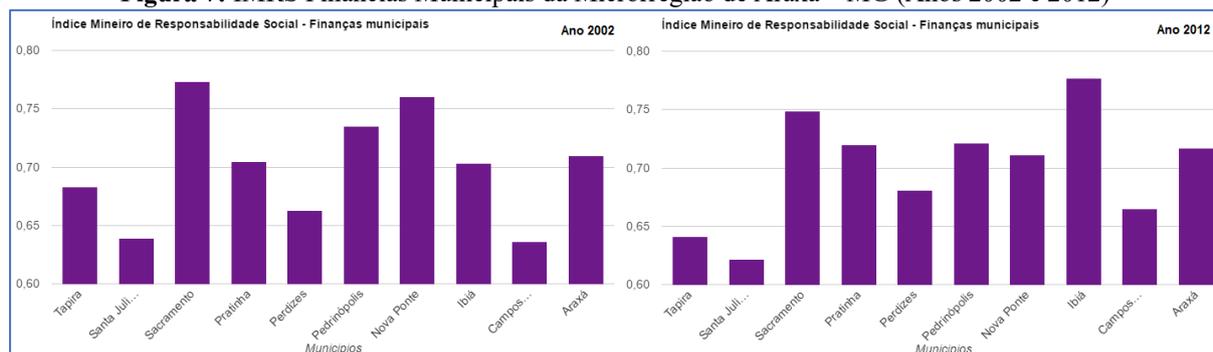


Fonte: FJP, 2002 e 2012. Adaptado por: SOUZA, 2017.

Para o IMRS Finanças Municipais a Fundação João Pinheiro utilizou as seguintes variáveis: índice de desenvolvimento tributário e econômico; receita corrente líquida per capita; endividamento - participação da dívida consolidada líquida na receita corrente líquida; gastos com pessoal; gasto com Legislativo; custeio da máquina; e esforço de investimento.

A partir da figura 7 é possível constatar que a maior parte dos municípios analisados apresentaram evolução positiva no indicador de Finanças Municipais. A exceção ficou com os municípios de Nova Ponte, Pedrinópolis, Sacramento, Santa Juliana e Tapira, entretanto, a retração do indicador foi pequena, podendo concluir que esses municípios apresentaram constância em suas finanças públicas municipais. De acordo com a FJP (2015), as finanças municipais têm relação direta com os valores recebidos pela prefeitura e a boa utilização dos seus recursos, sendo que o esforço de investimento o principal responsável pela melhoria do indicador de finanças municipais.

Figura 7: IMRS Finanças Municipais da Microrregião de Araxá – MG (Anos 2002 e 2012)



Fonte: FJP, 2002 e 2012.

Em suma, os dados do IMRS da microrregião de Araxá apresentaram melhorias nos indicadores de Saúde; Renda e Emprego e Finanças Municipais. Em contrapartida houve uma piora significativa nos indicadores de Educação e Saneamento e Habitação, sendo este motivado pelo quesito esforço orçamentário, no qual os investimentos públicos não foram suficientes para a superação dos problemas urbanos de educação e saneamento.



Sobre o Saneamento, tem-se que os municípios de pequeno porte têm dificuldades na implementação de políticas públicas voltadas a coleta seletiva de lixo, implantação de aterros sanitários, educação ambiental, entre outras políticas que possibilitem a melhoria da qualidade de vida da população. Em relação a educação, mesmo com os programas lançados pelo governo estadual, não houve avanços significativos. Fato motivado pela falta de capacitação dos professores, precariedade da infraestrutura das escolas e evasão escolar (FJP, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados, do levantamento das informações do IMRS da microrregião de Araxá, demonstra parte do grande acervo de informações já coletadas pela Fundação João Pinheiro e disponibilizadas gratuitamente para a realização de pesquisas e, sobretudo, para serem utilizadas pelos planejadores urbanos. A utilização desses dados é importante para a busca pela melhoria da qualidade de vida, foco da Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas.

Os problemas inerentes da urbanização contemporânea devem ser analisados e solucionados. Para isso a consolidação de bancos de dados, como o IMRS, é de real importância para Minas Gerais e para o país. São através desses dados que a inteligência coletiva será construída, a busca de soluções serão possíveis e a melhoria da qualidade de vida atingirá patamares aceitáveis no Brasil. Cabe, portanto, a busca por estratégias de utilização de indicadores, a consolidação dos bancos de dados e sua utilização de fato, para se construir “Cidades Inteligentes”.

REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **O que é uma cidade inteligente?**. São Paulo: FGV, 2017. Disponível em: <http://fgvprojetos.fgv.br/noticias/o-que-e-uma-cidade-inteligente>. Acesso em: Maio de 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Índice Mineiro de Responsabilidade Social dos anos de 2002 e 2012**. Belo Horizonte: FJP, 2015. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/component/search/imrs>. Acesso em: Maio de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: Maio de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades – Informações sobre as cidades da Microrregião de Araxá**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: Maio de 2017.



LIMA, S. C. A construção de Cidades Saudáveis a partir de estratégias de promoção da saúde. LIMA, S. C.; COSTA, E. M. (Orgs.). **Construindo Cidades Saudáveis**. Uberlândia: Assis Editora, 2013. p. 13-44.

NAHAS, M. I. P. **Bases teóricas metodologia de elaboração e aplicabilidade de indicadores intraurbanos na gestão municipal da qualidade de vida urbana em grandes cidades: o caso de Belo Horizonte**. 2002. 373 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Estado das Cidades da América Latina e Caribe**. Nova Iorque: ONU, 2012. Disponível em: <http://es.unhabitat.org/>. Acesso em: Maio de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Carta de Otawa da Primeira Conferência Internacional de Saúde**. Otawa: OMS, 1986. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf. Acesso em: Maio de 2017.

REDE BRASILEIRA DE CIDADES INTELIGENTES & HUMANAS (RBCIH). **Projeto Cidades Inteligentes & Humanas**. Natal: RBCIH, 2017. Disponível em: <http://redebrasileira.org/>. Acesso em: Maio de 2017.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.



CAPÍTULO 7

A ÚLTIMA OBRA DE HARRY SEIDLER, O CENTRO AQUÁTICO IAN THORPE: UMA ANÁLISE E COMPARAÇÃO DA OBRA MODERNISTA

Mônica Fernanda Da Silva, Arquiteta e Urbanista

RESUMO

Harry Seidler foi um arquiteto precursor do modernismo na Austrália, particularmente expressando os conceitos e a estética da Bauhaus, ele sempre defendeu a ideia de que o modernismo era uma forma de pensar a arquitetura. *Seidler and Associates* ganharam a comissão para a piscina pública de Ultimo, Sydney em 2001, que mais tarde foi nomeada em homenagem ao atleta australiano nadador olímpico Ian Thorpe. O Centro Aquático Ian Thorpe foi aberto em 2007, um ano após a morte do arquiteto Harry Seidler. Este foi seu último projeto de prédio público. Como sua última obra, é de extrema relevância para sua carreira e para a arquitetura moderna australiana do século XX. O local do edifício está localizado na vizinhança de Ultimo em Sydney, uma área perto de Darling Harbour e do centro comercial e financeiro. No momento da competição de projetos, a vizinhança de Ultimo estava passando por uma reconstrução com projetos novos sendo desenvolvidos e durante as últimas décadas a restauração e regeneração continua em Ultimo. Analisa-se o contexto urbano, a entrada e fluxo espacial e curva geométrica do Centro. É possível identificar elementos recorrentes na obra de Seidler, e por meio desses elementos recorrentes podemos perceber a influência da Bauhaus em seus edifícios, portanto apresenta-se uma comparação as suas outras obras. Embora o centro tenha sido seu último edifício público, a escala de ser horizontal e não vertical permite que seja comparado com algumas casas além de edifícios públicos.

PALAVRAS-CHAVE: aplicações práticas de urbanismo, forma e espaço dos edifícios públicos, espaços públicos, construção como patrimônio histórico, modernismo na Austrália.

INTRODUÇÃO

Seidler foi um arquiteto modernista na Austrália, particularmente expressando os conceitos e a estética da Bauhaus. Embora o Modernismo como movimento tenha acabado, ele sempre defendeu a ideia de que o modernismo não era um estilo, mas uma forma de pensar a arquitetura.

Seidler and Associates ganharam a comissão para a piscina pública de Ultimo, Sydney em 2001, que mais tarde foi nomeada em homenagem ao atleta australiano nadador olímpico Ian Thorpe. O Centro Aquático foi aberto em 2007, um ano após a morte do arquiteto Harry Seidler. Este foi seu último projeto de prédio público. Como sua última obra, é de extrema relevância para sua carreira e para a arquitetura moderna australiana do século XX.



O local do edifício está localizado na vizinhança de Ultimo em Sydney, uma área perto de Darling Harbour e do centro comercial e financeiro (CBD). No momento da competição de projetos, a vizinhança de Ultimo estava passando por uma reconstrução com projetos novos sendo desenvolvidos, como Museu Powerhouse, Museu Marítimo, Casino The Star e prédios residenciais.

A piscina pública era parte do plano principal e política de planejamento público que incluía um centro comunitário também do outro lado da rua, dentro desse plano a prefeitura pretende promover mais instalações públicas para as vizinhanças. Durante as últimas décadas a restauração e regeneração continua em Ultimo.

Figura 1: Localização em Ultimo



Fonte: Google Maps Edição: Autora

CONTEXTO URBANO

As ruas principais William Henry St e Harris St compõem a esquina onde se encontra o edifício. Respondendo ao caráter da rua William Henry St, que é um corredor da cidade com tráfego intenso, o prédio apresenta uma fachada fechada negando o contato e a relação com o exterior. A rua Harris St tem um caráter peculiar e distinto, sendo a rua principal do bairro funcionando como uma avenida. Ao contrário de seus outros edifícios públicos, Seidler traz



uma abordagem à rua principal ousada e quadrada. Dois níveis abaixo da esquina está a rua Pymont St, esta fachada mostra a forma como o edifício está voltado para Darling Harbour e o CBD.

Figura 2: Vista Rua William Henry St



Fonte: Autora

Figura 3: Museu Powerhouse e Centro Aquático Ian Thorpe



Fonte: Autora

ENTRADA

Figura 4: Vista Rua Harris St



Fonte: Autora

Figura 5: Vista Rua Harris St



Fonte: Autora

Figura 6: Vista Rua Pymont St



Fonte: Autora

A entrada do edifício não é visível da esquina, é na realidade tão escondida que uma placa anunciando a entrada foi colocada na fachada frontal. Seidler criou uma ligação de pedestres entre a rua Harris St e a rua Pymont St, colocando a entrada principal neste caminho



criado. Dessa forma, os usuários que vem de ambas as ruas entram o complexo pelo mesmo local.

Figura 7: Ligação de pedestres



Fonte: Autora

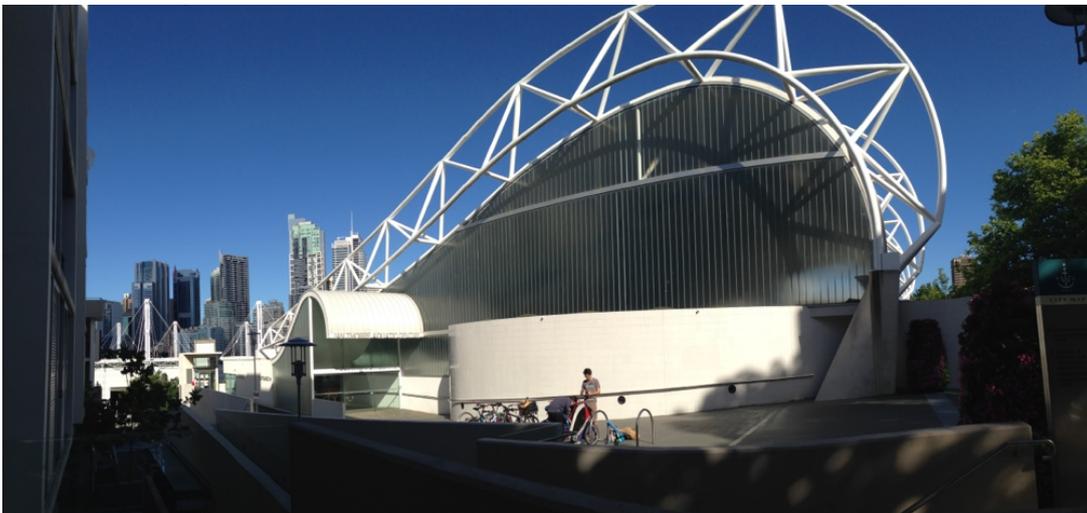
Figura 8: Ligação de pedestres



Fonte: Autora

A sensação muda repentinamente quando você entra neste caminho, torna-se um lugar tranquilo e agradável, isolado da confusão da rua. Apesar das críticas que Seidler recebeu por não ter uma entrada mais aparente, posso entender porque o fez e apoio sua decisão. O percurso da entrada te apresenta ao interior, é um espaço de transição de um espaço público como a rua e um espaço intimista como a piscina, embora o último também seja público, o tipo de atividades do programa define a intimidade do mesmo.

Figura 9: Ligação de pedestres e entrada



Fonte: Autora

Pela rua Pymont St é feito o acesso de carro e, também, o acesso pelo metrô leve de superfície. Desta rua é possível pegar o elevador panorâmico ou as escadas para chegar ao caminho que leva à entrada.

Figura 10: Vista Rua Pymont St



Fonte: Autora

FLUXO ESPACIAL

O desenho demonstra a distribuição do programa, o nível superior abriga as piscinas, sauna, recepção e cafeteria, enquanto o nível inferior abriga a academia, administração e estacionamento. Nesta seção e nos cortes podemos observar os diferentes níveis das ruas.

Uma vez que ao entrar no edifício pelo estreito caminho de pedestres, e após a recepção, você se encontra em um grande amplo espaço. A estreiteza da entrada realça a sensação de grandeza e amplitude no espaço da piscina. O fluxo do espaço na área da piscina é impressionante, e também é impressionante a diferença nas experiências que o espaço proporciona ao usuário, especialmente a diferença de alturas dos tetos que criam diferentes sensações. Harry Seidler era considerado um arquiteto formalista, onde a forma exterior era de suma importância, mas na minha opinião, com este telhado específico em forma de onda ele teve sucesso pelo que expressa ao usuário e não apenas pelo aspecto exterior.

Figura 11: Corte / Seção



Fonte: seidler.net.au



Figura 12: Piscina



Fonte: Autora

Figura 13: Piscina



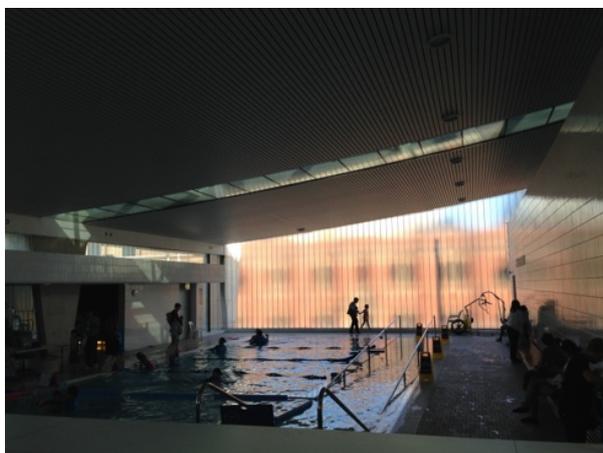
Fonte: Autora

A parede voltada para a cidade e para a rua principal foram fechadas com vidros proporcionando transparência e uma relação visual e ainda mais há um terraço para aproveitar a vista da cidade. Esta ligação com o exterior conecta a comunidade nas atividades do centro e o usuário à cidade dando idéia de localização e de que fazem parte do todo, que é a vizinhança e cidade.

Esse pertencimento é muito importante quando se trata da cidade de Sydney, uma cidade internacional onde 46% da população nasceu em outro país, e da vizinhança de Ultimo onde 72% dos moradores nasceram em outro país; e portanto há uma chance deste usuário ser imigrante. (ABS,2014)

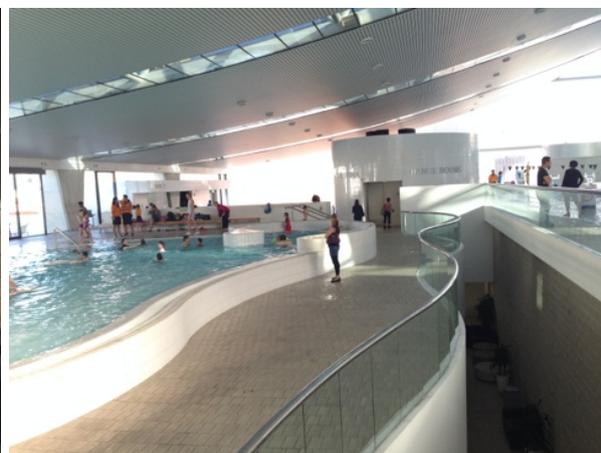
Em contraste com essas paredes de vidro, as paredes norte e sul têm painéis de vidro fosco em perfil em U, que fornecem a sensação de fechamento sem tirar a transparência, ainda há a consciência do espaço externo por dentro. Outra característica da área da piscina é um vazio no meio que se relaciona com o corredor do nível inferior.

Figura 14: Parede perfil fosco



Fonte: Autora

Figura 15: Conexão vertical



Fonte: Autora



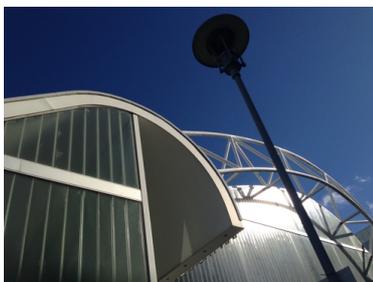
CURVA GEOMÉTRICA

A característica mais importante, não apenas para este trabalho, mas para todo o trabalho de Seidler, é a curva geométrica. Neste caso apresenta-se na cobertura ondulada, nas cápsulas e na forma da piscina de lazer. A fachada da rua Pyrmont St contrasta com essas curvas, pois é uma fachada totalmente ortogonal.

O caráter icônico do edifício, e alguns autores defendem que foi a razão pela qual o concurso foi ganho com este projeto, é o telhado: um telhado em forma de onda que se eleva da elevação de Darling Harbour em direção ao cume da rua Harris Street.

Na rua principal a ideia de pilotis está presente resolvendo a estrutura de telhado de aço expressada e atravessa o telhado em aberturas que refletem a luz. Não só estas aberturas e a forma do telhado, mas também a escolha dos materiais, permitem que o edifício aproveite o

Figura 16: Curvas geométricas



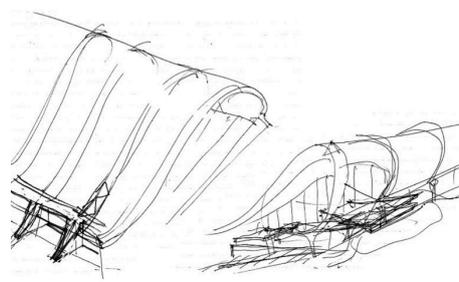
Fonte: Autora

Figura 17: Curvas geométricas



Fonte: Autora

Figura 18: Croqui do telhado em onda



Fonte: seidler.net.au

máximo de luz natural possível. Esta é uma das razões pelas quais nadar ali é uma experiência única.



Figura 19: Telhado em onda

Fonte: Autora

MODERNISMO E COMPARAÇÃO

Seidler foi um proponente do modernismo na Austrália, particularmente expressando os conceitos e a estética da Bauhaus. Ele trabalhou com Gropius, Aalto e Niemeyer e outros modernistas que foram seus mentores, professores ou empregadores. Seus edifícios foram os primeiros na Austrália a cumprir a filosofia da Bauhaus.

Embora o Modernismo como movimento tenha acabado, ele sempre defendeu a ideia de que o modernismo não era um estilo, mas uma forma de pensar a arquitetura. Ele também disse que não tinha um estilo fixo, pois os elementos mudavam constantemente. No entanto, é possível identificar elementos recorrentes em sua obra, e por meio desses elementos recorrentes podemos perceber a influência da Bauhaus em seus edifícios. Abaixo, há uma seleção de alguns de seus edifícios selecionados para relacionar elementos recorrentes do Centro Aquático. Embora o centro tenha sido seu último edifício público, a escala de ser horizontal e não vertical permite que seja comparado com algumas casas também.

O icônico telhado em forma de onda também pode ser visto nestas duas casas: Meares e Berman.

Figura 20: Casa Meares



Fonte: seidler.net.au

Figura 21: Casa Berman



Fonte: seidler.net.au

A curva geométrica tem sido uma constante recorrente desde os anos 60. Isso definiu sua geometria de natureza tectônica única, tornou-se um de seus traços e caráter para o edifício.



Nos apartamentos Horizon, os acréscimos na forma são elementos curvos - os terraços, assim como os casulos são acréscimos curvos no centro.

Figura 22: Horizon



Fonte: seidler.net.au

Figura 23: Contraste de forma



Fonte: seidler.net.au

Em contraste com a curva geométrica, haviam formas ortogonais. E como Seidler juntou eles é um assunto para um artigo em si. Ele acreditava em um equilíbrio chamado simetria dinâmica e usou tanto a curva quanto o quadrado para alcançá-lo.

Australia Square, o arranha-céu que foi o mais alto de Sydney por mais de uma década, é o grande exemplo da transparência entre interno / externo e vitrine de que Seidler aproveitou a vista da cidade sempre que pôde para valorizá-la.

Figura 24: Arranha-céu Australia Square



Fonte: seidler.net.au

Seidler foi quem introduziu relações verticais em seu trabalho sob a influência de como Le Corbusier o fez principalmente na França. Ele foi o responsável por introduzi-lo também na arquitetura australiana.

Figura 26: Relações verticais na Casa Hannes



Fonte: seidler.net.au

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Aquático Ian Thorpe como última obra de Harry Seidler consumou seu estilo e maneira de pensar e projetar arquitetura incorporando seus elementos chaves de desenho. A obra localizada em Ultimo, vizinhança de Sydney, Austrália fez parte de um grande plano de regeneração da região.

Analisa-se que Seidler demonstra um entendimento completo do local e do usuário e traz para o projeto através das formas e sensações por elas criadas. A maneira extraordinária que Seidler cria o diálogo entre o interno e externo é sua marca registrada e fica claro nas escolhas desde a entrada estrategicamente transacional até os materiais de acabamento das paredes. O arquiteto trabalha os fluxos espaciais como resultado da sua característica mais marcante: a onda do telhado. Onda esta que traz para este projeto a curva geométrica que é característica arquitetônica principal que permeia toda obra do arquiteto.

Comparando outros projetos modernistas do mesmo, observa-se o telhado curvo, a interação entre formas geométricas, casulos como acréscimos geométricos, o equilíbrio da simetria dinâmica, a transparência entre interno e externo e as conexões verticais internas e externas. Todos estes elementos recorrentes e presentes assim em sua última obra, o Centro Aquático.



REFERÊNCIAS

ABEL, Chris; DREW, Philip; HENEGHAN, Tom; NEILD, Lawrence; OBERLANDER, Peter; PERRY, James; TAYLOR, Jennifer. "Remembering Harry Seidler 1926-2006". *Architectural Theory Review*, 11:1, 96-108, DOI:10.1080/13264820609478561

ABS 2014 4102.0 - Australian Social Trends, Acessado em 30 de Julho de 2021
<https://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/Lookup4102.0main+features102014#SYDNEY>

FRAMPTON, Kenneth; DREW, Philip, Harry Seidler: Four Decades of Architecture, London:Thames & Hudson, 1992.

JAHN, Graham, Sydney Architecture , Balmain (NSW):The Watermark Press, 1997

SHARP, Dennis. HARRY SEIDLER ; Innovative Modernist Architect.The Independent, Mar 14, 2006.
<http://ezproxy.library.usyd.edu.au/login?url=http://search.proquest.com/docview/310956833?accountid=14757>.

SPIGELMAN, Alice. Harry Seidler - a Life.The Syney Papers, Vol. 13, No. 2,Autumn 2001: 120-129.
<http://search.informit.com.au.ezproxy2.library.usyd.edu.au/documentSummary;dn=767702141746736;res=IE LHSS>



CAPÍTULO 8

A SACRALIZAÇÃO DO ESPAÇO: UM ESTUDO DE CASO DA IGREJA PENTECOSTAL COMUNIDADE CRISTÃ NA CIDADE DE MONTES CLAROS – MG

Ricardo Henrique Palhares, Prof. Doutor em Geografia, UNIMONTES
Renata Rodrigues, Graduanda no Curso de Licenciatura em Geografia, UNIMONTES,
Campus Pirapora, MG

RESUMO

Por muito tempo os estudos da religião foram negligenciados no ensino da Geografia, principalmente nos aspectos religiosos das cidades, e na antropologia urbana. A urbanização e diversificação religiosa aconteceram juntas, gerando o aparecimento de muitos novos grupos religiosos. O presente estudo visa investigar e compreender a formação do espaço sagrado realizado pela Igreja Pentecostal Comunidade Cristã na cidade de Montes Claros, enquanto forma simbólica espacial. A compreensão se faz através da perspectiva do cotidiano, da estruturação, da gênese e conseqüentemente formação de uma paisagem simbólica. O estudo é amparado teórico e metodologicamente pela Geografia da Religião, responsável pela compreensão da dinâmica do chamado fenômeno da fé, vivência e percepção dos fiéis que conduzem a sacralidade do espaço. O conhecimento prévio e observações de campo permitem afirmar que o espaço sagrado é um refúgio social, onde as relações sociais se desviam da situação vivente do cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço sagrado; paisagem simbólica; Geografia da Religião; Igreja Pentecostal.

INTRODUÇÃO

Antes de adentrarmos propriamente no assunto deste trabalho, enfatizamos sua importância como contribuição ao ensino de Geografia. A temática trabalhada, inserida dentro da Geografia Cultural nos permite aprofundar novos caminhos no ensino e aprendizagem, ao resgatar diferentes conceitos e categorias no âmbito da Geografia Acadêmica.

Entendemos que a Geografia Cultural não visa só falar de cultura, mas busca tratar das espacialidades e das categorias que advém da mesma, como o espaço, o território, o lugar, a paisagem, memória, patrimônio, identidade e religião. As diferentes formas de concepção das mesmas irá depender da vivência e percepção do observador. Cabe ressaltar a enorme importância dos estudos geográficos sobre religião, não só por descreverem diferentes padrões espaciais, com análises mais completas e minuciosas, mas também porque esses padrões sugerem muitas vezes processos e causas, como veremos no decorrer do trabalho.



Seguindo essa premissa, o presente estudo possui como indagação como se organiza o espaço sagrado realizado pela Igreja Pentecostal Comunidade Cristã, na cidade de Montes Claros. O amparo teórico-metodológico da Geografia Cultural e da Geografia da Religião nos permite entender a formação desse lugar sagrado, onde a vivência e a percepção conduz o discurso de uma sacralidade ali existente. Pretende-se assim, partindo de uma análise fenomenológica compreender o espaço sagrado que ocorre na Igreja Pentecostal, e como esse espaço sagrado modifica o cotidiano de seus fiéis.

A relevância deste estudo deve-se ao fato que os espaços sagrados são responsáveis pela criação de vínculos emocionais nas pessoas, que conferem sentido, de importância na formação de identidades, tanto individuais quanto coletivas.

A experiência religiosa de indivíduos e grupos sociais vem, no Brasil, apresentando um interesse cada vez mais intenso entre os geógrafos brasileiros. Esta temática, entretanto, é pouca investigada, apesar da importância do sagrado e de sua espacialidade para a Geografia. Ao associarmos referida temática na paisagem urbana, percebe-se que a mesma vem sendo palco de importantes transformações religiosas nas últimas décadas.

A razão para a falta de atenção acadêmica aos aspectos religiosos da cidade, na antropologia urbana, remete-se provavelmente, à pressuposição equivocadamente generalizada de que a modernidade acarreta um processo de secularização, e a urbanização é o caminho que leva ao fim da religião (THEIJE, 2006, p. 65).

A modernidade, em muitas sociedades demonstrou o contrário. Segundo Oro (1996), a urbanização do Brasil, bem como nas grandes cidades foi acompanhada pela diversificação do campo religioso como um todo, uma emancipação crescente de antigas religiões e fundação de muitos novos grupos religiosos, principalmente de grupos oriundos do movimento pentecostal¹².

¹² Originado do Protestantismo, o movimento pentecostal surgiu nas primeiras décadas do século XX. Este movimento acarretou mudanças profundas no panorama cristão, rompendo com uma série de padrões que caracterizavam as igrejas protestantes tradicionais há alguns séculos e propondo reinterpretações muitas vezes bastante radicais da teologia, do culto e da experiência religiosa. As igrejas que fazem parte desse período apresentam um dinamismo e fluidez no território muito maior quando se trata da instalação de seus templos e atendimento de seus fiéis. São formadas por uma multiplicidade de grupos, ou templos menores, com certa autonomia e independentes entre si, o que favorece o atendimento dos desejos individuais de experiências religiosas comunitárias ou emocionais (MARIANO, 1999).



GEOGRAFIA E RELIGIÃO

Geografia e Religião, aparentemente, são dois temas que não apresentam ligações. No entanto, como se verá, Geografia e Religião são duas práticas sociais. Ambas se encontram através da dimensão espacial, uma porque analisa o espaço, a outra porque, como fenômeno cultural, ocorre espacialmente (ROSENDAHL, 1996).

Na busca por elucidar como as diferentes expressões religiosas ocorrem no espaço social, a Geografia Cultural, através de um de seus campos de investigação – a Geografia da Religião, se vale de conceitos e categorias para melhor compreender as diversas relações do fenômeno religioso no espaço. Como este fenômeno desafia abordagens estritamente empíricas, o geógrafo que se lança aos estudos da religião deve contar com teorizações capazes de abranger tanto as dimensões físicas como simbólicas.

A Geografia da Religião é o campo de estudo desta área na Geografia, pois busca compreender a dinâmica do chamado fenômeno da fé, analisando a multiplicidade religiosa da espécie humana, bem como uma mensuração das diferentes denominações, compreendendo o papel do sagrado e do profano na organização espacial.

Dentre alguns dos conceitos e categorias trabalhados pela Geografia da Religião, a ideia de espaço sagrado transparece como um dos mais cotados. Com a noção de espaço sagrado, fundada nas reflexões das formas simbólicas, distintas dimensões do fenômeno religioso são tomadas em seu viés espacial – espacialidades – e analisadas segundo sua estruturação na dinâmica da experiência religiosa.

CONTEXTUALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O crescimento do Protestantismo na cidade de Montes Claros, no norte de Minas Gerais, se deu de forma progressiva. Mesmo em pequena proporção, esse crescimento foi visto pela sociedade montesclareense como algo fora do comum à normalidade social. As primeiras décadas do início do século XX ainda presenciou a chegada de mais levadas de missionários de outros ramos do protestantismo, que foram se instalando especialmente em Montes Claros, contribuindo para o crescimento e consolidação da religiosidade.

O crescimento econômico na década de 1940 e a posição geográfica de Montes Claros contribuiu para grandes mudanças sociais e culturais na região, e conseqüentemente o crescimento da população. Nesse cenário, o pentecostalismo se fez presente conquistando cada vez mais adeptos. O pentecostalismo em Montes Claros seguiu a mesma lógica do restante

do país, recrutando as pessoas mais pobres e menos escolarizadas, instalando-se em sua maioria nas áreas periféricas da cidade, adequando-se a realidade econômica e cultural da população.

Figura 1: Igreja Pentecostal Comunidade Cristã no contexto urbano de Montes Claros-MG



Fonte: Prefeitura de Montes Claros-MG. Foto e organização: os autores, 2019.

A Igreja Pentecostal Comunidade Cristã surgiu na década de 1990 e está localizada na rua Uruguaí nº 510, no bairro Doutor João Alves, em Montes Claros, norte de Minas Gerais. Após a fundação da primeira Igreja pelo pastor Altemar de Freitas Cardoso, outras filiais foram sendo construídas. Apesar de inúmeras críticas desde sua fundação, é notório a visibilidade local e regional desta Igreja, sendo uma das maiores em Montes Claros, com um grande número de adeptos, quando comparada com as demais grandes igrejas locais.

METODOLOGIA

A pesquisa é estruturada teórica e metodologicamente em três etapas: a compreensão do espaço sagrado, a descrição do objeto de estudo e interpretação espacial e social do fenômeno. A fundamentação teórica da Geografia Cultural e da Geografia da Religião é a base da pesquisa, pois nos direciona para uma forma de interpretar o objeto sem perder de vista os conceitos chave para a Geografia. O encaminhamento é feito tanto no entendimento sobre a produção espacial como as relações sociais envolvidas nele.



A análise da manifestação do fenômeno religioso no espaço é compreendida na perspectiva da gênese, estruturação, cotidiano e conseqüentemente formação de uma paisagem simbólica. Nesse sentido, a fenomenologia permite a compreensão da formação de um lugar sagrado onde a vivência e a percepção conduz o discurso de uma sacralidade existente. Destaca-se dentro da literatura especializada as contribuições de Rosendahl (1996, 1997, 2008), Claval (1999, 2006); Gil Filho (2001) e Cosgrove (2003). Os apontamentos dos autores serviram de base para compreendermos a organização do espaço sagrado representado pela Igreja Pentecostal Comunidade Cristã, bem como dos elementos que concebem o espaço sagrado na dimensão da paisagem e do seu entorno.

As igrejas, enquanto instituições religiosas, podem ser percebidas por suas formas simbólicas espaciais, sobretudo no espaço urbano, e constitui parte da paisagem cultural adquirindo formas diversas. Espacialmente, essa manifestação obedece às especificidades dos lugares, nos quais os templos funcionam como locais onde os fiéis buscam um direcionamento visando obtenção de espiritualidade junto à realização dos desejos materiais.

Para a interpretação espacial e social do fenômeno, as observações *in loco* foram baseadas no método fenomenológico. Segundo Husserl (2006), a análise fenomenológica permite um mergulho na capacidade de ver aquela manifestação como resultante das relações de vivência entre as pessoas que se materializaram por meio de práticas, tradições, comportamentos, paisagens ou discursos. Desse modo, tomamos por base o referido método para analisar o espaço sagrado representado pela Igreja Pentecostal Comunidade Cristã, e como o mesmo modifica o cotidiano de seus fiéis.

Definido o método, os materiais se basearam em registros fotográficos, observações internas e do entorno ao templo estudado, com o intuito de verificar a vivência e o comportamento dos seus adeptos. Estas observações são essenciais, visto que a literatura existente não permite determinada tipo de análise, como os momentos de interação entre os fiéis, suas reações e emoções, por exemplo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises realizadas sobre o objeto de estudo demonstraram que sua atuação se faz presente através de uma relação socioespacial. As relações sociais existentes no espaço, bem como a produção espacial exercida pela Igreja Pentecostal Comunidade Cristã incita e modifica a forma como seus seguidores se relacionam.



Nos espaços sagrados há uma diferença clara entre a vivência cotidiana e a vivência desejada. Os fiéis usufruem de um lugar místico, mas também real, uma vez que está concretizado por uma construção e demarcação de espaço, sendo distinto o sagrado do profano. Alguns autores, como Eliade (1992) relacionam esta relação do sagrado com o profano com o termo *hierofania*, que são os espaços de revelação e manifestação do sagrado. Nesse caso, o templo religioso é o local onde o homem “se encontra”, vivendo uma realidade diferente.

Através das observações de campo percebemos que os fiéis compreendem o espaço sagrado como centro de força e apoio para combater os dilemas sociais produzidos pelo espaço profano. A sacralização do espaço transforma-se em um local de esperança, enquanto a hierofania se manifesta.

A Igreja Pentecostal Comunidade Cristã é sagrada pelo fato de se revelar aos seus seguidores, corroborando com Rosendahl (1997), que afirma que os fiéis ao aceitar a hierofania, experimenta um sentimento religioso em relação ao objeto sagrado. E nesse caso, há nesse espaço sagrado uma aceitação por parte dos fiéis de que naquele lugar se manifesta algo, diferente do que ele vive no cotidiano. O que distingue o templo religioso em relação a outros lugares é a sua sacralidade.

É importante destacar que os símbolos existentes na Igreja são carregados de significados que só podem ser sentidos por quem vivencia e participa da hierofania. As percepções e sensações ao espaço interno à Igreja podem ser divididas em três formas de simbolismo:

- A identificação da Igreja como símbolo espacial, carregado de significados. Esses símbolos são percebidos em momentos distintos, quando o fiel busca aquele lugar sagrado. Esses espaços possuem um limiar que define o início do espaço sagrado e o fim do espaço profano. Esse limite é ressaltado com o nome da Igreja, os ornamentos (espaço interno, acabamento das colunas, altar/ púlpito, bancos, portas e janelas), fazendo com que o fiel realmente se transfira do cenário urbano para um lugar cósmico, onde ele pode transpassar.
- A interpretação dos símbolos internos da igreja, que transmitem em um primeiro momento uma sensação de imponência e conforto para seus fiéis. Todos estes símbolos conferem sentido ao lugar, compondo a sacralização do espaço, pois transmitem uma sensação de acolhimento e prazer para quem compartilha dessa experiência, onde através da adoração o fiel recebe o contato com o ‘Senhor’.
- A figura do sacerdote, na figura do pastor Altamar de Freitas, como aquele que legitima a



ação dos fiéis e propicia a mediação entre o transcendente invisível, mas sentido, com o real, o visível, o espaço sagrado e os fiéis que renovam a sacralidade a cada momento de encontro.

A análise desses atributos confere uma singularidade à forma simbólica espacial da Igreja Pentecostal Comunidade Cristã, em Montes Claros. O local sai da posição de observador e objeto, e passa a ser atuante direto na sua espiritualidade, pois mesmo que a divindade se mostre onipresente, há locais específicos para sua manifestação e esses lugares são percebidos como algo além de receptáculo, mas elemento fundamental de uma renovação mental para aquele que se desloca para o cotidiano profano.

Por fim, sabemos que os desafios são maiores do que qualquer abstração e recorte epistemológico. Outros procedimentos a serem complementados poderão dar mais sustentação aos resultados encontrados. Uma melhor compreensão desses espaços sagrados tornam-se relevantes, visto que os mesmos vem apresentando relevantes mudanças na adesão religiosa da população. Desse modo, esperamos contribuir para a pesquisa científica e acadêmica, favorecendo assim novos debates.

REFERÊNCIAS

CLAVAL, P. O tema religião nos estudos geográficos. In: **Revista Espaço e Cultura**. n. 7. p. 37-58 jan-jun/1999. Rio de Janeiro. UERJ-NEPEC.

_____. As abordagens da Geografia Cultural. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.) **Explorações geográficas: percursos no fim de século**. 3^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSGROVE, D. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ELIADE, M. **O sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GIL FILHO, S. F. **Por uma geografia do sagrado**. RA'EGA. O espaço geográfico em análise. Curitiba, v. 5, p. 67-78, 2001.

HUSSERL, E. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006. (Coleção Subjetividade Contemporânea).

MARIANO, R. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1999.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 662p.



ORO, A. P. **Avanço pentecostal e reação católica**. Petrópolis, Vozes, 1996.

ROSENDAHL, Z. **Espaço e Religião: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996. 89p.

_____. O sagrado e o espaço. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 119-153.

_____. **O sagrado e o urbano: Gênese e função das cidades**. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, p.67-79, 2008.

THEIJE, M. de. **Religião e transformações urbanas em Recife, Brasil**. Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 8, n. 8, p. 63-84, outubro de 2006.



CAPÍTULO 9

ESCALA PARA AVALIAÇÃO DA HOSPITALIDADE EM MEIOS DE HOSPEDAGEM E NOS SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO

Sueli Aparecida Moreira, Doutora em Ecologia Aplicada (Ambiente e Sociedade) pela USP e Docente de Hospitalidade, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, UFRRJ

Silvania Melo, graduanda em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN

João Viktor Valente de Moraes, tecnólogo em Gastronomia pela UNESA e graduando em Hotelaria pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ

Sergio Domingos de Oliveira, Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC e Docente de Turismo e Hotelaria na UFRRJ

RESUMO

Produtos e serviços em hotelaria e turismo dependem do aprimoramento constante do modo de interação nos domínios comercial e virtual para que a comunicação anfitrião e hóspede assegure a hospitalidade ideal. Considerando elementos tangíveis, intangíveis e da interatividade virtual, elaborou-se uma proposta de Escala para avaliar o desempenho da hospitalidade em meios de hospedagem e serviços de restauração. A partir da revisão de normas técnicas e ferramentas adotadas pela gestão da qualidade, aspectos da segurança alimentar e da hospitalidade urbana, foram categorizados os possíveis elementos cuja aferição foi conceituada a partir da Escala Likert. O instrumento proposto foi pré-testado diversas vezes em meios de hospedagem (hotéis e pousadas), restaurantes, cantinas, bares e bibliotecas. Em conclusão notou-se que a aplicação pode favorecer a melhoria constante da prestação de serviços e servir de parâmetro para o planejamento estratégico da prestação de serviços, detectar as áreas deficientes em qualificação para o atendimento e agilizar o processo de interatividade.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade hospitaleira, Hospitalidade virtual, Qualificação, Hotelaria e Turismo.

INTRODUÇÃO

A hospitalidade de uma cidade ocorre em função da coexistência de elementos fundamentais de natureza material, imaterial ou cultural e virtual. No contexto urbano, Grinover (2006) dimensionou esses aspectos em: a acessibilidade, a legibilidade e a identidade, intimamente relacionadas por uma escala, contemplando medidas geográficas e temporais, que proporcionam, segundo o mesmo, a compreensão da cidade, seja para o habitante, seja para quem dela se aproxima, nela se introduz e dela se apropria. Essas dimensões que, isoladamente, aparecem em diversos estudos sociais, econômicos, culturais e urbanísticos, ligadas pelas medidas da cidade, correspondem a algo de novo que Grinover (2006) denominou de



hospitalidade urbana. No espaço urbano, uma outra dimensão poderá ter sua presença mais marcante do que outra, o que poderia sugerir uma necessidade de adequação, ou seja, um certo equilíbrio entre as categorias de análise da cidade à luz dos princípios e das regras da hospitalidade. A análise dessas categorias nos coloca à frente dos resultados concretos da ocupação e das ações sobre a cidade, dos moradores e dos hóspedes (turistas, homens de negócios, migrantes, estudantes etc.) no sentido mais amplo e real da relação entre anfitrião e hóspede.

Em Turismo e hotelaria, a hospitalidade tem sido avaliada indiretamente a partir de ferramentas direcionadas ao planejamento estratégico dos serviços e à gestão da qualidade. Em relação à gestão da qualidade, cita-se a ABNT NBR ISO 14001, que consiste em uma norma aceita internacionalmente na qual definem-se requisitos para a implementação de um sistema da gestão ambiental. Esta norma contribui para a melhora do desempenho de empresas por meio da utilização, de forma eficiente, dos recursos utilizados, assim como na redução da geração de resíduos, propiciando uma vantagem competitiva às empresas que a adotam e, ao mesmo tempo, a confiança das partes interessadas (ABNT, 2015).

Enquanto dentre as ferramentas desenvolvidas especificamente para aprimorar a gestão da qualidade em serviços, destacam-se os cinco princípios considerados fundamentais por Womack e Jones (2004) da mentalidade Lean, descritos a seguir:

- Valor: quem o define é o cliente e não o empreendimento;
- Fluxo de Valor: relaciona-se à ação de identificar os processos que geram valor, aos que não geram valor, mas que são considerados importantes para manter-se os processos e a qualidade, assim como aqueles que não agregam valor aos processos, sendo recomendável eliminá-los;
- Fluxo: essenciais para dar fluidez aos processos e às atividades que forem mantidas;
- Produção Puxada: rotinas operacionais que conectam-se aos processos mediante a adoção de sistemas puxados;
- Perfeição: consiste na busca pelo aperfeiçoamento contínuo em direção a um estado ideal, ou seja, nortear todos os esforços da empresa.

É neste contexto que Roman *et al* (2013) sugerem que algumas ações podem servir de orientação para o planejamento das ações de melhoria do processo, concentrando-se principalmente nas questões referentes ao atendimento dos clientes, na criteriosa seleção de fornecedores, assim como atenção redobrada à parte operacional. Segundo os autores



supracitados, estas medidas podem influenciar não só no efetivo desenvolvimento dos processos em si, mas também em outras decisões e políticas adotadas pela empresa em relação a clientes e fornecedores.

Outra técnica simples de ser aplicada foi desenvolvida nos anos 1960 a 1970 por Albert Humphrey, líder de pesquisa na Universidade de Stanford, usando dados da revista Fortune das 500 maiores corporações, trata-se da análise SWOT. “O termo **SWOT** é uma sigla oriunda do idioma inglês, e é um acrônimo de Forças (**S**trengths), Fraquezas (**W**eaknesses), Oportunidades (**O**pportunities) e Ameaças (**T**hreats)” (GAMONAR, 2015). A Análise SWOT ou Análise FOFA, traduzida para o português, é uma técnica de planejamento estratégico utilizada por diversas empresas, seja de pequeno, médio ou grande porte, para monitorar os ambientes externo e interno por meio de uma avaliação global das forças, fraquezas, oportunidades, e ameaças relacionadas à organização (KOTLER, 2000).

De acordo com Bianco (2021), a ferramenta se destina a identificar os objetivos de riscos do negócio ou projeto, definindo os fatores que são favoráveis e desfavoráveis para alcançar esses objetivos, bem como posicionar ou verificar a posição estratégica da empresa no ambiente em questão para identificar sua vantagem competitiva. Chiavenato e Sapiro (2003) acrescentam que o objetivo da matriz é cruzar oportunidades e ameaças dentro do ambiente externo das organizações e ter uma análise de pontos fortes e fracos, sendo utilizada como um indicador para demonstrar a situação organizacional e desenvolver ações de melhorias.

Usuários da análise SWOT atribuem à ferramenta o papel fundamental para definir estratégias e planos de ações da organização, com isso os dados obtidos com a aplicação de um instrumento contendo perguntas de indicadores chaves será capaz de gerar informações significativas que nortearão a análise realizada, possibilitando criar cenários para tomada de decisões no processo de gestão e planejamento estratégico, colaborando para uma melhora de desempenho. Segundo Fernandes *et al.* (2013) tal análise é capaz de gerar um controle do ambiente interno, onde será possível localizar pontos fortes, de modo a incentivá-los até atingirem seu ápice, e pontos fracos, permitindo que a organização interfira e minimize seus efeitos. Permite, ainda, orientar-se acerca do mercado e criar vantagem competitiva por meio de atitudes proativas para vencer a concorrência e antecipar soluções.

Em relação ao aspecto da segurança dos alimentos observou-se as diretrizes da Cartilha de Boas Práticas para serviços de alimentação, elaborada com base na Resolução-RDC nº 216/2004 para para auxiliar os comerciantes e os manipuladores a preparar, armazenar e a



vender os alimentos de forma adequada, higiênica e segura, com o objetivo de oferecer alimentos saudáveis aos consumidores. Tudo isso, por meio do cumprimento das regras da RDC nº 216/04, voltadas aos serviços de alimentação, como padarias, cantinas, lanchonetes, bufês, confeitarias, restaurantes, comissarias, cozinhas industriais e cozinhas institucionais (ANVISA, 2004).

REFERENCIAL TEÓRICO

ELEMENTOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial (Brasil, 1988). O Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (IPHAN, 2021a).

O patrimônio material protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2021) é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes e das artes aplicadas.

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (IPHAN, 2021b).

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios, modos de fazer, celebrações formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e também em lugares que abrigam práticas culturais coletivas (como exemplos mercados, feiras e santuários).

O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos sociais em função de seu ambiente e de sua interação com a natureza e a história.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura - UNESCO define como patrimônio imaterial como as práticas, as representações, as expressões, os conhecimentos e as técnicas (instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais) - que as



comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (IPHAN, 2021c).

ELEMENTOS DA HOSPITALIDADE VIRTUAL

A hospitalidade virtual envolve as relações entre acolhedor website e o acolhido (internauta - usuário) através de uma interface virtual. O site, como ambiente virtual (e muitas vezes comercial), busca atender às expectativas de informações do seu público-alvo e pode ou não carregar traços de acolhimento que se traduzam num serviço hospitaleiro (SOARES, 2013).

A partir dos domínios de hospitalidade propostos por Lashey & Morrison, em social, público e comercial, Camargo (2003) acrescenta uma nova categoria, como sendo a virtual, embora esteja associada espacialmente às três categorias anteriormente citadas, uma das características dessa última é a ubiquidade, na qual emissor e receptor da mensagem são respectivamente anfitrião e hóspede. A categoria virtual da hospitalidade está presente nos sites de empresas, de cidades, de órgãos públicos, de indivíduos, mostrando ser esta uma tendência ascensional, de tal forma que fica difícil de imaginar o futuro da hospitalidade sem considerar efetivamente o campo virtual.

Durante a formulação dos elementos da Hospitalidade Virtual, considerou-se os achados de Spolon (2009), demonstrando que alguns elementos da área de comunicação, particularmente da linguística e semiologia influenciam as relações estabelecidas virtualmente.

Estes elementos, segundo Soares (2013) são direcionados para a produção de espaços virtuais e a relação de consumo estabelecida pelo meio digital, projetando uma preocupação com o processo cognitivo do outro. Neste caso, considerar a importância não só dos aspectos visuais do site, como também a sua interatividade, intangibilidade, segurança e conforto, de modo que a capacidade interativa do site garanta a comunicação de modo eficaz e seja abrangente com ferramentas precisas para que o site se torne acessível e acolhedor, assim como esclarecedor com a finalidade de promover produtos e serviços.

O acesso ao site deve permitir sempre uma comunicação clara para quem o visita, visto que seu objetivo principal é o de prover mesmo em âmbito virtual uma possibilidade de conexão entre o visitante e a empresa. Soares (2013) ressalta acerca da interação existente nas mídias sociais e apresenta a importância do site para expor de forma detalhada a história da empresa, seus espaços, meios de contato e outras informações. Assim como podemos incluir hoje a possibilidade de realização de um breve tour, o qual vem ganhando cada vez mais espaço no cenário atual, sendo intitulado Tour Virtual.



Além do site, é importante ressaltar a importância de manter diante da realidade virtual, as dúvidas e questionamentos dos clientes sempre supridas, principalmente quando se referem a avaliações em outros meios virtuais pré existentes, particularmente em serviços de hospedagem, cujas avaliações tornam-se evidentes nos sistemas on-line de reservas e são adotadas como parâmetro pelo consumidor. As atribuições e opiniões positivas e ou críticas também impactam a reputação de restaurantes, bares e demais serviços de alimentação.

OBJETIVO

Propor um instrumento de avaliação da hospitalidade nos serviços de turismo, hotelaria, meios de hospedagens, restaurantes, bares, condomínios residenciais, bibliotecas, cantinas, clínicas de saúde, hospitais, clubes.

MÉTODO

O instrumento de avaliação proposto no presente trabalho foi elaborado a partir da demanda de conciliar os ensinamentos teóricos sobre o tema “hospitalidade”, trabalhado no curso de Bacharelado em Turismo, com as práticas observadas no cotidiano dos ambientes de atendimento ao público ligados aos setores de hotelaria, turismo, bares e restaurantes. A elaboração do referido instrumento de avaliação seguiu as seguintes etapas: i) estudo e aplicação em campo do *checklist* desenvolvido por Oliveira (2016); ii) adaptações técnicas no *checklist foram incorporados elementos adaptados do modelo SERVPERF* desenvolvido por Oliveira, (2011). O pré teste do formulário foi sendo rotineiramente aplicado pelos discentes de Turismo e Hotelaria, com a finalidade de incluir questões relacionadas à sustentabilidade ambiental e social, conforme previsto pela ISO 14001; iii) e do LEAN tornando mais abrangente a aplicação do novo instrumento na avaliação em diferentes ambientes (bibliotecas, cantinas, restaurantes, bares, pousadas e hotéis).

VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO

A validação de um instrumento se dá quando sua construção e aplicabilidade permitem avaliar o que se pretende mensurar de forma abrangente e efetiva os requisitos do fenômeno ou prática investigada (BELLUCCI-JÚNIOR & MATSUDA, 2012).

O presente instrumento foi aplicado como pré-teste durante, pelo menos, 3 consecutivos por estudantes de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O instrumento pode ser aplicado em todo ou parcialmente em Bibliotecas, cantinas, bibliotecas, Bares e Restaurantes e meios de hospedagem (Hotéis e Pousadas).



O formulário de avaliação foi elaborado seguindo os pressupostos da Escala Likert que foi desenvolvida por Rensis Likert (1932) para identificar a atitude das pessoas (entrevistados) em relação aos objetos de estímulo fornecidos, perguntando-lhes até que ponto eles concordam ou discordam deles. A escala é tipicamente uma escala de categoria de cinco respostas que varia de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”. como o objetivo de aferir o grau de hospitalidade dos diferentes estabelecimentos, envolvendo o aspecto de infraestrutura do local, qualidade de atendimento ao cliente e também de informações sobre o local disponíveis na Internet. A escala de Likert foi adaptada em 5 conceitos que abrangiam de péssimo a ótimo e o registro quando não se aplicava. No Quadro 2 está representado um exemplo de aplicação do instrumento avaliativo.

ESTRUTURA DO INSTRUMENTO AVALIATIVO

O instrumento avaliativo foi estruturado com base em três eixos principais: i) elementos da hospitalidade virtual – com o intuito de avaliar o site e/ou redes sociais do estabelecimento; ii) elementos tangíveis – como intuito de avaliar a infraestrutura do estabelecimento (higiene do local, acessibilidade, recursos tecnológicos e questões relacionada ao atendimento em outros idiomas); elementos intangíveis – com o intuito de avaliar a qualidade do serviço de atendimento ao cliente, envolvendo questões de inclusão social e uso racional dos recursos naturais no estabelecimento (p. ex. uso racional da água, descarte correto do lixo).

Nos resultados, no formulário proposto encontram-se descritos os elementos para avaliar hospitalidade dos diferentes ambientes. A aplicação da escala obedece os seguintes conceitos: 1= péssimo; 2= ruim; 3= regular; 4= bom; 5= ótimo; NA= não aplicado, conforme exemplificado no quadro abaixo.

Quadro 1: Exemplo da sessão do instrumento avaliativo utilizada para avaliar os recursos tecnológicos de uma pousada na cidade de Natal, RN

RECURSOS TECNOLÓGICOS	1	2	3	4	5	NA
Facilidades de pagamento			X			
Disponibilidade de Wi-fi					X	
Cobertura do sinal Wi-fi					X	
Página na Internet/canal de comunicação		X				
Total	15					

Fonte: MOREIRA et. al., 2021

Para a análise dos dados será feita uma avaliação do desempenho de cada estabelecimento pesquisado, medida pela pontuação obtida em cada tópico. Nesse sentido foi

estabelecida uma escala de pontuação para determinar esse desempenho satisfatório, considerando o percentual (%) da pontuação total obtida em cada tópico, conforme quadro abaixo.

Quadro 2: Interpretação da pontuação obtida durante a aplicação da Escala.

Atingiu 0-20% da pontuação total do tópico	Atingiu 21-40% da pontuação total do tópico	Atingiu 41-60% da pontuação total do tópico	Atingiu 61-80% da pontuação total do tópico	Atingiu 81-100% da pontuação total do tópico
Insatisfatório: Possui riscos de fechamento. Não atinge metas consideradas básicas. Estado crítico de funcionamento.	Abaixo das expectativas: Deixou de atingir uma ou mais das metas importantes. Desempenho regular.	Atende às expectativas: A qualidade no geral é boa e os objetivos críticos são atingidos.	Excede às expectativas: O desempenho supera consistentemente e às expectativas na área de atuação	Excepcional: Alcança todos os objetivos e metas. Desempenho coerente à consolidação no mercado através do encantamento surpreendente da clientela.

Fonte: MOREIRA et. al., 2021

- Atingiu 0-20% do total da pontuação do tópico – Insatisfatório: O desempenho é consistentemente abaixo das expectativas. O estabelecimento possui riscos de fechamento, pois não atinge metas críticas, portanto é necessária uma intervenção imediata para correção do desempenho.
- 21-40% – Abaixo das expectativas: O desempenho não atendeu às expectativas em relação ao que é esperado. O estabelecimento deixou de atingir uma ou mais das metas importantes. É recomendado um Plano de Desenvolvimento para melhorar o desempenho.
- 41-60% – Atende às expectativas: Apresenta desempenho que atende às expectativas. A qualidade no geral é boa e os objetivos críticos são atingidos.
- 61-80% – Excede as expectativas: O desempenho supera consistentemente as expectativas na sua área de atuação e a qualidade geral dos serviços oferecidos é excelente.
- 81-100% – Excepcional: O desempenho excede muito as expectativas devido à alta qualidade do trabalho e serviços oferecidos. O estabelecimento consegue alcançar todos os seus objetivos e metas principais e seu desempenho contribui significativamente para uma consolidação no mercado através do encantamento vivenciado pelos seus clientes.

RESULTADOS

A organização dos elementos para avaliar hospitalidade dos diferentes ambientes resultou na proposição do formulário abaixo:

Quadro 3: Escala para avaliação da hospitalidade

ELEMENTOS TANGÍVEIS	1	2	3	4	5	NA
Infraestrutura básica						
Estado de conservação da estrutura						
Estado de conservação do lavabo						
Estado de conservação das estufas						
Estado de conservação dos refrigeradores						
Estado de conservação das mesas						
Estado de conservação das cadeiras						
Acessibilidade						
Rampas de acesso						
Piso antiderrapante						
Balcão adaptado						
Banheiro para cadeirante						
Sistemas de transporte disponíveis						
Sinalização interna adequada						
Sinalização externa adequada						
Recursos tecnológicos						
Facilidades de pagamento						
Disponibilidade de <i>wi-fi</i>						
Cobertura do sinal <i>wi-fi</i>						
Página na Internet/Canal de comunicação						
Higiene						
Limpeza do local						
Limpeza da área ao redor da cantina/restaurante						
Higienização do lavabo						
Uniforme dos funcionários						
Disponibilização de lixeiras						
Mesas limpas						
Cadeiras limpas						
Balcão limpo						
Talheres limpos						
Copos limpos						
Pratos limpos						
Estufas limpas						
Refrigeradores limpos						
Disponibilização de álcool em gel						
Cardápio						



Higiene e conservação do cardápio						
Cardápio em mais de um idioma						
Cardápios para todos os membros da mesa						
ELEMENTOS INTANGÍVEIS	1	2	3	4	5	NA
Serviços						
Apresentação dos funcionários						
Cortesia						
Tratamento diferencial						
Capacidade de comunicação						
Domínio de idioma estrangeiro						
Presteza						
Eficiência no atendimento						
Atenção às reclamações						
Agilidade na resolução dos problemas						
Segurança eletrônica						
Segurança física						
Qualidade dos produtos oferecidos						
Variedade dos produtos oferecidos						
Tratamento Igualitário de nativos e turistas						
Fornecer alimento ou participar de programa em benefício da comunidade						
Mantém Política Ambiental – Reciclagem/Energia Limpa/Educação Ambiental – ISO 14001						
ELEMENTOS DA HOSPITALIDADE VIRTUAL	1	2	3	4	5	NA
Layout e Acessibilidade						
Identidade do site						
Conforto visual do site						
Acessibilidade (fontes, cores e mecanismos como contraste, aumento de fonte, outros)						
Disponibilidade de outros idiomas						
Clareza nas informações transmitidas						
Uso de imagens						

Confiabilidade e Certificado de Segurança (SSL)						
Interatividade						
Informações sobre a empresa						
Detalhamento de serviços e produtos						
Sistema de compra ou reserva em site próprio						
Mapa e informações quanto a localização						
Área de contato ou informações sobre contato						
Tempo que leva para responder						
Resposta às avaliações e comentários no site						
Opiniões Públicas e Informações Externas						
Atualização de informações em plataformas externas ao site (mecanismos de pesquisa)						
Respostas às avaliações e comentários em sites externos						
Mídias sociais e outras plataformas (facebook, instagram, entre outros)						

Fonte: MOREIRA et. al., 2021

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta facilita a verificação do desempenho da prestação de serviços e oferta de produtos para tomada de decisões em relação ao desenvolvimento de treinamento para qualificação ao bom atendimento.

O instrumento proposto pode auxiliar o planejamento das áreas com desempenho a desejar e no sentido de replicar as práticas e ou comportamentos assertivos nas demais áreas do estabelecimento.

A ferramenta pode requerer atualização constante para atender às novas demandas de produtos e serviços. Sugestões serão bem vindas.

REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Introdução à ABNT NBR ISO 14001:2015**. ABNT: São Paulo, 2015.

BELLUCCI JÚNIOR, José Aparecido; MATSUDA, Laura Misue. Construção e validação de instrumento para avaliação do Acolhimento com Classificação de Risco. **Rev Bras Enferm, Brasília**, v. 65, n. 5, p. 751-757, set-out, 2012.



BIANCO, Claudécir. **ANÁLISE SWOT**. Curitiba: Cbianco Consultoria e Gestão de Negócios, 2021. Disponível em: <https://www.cbiancoconsultoria.com.br/analise-swot/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **Hospitalidade: cenários e oportunidades**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

FERNANDES, Isac Gabriel Martins *et al.* Planejamento Estratégico: Análise Swot. **Revista Conexão Eletrônica**, Três Lagoas, v. 10, n. 1, p. 1464-1473, 2013. Disponível em: <http://aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2013/downloads/2013/3/88.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2021.

GAMONAR, Flavia. **25 ferramentas ou teorias incríveis para estratégias, negócios, inovação e processos**. São Paulo: LinkedIn Learning, 2015. Disponível em: <https://sites.google.com/site/comunidadesolidariatv/viii-empreendedorismo-autossuficiencia-e-economia-solidaria>. Acesso em: 21 jul. 2021.

GRINOVER, Lucio. A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, ano III, n. 2, p. 29-50, 2. sem. 2006.

GRINOVER, L. **A hospitalidade, a cidade e o turismo**. São Paulo: Aleph, 2007, série Turismo.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/IPHAN. **Patrimônio Cultural**. Brasília: IPHAN, 2014a. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/IPHAN. **Patrimônio Material**. Brasília: IPHAN, 2014b. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276/>

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/IPHAN. **Patrimônio Imaterial**. Brasília: IPHAN, 2014c. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LASHLEY, C.; MORRISON, A. **Em busca da hospitalidade**. Perspectivas para um mundo globalizado. Barueri: Manole, 2004.

LIKERT, Rensis. “A Technique for the Measurement of Attitudes”. **Archives of Psychology**, n. 140, p. 1-55, 1932. Disponível em: https://legacy.voteview.com/pdf/Likert_1932.pdf Acesso em 26.07.21.

OLIVEIRA, A. A. T. **Qualidade de serviços em praias urbanas através da metodologia Dust in Check (Natal/RN)**. Monografia (Graduação em Turismo), UFRN, Natal, 2016.

OLIVEIRA, P. A. P. **Qualidade de Serviço, Satisfação e Comportamento do Cliente de Hotéis de Luxo**. Dissertação (Mestrado em Marketing). Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.



PILLATTI, L.A.; PEDROSO, B.; GUTIERREZ, G.L. Propriedades psicométricas de instrumentos de avaliação: um debate necessário. **R.B.E.C.T.**, v. 3, n. 1, p.81-91, 2010.

ROMAN, D. J.; MARCHI, J. J.; FORCELLINI, F. A.; ERDMANN, R. H. **Lean Service: aplicação do mapeamento do fluxo de valor em uma organização de serviços.** Revista Gestão Industrial. ISSN 1808-0448 / v. 09, n. 04: p. 868-886, 2013 D.O.I.: 10.3895/S1808-04482013000400005

SOARES, Cláudia Mesquita Pinto. Hospitalidade virtual: uma tentativa de compreensão. **Revista Hospitalidade.** São Paulo, v. X, n. 2, p. 213 - 233, dez. 2013.

SPOLON, Ana Paula Garcia. Sobre os domínios da Hospitalidade: revisão teórica e proposições. **Anais...** Trabalho apresentado no VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, São Paulo SP, 10 e 11 de setembro de 2009.

WOMACK, J. P.; JONES, D. T. **A mentalidade enxuta nas empresas:** elimine o desperdício e crie riqueza. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.



CAPÍTULO 10

“O SOM AO REDOR” E “AQUARIUS”: REPRESENTAÇÕES DE RECIFE NA CINEMATOGRAFIA BRASILEIRA

Sullivan Charles Barros, Doutor em Sociologia, UnB e Professor do Instituto de História e Ciências Sociais, UFCAT

RESUMO

As narrativas cinematográficas exercem grande poder sobre o público. Elas veiculam e constroem relações sociais o que torna de extrema importância a investigação dos discursos/práticas/efeitos do cinema na constituição de valores e representações sociais bem como investigar abordagens que problematizem o sofrimento psíquico no trabalho e no cotidiano de forma interseccional. O cinema foi priorizado aqui como locus de criação marcado pela experiência das identidades e pela possibilidade de ser o cinema um recurso que possibilita a construção do conhecimento sobre o social, pois o cinema possui mensagens filmicas individuais e múltiplas, mensagens que trazem valores culturais, sociais e ideológicos de uma sociedade. Neste sentido, o presente artigo procura identificar uma unidade temática e estética na obra do diretor pernambucano Kléber Mendonça Filho e as representações realizadas por este diretor em relação a cidade de Recife. A partir da análise filmica de seus dois longas-metragens “O Som ao Redor” (2012) e “Aquarius” (2016) tornar-se possível identificarmos que há um ponto de convergência tanto em “O Som ao Redor” quanto em “Aquarius” em que Kléber Mendonça Filho elabora imagetivamente uma certa “arqueologia dos espaços da modernidade da cidade do Recife em que há certa acumulação de tempos históricos que se justapõem e convivem de forma singular: o passado no presente, o campo na cidade. Nele, o paradigma patriarcal e as questões de classe não se articulam como relação entre o moderno e uma memória aí contida do passado, mas como presença do passado no presente, como presença hoje de formas de poder e de relações de classe arcaicas, resultando no amargor que encontra seu correlativo afetivo no ressentimento. Torna-se possível também identificarmos como os espaços desta cidade (e não somente ela) criam pares de oposição: a cidade que valoriza o isolamento e o uso social dado pela convivência; a cidade constituída pela ideia de mercado e o pensamento de comunidade, a cidade habitada e a “desumanizada”.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema; Recife; Cotidiano.

INTRODUÇÃO

A compreensão de que o cinema constitui-se em práticas discursivas, que conferem sentido ao real e criam modelos de existência e/ou abertura para a emergência de outras subjetividades, implica em percebê-la como veículo de comunicação que transmite, de certa forma, uma cultura que, por meio de imagens, sons e espetáculos, auxiliam na formação de opiniões e de comportamentos sociais e, ainda, fornecem instrumentos com que as pessoas forjam suas identidades.



O cinema apresenta-se como um campo em que as identidades presentes em uma dada cultura se expressam e se fazem notar. Ele desempenha o papel de espelho, no sentido de duplicar imagens, no qual se refletem as mudanças e as interações identitárias. Para além de problematizar as questões das diferentes identidades, essa construção artística também propicia novas identificações.

O cinema torna-se, pois, instrumento útil para compreensão de como as identidades, e suas lutas e formas de legitimação estão presentes em nossa sociedade. Ele se traduz em instância que integra o imaginário de nossa cultura, do que mostramos/representamos sobre nós, ao mesmo tempo em que colabora para enriquecê-la, de maneira a reproduzir e a criar novas formulações culturais.

O cinema fala sobre o que sabemos e o que não sabemos ainda, e também sobre o que não se imaginou que pudesse existir: um universo de possibilidades e de percursos a serem decodificados. Ele cristaliza o mundo ao representá-lo, ao tempo em que o recria, e inventa outro mundo. Por sua natureza reflexiva, ele resulta capaz de exibir a realidade social de seu tempo e de um dado momento histórico, de modo a agir, assim, como instrumento de reflexões sobre os quais se inscrevem as imagens e as narrativas de uma época.

Para a presente proposta de análise, foi selecionado 2 filmes, “O Som ao Redor” e “Aquarius”, ambos do diretor pernambucano Kléber Mendonça Filho que procura demonstrar em ambas narrativas imagéticas, uma certa “arqueologia dos espaços da modernidade da cidade do Recife em que há certa acumulação de tempos históricos que se justapõem e convivem de forma singular: o passado no presente, o campo na cidade

Kleber Mendonça Filho nasceu no Recife em 1968. Formou-se em jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco e iniciou sua filmografia dirigindo ficções experimentais e documentários universitários cujo tema costumava ser o próprio cinema. Teve um trabalho abrangente como crítico e foi responsável pelo setor de cinema da Fundação Joaquim Nabuco. Escreveu para o *Jornal do Commercio*, para o seu site *CinemaScópio*, para as revistas *Continente* e *Cinética* e também para o *Jornal Folha de S. Paulo*. Como diretor realizou as curtas-metragens *A Menina do Algodão* (co-dirigido por Daniel Bandeira, 2003), *Vinil Verde* (2004), *Eletrodoméstica* (2005), *Noite de Sexta Manhã de Sábado* (2006), *Crítico* (2008) e *Recife Frio* (2009).

Seus filmes receberam mais de 120 prêmios no Brasil e no exterior, com seleções em festivais como Nova York, Copenhague e Cannes. *O Som ao Redor*, de 2012, foi seu



primeiro longa-metragem de ficção e foi a película brasileira mais aclamada do ano. Em 2016, o delegado geral do Festival de Cannes Thierry Frémaux anunciou o segundo longa-metragem de Kleber Mendonça Filho, *Aquarius*, como o único filme latino-americano que concorria pela Palma de Ouro, premiação máxima da competição francesa. *Aquarius* foi assistido por mais de meio milhão de pessoas em todo o mundo e recebeu indicações a diversos prêmios. Para o presente trabalho, foi selecionado para análise os longas-metragens *O Som ao Redor* (2012) e *Aquarius* (2016). Em todas estas narrativas, há um ponto de convergência cuja força vem da consistência de sua opção formal e do modo como tais “motivos” encontram nele sua expressão mais aguda, considerada a lida com a arqueologia dos espaços da modernidade como acumulação de tempos históricos que se justapõem e convivem de forma singular: o passado no presente, o campo na cidade. Nele, o paradigma patriarcal e as questões de classe não se articulam como relação entre o moderno e uma memória aí contida do passado, mas como presença do passado no presente, como presença hoje de formas de poder e de relações de classe arcaicas, resultando no amargor que encontra seu correlativo afetivo no ressentimento.

O Som ao Redor conta a história de vida de alguns residentes de uma rua de classe média de Recife que toma um rumo inesperado quando uma empresa de segurança particular é contratada para trazer “segurança” para aos moradores. Para alguns deles, a presença dos guardas cria mais tensão do que alívio. Ao invés de um Recife turístico, a cidade é apresentada a partir do cotidiano de cidadãos comuns; nem praia e riqueza e nem favela. Como pano de fundo da narrativa identifica-se a dependência de trabalhadores informais que temem os poderes que emanam de Seu Francisco, o dono da rua, versão contemporânea do senhor da Casa Grande, a quem devem respeito incondicional, pois provavelmente depende dele a sua permanência naquele lugar. O Estado não coíbe a informalidade, mas o rei da rua pode expulsar quem quiser.

Aquarius, por sua vez, narra à história de uma mulher que resiste as investidas do capitalismo financeiro, o que nos permite pensar em uma metáfora da resistência! Assim, intransitivamente, Clara, a protagonista, mora há décadas em um edifício antigo de frente a praia de Boa Viagem, no Recife. O prédio, que dá nome ao filme, está em processo de ser adquirido, apartamento por apartamento, por uma construtora que pretende derrubá-lo para construir um condomínio de luxo, mais moderno. No entanto, a empresa, representada pelo proprietário e seu neto, que foi estudar *business* nos Estados Unidos, encontra na figura de Clara um obstáculo: a mulher se recusa a vender o apartamento. Clara se nega a ceder às propostas, intimidações e ameaças da construtora, dos ex-vizinhos e de seu universo familiar. Ela resiste,



mesmo que para isso acabe sendo taxada de louca, de velha chata, de barraqueira. Porque a resistência exige coragem, exposição, enfrentamento.

O SOM AO REDOR E A INVISIBILIDADE SOCIAL

O Som ao Redor é um filme de 2012. Sua sinopse, na contracapa do DVD, é apresentada da seguinte forma:

A rotina dos moradores toma um rumo inesperado com a chegada de uma milícia oferecendo serviços de segurança. A presença dos homens liderados por Clodoaldo aumenta a tensão na comunidade. Enquanto isso, Bia, mãe de dois filhos, só quer que o cão do seu vizinho pare de latir. Uma crônica brasileira com humor e suspense, uma reflexão sobre história, violência e barulho.

O Som ao Redor é uma espécie de narrativa detalhada e imaginativa do que acontece quando uma modernização cosmética é erguida sobre uma decadente economia de latifúndio cuja estrutura de classes está ainda em vigor. Recife foi um porto de escravos e um porto de exportação da economia açucareira. Com o declínio do comércio de açúcar, a cidade também decaiu antes de ser reconhecida como um lugar turístico. A velha Recife não desapareceu, mas, visto dos altos edifícios no filme, torna-se simplesmente um amontoado de telhados, o “baixo” do passado confere valor ao “alto”.

O filme inicia-se com imagens estáticas da vida latifundiária de Pernambuco de séculos anteriores e depois transita para o interior da comunidade de um edifício de classe média no bairro de Setúbal que é, na verdade, uma área que faz divisa com Boa Viagem, bairro onde fica um dos maiores atrativos do Recife, a praia, com sua beira-mar repleta de prédios de luxo e as ruas internas que abrigam um largo comércio, inúmeros restaurantes, bares, boates e *shopping centers*. Escapando dos cenários mais conhecidos pelo olhar externo, Setúbal está a alguns quarteirões, afastado da praia e abriga uma classe média que usufrui da proximidade do luxo sem dele participar. O ambiente onde se passa toda a narrativa fílmica é o de uma rua residencial, que em um primeiro momento aparenta tranquilidade embora seja bastante exposta à violência como iremos perceber nos momentos iniciais do filme a partir da fala dos personagens.

O filme é dividido em três partes: 1ª Parte – Cães de Guarda; 2ª Parte – Guardas Noturnos e 3ª Parte – Guarda-Costas¹³. E enfoca, sobretudo, a história familiar de dois

¹³ Os títulos, com as diferenças de agentes (Cães, Homens e Capangas), assinalam não apenas um mesmo fenômeno, mas sobretudo sua intensificação: a necessidade de defender a propriedade privada é diretamente proporcional à ameaça (fictícia ou não) que paira sobre as coisas e os corpos.



moradores desta rua residencial: o corretor, João, e a dona de casa, Bia e também a história de Clodoaldo, segurança particular que irá oferecer seus serviços, junto com sua equipe, aos moradores do bairro.

Em 1ª PARTE – **CÃES DE GUARDA** somos apresentados a Bia que se mantinha acordada durante a noite pelos latidos do cachorro da casa vizinha. Enquanto fumava um pouco de maconha, que saberemos depois que lhe é convenientemente entregue junto com o garrafão de água (pelo entregador), ela pega um pouco de carne da geladeira e cuidadosamente insere remédios tranquilizantes na mesma e vai para a sacada de seu apartamento para jogar esta carne para o cachorro que parece aceitar o petisco, mas que embora ficará um dia adormecido, continuará a latir durante todo o filme. Estas cenas de abertura encapsulam a invasão do privado, mostrando que, por mais privacidade que acreditamos ter, os sons ao redor invadem essa privacidade. Submetida ao tédio da vida privada, Bia também age como uma força contrária, tanto incorporando o tédio como tentando superá-lo.

Outro personagem sobre o qual o filme se concentra é João, corretor de imóveis, neto do Sr. Francisco, o dono de um engenho decaído e de diversos apartamentos do bairro e que também mora nesta rua residencial onde se passa toda a narrativa fílmica. De início, João é mostrado transando vigorosamente com Sofia, que havia conhecido nesta mesma noite, dormem nus e acordam com a chegada da empregada doméstica na cozinha com suas netas. Depois de se vestirem às pressas, e irem tomar café junto com Sofia, ele faz uma grande demonstração de afeto familiar para com a empregada e as crianças, demonstração essa que a cozinheira recebe educadamente, mas de uma forma bastante contida. Interessante, nesta cena, é que João faz realizar a relação “familiar” mítica do bom Senhor com os seus escravos: neste caso, a cozinheira compreende a real relação mesmo que o senhor não compreenda, isto é, fique claro as hierarquias sociais de raça e classe na qual ela e suas netas estão submetidas.

João e Sofia descem do prédio e ao acompanhá-la junto ao carro que estava estacionado na rua, eles percebem que o som do carro tinha sido roubado, um crime menor que vai definir a ação do filme e ressaltar o tema da invasão e da necessidade da presença de uma milícia de segurança particular. João imediatamente não suspeita de um criminoso de baixo nível, mas de seu primo, que tem o hábito de cometer esses “pequenos” delitos. Em outras palavras, ficará bem claro ao longo da narrativa que o crime e a violência não seriam algo de fora desta comunidade de classe média, mas seriam produzidos de dentro dela.



O filme apresenta imagens do interior dos apartamentos de Bia e de João. Estes são equipados com diversos aparelhos de televisão e eletrodomésticos mais recentes, mas a infraestrutura é tosca tal como é visível quando João mostra um apartamento vazio e de má qualidade em que uma mulher tinha acabado de morrer e, por causa disso, a potencial locatária quer um desconto. Mas João categórico afirma: “Olha, o incidente não tem impacto na qualidade desse lugar”, enfatizando que vidas são menos importantes do que a propriedade. Claramente desencantada, a cliente vai até a varanda onde observa a vista opressiva dos novos arranha-céus e o mar distante, que, num momento posterior do filme, são também mesclados a casas antigas amontoadas que se voltam para o oceano, tornando compreender que Recife é uma cidade litorânea famosa pelos recifes dos quais ela recebe o nome. Somente uma vez o mar é mostrado, quando o proprietário Francisco sai na calada da noite para um mergulho noturno. Ignorando o som forte das ondas quebrando na areia e uma placa onde se lê: “Cuidado: área sujeita a tubarões”, o Seu Francisco desafia o mar agitado e escuro e pula na água, aparentemente o único morador da região que sente que o mar lhe pertence.

A sensação de aprisionamento se repete com a presença de outras grades nas portas e janelas das casas de praticamente todos os personagens da trama. Apesar de o cenário utilizado ser Recife, a obra poderia ter sido filmada em qualquer outro centro urbano brasileiro, devorado por prédios e especulação imobiliária, onde o Estado foi perdendo seu poder de ordenamento e a sociedade civil foi tomando para si algumas das obrigações deste primeiro, como é o caso da segurança

Somos levados a conhecer Clodoaldo, segurança particular, que passa a se apresentar e a oferecer seus serviços de segurança junto aos moradores do bairro. Neste momento, Clodoaldo chega à casa de Seu Francisco para pedir permissão deste para que possa trabalhar, visto que é Seu Francisco o dono de praticamente metade dos imóveis da rua. Segue o diálogo:

Seu Francisco: Boa Tarde.

Clodoaldo: Boa, como vai o senhor?

S. F.: Chegou na minha rua sem pedir licença.

C.: Tô aqui pra isso.

S. F.: As suas ordens.

C.: Pois é, eu vim justamente falar com o senhor pra pedir sua benção pro serviço que a gente vai fazer.

[Clodoaldo oferece o informativo para Seu Francisco]

S.F.: Não, eu não junto papel. E quero dizer uma coisa pra vocês, que fique bem claro. É que eu sou proprietário de mais da metade dos imóveis dessa área.

C.: Comecei a ouvir falar do senhor e disse: “A gente tem que ir lá pra acertar essas coisas”

[Clodoaldo olha em direção a Fernando, o rapaz que o acompanha]

S. F.: Quem falou de mim?

C.: Rapaz... Seu Anco, Dra. Fernanda, a maioria dos moradores daqui.



S. F.: Escute aqui. Na verdade, eu já não mando mais essas coisas todas por aqui. Meu negócio, meu trabalho, é lá engenho em Bonito, onde tenho minhas terras. Aqui eu só faço morar. Mas o que eu queria mesmo era dizer outra coisa.

C.: Pode dizer.

S. F.: Eu tenho um neto. Mora aqui na rua. Dinho. Ele tá dando muito desgosto ao pai dele, que é meu filho. Mas eu não quero saber de você mexendo com Dinho. Dinho não é pra vocês, compreendeu bem?

C.: Fique tranquilo. Quanto a isso fique sossegado.

[Seu Francisco olha para Fernando]

S. F.: E esse aí, é mudo?

C.: Não, ele fala. Fala aí, pô.

Fernando: Sei falar, sim, senhor.

S. F.: E esse olho cego? Tá certo pra um segurança isso?

F.: Se brincar, enxergo melhor que o senhor.

S. F.: Lampião também era cego de um olho. Enxergava melhor que eu, e foi apagado.

F.: Mas antes de cair, derrubou muitos.

S. F.: Gostei do cabra! [Ele sorri] e continua: Como é seu nome cabra?

F.: Fernando.

S. F.: Fernando de quê?

F.: Gomes do Nascimento.

Seu Francisco dirige o olhar para Clodoaldo e Pergunta: E o senhor?

C.: Clodoaldo Ferreira dos Santos.

S. F.: Vocês são de onde?

C.: Eu sou de Limoeiro, Fernando daqui mesmo.

S. F.: Daqui de onde?

F.: Guabiraba.

S. F.: Guabiraba? [Ele começa a debochar]. Bom, vocês estão dispensados, podem ir sossegados e bom trabalho pra vocês.

Seu Francisco se afasta indo para o andar de cima de sua cobertura e por fim chama a empregada e diz: Luciene, abra a porta lá pros moços. Abra lá pro pessoal.

A ambientação deste diálogo também contribui para demonstrar a separação entre classes. O apartamento de Seu Francisco é uma cobertura e ele recebe Clodoaldo e Fernando na área social e que foram lá para “pedir a benção” para tal prestação de serviço naquela localidade. Na continuidade desta mesma sequência, Seu Francisco ordena que os novos vigias da rua não se aproximem do seu neto Dinho, apesar de ele estar dando “muito desgosto à família”. Já sabemos que Dinho é o arrombador de carros daquela região.

Esta rua de classe média do Recife figura uma interpretação do Brasil contemporâneo. Não resta nenhuma ilusão mítica ou pitoresca: mal se vê o belo mar da praia de Boa Viagem, enfrentado com coragem e orgulho apenas por Seu Francisco, o representante do velho e ainda atuante poder, como já havíamos comentado anteriormente. Na trama das relações sociais, as estruturas de iniquidades decorrentes do passado histórico, bem como suas consequências tranquilas destrutivas, associam-se, sem perturbações, aos novos dinamismos sociais impostos pelo processo em curso do capitalismo atual. Mas a desconexão aparente entre as tramas soltas das diferentes personagens, que constitui boa parte da composição, intriga e faz pensar.



Na 2ª PARTE – **GUARDAS NOTURNOS**, somos levados, enquanto espectadores, a observar de que forma são prestados os serviços de segurança particular promovidos pela milícia. O instrumento que funciona como elo entre as classes passa a ser estas seguranças privados que, contraditoriamente, acabam por aumentar a vulnerabilidade de todos daquela região. Dispostos em uma esquina, vigiando a movimentação dia e noite, eles observam os detalhes da vida dos moradores de rua. Ao mesmo tempo em que a presença dos seguranças privados passa uma pseudo tranquilidade para alguns, gera um clima de tensão para outros, revelando comportamentos, aflições e estruturas sociais comuns a praticamente todos nós.

Somos levados também a uma reunião de condôminos onde mora João, neto de Seu Francisco, para demitir o porteiro noturno, Seu Agenor, funcionário antigo que já trabalha há 13 anos e já não consegue cumprir com suas obrigações profissionais e dorme durante o expediente. Seu Agenor não está presente na reunião e assim como sujeito sem voz, sua história é contada pelo viés dos outros. A banalização e a superficialidade, com que os condôminos decidem sua demissão, mascaram uma visão reducionista e intransigente. Até então, guardado em sua invisibilidade, Agenor era pensado apenas como um “sujeito descartável”, mas a câmera invasiva captura a um canto, quase imperceptível, o olhar de alheamento do porteiro. A face esgotada deste senhor revela o cansaço da subserviência, e ele resiste desestabilizando as relações profissionais. “A cena preconiza mais uma vez a luta de classes que se trava no embate silencioso do dia a dia no interior das comunidades” (SOUZA, 2013, p.11-12).

Retornando ao cotidiano de Bia, podemos perceber que ela oscila entre orgulho e tédio, medo e ansiedade. As sequências com Bia, nos mostra que ela está cercada por eletrodomésticos, cuida da casa, administra e controla a vida dos filhos, já adolescentes. Com o marido, pretende assegurar o futuro deles, investindo em seu capital cultural (com aulas de inglês e mandarim). Seus olhares, porém, em closes reiterados, traem a insatisfação que preside de sua vizinha (que também seria sua irmã) contra ela que a esbofeteia, motivada pela inveja de que Bia comprou uma tv maior que a dela, dá a medida da disputa pelos pequenos poderes. Para aliviar-se dos desprazeres cotidianos, não resiste nem às trepidações da máquina de lavar nem ao uso de maconha que, no entanto, expira no bocal do aspirador de pó, de maneira a que nada exale a prazeres ilícitos.

Voltamos a rua de Setúbal e neste momento Clodoaldo liga de um orelhão para Dinho, o neto de Seu Francisco e o arrombador de carros da localidade. Clodoaldo ameaça-o anonimamente caso ele continue a praticar tais delitos. Porém, Dinho não hesita: vê registrado



em seu celular o número discado, percebe que se trata do número do telefone público de sua rua e sai de casa à noite para ameaçar os seguranças. Segue o diálogo:

Dinho: Boa Noite.

Todos respondem: Boa Noite.

D.: Vocês viram alguém utilizando esse telefone aí?

Clodoaldo: Rapaz, não, velho. Teve um cara aí que ligou.

D.: Preste atenção. Foi vocês que ligaram para mim?

C.: Quem é o senhor?

Dinho: Não conhece, mas devia conhecer. Oh, essa rua aqui é da minha família. É gente grande, de dinheiro. Aqui não é favela não, velho. Nem esse orelhão é de favela, de gente pobre. Esse orelhão não tá numa favela e não serve pra deixar nem mandar recado.

Fernando: Não precisa falar com a gente assim, doutor.

D.: Sou doutor não, velho. Nem paciente. Agora se foi vocês que fizeram isso tá fudido na minha mão. Boa Noite.

C.: Boa.

[Dinho vai embora]

Dinho tenta humilhar os seguranças marcando o abismo social entre eles, com a “fineza” dos que ostentam suas origens e menosprezam todos os que não compartilham de seu *pedigree*, lançando-os à vala comum dos mais pobres: “Essa rua é de minha família. Gente grande, de dinheiro. Essa rua não é favela”.

Na **3ª PARTE – GUARDA-COSTAS**, somos levados ao engenho do Seu Francisco quando o seu neto João e a namorada deste, Sofia, vão visitá-lo. Eles percorrem a região, vão a uma escola rural, visitam a ruína de um antigo cinema e também a propriedade onde ouvimos sons que reportariam ao sofrimento de negros escravizados que por ventura teriam vivido naquele lugar. Seu Francisco, João e Sofia vão tomar banho de cachoeira. Neste momento a cachoeira é coberta por sangue. João, o personagem, em tese mais carismático e sem falha de caráter explícita é quem toma banho de sangue e olha-nos, expectadores, nos olhos pela câmera-personagem. Essa cena nos reporta, metaforicamente, às perdas sempre presentes das tensões de classe que permeiam o filme inteiro. E, aliás, este grande banho de sangue na cachoeira pode ser a prova viva dessa violência ainda não cicatrizada. Segundo Rabello, essa cena alegórica demonstraria que “no sangue dos corpos mortos dos trabalhadores escravos, que simbolicamente continua jorrando, os proprietários se deliciam” (2015, p. 168).

Voltamos à casa de Bia e ela continua se preocupando o tempo todo com os latidos do cachorro da casa vizinha, procurando por meios de cortar pela raiz o barulho que a incomoda: em vez de fechar a janela, de ligar o rádio em alto volume ou em usar tapa ouvidos, por exemplo, a solução dela é fazer o cachorro parar de latir causando algum ruído insuportável para o animal, como um aparelho importado que produz um som bastante agudo que será posto por sua empregada doméstica na tomada sem o uso do transformador o que faz com que ele se queime.



Isso gera uma discussão entre Bia e a sua empregada doméstica pois como se tratava de um aparelho importado não há como ter conserto.

À noite, a filha de Bia tem pesadelos nos quais vários garotos negros invadem sua casa – um destes garotos atravessa toda a narrativa fílmica em várias outras cenas que como um fantasma aparece ora dentro de uma casa no momento que uma empregada doméstica (a de Seu Francisco) mantém relação sexual com Clodoaldo na cama do vizinho, ora escala uma casa de madrugada, visto por Bia enquanto ela fogia de sua constante insônia por causa dos latidos do cachorro. Em outra cena este mesmo garoto é pego pelos vigilantes e expulso “como se a instalação da vigilância ali fosse capaz de acabar com a assombração dos problemas sociais não resolvidos, representado naquele fantasma. O fantasma representa bem o significado da invisibilidade social de grupos” (SIMIM, 2015, p. 56).

Na manhã do dia seguinte, Bia sai de casa para comprar fogos de artifício, que saberemos mais tarde que servirão para assustar (junto com toda a família) o cão que tanto os incomoda.

Chegamos próximos ao final do filme, estamos na festa de aniversário da neta de Seu Francisco, este sai para fora da casa e vê Clodoaldo na rua e chama-o, disse que tentou por várias vezes falar com ele por telefone e pergunta o que está acontecendo. Clodoaldo justificase por não ter retornado o contato e disse que também gostaria de falar com ele. Clodoaldo está acompanhado por Cláudio, seu irmão. Seu Francisco pede que em meia hora ele esteja em sua cobertura para tratar de um assunto confidencial.

Clodoaldo e Claudio vão ao apartamento de Seu Francisco. Eles sobem o elevador em silêncio e tocam a campainha. Eles são recebidos pelo Seu Francisco. Segue o diálogo:

Seu Francisco: Eu só chamei você.

Clodoaldo: É meu irmão, Seu Francisco. Ele agora tá aqui na rua, tá trabalhando junto com a gente.

[Seu Francisco abre a porta e eles entram]

Seu Francisco: Não tenho mais paciência prá estas festas de aniversário, choro de menino, musiquinha. Vamos conversar aqui na sala que é melhor.

[Todos se sentam]

S.F.: Bom, vamos resolver isso aqui no *vapt-vupt*. Ontem eu recebi a notícia de que mataram, lá em Bonito, para as bandas onde tenho minhas terras, um homem que trabalhou comigo durante muitos anos, Reginaldo. Era capaz de fazer tudo por mim, inclusive dar a própria vida. Aí aposentou-se, faz mais de 10 anos que virou crente e, de repente... E isso tá com a maior cara de ser vingança. Daí eu quero propor o seguinte para o senhor. O senhor me garantir um reforço na segurança pessoal. Eu sei que isso não é nada, sei que vai dar em nada, mas prevenir é melhor que remediar, né?

C.: Mas o senhor acha que a morte desse homem, Reginaldo, né? Ele realmente teve alguma coisa a ver com o senhor ou não?



S. F.: Olha, o que eu quero é saber o que o senhor pode fazer pra garantir minha segurança pessoal. Ficar de olho no prédio, no entra e sai das pessoas.

C.: Sei, sei... O senhor quer que eu faça o que Reginaldo fazia.

S. F.: Reginaldo era meu capataz, homem. Meu administrador. Eu tô chamando o senhor simplesmente prá ser meu segurança. Só isso.

C.: Isso eu entendi. O que eu não entendi é: a morte dele teve alguma coisa a ver com o senhor ou não teve?

S. F.: Você veio aqui prá fazer pergunta prá mim? Não é da sua conta.

C.: Eu só tô querendo entender.

[Silêncio]

Cláudio [olha para Clodoaldo] e diz: Tá vendo como são as coisas.

Cláudio olha para Seu Francisco: Seu Francisco, eu e meu irmão, a gente teve quinta-feira com Reginaldo. [Outro silêncio]. Ele continua: Seu Francisco, 27 de abril de 1984. [Outro silêncio]. O Senhor não lembra. Mas eu e meu irmão aqui. A gente lembra.

C.: Nessa data aí eu só tinha 6 anos. E eu me lembro.

[Silêncio]

S. F.: Vocês são os meninos de Antônio.

C.: Somos sim. Antônio José do Nascimento.

Cláudio: E o nosso tio, Everaldo José do Nascimento. Por causa de uma cerca.

[Seu Francisco se levanta. Clodoaldo e Claudio também]

Mudamos de cena e estamos na casa de Bia com marido e filhos. Ela acende os explosivos para assustar o cachorro vizinho. Os barulhos dos fogos de artifício coincidem com o barulho do disparo da arma, que surge “ao redor”, enquanto tem centralidade na cena a diversão da família de classe média ao incomodar o cão do vizinho com os fogos artificiais. Não sabemos o que ocorre nem com o patriarca nem com o cachorro nem com os irmãos. Além disso, os sons sucessivos de tiros e bombas nivelam a luta contra o inimigo. A não explicitação sobre os mortos, se é que houve mortos, é decisiva, pois, em qualquer dos casos, nada se resolve estruturalmente: outros cães continuarão a ladrar, outros “coronéis” continuarão a precisar de capangas, outros vingadores retornarão, e a cidade continuará a gerar ruídos confusos e a amortecer os confrontos.

AQUARIUS, A RESISTÊNCIA É UM LUGAR SOLITÁRIO?

Aquarius é um filme de 2016. Sua sinopse, na contracapa do DVD, apresenta-se da seguinte forma:

Clara (Sonia Braga) mora de frente para o mar no Aquarius, último prédio de estilo antigo da Av. Boa Viagem, no Recife. Jornalista aposentada e escritora, viúva com três filhos adultos e dona de um aconchegante apartamento repleto de discos e livros, ela irá enfrentar as investidas de uma construtora que tem outros planos para aquele terreno: demolir o Aquarius e dar lugar a um novo empreendimento.

A estreia de *Aquarius* no Festival de Cannes de 2016 foi em torno de uma polêmica. Em meio ao turbulento processo de *impeachment* da então presidente da república Dilma Rousseff, a equipe do longa-metragem passou pelo tapete vermelho do Festival carregando pequenos cartazes nos quais se lia, em inglês e francês: “O Brasil está passando por um golpe de Estado” e “54.501.118 milhões de votos incinerados”. A atitude das atrizes, atores e do diretor causou



alvorço na mídia, especialmente a brasileira, e vozes dos setores conservadores do país defenderam o boicote ao filme – menos pela sua narrativa e mais pela postura explicitamente contrária da equipe às condições por meio das quais a deposição de Dilma Rousseff estava sendo conduzida pelo Legislativo e pelo Judiciário.

A narrativa filmica não faz nenhuma menção direta à organização político-partidária brasileira. Entretanto, promove uma interessante crítica social por meio da apresentação da história de Clara. Há na história da personagem a conjugação da experiência de morte, pois Clara sobrevive a um câncer que, no entanto, lhe custa a retirada de uma mama, mas também da experiência de vida, na medida em que Clara não se furta a colocar-se em situações das quais sai modificada, transformada, diferente de quando entrou: quando, por exemplo, investe no flerte com um homem durante um baile ou como quando entra no mar revolto e perigoso da praia de Boa Viagem (com placas indicativas como “área sujeita a ataque de tubarão”) para um mergulho.

Como pano de fundo, o filme apresenta a expansão imobiliária da região, a falta de autenticidade desse processo de verticalização e a incapacidade dos interesses por trás dos grandes investimentos imobiliários de respeitar individualidades e liberdades dos indivíduos, em sua relação histórica e afetiva, com seu lugar de pertencimento. Portanto, é possível identificarmos uma dupla resistência presente no longa-metragem, a representada por Clara em seu contexto específico, e a transpassada à história contada e assistida pelos telespectadores em seus próprios contextos e lugares distintos.

O filme divide-se em três partes: 1. O Cabelo de Clara; 2. O Amor de Clara; 3. O Câncer de Clara.

Em **PARTE 1. O CABELO DE CLARA**, o filme se inicia com imagens antigas, remetendo às décadas de 1970 e 1980, da orla da Praia da Boa Viagem. É perceptível a valorização econômica do local, situado na zona sul da cidade, que abriga bairros nobres. A história começa com Clara, seu irmão Antônio e sua então namorada (e futura esposa) Fátima. Na cena, seguinte, Clara aparece em seu apartamento do edifício Aquarius onde se encontra com seu marido Adalberto e filhos no aniversário de 70 anos de sua tia Lúcia em 1980. No ano anterior Clara havia tido um câncer e, neste momento, já havia se recuperado. Há um salto no tempo e estamos em 2016. Clara agora tem 65 anos, viúva e morando sozinha, vive no mesmo apartamento.



Em certo dia de seu cotidiano, Clara está deitada em sua rede na varanda em frente à orla de Boa Viagem é tocada a campainha de seu apartamento. Assustada, ela levanta-se e vai atender à porta. É o proprietário da construtora Bonfim e seu neto levando uma nova proposta para a compra do apartamento afirmando que o projeto inicial de construção do condomínio de luxo mudou para preservar a memória do lugar e que agora se chamaria “Novo Aquarius”. Clara mais uma vez recusa a proposta e diz que não tem interesse em vender seu apartamento. Por curiosidade ela pergunta qual era o nome anterior do projeto e Diego, o neto do proprietário, responde que era: “Atlantic Plaza Residence”. Ela tem uma reação de surpresa, pede educadamente que eles possam ir embora justificando que estaria bastante ocupada.

Na **PARTE 2. O AMOR DE CLARA**, identificamos que o apartamento do edifício Aquarius se torna refúgio que guarda a alegria gerada pelas memórias produzidas no lugar. Há na história de Clara uma forte política de amizade e das afinidades, na medida em que suas ligações de afeto são fortes e lhe dão possibilidades de afirmar a vida: um amigo salva-vidas, uma amiga que lhe passa o contato de um garoto de programa para que experimente seus serviços, outras amigas com quem ela se encontra no baile, sua empregada doméstica que está sempre presente e seus familiares (irmão, cunhada, sobrinhos, filhos e netos) com quem ela mantém sempre contato ao visitá-los e também ao ser visitada por todos em seu apartamento.

O edifício Aquarius apresenta características da arquitetura eclética e localiza-se em frente à praia de Boa Viagem em Recife. Boa Viagem é um dos bairros mais populosos da cidade. O principal fator responsável pela alta densidade populacional do bairro é a sua intensa verticalização tanto para fins residenciais quanto comerciais. O bairro da Boa Viagem, liderado pela sua orla, cresceu sem observar as diretrizes dos sucessivos Planos Diretores da Cidade do Recife, refletindo a mentalidade dos latifúndios do campo na praia, o que no Brasil constitui um contrassenso com o caráter eminentemente público das praias.

Nesse sentido, podemos compreender que a memória não é algo estático e ligado ao passado, mas relacionada com o presente, provocando um dinamismo que se vincula com o cotidiano social. Segundo Ecléa Bosi (1994) as lembranças pessoais e grupais são invadidas por outra “história”, por outra memória que rouba da primeira o sentido, a transparência e a verdade. Sendo assim, o apartamento de Clara, aquele “pedaço” da orla de Boa Viagem, se torna fragmento e extensão do próprio corpo dela.

A equipe da construtora do condomínio, devido ao insucesso em persuadir Clara a sair do apartamento, passa a compor pequenas táticas de cerco à sua liberdade. Há compras de



colchões por parte da construtora que são postos nos apartamentos vazios. Um dos funcionários da construtora promove uma festa no apartamento de cima do de Clara, com música alta, jovens embriagados, o que provoca a personagem a ir até lá, de madrugada, para verificar o que estaria se passando. Sem saber o que encontraria, ela vê pela porta aberta, alguns jovens nus praticando sexo grupal e consumindo bastante álcool. Sem entregar-se às reprimendas morais, é justamente nesta noite que Clara chama pelos serviços do garoto de programa indicado pela amiga; isto é, ela embarca no fluxo do desejo em direção ao desconhecido. No dia seguinte, a escadaria do prédio está bem suja com fezes por todos os lados incluindo as paredes.

Clara passa a sentir receios em ficar sozinha em seu apartamento. Em certa noite, ela tem pesadelos, acorda, levanta-se e vai em direção à sua porta para ver se a mesma está realmente trancada. No dia seguinte, ela contrata pintores para pintar a fachada do prédio.

A especulação imobiliária que está expulsando Clara de seu lugar, não só destrói memórias, como também produz problemas urbanos e sociais que afetam diretamente a todos os moradores da cidade. O direito de pertencer, de permanecer e de ser não é levado em consideração pelos fluxos globais de investimento que tem interferido diretamente na gestão e produção da estrutura das cidades. Segundo Pereira e Scott: “o poder de investimento do capital especulativo, juntamente com uma homogeneização nas formas de se produzir, consumir e pensar o que levam à modificação de lugares em espaços sem personalidade e inautênticos” (2017, p. 11).

Atualmente observa-se tanto na cidade do Recife quanto em diversas cidades brasileiras certa tendência de demolição de casas restantes em bairros nobres, e até de pequenos edifícios para a construção de grandes condomínios de luxo. No caso particular do bairro de Boa Viagem no Recife, essa mesma tendência em relação a pequenos prédios próximos à orla também se estabeleceu no seu interior. Alguns raros imóveis tombados (ou pelo menos deveriam ser) pelo Patrimônio Histórico Municipal por seu valor arquitetônico e cultural estão em processo de modificação e/ou demolição (COSTA *et Alii*, 2008).

Em **Parte 3. O CÂNCER DE CLARA**, a primeira cena nos apresenta Ana Paula, filha de Clara, que deixa o neto para que seja cuidado por ela. Clara leva o neto Pedro para passear na praia, ao chegar ao seu prédio se depara com um culto evangélico que está sendo realizado por lá. Ao olhar para a garagem, identifica a impossibilidade de poder sair em virtude dos vários carros dos fiéis que estão atravancando a saída.



No dia seguinte, Ladjane, sua empregada, conta a ela que no dia anterior alguns funcionários da construtora apareceram no edifício para queimar alguns colchões, aqueles que foram usados na festa, bem no pátio do prédio.

Clara desce de seu apartamento para ver os resquícios dos colchões queimados. Neste momento, Diego chega e cumprimenta Clara. Segue o diálogo:

Diego: E aê Clara, tudo bem?

Clara: Bem, Diego. Precisando melhorar.

Diego: O que é que foi?

Clara: Diego, você mandou queimar uns colchões aqui no pátio? No meio de Boa Viagem?

Diego: Não, não mandei não. O que é? É aquilo ali?

Ladjane (empregada de Clara): Queimou sim, eu vi!

Diego: Não tô sabendo não.

Clara: Os restos ali.

Diego: Olha, eu vou procurar saber quem fez isso e vou repreender. Vocês estão cobertas de razão, isso aqui não tá certo.

Clara: É que teve uma festa aqui no prédio.

Diego: Sim.

Clara: Sabe? Os colchões realmente devem ter ficado muitos sujos.

Diego: Ah. Da festa eu tô sabendo, mas colchão sujo não chegou até mim essa informação.

Clara: Ah não, teve colchão sujo sim. Teve merda rolando pela escada.

[Diego ri]

Clara: Tá rindo do que? Você não mandou lavar a merda da escada?

Diego: Não. Eu não sabia. De merda na escada eu não sabia, confesso que...

Clara: Mas, tudo bem, eu não tô julgando nada, sabe? Não é por isso que eu tô aqui pra falar com você, é que é o seguinte: Você tem tantos apartamentos nesse prédio, tá certo? Você podia ter dado uma festa em qualquer um dos seus apartamentos, mas não. Você foi dar uma festa no apartamento 08, que é justamente em cima do meu e nem me comunicou.

Diego: Ah não, perdão. Isso foi um erro meu. Muita coisa na cabeça e acabei esquecendo. Eu te prometo que a partir de agora que toda festa que eu for dar ou eu autorizar aqui no prédio eu te aviso com toda a antecedência, perdão. Agora Clara, eu vi que você está pintando a fachada do prédio sem que isso fosse discutido com a construtora, né? A gente também faz parte do condomínio, será que a gente não melhora essa comunicação entre a gente?

Clara: Diego, você faz aquele tipo passivo agressivo!

Diego: Sou o que?

Clara: Passivo agressivo.

Interessante notar que neste diálogo entre Clara e Diego é possível identificarmos em Diego a figura do fascista. Segundo a filósofa Marcia Tiburi em seu livro *Como Conversar com um fascista* (2015), o fascista seria um sujeito psico-político bastante comum, sua característica principal é que ele não é aberto ao outro, sendo politicamente pobre. O seu empobrecimento se dá, sobretudo, pela perda da “dimensão do diálogo” isto é, a interlocução, pois ele não consegue relacionar-se com outros – com características e pensamentos diversos – que ultrapassem suas “verdades”. Diego é na concepção de Clara, um “passivo agressivo”. Inicialmente apresenta-se “educado”, “respeitoso”, aberto ao diálogo. Contudo, ao ser contrariado, mostra a sua verdadeira face: a de não estar habilitado ao confronto.



Continua o diálogo:

Diego: Você não me conhece, Clara. Mas está certo, eu prefiro ouvir e lhe respeitar. Até porque olhando daqui dá pra ver que você com certeza veio de uma família que batalhou muito mesmo para chegar aonde chegou, né, Clara? Uma família de pele mais morena, que deu muito suor pra ter o que tem.

[Diego olha em direção da empregada de Clara] e continua: Eu te respeito.

[Clara fica sem reação e vai embora].

Ladjane olha para Diego e diz: O Senhor vai me desculpar viu? Mas não pode tratá-la desse jeito não.

Podemos perceber na continuidade do diálogo entre Clara e Diego que um dos recursos do fascista é justamente a criação de “inimigos” reais ou imaginários, utilizando como estratégia a acusação e o julgamento. Se transformando em “juiz”, Diego se coloca em posição de superioridade em relação a Clara. Um dos modos de ser fascista hoje no Brasil é expresso por meio de linchamentos públicos (quer sejam físico ou verbal): homofobia, machismo, misoginia, racismo são algumas de suas ferramentas para aniquilar os que são diferentes dele. Diego perde a “dimensão do diálogo”. Autoritário, arrogante, ele é incapaz de dispor-se a uma comunicação verdadeira, pois apagou a dimensão do outro.

Por outro lado, as ações de Diego estão impregnadas da cordialidade enraizada na sociedade brasileira (BUARQUE DE HOLANDA, 1995). O jovem empreendedor, mantendo o comportamento de aparência afetiva, demonstra de forma dissimulada preocupação com a integridade física de Clara, que vive sozinha em seu prédio e diz reconhecer os motivos do apreço dela por seu apartamento, em localização privilegiada, pois segundo ele, não deveria ter sido fácil para uma pessoa de “pele mais morena” ter dado muito suor para ter o que tem.

Neste momento, com a ameaça implícita e o racismo explícito, o sinhozinho branco, arrogante e racista tenta humilhar Clara. O filme denuncia a persistência nefasta da herança aristocrática de origem rural, baseada no trabalho do escravizado africano implantada no Brasil durante a colonização portuguesa.

Após este acontecimento, Clara se encontra com um amigo que também é jornalista e dono de um jornal local para saber mais informações sobre a família Bonfim, donos da construtora. O jornalista inicialmente se esquivava afirmando que são “gente muito importante, poderosa” e que isto poderia comprometer a permanência de circulação de seu jornal, mas sob pressão de Clara, ele acaba cedendo e diz que existem alguns “papéis” que se forem divulgados em jornal (não no dele) serão péssimos para a família da construtora.

Clara e sua advogada Cleide vão atrás desses papéis no cartório da cidade e percebem que não será um trabalho fácil. Mudamos de cena e vemos o “Aquarius” pintado. Ana Paula



leva novamente o filho para a casa de Clara e ao subir ao apartamento é notificada pela construtora em relação à pintura da fachada do edifício.

No dia seguinte, vemos Clara chegando com compras no edifício Aquarius. Ela é seguida por dois ex-funcionários da construtora Bonfim que a cumprimentam. Um deles está alcoolizado e começa a fazer elogios a ela e é repreendido por Clara. Contudo, o outro diz que eles estão ali para ajudá-la, pois quando ela esteve em viagem há uns três ou quatro meses atrás, eles e outros funcionários fizeram um “serviço” a mando da construtora e que ela deveria abrir os apartamentos 10 e 12.

Clara aciona o amigo salva-vidas Roberval que é também bombeiro e junto com outro, eles chegam ao edifício. Com sua advogada Cleide e sobrinho, eles têm autorização para abrirem os apartamentos. Eles descobrem que a equipe da construtora inseriu nos apartamentos vazios do prédio, colônias inteiras de cupins, com o objetivo de fazê-los se espalhar pela estrutura do edifício e comprometê-la.

Sua atitude e seu gesto são certos: coloca uma das colônias dos cupins e pedaços de madeira numa mala e os leva ao escritório. Ao chegar em companhia de sua advogada, irmão e sobrinho, eles são levados à sala de reunião e ficam à espera do dono da construtora, Seu Geraldo e seu neto Diego. Clara entrega os “papéis” ao Seu Geraldo e este incomodado com a situação pergunta o que está acontecendo. Clara afirma que ela tem os originais. Inicia-se uma discussão. Seu Geraldo e Diego afirmam que irão chamar a segurança para pô-los para fora.

Clara coloca a mala sobre a mesa com a ajuda do irmão, abre-a e joga a colônia de cupins sobre a mesa e diz: “Eu sobrevivi a um câncer, tem mais de 30 anos, sabe? E hoje em dia eu resolvi uma coisa: eu prefiro dar um câncer em vez de ter um”. Neste momento, ela tira o cupinzeiro e joga sobre a mesa de reuniões. E assim termina o filme.

Este ato tem um caráter simbólico: Clara devolve os cupins aqueles que cercavam a sua casa, sua história e seus afetos. A devolução da colônia de cupins é gesto e atitude que empregam o pensamento como pequeno ato ou exercício que come, consome e corrói as estruturas de sujeição e de dominação das subjetividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Som ao Redor aborda vários temas essenciais para a compreensão de nosso tempo, como a especulação imobiliária, a violência urbana, o racismo velado e a própria luta de classes. A narrativa é composta por fragmentos de histórias de moradores de uma rua de classe média do Recife. Na localidade, podemos identificar dois núcleos dramáticos principais: a família do



Senhor Francisco, um antigo senhor de engenho que teria expandido seus negócios ao ramo da especulação imobiliária e, outra família nucleada por Bia. O Senhor Francisco e seus descendentes constituem os principais personagens do núcleo bem-nascido da trama. A família de Bia representa a classe média simples. Na base desta pirâmide social são vistos os empregados domésticos e os homens que passarão a oferecer segurança privada naquele bairro.

O título do filme “O Som ao Redor” já serve para ter uma expectativa do que aqui se pretende tratar, da ideia de como uma patologia social se manifesta: seu som está ao redor, difuso, fora do centro da cena e das atenções. Por vezes, é como um ruído que incomoda ou que, muitas vezes, deixamos de perceber por ouvi-lo constantemente e por termos nos acostumado a ele, como se fosse natural: e pouquíssimas vezes damos atenção ao barulho que está num segundo plano, marginal ao que percebemos pela atenção concentrada. E o mais importante dessa metáfora: é que não temos controle sobre esse som; ele persiste e é externo a quem o escuta.

Aquarius fala de memória, lembranças, história, resistência e especulação imobiliária, embora, ao longo da narrativa fílmica, outros temas sejam evocados à trama, conferindo à personagem Clara complexidade, experiência, força e autoridade para resistir e lutar contra a pressão e assédio da construtora. Foi a relação de Clara com suas memórias, construídas no lugar, que fizeram com que ela resistisse à oferta de compra do apartamento, mesmo que todos os outros moradores o tenham feito. A todo o momento, a personagem deixa isso de forma transparente para seus filhos, amigos e donos da construtora. Perder o apartamento é, para Clara, perder um pedaço de si mesma. Nisto se instaura um conflito que muitos não entendem. Segundo Pinto (2001) a memória afirma-se pela capacidade de assegurar permanências, manifestações sobreviventes de um passado em sua maioria sepultado, sempre isolado do presente pelas muitas transformações, pelas cores que fragmentam o tempo. Memória é projeção do passado no presente, é identificação de marcas de uma continuidade pouco notável e certamente não compulsória.

O desfecho aparentemente feliz de *Aquarius*, com a vitória do oprimido sobre o opressor, esconde a triste realidade da sociedade brasileira, onde o desfecho positivo está muito longe de se concretizar. Ao invés de termos alcançado o que Sérgio Buarque de Holanda (1995) prognosticou como “Nossa Revolução” – a extinção total de nossas raízes oligárquicas e de suas consequências éticas e sociais, propiciando a emergência das camadas sociais subalternas – o que se vê na trama inventada e encenada por Kléber Mendonça Filho é uma metáfora da história brasileira com manutenção do recrudescimento do sistema “arcaico/colonial” de



dominação. Este sistema se reverbera na contemporaneidade com o predomínio do capital financeiro que potencializa seus impactos de forma mais perversa e nos atrela, cada vez mais, a um sistema social cruel, de total exclusão, baseado em valores e regras de mercado.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

COSTA, Monica Ferreira da; ARAÚJO, Maria Christina Barbosa de; SILVA-CAVALCANTI, Jacqueline Santos; SOUZA, Stella Teles de. “Verticalização da Praia da Boa Viagem (Recife, Pernambuco) e suas Consequências Sócio-Ambientais” In. *Revista da Gestão Costeira Integrada* 8(2):2330245 (2008). Disponibilização on-line: <http://www.aprh.pt/rgci/>.

PEREIRA, Ives da Silva Duque; SCOTTO, Gabriela. “Lugar, Memória e Resistência na Representação da Cidade: a produção de sentidos no filme Aquarius” In. *Anais do XVII ENANPUR - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. São Paulo, FAUUSP, 2017.

PINTO, Júlio Pimentel. “Posfácio – Todos os passados criados pela memória” In. LEIBING, Annette; BENNINGHOFF-LÜHL, Sibylle. *Devorando o Tempo, Brasil, o país sem memória*. São Paulo, Mandarin, 2001.

RABELLO, Ivone Daré. “O Som ao Redor: sem futuro, só revanche?” In. *Novos Estudos CEBRAP*, 101, São Paulo, março de 2015.

ROSSINI, Miriam de Souza. “O Corpo da Nação: imagens e imaginários no cinema brasileiro” In. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, núm. 34, dezembro, PUC-RS, Porto Alegre, 2007.

SIMIM, Thiago Aguiar. “Invisibilidade Social a partir do filme “O Som ao redor”: uma análise honnethiana das patologias sociais no Brasil” In. *Ciências Sociais Unisinos*, 51(1), janeiro/abril de 2015.

SOUZA, Rita de Cássia Alves de. “A Subalternidade impingida e a r(existência) dos serviços no filme *O som ao redor* de Kléber Mendonça Filho: reflexões sobre a poética da cotidianidade no cinema brasileiro contemporâneo” In. *Revista Temática*. Ano IX, n. 10 – Outubro/213.

TIBURI, Márcia. *Como Conversar com um Fascista*. Rio de Janeiro, Record, 2015.



CAPÍTULO 11

O SURGIMENTO DE CONDOMÍNIOS FECHADOS EM MUNICÍPIOS DO LESTE MARANHENSE

Tiago Sandes Costa, Mestre em Energia da Biomassa, PUC Minas, Professor de Geografia do IFMA

RESUMO

O presente estudo pretende discutir o fenômeno da expansão dos condomínios fechados em municípios da microrregião do alto Itapecuru, destacando o papel da nova morfologia urbana em uma análise a partir da produção do espaço, suas formas e diferenciações e seus padrões de segregação socioespacial. Essa caracterização nos traz a premissa de uma percepção, na qual, a morfologia urbana se redesenha produzindo um espaço segregado e privatizado. Metodologicamente, a pesquisa foi participante, com idas à campo e aplicação de questionário. O google earth foi utilizado para mapear as áreas a serem estudadas. A literatura foi indispensável para auxiliar nos estudos, trazendo um embasamento teórico mais consistente, atrelado à pesquisa de campo a ser empreendidos com aplicação de questionários, levantamentos de dados cartográficos, mapeamentos da área com o auxílio de softwares para identificar e delimitar as áreas de estudo da região para maior compreensão da existência ou não dos fenômenos urbanos analisados. Portanto, verificou-se que a expansão dos condomínios horizontais teve como principal pressuposto, o medo da violência.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades. Enclaves. Segregação.

INTRODUÇÃO

Ao longo da primeira metade do século XX, o Brasil concentrou aproximadamente 10% da população nas cidades (Santos, M. 1993). Contudo, há uma nova redefinição dos padrões de ocupação territorial que se tornou uma forte tendência em cidades europeias, a exemplo de Paris, onde esse novo perfil redefiniu um planejamento urbano de radiais concêntricas, permitindo aos moradores de condomínios e loteamentos o acesso ao centro eximindo a passagem por áreas periféricas.

Na segunda metade do século XX, no pós-guerra, com o crescimento populacional, as demandas habitacionais começaram a comprimir o meio urbano. É o momento no qual o capitalismo ganha mais força com a instituição de uma nova revolução técnica e científica (SANTOS, 1988) impondo mudanças significativas na relação sociedade \times natureza. Essa reprodução da sociedade é acompanhada do processo de diferenciação socioespacial,



permitindo características próprias a cada espaço e que é “marca das cidades”, desde os primeiros resquícios do processo de urbanização (Sposito, 2011: 124).

Na primeira década do século XXI, observamos a expansão da malha urbana brasileira estruturada na edificação de enclaves fortificados, cuja definição adotada neste refere-se aos “condomínios fechados na versão residencial de uma categoria mais ampla de novos empreendimentos urbanos que chamo de enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000, p. 258). Essa caracterização nos traz a premissa de uma percepção, em que, a morfologia urbana se redesenha produzindo um espaço segregado e privado. Segundo Lamas (2011) a morfologia (urbana) é o estudo da forma do meio urbano nas suas partes físicas exteriores, ou elementos morfológicos, e na sua produção e transformação no tempo.

É dentro destas perspectivas, que se faz necessário aprofundar um estudo sistemático da expansão da malha urbana, a partir da compreensão de como ocorreu na América Latina, devido ao processo de segregação socioeconômica, que desencadeou um redesenho socioespacial das metrópoles induzindo a formação de territórios historicamente fragmentados. De acordo com Corrêa (2011), a produção do espaço urbano

é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade. (CORRÊA, 2011, p. 43).

Ainda segundo Capel (1972), em uma sociedade capitalista, a cidade e o espaço, em geral, não pertencem a seus habitantes e não são modelados em função dos seus interesses, mas de acordo com os interesses, às vezes contraditórios, de vários agentes. Os capitais, por exemplo, tomam às cidades capitalizando-as e agregando valor a espaços privilegiados provocando assim, uma disfunção social do território que reflete na expropriação de espaços vitais de convivência.

A expansão dos enclaves fortificados vem potencializando o reordenamento territorial sob um molde de segregação social e espacial, retomando o discurso qualitativo no tocante ao modo de vida em muitas cidades brasileiras. A produção do espaço geográfico deve ser compreendida como produção social, na qual, o ato de produzir a vida também é um ato de produção do espaço, compreendendo a uma relação dialética espaço-sociedade (Carlos, 2007). Contudo, a representatividade dos espaços privados alimenta a dicotomia entre a segurança, consumo e lazer em detrimento ao acesso dos marginalizados.

Dentre os principais aspectos realçados pela retórica que justificaria a inserção de uma cidade de “muros”, seria o medo da violência que, por conseguinte, realocaria os pobres na



tradicionalidade expressa pelas vias públicas. De acordo com Caldeira (2009, p.9), “o crime, o medo da violência e o desrespeito aos direitos da cidadania têm se combinado a transformações urbanas para produzir um novo padrão de segregação espacial nas últimas décadas.” Essa lógica está fragmentando as cidades, restringindo o acesso ao direito de livre circulação e alimentando a especulação fundiária e imobiliária intervindo diretamente na estrutura das cidades e na inserção dos cidadãos no espaço e na vida pública.

Neste caso, “são propriedades privada para uso coletivo e enfatizam o valor do privado ao mesmo tempo em que desvalorizam o que é público e aberto na cidade” (Caldeira, 2000, p. 258). Esse contexto, antes identificado em regiões metropolitanas, como São Paulo e Rio de Janeiro, devido a vários fatores que desencadearam espaços diversificados, se apropria agora de pequenas cidades em que ficou mais evidente a expropriação dos espaços urbanos contemporâneos de forma gradativa e levando parte da sociedade, principalmente os mais jovens, ao exílio. Como pontua Santos (2007, p. 60): “deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos.”

Para Rodrigues (2016) essa nova forma de morar e a segregação socioespacial são inseparáveis, tendo em vista que a segregação é um fenômeno urbano que pode ocorrer de diversas formas, matrizes ideológicas e metodológicas, escalas e intensidades. De acordo com os argumentos ora apresentados, é que se busca uma inserção na perspectiva de compreendermos os processos e dinâmicas na produção dos espaços urbanos em três cidades localizadas no leste evidenciando suas formas e processos, auxiliando no entendimento da dinâmica complexa que é a reprodução do espaço urbano, na qual, as formas urbanas podem influenciar as práticas sociais, numa relação dialética.

O objetivo é discutir o fenômeno da expansão dos condomínios e bairros fechados em municípios do leste maranhense destacando o papel da nova morfologia urbana em uma análise a partir da produção do espaço, suas formas e diferenciações e seus padrões de segregação socioespacial.

REFERENCIAL TEÓRICO

As áreas urbanas, a partir da década de 40, foram capitalizadas e seguiram uma forte tendência agregando valor e impulsionando os mais pobres a ocupar regiões inadequadas e extremamente polarizadas do centro. Segundo Botelho (2007):



Ao longo da história do modo de produção capitalista, o espaço passou a fazer parte dos circuitos de valorização do capital, seja pela simples mercantilização da terra, seja pelo seu parcelamento (pelo loteamento ou pela verticalização), ou, como tem ocorrido mais recentemente, pela sua crescente inclusão nos circuitos de circulação do capital financeiro, tornando-se cada vez mais capital fictício. (BOTELHO, 2007, p. 21).

O modelo fractal, que prevalece nas grandes metrópoles brasileiras é caracterizada pelos moldes de “cidades de muros”, nas quais, fica eminente um abismo social cada vez mais explícito aprofundando as contradições urbanas no tocante a ricos e pobres. Embora Sposito (2011) afirme que é necessária a articulação entre as diferentes escalas para compreender o período atual, a abordagem sobre a diferenciação socioespacial será a partir da escala intra-urbana, as quais processos e práticas espaciais produzem padrões distintos de diferenciação, levando em consideração o espaço e o tempo (Corrêa, 2007).

A especulação capitalizada a partir da expansão de Universidades, Institutos, empreendimentos imobiliários, hospitais, aeroportos e rodoviárias que se encontram na periferia das cidades, também impulsiona a edificação dos condomínios e loteamentos horizontais e verticais em áreas periféricas. Os capitais se apropriam das cidades reproduzindo exclusão, retirando o direito ao centro e segregando economicamente e socioespacialmente. Para Alvarez (2016), a segregação é um fenômeno intrínseco a urbanização capitalista, ou seja, é um dos fundamentos da produção do espaço urbano e do urbanismo, influenciando nesse processo a articulação entre o capital, o Estado e o setor imobiliário. Essa tendência, hegemonicamente observada em grandes cidades brasileiras, nas quais, os muros se erguem a partir de uma lógica de monitoramento e segurança ofertados aos condomínios, agora está se ramificando em todo o país. Daí a importância de pesquisas em cidades de médio porte a fim de diagnosticar semelhanças e diferenças em diferentes escalas. Para Caldeira (2000)

O novo padrão de segregação urbana baseado na criação de enclaves fortificados representa o lado complementar da privatização da segurança e transformação das concepções do público. Embora a segregação tenha sido sempre uma característica das cidades, os instrumentos e regras que a produzem mudaram consideravelmente ao longo do tempo. (CALDEIRA, 2000, p. 11).

A dilatação dos loteamentos e condomínios nessas cidades são bem recentes. Previamente, pôde-se identificar a edificação de Shopping Center, enclaves residências e bairros planejados evidenciando a forte presença do capital especulativo.

Ainda segundo Tereza Caldeira (2000) a segregação tanto social quanto espacial é uma característica importante das cidades, e os espaços urbanos são organizados basicamente por padrões de diferenciação social e de separação. Neste contexto, o processo de urbanização em curso traz uma nova premissa de redesenho das cidades que, anteriormente se delimitava à



lógica centro-periferia e que hoje atende aos padrões contemporâneos a partir da representatividade da cidade moderna.

METODOLOGIA

A pesquisa será estruturada como um estudo de caso, e as abordagens utilizadas serão tanto a qualitativa quanto a descritiva encampando um caminho teórico a ser percorrido que será um divisor de águas nas análises a serem feitas, conduzindo assim, um embasamento teórico mais denso.

A pesquisa de campo será encampada para identificar condomínios e loteamentos a partir da análise das imagens de satélite e fotografias urbanas disponibilizadas pelos pacotes de ferramentas Google Earth, identificando e delimitando assim, as áreas de estudo para posterior modelagem dos dados e maior compreensão dos fenômenos urbanos existentes.

O referencial teórico delineará as análises e os caminhos que serão seguidos na revisão de literatura. Autores como ALVAREZ (2016), CALDEIRA (2000), CAPEL (2005), CARLOS (2017), CORREIA (2011), DEL RIO (2000), JONES (1991), LAMAS (2011), RODRIGUES (2016), SPOSITO (2011), SANTOS (1998), SANTOS (2007), SANTOS (1993) irão nortear o escopo das discussões que serão ampliadas com embasamentos teóricos de renomados estudiosos, autores e especialistas.

DISCUSSÃO

Compreender a dinâmica empreendida no surgimento e na produção do espaço e suas consequências no campo econômico, social e cultural a partir do pressuposto da mobilidade urbana, privatização do espaço e segregação socioespacial são fatores preponderantes para o entendimento do escopo das pequenas cidades.

No campo da morfologia urbana, justifica-se o estudo pela necessidade de compreensão e análise da recente expansão urbana, suas novas formas e feições que caracterizam o atual processo de urbanização. Quando se trata da morfologia urbana, Capel (2005) propõe uma reflexão sobre as relações que existem entre técnica, a cultura, e as relações sociais, no que se refere à construção das casas e edifícios em geral.

Na contemporaneidade, a análise entre “cidades de muros” e morfologia urbana se estabelecem a partir dos processos de territorialização e desterritorialização estabelecendo a dinâmica exercida pelos padrões de crescimento populacional e os movimentos inter-regionais e intra-regionais a partir da década de 30.



Portanto, investigar a proliferação de condomínios enquanto forte tendência contemporânea, analisando o aspecto histórico, partindo da premissa de um fenômeno urbano e tendo como principal enfoque um novo padrão habitacional, com impactos sociais e urbanísticos e com forte segregação, constituiu o escopo para o desenvolvimento da pesquisa como de expressiva relevância para compreendermos as dinâmicas concernentes à produção e reprodução do espaço urbano em cidades pequenas.

A especulação fundiária e imobiliária a partir da expansão de Universidades e Institutos, que se encontram na periferia das cidades, também impulsiona a edificação dos condomínios e loteamentos horizontais e verticais em áreas periféricas. Especificamente, a “segregação socioespacial se faz presente através dos processos de valorização imobiliária e de fragmentação, homogeneização e hierarquização do espaço urbano”. (BOTELHO, 2007, p.13). Essa tendência, hegemonicamente observada em grandes cidades brasileiras, na qual, os muros se erguem a partir de uma lógica de monitoramento e segurança ofertados aos condôminos, agora está se ramificando em todo o país. Daí a importância de pesquisas em cidades de médio porte a fim de diagnosticar semelhanças e diferenças em diferentes escalas.

A partir da análise dos dados, idas a campo e dados espaciais, observou-se algumas premissas que se alinham a tendência da expansão da malha urbana em grandes escalas. Hegemonicamente, os moradores são brancos, são empresários ou funcionários públicos têm automóveis e classificam o medo da violência como principal fator que os levaram a morar em condomínio fechado. Nessa perspectiva, dentre as cidades estudadas, somente Colinas, São João dos Patos e Paraíba apresentam o modelo de empreendimento baseado em enclaves. Por serem municípios de pequenos e por não apresentarem altos índices de violência, a sociedade não adquiriu a tendência insurgente de grandes centros urbanos.



Fonte: Autor



Fonte: Autor



Fonte: Autor

RESULTADOS

O espaço urbano é compreendido pela reprodução das relações sociais, suas interações e suas dinâmicas. Ao desenvolver estudos sobre morfologia urbana verifica-se as diversas faces da produção do espaço urbano presentes em cidades pequenas, a exemplo de São João dos Patos, Paraibano e Colinas, que gera diferenciações espaciais de forma evidente e marcante.

Com a análise da expansão urbana e a caracterização dos padrões de ocupação dos bairros, apresentam grandes diferenças socioespaciais entre seus bairros e, conseqüentemente, das condições econômicas e sociais da população. Nessas feições, a implantação dos loteamentos residenciais fechados tem caráter discrepante na paisagem urbana, o quais também apresentam intrinsecamente significações para se “defender” da violência das cidades, mas que também produzem a segregação socioespacial, uma vez que criam-se espaços homogêneos sem a presença de pessoas com condições de vida diferenciadas.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, I. P. Segregação como conteúdo da Produção do Espaço Urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **Cidade Contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 111-126.

BOTELHO, A. (2007). **O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume; FAPESP.



CALDEIRA, T. P. R. (2000). **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp.

CAPEL, Horacio (1972). **Agentes y estrategias em la producción del espacio urbano español**. Revista Geográfica, n.8, p. 19-56.

CAPEL, H. (2005). **La morfología de las ciudades – II Aedes facere: técnica, cultura y clase social em la construcción de edificios**. Barcelona: Ediciones del Serbal.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (2007). **Diferenciação socioespacial**. Revista Cidades, v.4, n.6, p. 45- 60

CORRÊA, R. L. (2011). **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão**. In: Carlos, Ana Fani Alessandrini; Souza, Marcelo Lopes de; Sposito, Maria Encarnação Beltrão. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Editora Contexto.

DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: PINI, 2000.

JONES, A. N.; LARKHAM, P. J. **Glossary of urban form**. Norwich: Geo Books, 1991. Disponível em: <<http://www.urbanform.org/glossary/online.html>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

LAMAS, J. M. R. G. (2011). **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 6ª ed. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para Ciência e Tecnologia.

RODRIGUES, A. M. **Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial**. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.) *A Cidade Contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 147-169.

SPOSITO, M. E. B. (2011). **A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais**. In: Carlos, Ana Fani Alessandrini; Souza, Marcelo Lopes de; Sposito, Maria Encarnação Beltrão. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Editora Contexto.

SANTOS, M. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. 7ª ed. São Paulo: EdUSP, 2007.

SANTOS, W.G. dos. **Razões da desordem**. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.



CAPÍTULO 12

A CIDADE E A GARANTIA DE DIREITOS PARA MIGRANTES NO CENÁRIO DE PANDEMIA

Francisca Thuanny Oliveira Fernandes, Acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Vale do Salgado

Luana Peixoto Batista, Acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Vale do Salgado

Tamires Moura Lima, Acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Vale do Salgado

Larícia Nogueira Alexandre, Acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Vale do Salgado

Welison de Lima Sousa, Doutorando em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Professor de Psicologia, Centro Universitário Vale do Salgado

RESUMO

Este estudo busca discutir a relação entre cidade e garantia de direitos para migrantes venezuelanos no cenário da pandemia da Covid-19. Queremos com isso, contribuir no debate sobre a garantia de direitos para esse grupo que em muitos momentos tem seus direitos negados, e que acreditamos que em meio a pandemia isso tem se agravado ainda mais, pela falta de efetivação de políticas públicas e pela intensificação da desigualdade social. A vida urbana na atualidade se debruça diante dos nossos olhos como um verdadeiro cenário de caos, principalmente devido a atual conjuntura de crise e pandemia em que nos encontramos, este cenário nos faz pensar sobre condições mínimas de sobrevivência nos espaços urbanos. Viver nas cidades está relacionado com garantia de direitos e políticas públicas para os sujeitos, assim, migrantes e refugiados vivem à margem da sociedade e é preciso discutir sobre a garantia de direitos para estes grupos, através de políticas públicas sociais e de saúde, principalmente na pandemia causada pela Covid-19, onde muitos migrantes ficaram sem trabalho e com seus direitos básicos violados, sendo assim é preciso refletir acerca da necessidade de garantia de direitos para estes sujeitos, que necessitam também de atendimento diferencial devido a todo arcabouço cultural que cerca suas singularidades.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade; Pandemia; Migrantes; Refugiados.

INTRODUÇÃO

A pandemia causada pela Covid-19 nos mostra um cenário de imensa desigualdade que sempre esteve vigente em nossa sociedade, no entanto, agora de forma ainda mais cruel. O cenário de crise é imenso, provocando uma divisão fazendo com que pessoas vivam em situação de extrema pobreza e sem a oportunidade de sair dessa situação, naturalizando todo o processo de crise e desigualdade entre os povos (KRENAK, 2020)

A conjuntura pandêmica afeta a vida de migrantes de diversas formas, deixando-os desempregados, causando o aumento da xenofobia e as barreiras que impedem o fluxo



migratórios. Para migrantes e refugiado o cenário de pandemia apresenta-se como um momento de enfrentamento a crises sociais, econômicas e humanitárias, as quarentenas afetaram a vida laboral de migrantes e muitos perderam seus empregos ficando sem trabalho e renda, assim é necessário pensar formas de garantia de direitos para esta população (BAENINGER, 2020; BELTRAMELLI NETO; MENACHO, 2020).

A crise econômica instaurada no Brasil, atrelada a junção de um vírus novo e mortal, com alta propagação com diversas aglomerações nas cidades e em espaços laborais, o que sobra do espaço urbano em meio a uma crise pandêmica são pessoas pobres nacionalizados ou migrantes que estão com seus direitos violados e necessitam de políticas públicas que os assegurem (SIMONI, 2020). Buscaremos assim, discutir sobre a relação entre cidade e garantia de direitos para migrantes venezuelanos no cenário da pandemia da Covid-19. Queremos com isso, contribuir no debate sobre a garantia de direitos para esse grupo que em muitos momentos tem seus direitos negados, e que acreditamos que em meio a pandemia isso tem se agravado ainda mais, pela falta de efetivação de políticas públicas e pela intensificação da desigualdade social.

A vida urbana na atualidade se debruça diante dos nossos olhos como um verdadeiro cenário de caos, principalmente devido a atual conjuntura de crise e pandemia em que nos encontramos, este cenário nos faz pensar sobre condições mínimas de sobrevivência nos espaços urbanos. Viver nas cidades está relacionado com garantia de direitos e políticas públicas para os sujeitos que passam por esses espaços possam estar assegurados de seus direitos, assim é necessário políticas públicas que possam garantir direitos e condições humanas dentro das cidades (SAVI; HESPANHOL, 2016).

A crise urbana apesar de acentuada não é nova e ocorre em diversos lugares ao redor do mundo. Um dos lugares que vem enfrentando uma crise é a Venezuela, essa crise de acordo com Pimenta (2018), é uma crise econômica que desencadeou uma falta de produtos básicos, assim como também é uma crise política devido a corrupção, e que ainda se soma a uma crise social e urbana causada pela escassez de direitos inerentes a vida.

Com isso a migração no país aumentou e diversos venezuelanos se viram obrigados a deixarem seu país e se deslocarem para países vizinhos. Desde 2016 o Brasil se tornou destino de diversos migrantes venezuelanos, esse alto índice de refugiados vindos da Venezuela está inteiramente ligado com a busca de melhores condições de vida (POGGIANELLA; FERNANDES; FERNANDEZ, 2020).



Segundo UNICEF (2020), com a crise da pandemia e aumento exorbitantes de novos casos de covid-19 diariamente na América do Sul, bem como a crise econômica devido as tentativas de conter aglomerações, a maioria dos migrantes ficaram sem sustento e sem direitos básicos, devido a isso muitos encontram-se em situação de rua expostos a diversos riscos.

REFERENCIAL TEÓRICO

CIDADE E GARANTIA DE DIREITOS

Discutir sobre o conceito de cidade é de certa forma polêmico, devido ao grande número de autores que discorrem sobre a temática de forma singular, cada sujeito enxerga e experiencia a cidade de maneira única e isto está ligado com a pluralidade de culturas de cada sociedade e de como as cidades são diferentes em cada lugar do mundo (SOARES, 2019).

Embora não exista uma definição única de cidade, Salgueiro (1992), apresenta que cidade é um aglomerado de pessoas, sem mais definições técnicas, porém esta definição nos faz questionar o que seria o espaço rural e o urbano, se cidade é um aglomerado de pessoas seria o campo uma cidade?

A noção sobre espaço urbano e rural está relacionado ao seu contexto de desenvolvimento de divisões de terra, onde a administração pública exerce impostos sobre as habitações urbanas que estão dentro dos denominadas municípios, sendo assim considera-se o espaço urbano tudo que é formado por municípios e distritos, e aquilo que não passa por essa definição considerado é espaço rural (BERNARDO et al, 2017; MARQUES, 2002).

Concordando com Soares (2019), estamos em um mundo que está se urbanizando cada dia que passa, segundo dados do IBGE (2015), mais da metade da população brasileira cerca de 84,72% vive em espaços urbanos, analisando todo o território nacional o Nordeste é a região brasileira que tem o maior índice de pessoas vivendo em áreas rurais, 26,88% da população e isto diz respeito devido a construção histórica e economia da região.

Diante desses dados e voltando para discussão sobre a definição de cidade, Soares (2019) afirma que cada cidade é diferente não importa onde esteja, como aponta os dados do IBGE o Nordeste é a região com mais pessoas em áreas rurais, suas cidades se encontram em um contexto interiorano diferente de cidades de regiões mais urbanizadas como o Sudeste (onde 93% da população vive em espaços urbanos), definir cidades do Nordeste e do Sudeste já seria adentrar em conceitos diferentes.



É necessário também entender a cidade e sua construção histórica, social e política. Rolnik (1995), nos diz que antes mesmo de se constituir como um território geográfico, a cidade é como ímã, um espaço que reúne pessoas. A autora continua relatando que os templos foram os primeiros espaços “ímãs”, por reunir diversas pessoas, o início da civilização relatado pela Bíblia nos mostra essa ideia, de templos com aglomerações de pessoas tanto dentro destes espaços como circunvizinhos a eles, neste sentido a cidade como um ímã é uma cidade coletiva.

Rolnik (1995), ainda traz a cidade como outra definição, que é a cidade como escrita, estes dois fenômenos estão interligados construir cidades é construir uma nova forma de escrita repleta de significados, agora a cidade ultrapassa o tempo ela já não morre mais e nem fica no esquecimento como as antigas civilizações, ela está relacionada com a escrita que serve de recordação, é a preservação de uma memória coletiva. É possível enxergar este fenômeno na arquitetura da cidade que é repleta de significados, quando casarões dão lugares a prédios modernos, há um novo sentido para a cidade.

A palavra cidade tem sua origem do latim (*civitate*) que se aproxima de “*civitas*”, palavra que originou os termos cidadão e civilização, já a palavra urbano vem do latim (*urbs*) que inclusive significa cidade. Na Grécia a cidade é conhecida como *polis* Cidade-Estado grega que é dividida em *acrópole* que é onde se localiza o núcleo religioso, e a cidade baixa onde se localiza a *ágora* que é o centro de discussão política. Para os romanos existia a *civitas* cidade onde os sujeitos exerciam sua vida pública, nestas duas civilizações o centro da cidade se referia a participação política e não a uma noção de território, sendo assim o mais importante não era moradores e sim cidadãos participantes da política (ROLNIK, 1995; LACOSTE, 2005).

Seja na *polis* ou na *civitas* essa concepção de centro da cidade como local de participação política é bastante notória seja no passado ou atualmente, o núcleo da cidade se torna um lugar de manifestação política, com a evolução tecnológica o poder do espaço urbano não está mais ligado a marcas em rochas ou fixados em espaços com grandes aglomerações de pessoas, a comunicação em jornais principalmente eletrônicos, são capazes de transmitir informação, formar e expressar opiniões (NASCIMENTO, 2016).

Para explorar o direito a cidade na contemporaneidade é necessário entender como está constituída a cidade dentro de uma dimensão capitalista, seu início começa com a crise feudal, o feudo tem uma intrínseca relação com a igreja na idade média no sentido de dominação, o senhor feudal tem poder absoluto de seu servo assim como a igreja tem poder absoluto dos homens e é nessa lógica que as relações da cidade idade média acontecem. Neste período não



havia um desenho urbano que demarcava ruas, o espaço era simplesmente ocupado por moradores (ROLNIK, 1995).

A cidade medieval começa a mudar com o desenvolvimento da economia do mercado, enquanto as cidades cresciam o mercado se expandia e o sistema feudal decaía, o mercado proporcionava o grande crescimento de um comércio e com isso os senhores feudais precisavam de dinheiro, os servos destes senhores feudais começaram a migrar para as cidades e todo esse movimento impulsionou o crescimento das grandes cidades. (ROLNIK, 1995).

Conforme afirma Soares (2019), o crescimento do espaço urbano levou com que os moradores buscassem algum ofício, era necessário usar e modificar a matéria prima que vinha do campo em mercadoria, para que pudesse ser usada como fonte de lucro e renda. Em um de seus escritos Max Weber nos anos entre 1910-1913, traz o conceito de comunidade urbana que advém do comércio através do mercado, que é o que impulsiona as pessoas para as cidades (VASCONCELOS, 2015).

Segundo Rolnik (1995), o surgimento da economia mercantil, o crescimento da cidade e seus modos privados de vida são marcos importantes para acontecer o ponto chave do capitalismo, que é a industrialização. Sem reivindicação alguma o processo de industrialização modificou a sociedade, seu surgimento escancara a chegada da modernidade na civilização (LEFEBVRE, 2001).

Segundo Lefebvre (2001), quando a industrialização tem seu início o foco do capital que antes era no comércio mercantil passa a ser no empresário, onde sua fortuna vem dos bancos, do comércio e das fábricas. A industrialização nos traz um novo modo de vida, a cidade-estado passa a não existir mais e três entes surgem: a sociedade, a cidade e o estado. As indústrias tem uma forte ligação com a cidade, mesmo em sua maioria se localizando fora do espaço urbano da cidade e ficando próxima de onde extraem seus recursos naturais, a indústria usufrui da cidade, pois nela é onde se retira sua mão de obra e seu capital.

Na história da constituição da cidade o fenômeno da industrialização é um marco importante para entender os novos modos de construção do espaço urbano, as cidades grandes que se constituíram como cidades industrializadas são formada por grandes comércios, por um fluxo de transportes e conglomerados capitalistas, todo este conjunto atrai cada vez mais pessoas para essas cidades, uma característica das cidades industrializadas é que a maioria de seus habitantes naturalizados e migrantes são trabalhadores (HOBSBAWM, 1996).



Além da industrialização outro fenômeno também contribuiu bastante para termos a sociedade capitalista que temos hoje, é o fenômeno da vida pública e da vida privada, este fenômeno acontece devido a segregação que revela-se pelos grandes muros que cercam as construções mobiliarias e condomínios fechados, a cidade está demarcada por uma linha que define onde cada um deve estar, segregados por raça e classe escancarando quem possui privilégios no conforto da sua vida privada e de quem precisa fazer do espaço público sua vida pública (ROLNIK,1995).

Viver nas cidades tem sido uma pauta importante devido a diversas questões como ambientais, geográficas, econômicas e sociais, a partir dessas discussões o direito a cidade surge como um novo parâmetro para políticas públicas, urbanas e administrativa, surge como tópico principal para sujeitos em vulnerabilidade, que vivem à margem da sociedade e isolados da vida urbana (ANDRADE; FRANCESCHINI, 2017).

Segundo Figueiredo et al (2017), A população urbana vem crescendo cada vez mais e este fato é importante para entender questões de desigualdade nas cidades, políticas públicas não conseguem ou não querem sustentar um serviço para distribuir direito para toda a população urbana. O direito a cidade é uma crítica ao espaço urbano por não assegurar todos os sujeitos como agentes da cidade.

O direito a cidade tem relação com a união de grupos para participar do processo de urbanização, ter autonomia para modelar e remodelar o espaço urbano e a si próprio é um dos direitos importante e que vem sendo negado. O direito a saúde está inteiramente relacionado com o direito a cidade já que uma cidade em seu aspecto ambiental e sobre saneamento básico e poluição afeta inteiramente os sujeitos que nela habitam (FIGUEIREDO et al, 2017).

Concordando com Harvey (2014) o direito a cidade é um direito de reclamar pelas modificações que acontecem no espaço urbano, de como a cidade vem se constituindo de como ela vai se reinventando, é um direito para garantir que todos possam reivindicar o espaço que habitam, é um direito de classes e coletivo, o direito a cidade é um direito de ter acesso ao seu território e aos seus recursos. O direito a cidade é indivisível no sentido de que em teoria toda a população tem voz e vez, é o direito de moradia e de participar das atividades laborais da cidade, é um direito democrático e inclusivo a todos os habitantes, este direito deve ocorrer preservando os direitos humanos e sócio-políticos para todos (AMANAJÁ; KLUG, 2018).



PROCESSOS MIGRÁTORIOS DE VENEZUELANOS

Para entender o contexto geral de migração de venezuelanos no Brasil, é necessário antes entender o que é migração e seu panorama internacional e nacional. Concordando com a OIM (2010), migrar é partir de um território para outro seja este território nacional ou internacional, é um deslocamento de sujeitos que não depende de motivos, incluindo também a migração de refugiados, tráfico de pessoas, andarilhos, turismo, entre outros.

Existem movimentos migratórios que acontecem no mesmo território nacional e são denominados de migração interna e as migrações que ocorrem entre países diferentes são chamadas de migração internacional, existem mais dois termos importantes para entender o

processo de migração, eles são: imigrar, que é quando o sujeito de outro país vem para o Brasil, e se estabelece de forma temporária ou definitiva, o outro termo é emigrar que é usado quando um brasileiro viaja internacionalmente e por lá reside de forma temporária ou definitiva, porém visualizando o sujeito que vai de um lugar para o outro e não observando apenas um processo entre países diferentes os termos migrar e emigrar, se unem em um único termo: migrante internacional (BRASIL, 2017; ENAP, 2021).

Como podemos perceber o termo migrante se torna um termo guarda-chuva que abarca diversas situações de pessoas que transitam saindo de seu território e indo para outro, é importante entender outra definição que é a de população em situação de rua que se entende como: um grupo heterogêneo que faz da rua seu espaço de convívio, abarcando andarilhos e outros grupos, assim alguns migrantes que vivem na rua entram nesta definição (BRASIL, 2018). Concordando com a ENAP (2021), apesar de migrantes estarem em situação de rua o cuidado, acolhimento e políticas públicas para este público devem ser diferentes dos que são ofertados para a população em situação de rua devido as suas singularidades e necessidades diferentes.

Com estes termos definidos é importante entender sobre o processo de migração. Os motivos que fazem as pessoas migrarem são diversos, migram para encontrar familiares, sair de conflitos em seu país, em busca de trabalho, mudar de vida, turismo e migram até mesmo para sobreviver devido a perseguições raciais, políticas e de orientação sexual sofridas em seu país de origem, as pessoas podem migrar de forma voluntária e involuntária esta última acontece quando os sujeitos são forçados a deixar seu país de origem (ENAP, 2021).

Os migrantes que são forçados a deixar seu país ou pessoas sem nacionalidade que não podem voltar ao seu país habitual devido a conflitos de perseguição, são conhecidos como



refugiados. No Brasil qualquer migrante internacional que estejam com ou sem documentação podem solicitar refúgio, o sujeito que faz solicitação de refúgio se torna um solicitante de refúgio e assim não pode em momento algum ser deportado para o lugar onde sua vida se encontra em perigo e seus direitos não são respeitados (ENAP, 2021).

De acordo com Brasil (2019), no ano de 2018 o maior número de solicitação de refugiados no Brasil, são de venezuelanos sendo no total 61.681 solicitações de refúgio, o Ministério da Justiça e Segurança Pública é administrado pela Polícia Federal e é o órgão responsável por assuntos como imigrantes e refugiados e também pelas solicitações de refúgio no território nacional (ENAP, 2021).

Este fluxo de imigrantes venezuelanos no Brasil se dá devido à crise política e econômica que se instaurou no país, de acordo com De Oliveira (2019), a Venezuela viveu seus anos de glória com o governo de Hugo Chávez (1999-2013), com sua economia priorizada pela exportação do petróleo, a economia do país estabelecida fazia com que programas sociais fossem adotados. Carvalho (2019), afirma que esse tipo de ação social é conhecido como “Missões” e serviu para popularização do governo de Chávez na época.

No ano de 2013 dois acontecimentos foram estopim de agravo das situações econômicas e sociais da Venezuela, o primeiro relacionado a crise petrolífera que era 90% da economia do país; o segundo está conectado com o falecimento do maior chefe político do país Hugo Chávez, esta combinação de agravos levou uma crescente crise no âmbito social e econômico já que o país se encontrava sem aporte financeiro, estes acontecimentos levaram a crise da moeda venezuelana (Bolívar venezuelano) e a falta de recursos como alimentos e combustíveis para a população (DE OLIVEIRA, 2019).

Segundo De Oliveira (2019), a crise cada vez mais ascendente fez com que a partir de 2015 o fluxo de migração na Venezuela aumentasse gradativamente obrigando diversos venezuelanos a deixarem seu país em busca de sobrevivência frente a crise econômica, social e política que se instaurou.

Enap (2021), aponta que a crise da Venezuela cada vez mais em alta, fez com que o fluxo de migrantes venezuelanos no Brasil crescesse cada vez mais e a partir de 2017 este número veio aumentando de forma exponencial, os migrantes em sua maioria se instauraram nos estados brasileiros de Roraima e Amazonas, por serem regiões fronteiriças com o país venezuelano, no entanto Silva, Anunciação e Barbosa (2018), afirmam que 372 venezuelanos se estabeleceram no Nordeste.



Em pesquisa realizada entre 2012 e 2016 por Silva, Anunciação e Barbosa (2018), migrantes venezuelanos se estabeleceram em sua maioria no estado da Bahia, os outros estados com mais fluxo de migrantes venezuelanos são Pernambuco e Ceará. O Diário do Nordeste, famoso jornal cearense relata que o número de migrantes venezuelanos no Ceará vem crescendo desde o ano de 2013 onde haviam sete imigrantes da Venezuela no estado, já no ano de 2018 este número chegou a 490.

Concordando com a Enap (2021), Apesar de toda situação de calamidade pública envolvendo refugiados venezuelanos no país nos últimos anos, alguns meios de comunicação apenas dão foco em notícias de que estes migrantes estão invadindo o país, fazendo um desserviço para o acolhimento a esta população, assim as representações que os brasileiros tem é uma visão adulterada da realidade.

Com o alto número de refugiados venezuelanos no país principalmente na região Norte, muitos fizeram das ruas suas casas e sua forma de sustento, a falta de espaço para atender essa população o desafio inicial para o acolhimento a estas pessoas, uma das estratégias abordadas para o atendimento dos venezuelanos em situação de rua foram as atividades de interiorização já que milhares de refugiados se instauraram em Roraima, essa intervenção consiste em levar de forma voluntária os refugiados de Boa Vista para outras cidades do Brasil, para que pudessem ser atendidos e viver de forma autônoma (ENAP, 2021).

Para garantir e assegurar o acesso de forma humanitária aos refugiados vindos da Venezuela, casas de passagem são entidades que tem contribuindo bastante para as intervenções de interiorização acolhendo os venezuelanos que chegam de outras cidades. Essas casas de passagem são espaços que acolhem e protegem sujeitos que tenham vínculos familiares rompidos e que se encontram com seus direitos violados, esta unidade pode ser acessada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que faz o encaminhamento dos sujeitos para as casas de passagem (ENAP 2021; BRASIL, 2018).

METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de uma revisão narrativa da literatura que segundo Atallah e Castro (1997) é um estudo que permite ao leitor a aquisição de conhecimento sobre uma temática a ser estudada de uma forma rápida, sendo de abordagem qualitativa que segundo Minayo (2001), trata-se de um método de pesquisa que busca um aprofundamento das questões sociais, com o intuito de compreender os fenômenos de forma aprofundada



A revisão narrativa trata-se de publicações vastas que são utilizadas para descrever e discutir sobre um fenômeno que esteja em questão, a partir de uma discussão teórica, este tipo de revisão não se utiliza de uma descrição metodológica, referencial e nem técnica acerca da pesquisa, e se dá por meio de uma investigação da literatura seja em livros, artigos, sites e jornais, tendo no arcabouço do texto a análise crítica da autora (ROTHER, 2007).

A revisão narrativa apresenta uma proposta metodológica mais ampla, pouco usada para questões mais bem definidas especificamente, não sendo necessário um rigor para a sua elaboração, a procura por fontes não é determinada anteriormente e nem específica, a escolha dos artigos acontece sem restrições específicas, com base na percepção da pesquisadora (CORDEIRO et al, 2007).

As contribuições da revisão narrativa podem ser diversas, pois este tipo de metodologia é bastante útil para debates, discussões de pesquisas antecedentes e contribui para o conhecimento de forma a trazer indagações para pesquisas futuras. As revisões narrativas ainda são vistas como uma fonte de arcabouço teórico para a literatura (SILVA, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A GARANTIA DE DIREITOS DE MIGRANTES NA PANDEMIA DE COVID-19

O Direito Internacional dos Direitos Humanos, o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional de Refugiados, são instancias internacionais que asseguram de forma legal a proteção dos direitos dos sujeitos, no âmbito nacional o Brasil, tem a implementação do Estatuto dos Refugiados que é considerada por órgãos internacionais como uma das leis de proteção a migrantes e refugiados mais atuais (GREGORI, 2007).

A saúde é um dos elementos que abarca os direitos humanos e é fundamental para uma reflexão acerca da garantia deste direito a migrantes na pandemia de Covid-19, de acordo com a Constituição Federal de 1988 a saúde é direito de todos e é dever do estado assegurá-la a toda a população. O Sistema Único de Saúde (SUS), é um órgão que não compreende os fatores que rodeiam a vida de migrantes e o aspecto cultural de cada nacionalidade, mas cabe aos profissionais que fazem parte deste serviço oferecem acolhimento para que estes sujeitos possam ser assegurados do seu direito, cabe aos gestores de saúde capacitarem profissionais para atender as demandas de migrantes e refugiados (QUITO, 2007).

O SARS-CoV-2 é tipo novo de coronavírus que é o causador da COVID-19, doença que se iniciou na China e tomou proporções mundiais, esta doença entra no organismo pelas vias



respiratórias, causando doenças respiratórias graves que podem levar o indivíduo a óbito (SILVA; MOREIRA; MARTINS, 2020).

Concordando com Ruseishvili (2020), assim como o movimento migratório que transita de um território para o outro o coronavírus também se desloca, o vírus também migra e viaja dentro dos seres humanos, por isso uma das primeiras medidas de conter a pandemia foi fechar as fronteiras e declarar lockdown. Fazendo um recorte da desigualdade brasileira a pandemia nos revelou que enquanto pessoas tinham o privilégio de ficarem dentro de suas casas, outras pessoas permaneciam na rua ou ainda trabalhando em condições desumanas.

Devido a pandemia causada pelo vírus da Covid-19 e a crise humanitária já instaurada no globo terrestre, migrantes e refugiados que ainda conseguem exercer sua vida laboral enfrentam condições precárias de trabalho, muitos trabalham em locais sem circulação de ar ou ambientes com aglomerações facilitando a propagação do vírus, gerando outro problema que é do acesso a saúde já que no Brasil, devido a crise da pandemia hospitais públicos estão em crise, com a falta de insumos devido a superlotação desses serviços (BELTRAMELLI NETO; MENACHO, 2020).

Segundo dados da CNN Brasil (2021), a América Latina contabiliza mais de 1 milhão de mortes por Covid-19, sendo o Brasil o país com o maior número de casos e de mortes. As tentativas falhas de governantes para conter a pandemia e os números exorbitantes de casos de infectados no continente latino-americano faz com que a vida de migrantes se torne uma ameaça (RIBEIRO; CASTRO, 2020).

É nesta conjuntura que os modos como presidentes controlam (ou não) a situação da pandemia também afeta a vida e a decisão de migrantes em potencial, esse grupo de pessoas já contém diversas inseguranças sobre o país a qual iram migrar e o manejo que governantes políticos manejam a situação pandêmica afeta o movimento migratório (RIBEIRO; CASTRO, 2020).

Segundo o artigo 14º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, todo sujeito que está sofrendo algum tipo de perseguição tem o direito de procurar asilo em outros países, no entanto a pandemia causada pelo novo coronavírus dificultou em larga escala a vida de migrantes e refugiados, causando problemas tanto para o seu deslocamento como fronteiras fechadas, como também para ter acesso aos serviços de saúde já que é necessário algum tipo de documentação e alguns migrantes não possuem seus documentos dificultando o acesso ao direito a saúde (IFANGER; POGGETTO, 2020).



Em pesquisa realizada por Fernandes, Baeninger e Demétrio (2020), a maioria dos migrantes entrevistados 649 de 1.112 relataram que antes da pandemia trabalhavam no comércio, área mais afetada pelas falhas tentativas de conter a migração, causando uma crise econômica no país.

Migrantes são um grupo heterogêneo e estão inseridos em um panorama de transformações urbanas, sociais e econômicas (BECKER; SINDELAR, 2017). Esta diversidade traz abordagens metodológicas e técnicas diferentes para a garantia de direito desses sujeitos frente a pandemia de Covid-19, com isso é importante entender a dinâmica cultural desses sujeitos, sendo o primeiro passo pelo conhecimento das redes de apoio que os migrantes podem ter acesso através das políticas públicas (FERNANDES; BAENINGER; DEMÉRITO, 2020).

Diversos municípios e estados obtêm recursos do governo federal brasileiro garantido por legislação para atender refugiados, o dinheiro recebido vem do repasse dos serviços de proteção à situação de calamidade, estes recursos servem para o acolhimento e interiorização dos migrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade e de risco social (ENAP 2021).

Neste sentido é importante compreender a dinâmica das políticas públicas como um agente fundamental na garantia de direitos de migrantes especialmente na pandemia de Covid-19, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é uma rede que presta apoio social por meio de programas e benefícios com o intuito de garantir direitos a pessoas em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2017).

O serviço de atendimento inicial do SUAS é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que é um serviço primordial para a proteção dos migrantes e se localiza em áreas de maior vulnerabilidade, por isso é conhecido como porta de entrada da assistência social, esses equipamentos se mostram cada vez mais essenciais em meio à crise pandêmica causada pela Covid-19, assegurando direitos de migrantes e refugiados (ENAP, 2021).

Além dos serviços que já são ofertados pela assistência social como grupos para fortalecimento de vínculos, o serviço do CRAS ainda oferece a inclusão de benefícios como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que imigrantes e refugiados podem ter acesso desde que atendam as regras de cada programa ofertado e através do cadastro único (CadÚnico), essa política contribui para a assistência refugiados em situação de vulnerabilidade (ENAP, 2021).

Na legislação brasileira não existe nenhum empecilho para que refugiados não tenham acessos ao PBF e ao BPC, mas, isso não garante que este grupo de sujeitos receberão o benefício



de imediato, já que o PBF e o BPC são programas com análise que se estendem por alguns dias e que tem suas próprias regras uniformizadas (ENAP, 2021).

Sujeitos refugiados em algumas situações se encontram em situação de risco e vulnerabilidade, devido a situação de estar desabrigado, muitos utilizam da rua como casa ou utilizam-se de casas de apoio, alguns refugiados também tem vínculos familiares rompidos por estarem se desvinculando de sua família para irem para outro território, estar sozinho em um país desconhecido gera diversas situações angustiantes e sofrimento psíquico e físico devido a violência (ENAP, 2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia que enfrentamos hoje apenas reafirma a questão de desigualdade social na nossa sociedade, só que agora de uma forma mais escancarada. A presente pesquisa se faz necessário para pensarmos sujeitos que estão que são considerados invisíveis por uma sociedade excludente.

Migrantes e refugiados vivem à margem da sociedade e é preciso discutir sobre a garantia de direitos para estes grupos, através de políticas públicas sociais e de saúde, principalmente na pandemia causada pela Covid-19, onde muitos migrantes ficaram sem trabalho e com seus direitos básicos violados, sendo assim é preciso refletir acerca da necessidade de garantia de direitos para estes sujeitos, que necessitam também de atendimento diferencial devido a todo arcabouço cultural que cerca suas singularidades. E nisso acreditamos que o debate sobre cidade é fundamental, entendendo a cidade não apenas em sua dimensão territorial, mas pensando nas relações e modos de viver que ali se desenvolvem, fazendo da cidade um espaço de disputa constante por territórios e assim, por direitos. E pensando ainda que existem muitas cidades que vão se constituindo pelas relações e modos de construir e ser construído pela cidade, e o reconhecimento desse fato se torna fundamental para entender a garantia de direitos, ainda mais pensando em pessoas migrantes, que constituem e se relacionam com a cidade de formas específicas.

É necessário teorizar, pesquisar e buscar sobre o direito a migrantes e refugiados seja no âmbito local como nacional, a pesquisa contribui para que essas pessoas sejam vistas e que o interesse por políticas públicas efetivas seja discutido, chamando atenção da comunidade acadêmica para causas emergentes como a que esta pesquisa se debruça.



É necessário ter um olhar sensível a tudo que está acontecendo diante de um vírus letal, é importante estar atendo as políticas de contenção e refletir se de fatos elas estão sendo eficazes e para quem está servindo esta eficácia.

A pesquisa é importante por ser atual e estar focada em discutir sobre direitos a migrantes em uma época de colapso global, é necessário pensar como a pandemia afetou a parcela da população que faz parte de minorias no país, e que é preciso que as políticas públicas possam estar cada vez mais efetivas, sendo importante uma participação do governo federal para ajudar financeiramente a assistência social para que mais pessoas possam ter seus direitos assegurados.

REFERÊNCIAS

AMANAJÁS, R.; KLUG, L. Direito à Cidade, Cidades Para Todos E Estrutura Sociocultural Urbana. In: COSTA, A. M.; MAGALHÃES, Q. T. M.; FAVARÃO, B. C. **A Nova Agenda Urbana e o Brasil** : Insumos para sua Construção e Desafios a Sua Implementação. Brasília: Ipea, 2018. p. 29- 44.

ANDRADE, A. E.; FRANCESCHINI, T. C. M. O Direito à Cidade a as Agendas Urbanas Internacionais: Uma Análise Documental. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22(12), pag. 3849-3858, 2017.

ARAGAKI, S. S.; PIANI, P. P.; SPINK, M. J. Uso de Repertórios Linguísticos em Pesquisas. In: SPINK, M. J.; BRIGAGÃO, M. I. J.; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, P. M. **A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO NA PESQUISA SOCIAL**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 209-228.

ATALLAH, N. A.; CASTRO, A. A. Revisões sistemáticas da literatura e metanálise: a melhor forma de evidência para tomada de decisão em saúde e a maneira mais rápida de atualização terapêutica. **Diagnóstico & Tratamento**, v. 2, n. 2, p. 12-15, 1997.

BAENINGER, R. Migrações internacionais e a pandemia de COVID-19: mudanças na Era das migrações. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, R. L.; NANDY, S. **Migrações Internacionais e a pandemia de Covid 19**, São Paulo: Unicamp, 2020, p. 211-220.

BECKER, A. B.; SINDELAR, F. C. W. A Migração Para o Vale do Taquari/Rs: Análise dos Determinantes e Expectativas dos Migrantes In WEIZEBMANN, T.; SANTOS, L. R.; MUHLEN, V. C. **Migrações Históricas e Recentes**. Rio Grande do Sul: Univates, 2017. p. 56-67.

BELTRAMELLI NETO, S. B.; MENACHO, B. B. COVID-19 e a Vulnerabilidade Socioeconômica de imigrantes e refugiados à luz dos dados das organizações internacionais In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, R. L.; NANDY, S. **Migrações Internacionais e a pandemia de Covid 19**, São Paulo: Unicamp, 2020. p. 49-61,

BERNARDO, C.H.C.et al; BERNARDES, C.J.; VIEIRA, C.S.; LOURENZANI, S.B.E.A. Espaço rural e espaço urbano: pluralidade conceitual e as tecnologias de informação e comunicação. **Revista Rua**. Campinas, v. 1, n. 23, p. 141 – 153. 2017.



BORGES, S.; RIBEIRO, G. R.F. O Jornal como Objeto de Pesquisa Socioconstrucionista. In: SPINK, M. J.; et al BRIGAGÃO, M. I. J.; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, P. M. **A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO NA PESQUISA SOCIAL: compartilhando ferramentas.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 185-206.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Cartilha Sistema Único de Assistência Social Modo de usar.** 2017. Brasília. Disponível em: < <http://www.campogrande.ms.gov.br/sas/downloads/cartilha-suas-modo-de-usar/> >. Acesso em: 07 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em números.** 4 ed. 2019. Disponível em: < https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf?fbclid=IwAR0fFNRf8Z2v-deMQALOF-zWW1O7XHhBAH3paBkvuY15bhs2DalKp8ziFQg >. Acesso em: 07 abr. 2021.

BRASIL. Ministério Público. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua.** 2008. Disponível em: < http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/inclusaooutros/aa_diversos/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf >. Acesso em: abr. 2021.

BRASIL. Secretária Especial do Desenvolvimento Social. **Casas de Passagem Oferecem Acolhimento a Adultos e Famílias.** 2018. Disponível em: < <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/novembro/casas-de-passagem-oferecem-acolhimento-a-adultos-e-familias> >. Acesso em: 10 abr. 2021.

CARVALHO, A. Crise Humanitária na Venezuela: Refúgio No Brasil e Atuação Do Estado Brasileiro Na Efetivação Dos Direitos Sociais. In: **Anais da Vi Jornada de Direitos Fundamentais.** v. 2, 2019. Fortaleza.

CNN. **América Latina ultrapassa a marca de 1 milhão de mortes por Covid-19.** CNN Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/05/23/america-latina-supera-1-milhao-de-mortes-por-covid-19>>. Acesso em: 8 jul 2021.

CORDEIRO, M. A. et al. Revisão Sistemática: uma Revisão Narrativa. **Rev Col Bras Cir,** Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 428-431, Nov./Dez. 2007.

DE OLIVEIRA, A. T. R. A Migração Venezuelana no Brasil: crise humanitária, desinformação e os aspectos normativos. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, [S. l.],** v. 13, n. 1, p. 219–244, 2019. DOI: 10.21057/10.21057/repamv13n1.2019.24297. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view>. Acesso em: 9 abr. 2021.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública Diretoria de Educação Continuada. **Proteção Socioassistencial a Migrantes em Situação de Vulnerabilidade ou Violação de Direitos.** 2021. SAIS. Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/382>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública Diretoria de Educação Continuada. **Uma Introdução às Migrações Internacionais no Brasil Contemporâneo.** 2021. SAIS. Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/269>> Acesso em: 23 mar. 2021.

FERNANDES, D.; BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N. B. Resultados da Pesquisa: Impactos da pandemia de covid-19 nas migrações internacionais no Brasil In. FERNANDES, D.;



BAENINGER, R. **Impactos da pandemia de covid-19 nas migrações internacionais no Brasil**: Resultados de Pesquisa. São Paulo: Unicamp, 2020. p. 35-79..

FIGUEIREDO, A. L. G. et al. Direito à Cidade, Direito à Saúde: Quais Interconexões?. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22(12), pag. 3821-3830, 2017.

GREFORI, J. Refugiados e Imigrantes: uma Abordagem de Direitos Humanos In: Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). **Refúgio, Migrações e Cidadania**. Brasília: ACNUR, 2007. p. 15-28.

HOBBSAWM, E. **Ecoss da Marselhesa**: dois séculos revêem a Revolução Francesa. 1º. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IBGE. Conheça o Brasil. **População Rural e Urbana**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

IFANGER, F. C. D. A.; POGGETTO, J. P. G. D. Processos Migratórios em tempos de pandemia: Acentuação da punição e do controle social In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, R. L.; NANDY, S. **Migrações Internacionais e a pandemia de Covid 19**, São Paulo: Unicamp, 2020. p. 167-179..

KRENAK, A. **O amanhã não está a venda**. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LACOSTE, Y. **Dicionário de Geografia**. 1º. ed. Lisboa: Teorema, 2005.

LEFEBVRE, H. **O Direito a Cidade**. 5º. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MARQUES, M.I.M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo. Ano 18, n. 19, p. 95-112 jul./dez. 2002.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, M. Participação Política e Direito à Cidade no Centro Histórico De Salvador: O Caso da Chácara Santo Antônio. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 237, p. 402-434, 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Direito Internacional da Migração**: Glossário sobre Migrações. Genebra: Organização Internacional para as Migrações, 2010.

PIMENTA, G. F. **O Impacto da Crise Venezuelana Sob a Ótica do Mercosul**: a Ruptura da Democracia. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Instituto Vianna Júnior, Minas Gerais, 2018.

POGGIANELLA, E.B.; FERNANDES, F. D.; FERNANDEZ, C. H. P. A crise venezuelana e os seus reflexos na sociedade brasileira. **Jornal Eletrônico**, Minas Gerais, v. 12, n. 1, p 176-202, jan-jun de 2020.

QUITO, V. M. O Refugiado e o Direito à Saúde In: Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). **Refúgio, Migrações e Cidadania**. Brasília: ACNUR, 2007. p. 51-68.



RIBEIRO, M. R. D. S.; CASTRO, E. L. D. F. A pandemia da covid-19 e suas consequências para os movimentos migratórios no mundo In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, R. L.; NANDY, S. **Migrações Internacionais e a pandemia de Covid 19**, São Paulo: Unicamp, 2020, p. 119-131.

ROLNIK, R. **O que é cidade?**. 3º. ed. São Paulo: Editora Hedra Ltda, 1995.

ROTHER, E. T. Editorial: Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007.

RUSEISHVILI, S. Quatro lições da pandemia sobre a mobilidade no mundo contemporâneo In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, R. L.; NANDY, S. **Migrações Internacionais e a pandemia de Covid 19**, São Paulo: Unicamp, 2020, p. 160-166.

SALGUEIRO, T. B. **A cidade em Portugal: uma geografia urbana**. Edições Afrontamento. Lisboa. 1992.

SAVI, E. A.; HESPANHOL, J. L. Políticas Públicas de Direito à Cidade: Sua História e Seus Mestres. In: I Jornada Nacional de Desenvolvimento e Políticas Públicas e o V Seminário de Ciências Sociais Aplicadas. A concepção de desenvolvimento socioeconômico, n. 5, 2016, Santa Catarina. **Anais V Seminário de Ciências Sociais Aplicadas. Santa Catarina**. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, 2016. P. 1-2.

SILVA, A.L.O.; MOREIRA, J.C.; MARTINS, S.R. COVID-19 e tabagismo: uma relação de risco. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. Ed.00072020, 2020.

SILVA, C. C.; ANUNCIACÃO, S. C.; BARBOSA, F. C. Venezuelanos no Nordeste: Reflexões Sobre o Perfil dos Imigrantes e o Acolhimento Social e Jurídico In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J.; **Migrações Venezuelanas**. São Paulo, p. 259-265, 2018.

SILVA, M. W. Contribuições e Limitações de Revisões Narrativas e Revisões Sistemáticas na Área de Negócios. **RAC**, Maringá, v. 23, n. 2, mar/abr, 2019.

SIMONI, C. A Covid-19 e o Direito à Cidade dos Pobres no Brasil In: CARLOS, A. F. A. **Covid-19 e a Crise Urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. p. 18-24.

SOARES, M. P. A dificuldade em definir cidade: atualidade da discussão à luz de contributos recentes. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 45, p. 647-668, maio/ago 2019.

UNICEF. **Refugiados e Migrantes da Venezuela: Esquecidos no Meio Da Pandemia**. 2020. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/refugiados-e-migrantes-da-venezuela-esquecidos-no-meio-da-pandemia>>. Acesso em: 29 maio. 2021.

VASCONCELOS, A. P. As Metamorfoses do Conceito de Cidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 17-23, dez. 2015.



CAPÍTULO 13

DOI: 10.47402/ed.ep.c20217048530

PARQUE RIO VERDE: MODELAGEM TERRITORIAL PARA UM VAZIO URBANO CENTRAL DA DESATIVAÇÃO OPERACIONAL DA FERROVIA

Antônio Cleber Gonçalves Tibiriçá, Professor Titular, D.Sc. em Engenharia, Universidade Federal de Viçosa, UFV

Luiz Henrique Evangelista da Silveira, Professor, Especialista em Docência E. Superior, Universidade Vale do Rio Verde, UninCor

Keler Mara G. Resende, Professora, M.Sc. em Sustentabilidade em Recursos Hídricos, Universidade Vale do Rio Verde, UninCor

RESUMO

Vazios urbanos públicos são espaços que demandam especial atenção da gestão pública pelas implicações no cotidiano das cidades. Em Três Corações, isso se constata na área central nos espaços públicos da linha férrea desativada (*brownfield*), no trecho da Estação Ferroviária à Praça do Triângulo (Área Projeto Urbano Estação Ferroviária / Estádio Elias Arbex). Isso levou ao desenvolvimento de uma proposta para implantar nessa área o Parque Rio Verde, integrando-o com a Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC-Centro Histórico) na Zona Central da cidade. Idealiza-se sua implementação com uma modalidade de reestruturação urbana, embasando-se a proposta na literatura, em referências projetuais, no diagnóstico e discussões da revisão do Plano Diretor e no conjunto de leis urbanas locais. Dos estudos e análises, depreendeu-se que a regeneração urbana é a estratégia de intervenção com aptidão para viabilizar e implantar o Parque Rio Verde. A integral implantação desse Parque permite: concretizar a interligação de espaços urbanos com importantes bens historicamente participantes da conformação da identidade e da cultura de Três Corações, manter viva a memória local e a integridade dos quatro bens tombados existentes na área de intervenção e prover melhor mobilidade urbana nesta região da cidade. A constituição de parcerias entre gestão municipal, população afetada, investidores e voluntários é um caminho para a implementação da proposta e o desenvolvimento de projetos específicos para os três setores físico-territoriais estabelecidos para a área de intervenção, articulando-os entre si, com o entorno e a cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento urbano. Parque urbano. *Brownfield*. Regeneração urbana.

INTRODUÇÃO

A ocorrência de espaços públicos tidos como vazios urbanos, mas antes ocupados (*brownfields*), pode causar transtornos no cotidiano das cidades. Do reconhecer a ociosidade de tais espaços decorre compreender suas implicações no relacionamento pessoas-cidade e atuar para que passem a ser geradores de impactos positivos à saúde e segurança dos indivíduos e comunidades sob sua influência.



A existência de propriedade pública no trecho da linha férrea desativada em Três Corações-MG, da Estação Ferroviária à Praça do Triângulo, é uma das constatações de vazios urbanos. Em geral, esses terrenos públicos geram mais impressões e implicações negativas do que positivas na circunvizinhança. Neste caso, isto se mostra como oportunidade para a gestão municipal intervir nesses terrenos e promover melhorias que agreguem qualidade à vida urbana, principalmente para as comunidades diretamente afetadas. Esse contexto fortalece a perspectiva para um realinhamento de uso e ocupação dos espaços das áreas públicas desse trecho, nas margens do Rio Verde, conectadas com a Zona Central da cidade de Três Corações e sua Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC-Centro Histórico).

Sob esse entendimento, elaborou-se uma proposta para implantação de um parque urbano no vazio remanescente da desativação operacional da ferrovia no percurso da Estação Ferroviária à Praça do Triângulo.

REFERENCIAIS PARA PROPOSIÇÃO

Fortalecer a interatividade que permeia a rede constituída por indivíduos, edificações e bairros é salutar à vida urbana e gera continuadas conexões e relações adaptativas. Esse entrelaçamento pode ser reforçado com o planejamento e a implantação de áreas para a realização de atividades humanas, especialmente quando também se fazem presentes adequadas redes infraestruturais urbanas e bens patrimoniais de valor histórico e cultural tombados como, em Três Corações, a caixa d'água (na Praça do Triângulo), a ponte metálica do Rio Verde (entre a Praça do Triângulo e a antiga oficina de manutenção ferroviária), a locomotiva RMV 213 e o prédio sede da Estação Ferroviária, todos fisicamente interconectados por meio da linha férrea. À posição relativa de cada bem associa-se um setor para fins específicos de ocupação, mobilidade e integração urbana do território.

PARQUE URBANO

Parque Urbano, enquanto tema de ambiente construído, abrange diversas escalas e requer múltiplas abordagens e tratamentos no processo de planejamento-projeção, com destaque para questões de usos dos espaços, sua repercussão e impactos na cidade, assim como aspectos estratégicos, táticos e operacionais relacionados com processos de gestão e conservação desse tipo de espaço para fins públicos. Implantar um parque urbano numa cidade é uma forma concreta de oferecer à população opções socioculturais, ambientais, econômicas e de lazer, considerando-se que grande parte das cidades brasileiras tem carência de áreas verdes (públicas e expressivas) e de áreas livres para recreação e atividades socioculturais.



O termo parque pode representar uma unidade de conservação ambiental ou um local de lazer onde a população se apropria do espaço público ou privado de uso coletivo para atividades de recreação (KLIASS, 1993). Trata-se de uma área arborizada, natural ou plantada, de tamanho variado, com finalidades recreativas e educacionais, que agrega valor à cidade e contribui para a estabilidade emocional do ser humano (NEVES, 1975 p. 3). Ambientes de parques funcionam como uma forma de minimizar os efeitos nocivos da urbanização na vida das pessoas.

Souza (2008) argumenta que os parques urbanos contemporâneos são fruto de uma estratégia de criação e difusão de espaços recreativos para os trabalhadores na Inglaterra vitoriana (1851-1901), num período ainda de consolidação do sistema capitalista pós-Revolução Industrial. Dessa forma, buscava-se consolidar práticas sociais calcadas na disciplina, para ocupação ‘adequada’ do tempo livre dos trabalhadores (MASCARENHAS, 2006 apud SOUZA, 2008, p. 88). Na época, os parques urbanos passaram a substituir a antiga praça medieval, local espontâneo da vida urbana, visando criar a ordem pública (SOUZA, 2008). “[...] o parque vai atender à necessidade de criação de espaços amenizadores das estruturas urbanas, compensando as massas edificadas”, afirma KLIASS (1993, p. 19), em resposta às demandas produzidas por uma nova espacialidade na era industrial. Maymone (2009, p. 19) diz que “[...] a presença de parques no espaço urbano visa minimizar a deterioração da qualidade de vida e os processos de degradação ambiental por meio da manutenção das condições bióticas, favoráveis ao conforto térmico, à saúde e ao bem-estar da população e da vida biológica nas cidades, além de oferecer um local para práticas de lazer, recreação, esportes, contemplação e espaços culturais e educativos”. Esse autor ressalta (p. 26-27) que a expressão urbanística de qualquer espaço público -em termos de seu papel, sua forma e sua função nas cidades- pode ser sintetizada em três ideias básicas: exterioridade (nos sentidos físico e simbólico, um espaço aberto, público, de uso comum, de liberdade); acessibilidade (viabilização de um espaço territorial comum a todas e quaisquer pessoas); significado (impregnação de memória que gera valor simbólico).

Quanto ao conceito de parques e praças, Segawa (1996) considera parque uma gleba de grandes dimensões em relação ao entorno, a qual contém grande volume de vegetação e finalidade de lazer, e praças os locais que têm dimensões comparativamente reduzidas, normalmente para usos institucional, comercial ou do culto vinculado a elas. Souza (2008) conceitua praças como locais onde as práticas sociais são mais restritivas que em parques, pela grande visibilidade que possuem, pela sua diferença dimensional e mesmo pela vizinhança mais



próxima, que inibe ações inadequadas.

Nos parques urbanos, “Descansar, ‘recuperar as energias’, distrair-se, entreter-se, recrear-se, enfim o descanso e o divertimento, são os valores comumente mais associados ao lazer” (MARCELLINO, 1996, p. 13). Porém, esse autor (p. 14) observa a questão do capital escolar ao afirmar: “A possibilidade de escolha das atividades e o caráter ‘desinteressado’ de sua prática são características básicas do lazer. No entanto, o que se observa, muitas vezes, são práticas compulsivas, ditadas por modismos, ou denotadoras de *status*”.

Se inicialmente a função dos parques urbanos era de saneamento e embelezamento da cidade ou, em alguns casos, de estudos de espécies vegetais e animais, como os hortos botânicos, constata-se de meados do século XX aos dias atuais a introdução de novas funções, como as esportivas, culturais, ecológicas, entre outras, não se restringindo basicamente apenas ao lazer contemplativo (ABREU, 2011).

ESPAÇOS PÚBLICOS

Espaço público é todo local em que qualquer pessoa ou o público em geral pode ter acesso ou dele usufruir. Souza (2008, p. 14) conceitua-o como um “espaço que se constrói pela diferença entre os membros de uma sociedade, projetando a partir de então relações que envolvem a igualdade de direitos”. Importante aspecto desse tipo de espaço é a possibilidade de ser utilizado sem distinção por qualquer pessoa, com respeito e tolerância ao coletivo. Souza (2008, p. 87) complementa que “[...] quanto maior for à condição de acessibilidade de um determinado espaço, maior será a sua capacidade pública”, salientando também que, na contemporaneidade, essa sociabilidade característica dos espaços públicos vem se tornando cada vez mais ausente, e tais espaços cada vez mais segregadores.

Para melhor qualidade ambiental de espaços públicos, pode-se inferir que parques urbanos são uma alternativa e forma de contato com a natureza dentro da cidade, pois contribuem para maior vivência do espaço público urbano e permitem o estabelecimento de vínculos cotidianos entre cidadãos e cidade. Nesse sentido, Serpa (2009, p. 82) afirma que “A necessidade de ‘natureza’ nunca foi tão evidente, [coloca] os parques públicos no centro das novas problemáticas urbanas e [torna] o uso de ‘áreas verdes’ um direito dos cidadãos. Em seu aspecto material, o parque público é mais do que nunca um ‘espaço de natureza’ em ruptura com os ‘espaços minerais’, o ambiente construído e os ritmos urbanos [...] o parque público é um espaço aberto à população, acessível a todos, posto à disposição dos usuários”.



VAZIOS URBANOS

Locais urbanos que se revelam para a população como vazios, em semiabandono e abandono e com processos de deterioração e degradação -os *brownfields* (VASQUES, 2009)-, são espaços ocupados por estruturas obsoletas (como ferrovias), silenciosos (como edificações sem utilização), que passam a sensação de insegurança ao transeunte.

Hummel (2006, p. 5) destaca

[...] que os problemas causados por um *brownfield* não são apenas de ordem econômica (desvalorização do entorno, espaço ocioso que não gera empregos nem arrecadação) e de prejuízos à qualidade de vida (transformação dos prédios em esconderijos para marginais e usuários de drogas, depósito de lixo ou criadouro de insetos). Para os cidadãos que acompanharam o auge do funcionamento [desses locais], o encerramento das atividades e a degradação dos prédios representam ainda o fim de uma época, o abandono de valores e projetos que um dia foram considerados ideais para alavancar o desenvolvimento do município.

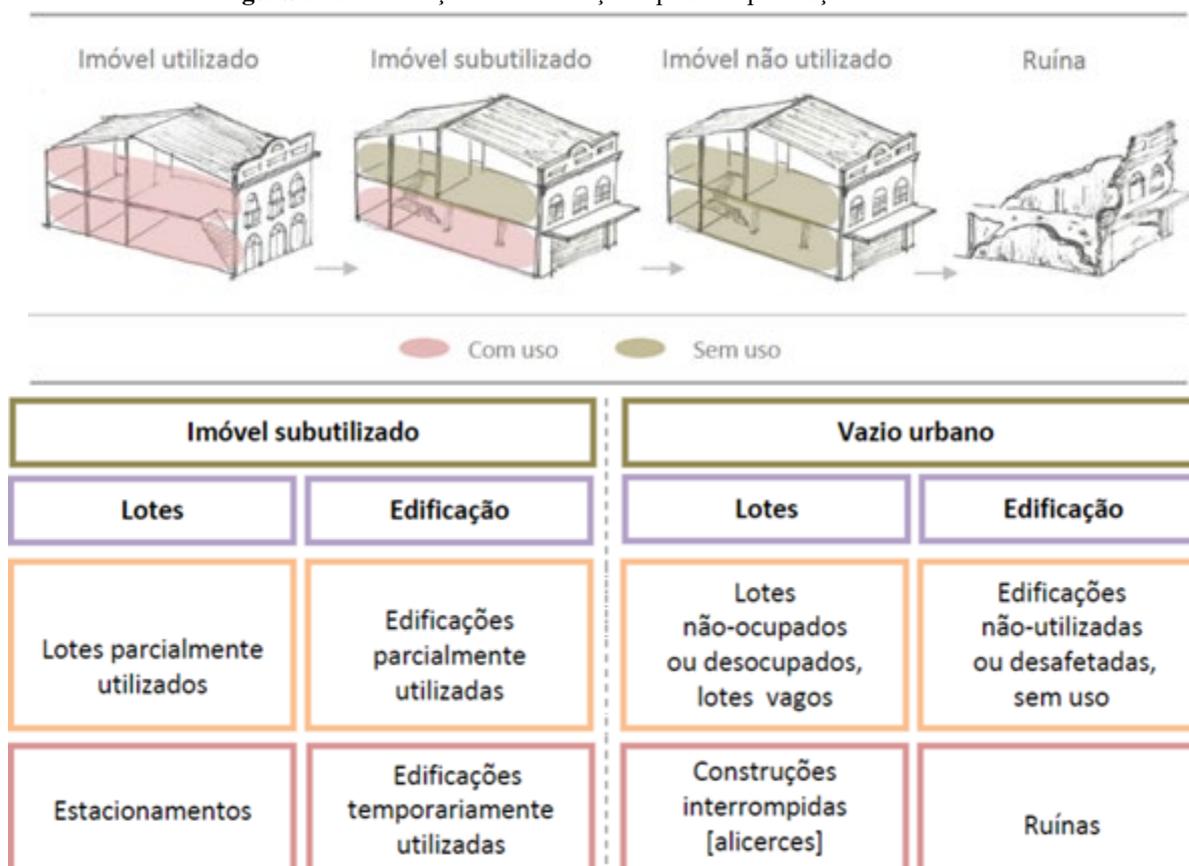
Clemente, Silveira e Silveira (2011, p. 21) conceituam vazio urbano como um “[...] espaço que não foi concebido como espaço livre público, localizado em área urbanizada, sem ocupação e/ou sem uso, e que, por sua improdutividade, tem uma conotação negativa no meio intraurbano, mas que traz consigo o caráter expectante, representando a possibilidade de transformação futura”. Também relacionam “[...] o ‘vazio’ à ausência de uso. [...] Dessa forma, arremata-se a distinção entre o ‘vazio urbano’ e o vazio morfológico relacionado apenas à ausência de massa edificada. Assim, tanto lotes vagos (nunca ocupados ou frutos de demolições de antigas edificações) quanto edificações sem uso podem ser considerados vazios urbanos, desde que estejam localizados em áreas urbanizadas”. A Figura 1 sintetiza esse entendimento dos autores.

Ao discorrer sobre refuncionalizações de *brownfields*, Hummel (2006, p. 34) explicita que em “[...] discussões sobre o espaço urbano, os *brownfields* dividem opiniões sobre quais as intervenções adequadas para o retorno das atividades nesses imóveis [e que Harvey (2004, p. 95-96)] ao analisar o caso da cidade de Baltimore, usa o termo ‘revitalização’ quando o espaço em discussão é o antigo porto da cidade, [ao abordar] os antigos prédios industriais fala em ‘reciclagem’ e no caso das moradias do bairro de Canton, que após o processo de ‘gentrificação’ foram ocupadas por pessoas de alta renda, o processo é definido como redesenvolvimento”.

Nas cidades, vazios urbanos recorrentemente encontrados resultam de diferentes processos -econômicos, geográficos, históricos, políticos etc.-, podendo ser uma janela de oportunidades para melhorias públicas como, por exemplo, a implantação de unidades de saúde, habitacionais e escolares e de estruturas públicas do tipo parques, praças e áreas de lazer. Em

função dos efeitos que vazios urbanos geram na vizinhança, enquanto espaços residuais e símbolos de degradação, sua reocupação tem conotação multidimensional e envolve fatores de naturezas social, espacial, ambiental, econômica, política, histórica etc., podendo ser efetivada por processos de intervenção urbana como os de renovação, reabilitação, revitalização, requalificação, reconversão, reestruturação e regeneração. Portanto, são áreas com potencial para a construção de equipamentos e mobiliário urbanos para a melhoria da qualidade de vida da população.

Figura 1: Classificação das edificações quanto à presença ou não de uso



Fonte: Clemente, Silveira e Silveira (2011, p.61 e p.66).

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E PROCESSOS DE REESTRUTURAÇÃO DO AMBIENTE URBANO

É relevante o valor histórico que em Três Corações está associado à estrada de ferro que funcionou na cidade de 1884 a 2010 e teve impactos na formação da cultura e da identidade local. Em termos de preservação de bens móveis ou imóveis e culturais, isso pressupõe conscientização e algo que identifique para a população a relação dos bens com a memória e o passado da sociedade, conferindo a todos -população e bens- um valor tal que justifique esforços individuais e coletivos no sentido da manutenção dos bens no tempo. Como memória urbana, Adams (2002, p. 19) a considera “[...] o estoque de lembranças que estão eternizadas



na paisagem ou nos documentos de um determinado lugar, lembranças essas que têm sido gradativamente reapropriadas por parte da sociedade”.

Vosgueritchian (2015, p. 46-47) afirma que projetos urbanos embasados no conceito de redensolvimento visam reutilizar e reestruturar o que é considerado decadente numa parte da cidade, para regular, reviver ou reinstalar vitalidade socioeconômica. O movimento contrário à decadência de arredores urbanos apoia-se no conceito de sustentabilidade, isto é, na manutenção e permanência produtiva e diversificada de um sistema no tempo. Acrescenta (p. 48) que o dinamismo das áreas urbanas, em constante expansão, contração ou reestruturação interna devido a transformações sociais e econômicas, modifica demandas espaciais, gera efeitos no espaço urbano, impacta e reconfigura a prestação de serviços públicos e infraestruturais em termos físicos, operacionais e de gestão e altera as relações e os processos entre bairros e ou entre cidades.

Do exposto e da importância sociocultural, ambiental e econômica do local da área da intervenção (em parte com infraestrutura de vias, água, esgoto, energia e luz, comunicações drenagem etc.), dos bens tombados e do capital imobilizado no patrimônio público nela existentes, entende-se que configurar um modelo para implantar um parque urbano ao longo da linha ferroviária sem uso operacional em Três Corações, nos espaços públicos vazios ou subutilizados desde a sede da Estação Ferroviária à Praça do Triângulo, requer capturar o alcance de alguns conceitos relativos a processos de intervenção urbana para, então, definir o adequado processo de intervenção urbana sob a forma de parque público com gestão compartilhada. Para isso, as modalidades mais recorrentes de intervenção urbana estão sintetizadas a seguir.

Renovação urbana é a forma de intervenção que busca reestruturar ambientes urbanos, substituindo o que é conservador e ultrapassado pelo que é contemporâneo e arrojado. Foca a reconstrução dos espaços urbanos e a mobilidade urbana, minimiza-se a destruição de elementos físicos vinculados à cultura local e substitui-se o patrimônio urbanístico ou imobiliário, no seu todo ou em parte muito substancial. Renovação urbana está ligada à ideia de demolição do edificado para substituir por construções novas, geralmente com características diferentes, adaptadas às mudanças de atividades e de morfologias dos espaços. É uma intervenção em grande escala.

Reabilitação urbana é a forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente. O patrimônio urbanístico e imobiliário é mantido -no todo ou em parte substancial- e



modernizado mediante realização de obras de remodelação ou de beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização coletiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição de edifícios. Pode ir da simples recuperação do edificado e dos espaços públicos até ações socioeconômicas abrangentes.

Revitalização urbana é um processo de planejamento estratégico para reestruturar ambientes urbanos degradados, por meio de um programa de gestão compartilhada que é capaz, de forma cumulativa, reconhecer, manter e introduzir valores na implementação de novos empreendimentos que incluam a reformulação de edificações antigas e a criação de espaços para recreação popular. O processo requer envolvimento e convívio ativos da população com relação à cidade e enfatiza aspectos relacionados com o patrimônio histórico, o uso misto e a atenção a áreas bióticas.

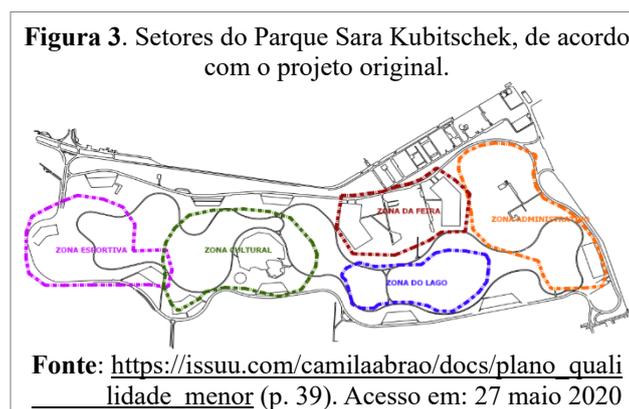
Requalificação urbana é uma forma de reestruturar espaços urbanos em grande escala e melhorar a qualidade de vida humana mediante reordenação, proteção e recuperação de centros urbanos, preservando a importância do patrimônio construído na reconfiguração da zona urbana tal que todo o processo de transformação absorva aspectos socioculturais, econômicos e ambientais da região diretamente envolvida. Engloba processos de alteração numa área urbana com a ideia de lhe dar nova função, diferente da pré-existente.

Regeneração urbana é um processo de caráter fortemente estratégico, geralmente formalizado em intervenções de fundo, numa série de dimensões, que não apenas renovar o espaço edificado, levando a profundas alterações no âmbito do ordenamento do território e da geografia urbana. Busca-se restaurar a história local e lembranças em conteúdos diversos para que os cidadãos os experimentem com um senso de orgulho, focando ativamente a participação cívica em cooperação com o governo e especialistas. Iniciativas nessa modalidade se qualificam por abrangência, integração, estratégia, flexibilidade, apoio em parcerias e sustentabilidade, usando infraestrutura subutilizada e inutilizada para devolver a identidade da cidade e reiniciar seu desenvolvimento urbano concentrando-se em regeneração urbana, em vez de redesenvolvimento. A política de regeneração urbana tem por objetivo promover a diversidade de usos e de atividades voltadas para o desenvolvimento urbano (ROLNIK; BOTLER, s/d apud CASTANHEIRA, 2013, p. 6-30/215). Assim, projetos de regeneração urbana estão ligados, geralmente, a espaços devolutos e ou zonas industriais abandonadas -considerados vazios urbanos- e seu princípio está na tentativa de resolver os problemas urbanos dessas áreas mediante melhorias econômicas, sociais, ambientais e físicas (ROBERTS; SYKES, 2004),

São atrativos do parque, para todas as idades: quadras de esportes; lagos artificiais; parque de diversões; pistas de caminhada, patinação e ciclismo; centro hípico; pista de *kart*; parques infantis e áreas de lazer, para crianças e adultos, além de um pavilhão de exposições. Atualmente desativados, há ‘pedalinhos’ e uma piscina de ondas. Possui equipamentos como restaurantes, instalações administrativas e doze estações (áreas reservadas para banheiros) ao longo da pista de 10,5km, cada uma com três unidades e estacionamentos, bebedouros e guarda-volumes (terceirizado).

O acesso, das 5h às 24h, faz-se por entradas pelo Eixo Monumental, pelo Setor de Indústria e pelas quadras sul 901, 906 e 910. Possui malha viária orgânica interna, com circulação por dois sistemas segregados: um para pedestres e outro para veículos motorizados, este somente na sua periferia.

O Parque da Cidade tem 5 setores principais (da esquerda para a direita na Figura 3): Zona Esportiva, Zona Cultural, Feira dos Estados, Zona do Lago e Zona Administrativa.



BALLAST POINT PARK

Situado numa península no subúrbio de Bichgrove, no interior oeste de Sidney (Austrália), foi inaugurado em 2009. O entorno do parque foi uma vila marinha, depois uma pedreira para lastro de navios e de 1920 a 2002 uma zona portuária e industrial utilizada para armazenar e processar petróleo, um local potencialmente contaminado. Remonta a história do local aos povos indígenas que o habitavam.

É um local pós-industrial, onde foram mantidos aspectos do antigo uso. O projeto do arquiteto Choi Ropiha, em conjunto com o paisagista McGregor Coxall, explora o uso de materiais reciclados em todos os elementos do projeto a fim de limitar o uso de matérias-primas recém-extraídas, para não destruir uma paisagem e reconstruir outra. A área total do parque é 25.000m² (2,50ha), sendo a área construída 460m² (Figura 4).



Figura 4. Ballast Point Park



Fonte: <https://www.property.nsw.gov.au/ballast-point-park-walama-0>. Acesso em: 27 maio 2020

O resultado da participação da comunidade no projeto, em consultas de 2003 a 2005, foi um parque acessível, aprovado pelos moradores e vários prêmios de reconhecimento por sua arquitetura, paisagismo e princípios sustentáveis ecologicamente utilizados no projeto.

O resultado da participação da comunidade no projeto, em consultas de 2003 a 2005, foi um parque acessível, aprovado pelos moradores e vários prêmios de reconhecimento por sua arquitetura, paisagismo e princípios sustentáveis ecologicamente utilizados no projeto.

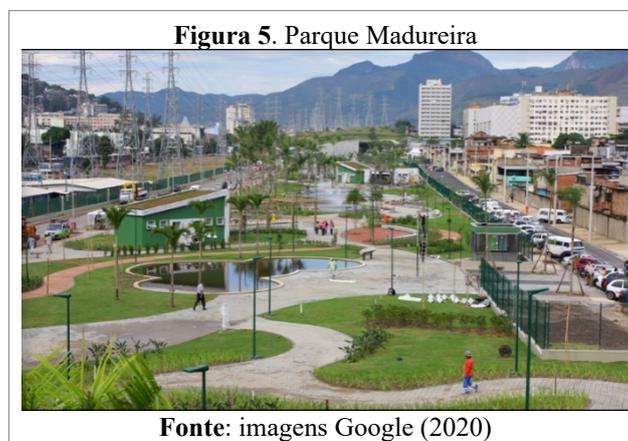
O parque inclui área infantil, churrasqueiras e espaços com coleiras para os cães. A entrada é marcada por um ‘escultura’ com 8 turbinas eólicas de eixo vertical e um extrato de um poema de Les Murray, esculpida em painéis reciclados de um antigo tanque industrial de armazenamento. As hélices geram a energia utilizada no parque. As telas das estruturas de sombreamento concebidas para fazer interligações por todo o parque proporcionam sombra total ao meio-dia e luz difusa no início da manhã e no fim da tarde.

O conceito utilizado foi o desafio de estabelecer uma linguagem projetual que respondesse à história do local e celebrasse um novo momento, voltado para o desenvolvimento ecologicamente sustentável. O projeto apresenta uma componente recreativa à disposição do usuário, sinalização que facilita a movimentação do usuário por seus espaços e ‘memória histórica’ que translitera os vestígios da história local. O local produz reflexões sobre a questão do ‘verde’ e a natureza explorada como pedreira e o passado industrial.

PARQUE MADUREIRA

Implantado no bairro Madureira, Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro, sua primeira etapa foi inaugurada em 2012 com extensão de 1,5km e área de 90.000m² (Figura 5). Com a ampliação para o Norte (até Guadalupe) e outra para o Sul (até o BRT da TransCarioca), a área total alcança 450.000m².

Idealizado pelo engenheiro Mauro Bonelli, da Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, seu projeto foi desenvolvido pelo escritório 'Ruy Resende Arquitetura'.



Norteou a implantação do parque a faixa não edificável de proteção da fornecedora de energia Light onde também passava a linha de trem. Desativada a ferrovia, o espaço passou a ser ocupado por moradias, surgindo a Favela Vila das Torres, com cerca de 900 famílias que ali moravam de forma irregular e com o perigo das linhas de transmissão de energia. O espaço encontrava-se bastante deteriorado e percebeu-se que a implantação de um parque seria ótima estratégia para reestruturar a área e consequente melhoria ambiental no bairro.

O parque possui equipamentos para atividades variadas, muitas relacionadas à história e aos hábitos das pessoas do bairro. A Nave do Conhecimento é um exemplo: nela, as pessoas têm acesso à *internet* e à história do Rio de Janeiro, dos artistas locais, do carnaval, das escolas de samba etc. Esse espaço conta com monitores que auxiliam nas atividades. Para recreação, há a Praça do Samba (palco ao ar livre), espelho d'água com cascata (lagos artificiais), mirante e o Jardim Botânico Sensorial. Também há espaços para atividades esportivas, como quadras poliesportivas e caixas de areia para prática de vôlei, pista de *skate* com 3.850m², no padrão para competições internacionais e, ainda, academia ao ar livre, pista de caminhada e ciclismo.

Os usos no Parque Madureira não se restringem ao período diurno. No período noturno, além de *shows* e apresentações teatrais, há atividades esportivas como o *skate*.

O acesso, gratuito à população, é realizado por duas portarias. Eventualmente, alguns *shows* e apresentações são pagos. O parque, todo cercado por grade, funciona de terça-feira a domingo das 5h às 22h. Por não haver estacionamentos dentro do parque, veículos ficam estacionados nas ruas próximas.

Pode-se identificar no parque, paralela e linearmente ao eixo da Rua Soares Caldeira, três setores principais (Figura 6): o Esportivo (à esquerda, em amarelo, com quadras e pista de skate), o Recreativo e de Contemplação (ao centro, em verde, com espelhos d'água) e o Cultural (à direita, em magenta, com o Palco e a Nave do Conhecimento).



CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROJETOS DE REFERÊNCIAS

São aspectos principais desses casos, considerando-se os diferentes programas, os objetivos e as várias escalas que representam:

- a) Parque Sarah: destoa dos demais por sua dimensão; o estudo deste Parque contribui para refletir sobre a dimensão do parque, em relação à cidade, e o que isso acarreta nos serviços de apoio, como no caso das seguranças pessoal e patrimonial;
- b) Ballast Park: atua localmente, com um tipo de uso mais voltado ao lazer contemplativo, sendo um dos poucos usos a caminhada ao longo dos percursos. Destaca-se seu papel de resgate do passado do local e de reaproveitamento de estruturas pré-existentes, visando a regeneração da área em que foi implantado e dos ambientes construídos em ruínas;
- c) Parque Madureira: é um parque médio, utilizado pela população local (bairro, adjacências e, eventualmente, por moradores de outras áreas da cidade). As ampliações tornam-no significativo em nível regional. Sua principal contribuição está na variedade de serviços ofertados, como inclusão digital e atividades educacionais e culturais.

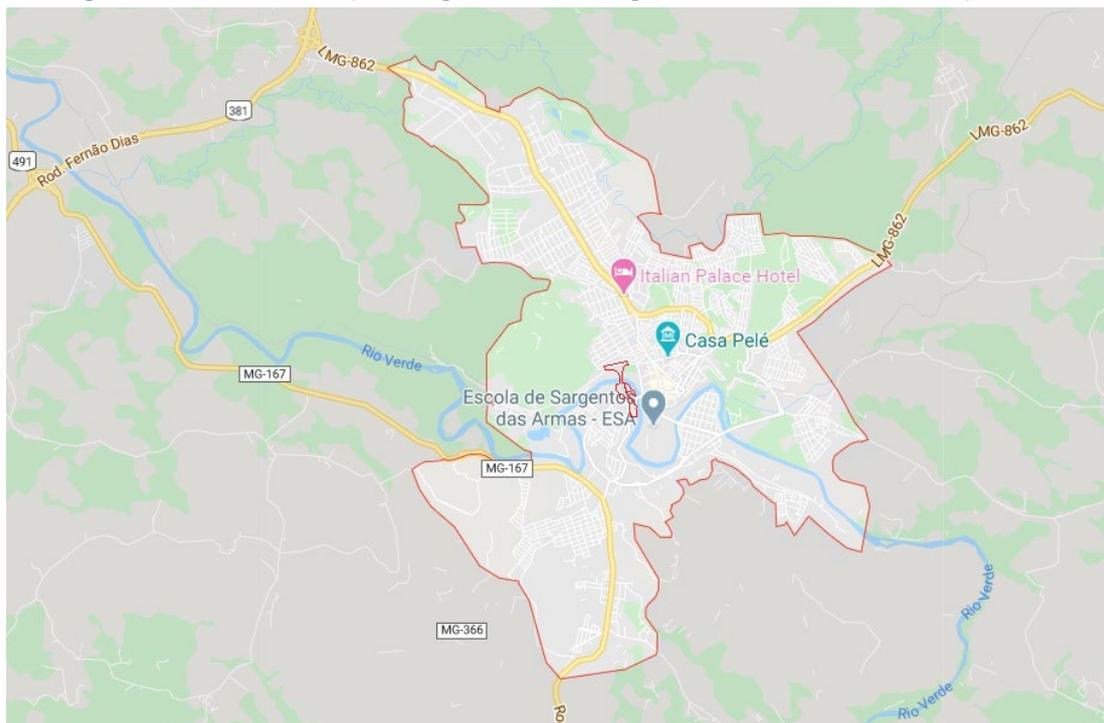
ASPECTOS METODOLÓGICOS

O processo para configuração de um parque urbano passa pela exploração, reconhecimento e caracterização da área de intervenção e pelo delineamento do processo de modelagem territorial para regenerar a área e implantar o Parque Rio Verde proposto.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

O polígono em contorno vermelho no centro do perímetro urbano da cidade (Figura 7) identifica o local para o Parque Rio Verde.

Figura 7. Área da intervenção: Parque Rio Verde no perímetro urbano de Três Corações-MG



Fonte: imagem Google Maps (2020) adaptada.

Figura 8: Setorização para o Parque Rio Verde na região central de Três Corações-MG



Fonte: imagem aérea Google Earth Pro (2020), adaptada pelos autores.

A Figura 8 mostra a inserção setorizada do Parque Rio Verde, modelado para atender a comunidade tricordiana, principalmente a da área urbana ocupada no seu entorno.

O Setor 1, da Estação Ferroviária, tem aproximadamente área de 40.000m². O Setor 2, terreno da antiga oficina de manutenção ferroviária, situado da Rua Cabo Benedito Alves até a ponte metálica no Rio Verde, tem aproximadamente área de 29.000m². O Setor 3 compreende a região delimitada pelas linhas férreas da ponte metálica e da Praça do Triângulo, com aproximadamente área de 24.000m². A área total aproximada dos três setores é de 93.000m² junto ao Rio Verde e contíguos à área central de Três Corações-MG. Contêm quatro bens tombados: no Setor 1, a Estação Ferroviária e a locomotiva RMV 213; no Setor 2, a ponte metálica; no Setor 3, a caixa d'água. A Figura 9 mostra a ocupação urbana no entorno da área de intervenção para o parque e as duas conexões intersetoriais (C1 e C2).



MATERIAL

O suporte para desenvolvimento da modelagem para o Parque Rio Verde em Três Corações consistiu no uso de: fichamentos, equipamentos e softwares para edição de textos, tratamento de dados e processamento gráfico; câmera fotográfica; mapas; documentação (legislação; gráfica; histórica).



PROCEDIMENTOS

O percurso para o desenvolvimento da modelagem constou da realização:

- a) das etapas exploratório-descritivas (referências bibliográficas e projetuais);
- b) do aprofundamento dos estudos diagnósticos realizados na revisão do Plano Diretor de Três Corações para consubstanciar a caracterização e articulação dos setores e dos fluxos requeridos para regeneração da área de intervenção;
- c) do estudo preliminar; e,
- d) do desenvolvimento da modelagem para regeneração e implantação do parque urbano, articuladamente com os eixos estratégicos e as diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Três Corações, MG.

Para a concretização desse percurso, o processo de planificação se amparou nos atributos necessários para que a configuração dos espaços incorporasse aspectos de natureza e valor cultural, educacional, de lazer, ambiental-contemplativo e de promoção da saúde, com condições de segurança e mobilidade urbana adequadas para a área de intervenção e desta com o entorno diretamente afetado e o de influência direta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CONTEXTO PARA REGENERAÇÃO URBANA E O PARQUE RIO VERDE

Importante para contextualizar a área de intervenção foi a análise da documentação da revisão do atual Plano Diretor de Três Corações (www.trescoracoes.mg.gov.br/planodiretor/), devido a restrições de visitas e levantamentos locais durante a pandemia Covid-19. Assim, o principal suporte para a elaboração do modelo para o Parque Rio Verde resultou do que consta em tal documentação e na Lei Complementar nº 523/2019 (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Três Corações), disponível em <https://www.trescoracoes.mg.gov.br/index.php/noticias/16662-mapas>.

Ressalta-se que as estratégias para a regeneração urbana da área da intervenção demandam a elaboração de um plano com especial atenção para a articulação e integração de informações e conhecimento local, visão, criatividade e habilidades relacionadas à compreensão para pôr em prática na proposição o que está legalmente instituído para a implementação da política urbana de Três Corações.



INSTRUMENTOS PARA REGENERAÇÃO URBANA

O Estatuto da Cidade -Lei Federal nº 10.257/2001-, principal diploma que regula os instrumentos de intervenção utilizados para fins de planejamento urbano no Brasil, contém quatro tipos de instrumentos que podem ser mobilizados para viabilizar processos de regeneração urbana: os instrumentos de planejamento; os institutos tributários e financeiros; os institutos jurídicos e políticos; e os estudos de impacto ambiental (EIA) e de vizinhança (EIV). O controle social da aplicação dos recursos municipais na implementação desses instrumentos é garantido pela lei.

Entre os instrumentos de planejamento, destaca-se o Plano Diretor, o qual oferece ao poder público municipal elementos quanto ao uso dos instrumentos supramencionados. Por sua vez, os institutos tributários e financeiros são três: o imposto sobre a propriedade territorial urbana (IPTU), a contribuição de melhoria e os incentivos e benefícios fiscais e financeiros. Dentre os institutos jurídicos e políticos regulamentados na lei, destacam-se o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC), o IPTU progressivo no tempo, a desapropriação com pagamento em títulos, o usucapião especial de imóvel urbano, o direito de superfície, o direito de preempção, a outorga onerosa do direito de construir (OODC), as operações urbanas consorciadas (OUC) e a transferência do direito de construir (TDC). Quanto ao EIV, o estatuto estipula que lei municipal estabelecerá critérios para sua exigência em empreendimentos públicos e privados, incluindo a análise de questões como adensamento populacional, uso e ocupação do solo, geração de tráfego e demanda por transporte público, paisagem urbana e patrimônio natural e cultural. No que se refere à gestão democrática da cidade, é incentivada por meio de instrumentos como órgãos colegiados de política urbana, audiências, conferências e consultas públicas e a iniciativa popular de projetos de lei, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

DIRETRIZES PARA O PARQUE RIO VERDE

O direcionamento da proposta para o Parque Rio Verde centrou-se na revalorização da cidade com o rio a partir desta área de intervenção, promovendo-se sua integração com o espaço do tecido urbano da cidade, a recuperação do ambiente e da paisagem e a reconversão de usos de alguns ambientes construídos. Na área da Estação Ferroviária, reconhece-se o valor deste bem tombado, da plataforma em curva, coberta, e dos dois galpões recuperáveis com potencial agregação de valor arquitetônico e cultural; nessa área, dedica-se um espaço para memória da antiga ocupação ferroviária, procede-se a adequações na Estação e nos galpões para uso



institucional e sociocultural e se propõe área para a construção de um espaço cultural (teatro para 500 pessoas) conectado com um dos galpões. No local da antiga oficina de manutenção, mantêm-se as colunas na implantação de uma escola de artes e ofícios para envolver cooperativamente a população tricordiana, principalmente acolhendo artífices locais e do próprio entorno; complementa-se o uso e a ocupação da área deste setor com espaços de caminhadas e ambientes contemplativos. No Setor da Praça do Triângulo, o direcionamento é para fins recreativos, de lazer e esportes.

PARQUE RIO VERDE: SÍNTESE DA PROPOSTA MODELADA

Territórios públicos residuais da União em ambientes urbanos são oportunidades para efetiva cooperação entre instâncias federativas em nossas cidades no sentido de promover interação e condições experienciais de práticas saudáveis vivenciadas em espaços urbanos.

Três Corações é uma das cidades com um vazio urbano decorrente da desativação operacional da ferrovia sob a tutela da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. -RFFSA-. Localmente, a ferrovia é um vetor-símbolo do desenvolvimento do município e indutor da expansão urbana no interstício de 1884 a 2010.

Com a total interrupção da atividade ferroviária, as instalações físicas e os espaços territoriais da RFFSA da Estação Ferroviária à Praça do Triângulo passaram ao estado de abandono, ainda que quatro bens tombados pelo município estejam nesse território, que é parte da área de proteção do ambiente cultural de Três Corações. A essa situação se aliam carência local de amplos espaços livres públicos para lazer, necessidade de integração interbairros e de melhorias na mobilidade urbana e a efetivação de reconhecimento, visualização e valorização ambiental do Rio Verde.

A área da intervenção contém o Terminal de Transporte Intermunicipal (Rodoviária) e a Policlínica Municipal, além ser atravessada por via que é rota para o Circuito das Águas.

Com tantos fatores impactantes e indutores positivamente para que este território da RFFSA seja regenerado com toda infraestrutura pública e integrado à vida cidadina, em consonância com o Plano Diretor, é oportuno e justo dispor para a população tricordiana uma proposta para implantação de um parque urbano, o Parque Rio Verde, onde se possa ter práticas físicas, recreativas e lúdicas, passear, passar o tempo em lazer, contemplação etc.

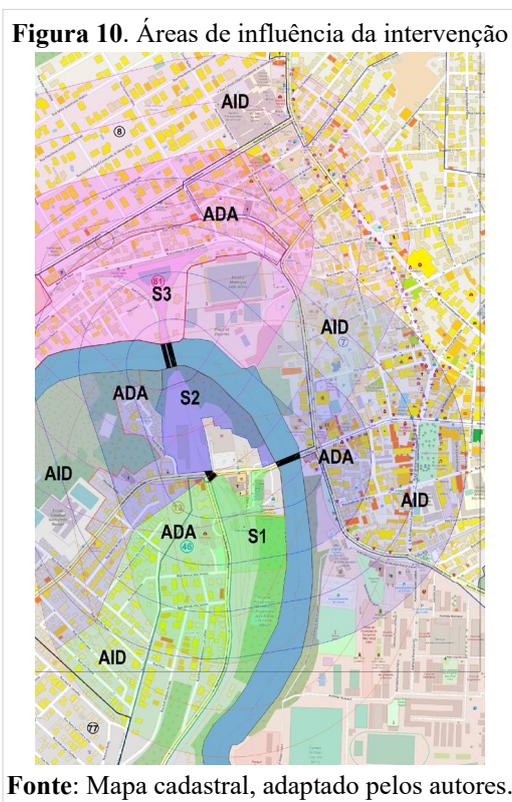
Para tal, a opção por modelar uma intervenção regenerativa nesse território pautou-se e se desenvolveu sob duas vertentes:

- 1ª) estratégica, a qual remete à macroestruturação urbana em termos de ordenamento territorial, conectividade, meio ambiente e identidade;
- 2ª) tática, que se refere às diretrizes para projetos específicos, conceituais, para o Parque Rio Verde absorver e nele se constituir, construir e ressaltar valores de natureza educacional, ambiental e histórico-cultural de pertencimento e consolidação da identidade tricordiana.

MACROESTRUTURAÇÃO URBANA

Essa vertente consistiu em analisar dados relativos a deficiências, oportunidades e necessidades para a área de intervenção e decidir espaços livres e construídos a modelar.

Inicialmente delimitou-se num mapa cadastral áreas de influência e forte atratividade do Parque (Figura 10), a potencial população usuária (Figura 11) e seu perfil. Para isso, definiu-se a Área Diretamente Afetada (ADA) -anel de 200m externo ao perímetro da intervenção-, a Área de Influência Direta (AID) -anel de 200m a 400m externo ao entorno perimetral- e a Área de Influência Indireta (AII) -região externa a partir de 400m do entorno perimetral. Ainda que haja alguma atratividade do Parque para a AII, não se considerou essa área de influência para fins de demanda.



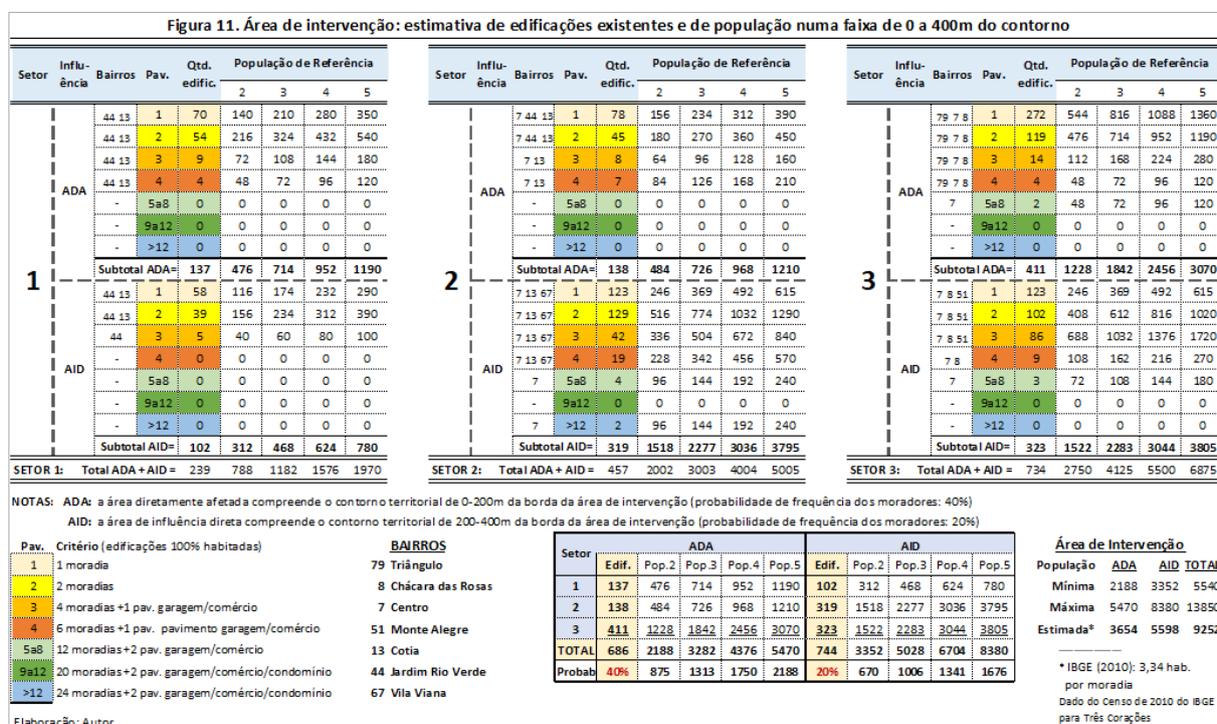
Delimitadas a ADA, a AID e a AII, caracterizados o uso e a ocupação do solo nessas áreas mediante inspeção virtual no Google Street View e Google Maps e dados do IBGE para



os bairros Triângulo, Chácara das Rosas, Centro, Monte Alegre, Jardim Rio Verde, Cotia e Vila Viana, estimou-se a população usuária por bairro, o que conduziu a decisões quanto a traçado viário e necessidades relativas à mobilidade.

Com a população residente na ADA e na AID, prevê-se frequência diária inicial de 1545 (pessimista) a 3864 pessoas (otimista).

Outro fator estratégico para viabilizar o desenvolvimento socioeconômico-cultural e estimular investimentos para o Parque Rio Verde é a atratividade devida à frequência de pessoas nas unidades institucionais e comerciais que se instalarem nos setores do Parque e nos comércios e instituições já existentes na área de intervenção (Policlínica, TTI-Rodoviária, Associação Comercial, lojas, igrejas, supermercado etc.) e três unidades educacionais -ADA: Colégio União (Coopec); AID: Unincor (universidade) e Escola Estadual Godofredo Rangel (Polivalente)-. A diversificação de pessoas que já se movimentam nas adjacências dos Setores 1 e 2 da área de intervenção é fato consolidado que se agrega ao público-alvo pré-caracterizado (população residente). Por outro lado, atualmente é instável a movimentação de pessoas entre os setores nomeados como 2 e 3, o que requer incluir entre eles uma nova conexão segura, através do Rio Verde, para efetiva e total integração dos três setores e de interligação de bairros ao Sul com os ao Norte (conectividade e mobilidade urbana).





ESPACIALIZAÇÃO DO PARQUE

Identificados os bairros, a população de referência e a potencial demanda (Figura 11) e sinteticamente exposta a socioeconomia para a proposição do projeto urbano Parque Rio Verde, destacam-se os seguintes Eixos Estratégicos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (TRÊS CORAÇÕES, 2019):

a) Patrimônio Preservado, Memória Viva (vertentes 1, 2, 6), do qual se destacam os objetivos: revelar e valorizar o Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico (PHCP); firmar a sua apropriação pela população e estimular o senso de pertencimento; promover o PHCP como elemento chave da estratégia de desenvolvimento local;

b) Três Corações Saudável (vertente 1), para o qual se destacam os objetivos: instituir o Sistema de Áreas Verdes e Espaços Públicos do Município; ampliar a proteção das Áreas de Preservação Permanente (APPs) [...];

c) Rotas e Caminhos (vertentes 1, 3, 5), para o qual se destacam os objetivos: garantir a segurança, a fluidez e o conforto nos deslocamentos de veículos, pedestres e ciclistas, adequando os passeios às necessidades das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e o trânsito de bicicletas segregado e seguro; estimular o uso de meios não motorizados de transportes por meio da implantação de um sistema de rotas acessíveis [...]

Com esses eixos estratégicos, os dados coletados e os levantamentos realizados, compôs-se o seguinte programa estruturado para um processo na modalidade de regeneração urbana:

1) **do Setor 1** -Estação Ferroviária- (usos: sociocultural, administrativo e econômico): restauração: estação ferroviária, plataforma e galpões existentes (partes do PHCP); construção de um teatro (500 pessoas); praça e memorial ferroviário; escadas integradas a rampas e passarelas; integração da Estação ao TTI-Rodoviária; ambientes para fins administrativos, comerciais e socioculturais; bolsões para estacionar bicicletas e automotores e para eventos temporários;

2) **do Setor 2** -antiga oficina de manutenção- (usos: educacional, evocativo-ambiental e cultural): escola de artes e ofícios; praça de integração e vivência comunitária; previsão de serviços de alimentação e comércio; espaço jardim sensorial; espaço cultura sonora; espaços para contemplação; integração de escadas, rampas, passarelas suspensas, minipraças e decks; bolsões para estacionar bicicletas e motos;



3) **do Setor 3** -Praça do Triângulo- (usos: lazer, recreativo, esportivo): quadras; academia ao ar livre; reposicionamento do campo de malha; *playground*; bicicletário; quiosques simples e duplos; integração de escadas e rampas;

4) dos três setores (amplitude urbanística): pontos de hidratação e instalações sanitárias; criação/adequação de vias para pedestres (caminhadas), ciclistas e automotores; pontos para ônibus e táxis; faixas de pedestres (elevadas e em nível); criação/adequação de conexões entre os setores e as articulações com o entorno; ponte adicional junto à ponte metálica; alteração de fluxos de vias; paisagismo com zonas de convivência.

CONCEITO E PARTIDO PARA O PARQUE RIO VERDE

A observância e o atendimento dessas necessidades foram ancorados no conceito “alinhando o verde com os trilhos e a memória da ferrovia”, sob o qual se estabeleceu para seu contexto e complexidade um partido amparado nos princípios de ordenamento territorial, conectividade, meio ambiente e identidade.

ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO PARQUE

A macroestruturação do Parque foi feita observando-se o ordenamento territorial de Três Corações, em particular na área da intervenção e arredores. Isto requereu avaliação: do aparato institucional e jurídico-legal; das políticas de ordenação do território; do padrão de uso e ocupação do solo; e, para esta proposta, tendências de transformação, aspectos logísticos e estrutura urbana da área sob estudo. Especial atenção se deu ao processo de organização do espaço biofísico para ocupação, utilização e transformação do ambiente da intervenção, segundo suas potencialidades e a interação humana com o espaço natural.

ORDENAMENTO DOS ARREDORES

É limite comum aos Setores 1 e 2, na Zona de Adensamento 1 (ZAD1), a Rua Cabo Benedito Alves (arterial secundária; usos permitidos: residencial e atividades de impactos irrelevante e baixo). Ambos têm a leste o Rio Verde. No lado oeste, o Setor 1 (bairro Jardim Rio Verde) é limitado pela Rua Dr. Roberto Cruz (arterial secundária; usos permitidos: residencial e atividades de impactos irrelevante a alto) e o Setor 2 (bairro Cotia) é limitado pela Rua João Paulino (local; usos permitidos: residencial e atividades de impacto irrelevante). O Setor 3 (bairro Triângulo), na Zona de Especial Interesse Social (ZEIS), é atravessado pela Rua Luciano Andrade Peixoto (coletora secundária; usos permitidos: residencial e atividades de impactos irrelevante e baixo).



Na ZAD1, admite-se por gabarito: em qualquer via até 3 pavimentos, e 4 pavimentos em lotes acima de 300m²; em via coletora ou arterial, 5 a 6 pavimentos em lote acima de 600m²; 7 a 12 pavimentos em lote acima de 750m². Na ZEIS, os parâmetros gerais devem ser definidos no projeto de ocupação e ou regularização urbanística e ou fundiária.

CONECTIVIDADE

Aspecto relevante para a espacialização do Parque, efetiva-se ao se promover continuidade e complementaridade urbana em escala local, nas múltiplas dimensões que podem garantir igualdade de acesso a equipamentos e serviços e favorecer deslocamentos interbairros. Nesse sentido, a conectividade no Parque refere-se a sua capacidade de atrair e facilitar o acesso de residentes nos bairros e os em atividades ao seu redor. Para tanto, foi necessário na modelagem prover facilidades de acesso ao Parque para variados tipos de movimentos e modais (a pé, de bicicleta, motorizado), tornando as fronteiras do terreno da RFFSA permeáveis a fluxos de distintos usuários e tipos de modais.

A proposição local de conexões (interseções -nós- e ligações -segmentos-), assim como pontos de ônibus urbanos e táxis e bolsões de estacionamentos (bicicletas e automotores), e o tratamento das interligações urbanas tiveram como base a Lei nº 524/2019 (Parcelamento do Solo Urbano em Três Corações). Assim, a conectividade local amplia o número, a natureza e a capacidade dos vínculos estabelecidos com outros locais urbanos e com as vias principais, ao nível dos deslocamentos.

À conectividade urbana expandida por meio do Parque, associam-se elementos favoráveis à caminhabilidade em rotas interligadas, com atributos físicos e de percepção visual para tornar o ambiente construído adequado ou aceitável para caminhar em todo o Parque. Isto é, valoriza-se a configuração da rede de caminhos dos pedestres, e da conectividade por ela proporcionada, mediante interferências na continuidade, na extensão e nas possibilidades de itinerários alternativos entre pontos de deslocamentos a pé, algo atraente ao caminhar.

MEIO AMBIENTE

O Parque Rio Verde, atendendo ao que estabelece o PDDUA, é partícipe do processo de proteção e recuperação ambiental de Três Corações, como área prioritária para recuperação da mata ciliar que o integra (APP).



IDENTIDADE

Conectividade, mobilidade e acessibilidade inferem deslocar as pessoas para mais perto de seus trabalhos, mas também significa prover acesso a cultura e lazer como modo de inclusão social numa cidade. Assim, o Parque Rio Verde, como parte resultante de um processo de regeneração urbana, incorpora elementos de valorização da identidade e cultura tricordianas e busca reforçar e perpetuar a memória e o sentido de pertencimento local por meio das construções ainda existentes, da preservação de trilhos e dormentes em partes do leito ferroviário e da criação de novos elementos construídos que ressaltem a história e a presença da ferrovia na formação urbana de Três Corações, articuladamente com a APAC-Centro Histórico.

PARQUE RIO VERDE: O MODELO PROPOSTO

A proposta para regeneração urbana da Estação Ferroviária à Praça do Triângulo e dos espaços públicos contíguos com a criação do Parque Rio Verde foi desenvolvida para um vazio urbano antes utilizado pela RFFSA em transporte ferroviário, espaço concedido à Ferrovia Centro-Atlântica, estando abandonado e as obras de construção sendo deterioradas. A ideia é o Município assumir a gestão dos espaços no trecho mencionado e implementar o projeto urbano estruturante aqui denominado Parque Rio Verde (âmbito: Programa Avançar Cidades). A intervenção tem como percurso principal um segmento com aproximadamente 800m em linha reta na direção NNO-SSE e largura variável de 80m a 300m.

O trecho destinado à implantação do Parque ladeia o Rio Verde, está quase todo no nível da linha férrea em cotas abaixo dos seus arredores (o vale do Rio Verde). Considerando-se a revelação visual do Parque a distâncias maiores, interna e externamente, razoável é que o gabarito das edificações varie radial e paulatinamente da escala humana -nas suas imediações- até atingir alturas maiores em posições ao longo de um anel até 400m ao seu redor, mas limitando-se a 2 pavimentos nas declividades acentuadas dos bairros Jardim Rio Verde, Cotia e Chácara das Rosas, como forma de conter o adensamento urbano sobre áreas ambientalmente protegidas e ou frágeis.

Definidas as bases para o traçado das vias e dos espaços públicos privados, a atenção voltou-se ao desenvolvimento e ajuste das soluções específicas para o desenho dos nós e segmentos para os diferentes movimentos e modais, assim como dos locais destinados a praças, escadas, rampas e passarelas, edifícios propriamente ditos, tratamento paisagístico etc.

Quanto à conectividade, concretiza-se por meio do Parque da seguinte forma:



1) **no Setor 1:** a) criação de nó multimodal na Rua Dr. Roberto Cruz junto à praça da Policlínica com a Rua Manoel dos Santos e de um segmento multimodal que o interliga ao nó multimodal já existente na interseção da Rua Cabo Benedito Alves com a linha férrea; b) criação de outro segmento multimodal, interligado ao anterior na parte Sul da Estação Ferroviária, para se obter acesso à Rodoviária, à Associação Comercial e à fachada principal do edifício da Estação Ferroviária (dá-se visibilidade a esta); c) redesenho do nó (ligação) multimodal entre os Setores 1 e 2, na interseção comum às Ruas Cabo Benedito Alves e Dr. Roberto Cruz e a linha férrea; d) criação de nó multimodal (pedonal, rodociclovitário) no encontro da ponte da Rodoviária com a Rua Cabo Benedito Alves; e) criação de nós pedonais (combinam rampas e escada) para desníveis maiores entre calçadas;

2) **no Setor 2:** a) proposição de nova ponte -nó rodociclovitário-, contígua à ponte metálica (destinando-se esta para fins pedonais); b) criação de nós pedonais, pedonais-ciclo-viários, pedonais-rodoviários ou multimodais, e múltiplos segmentos alternativos entre os nós;

3) **no Setor 3:** a) Praça do Triângulo à ponte metálica: criação de nós pedonais, pedonais-ciclovitários, pedonais-rodoviários, rodociclovitários ou multimodais, e múltiplos segmentos alternativos entre os nós; b) criação de dois segmentos pedonais (composição em rampa e escada) para acesso de pessoas do bairro Chácara das Rosas à Praça do Triângulo; c) Rua Luciano Andrade Peixoto: redimensionamento de calçadas e adequações de interseções (nós) com outras ruas; d) previsão da conexão do Setor 3 com a Av. Sete de Setembro;

4) **Síntese dos segmentos nos três setores:** 200m em ciclofaixas, 812m em ciclovias unidirecionais, 875m em ciclovias bidirecionais, 2.613m de pistas para caminhar, 552m em autovias unidirecionais, 425m em autovias bidirecionais, 150m de passarelas, 410m em rampas, 75m de escadas e 24 faixas para travessia de pedestres;

5) **Alteração de mão de direção:** a) na R. Dr. Roberto Cruz, em mão única da R. Cabo Benedito Alves até à R. Manoel dos Santos, para formar binário com a nova via a ser executada dentro do Setor 1; b) na R. Luciano Andrade Peixoto, em mão única da Trav. Manoel dos Santos à Av. Santos Dumont, gerando binário com a R. 1º de Maio, esta em mão única da Av. Santos Dumont à R. Francisco Isidoro.

Quanto ao meio ambiente, concretiza-se por meio do Parque da seguinte forma:

1) **no Setor 1:** a) preservação da mata ciliar existente na extensão do Setor dentro da propriedade da RFFSA às margens do Rio Verde; b) tratamento paisagístico nas áreas



jardinadas junto aos segmentos criados e na praça; c) tratamento paisagístico na região do Terminal de Transporte Intermunicipal TTI-Rodoviária e criação do horto botânico;

2) **no Setor 2:** a) preservação dos dois fragmentos de mata ciliar; b) conservação da vegetação ciliar no trecho da passarela bimodal entre a ponte da Rodoviária e o Espaço Jardim Sensorial e na área do Espaço Terraço (junto à ponte metálica); c) programação paisagística para os Espaços Contemplação, Cultura Sonora, Jardim Sensorial e de experimentos de artes e ofícios e para as Praças de Artes e Ofícios e de Integração e Vivência Comunitária (e suas adjacências), cujos tratamentos devem considerar a função educacional-contemplativa-ambiental-sociocultural do Setor; d) projeto de arborização e paisagismo ao longo dos segmentos entre os nós da Rua Cabo Benedito Alves e da ponte metálica;

3) **no Setor 3:** programação e projetos de paisagismo para todos os espaços deste Setor.

4) **nos três Setores:** a) programação e projetos de mobiliário urbano sustentável para convivência saudável, dia e noite, em áreas de quiosques e áreas de encontro, recreação e lazer; b) programação e projeto de drenagem e redes urbanas considerando-se a cota de 840m prevista no PDDUA (2019).

Quanto à identidade, concretiza-se o sentido de pertencimento no âmbito do Parque da seguinte forma:

1) **no Setor 1:** sob o contexto de regeneração urbana para implantar o Parque Rio Verde, e atender o Projeto Estruturante Trilhos da Memória (base: PHCP – Recomendações): a) os dois bens tombados e a plataforma da Estação Ferroviária devem ser reabilitados, dando-se visibilidade e facilidade de acesso e passagem defronte à fachada principal da Estação Ferroviária; os ambientes do prédio da Estação devem ser restaurados e adaptados para atender as funções associadas a uma unidade de cultura, museu ferroviário e de ponto de apoio ao turismo; b) os dois galpões devem ser requalificados, um deles para ser uma oficina de teatro, ópera, música e dança, parte integrante da estrutura do Teatro, e o outro parcialmente renovado e destinado a atividades de cultura e lazer (bares, *shows*, *drive-in* etc.) e apoio aos eventos temporários e fugazes realizados na área de eventos junto aos estacionamentos (bicicletas e automotores); c) construção de um Teatro para 500 pessoas, com acesso frontal pela Praça Memória dos Trilhos (também criada), na qual se insere um espelho d'água em dois níveis, defronte ao qual se tem acesso à Rua Dr. Roberto Cruz por meio da construção do Memorial dos Trilhos, uma composição em rampa e escada, com estrutura de trilhos que sustentam o piso conformado com dormentes da ferrovia desativada;



2) **no Setor 2:** a) no local onde funcionava a oficina de manutenção, às suas colunas ainda mantidas se agregará a estrutura necessária para uma Escola de Artes e Ofícios (EAO), a qual terá três setores: i) a escola propriamente dita (ambientes de aulas e laboratoriais); ii) um espaço ao ar livre, arborizado, entre a escola e o talude da Rua João Paulino, destinado a experimentos de artes e ofícios; iii) uma área geminada à escola, destinada à comercialização de itens produzidos na escola de artes e ofícios e por artífices tricórdianos associados à escola; o prédio da EAO deve, dentro do possível, assimilar, renovadamente, formas e imagens da antiga oficina de manutenção; b) a ponte metálica, bem tombado pelo Município, deve ser revitalizada e seu leito em madeira adaptado para funcionar para fins pedonais, assim como as laterais devem receber estrutura de proteção e segurança para os caminhantes; além da função memorial, torna-se uma passarela de contemplação do Rio Verde;

3) **no Setor 3:** o bem tombado Caixa d'Água deve ser revitalizado e integrado às necessidades e funções de lazer e recreação do Setor; inserido entre um caminho pedonal e uma ciclovia bidirecional, e próximo à Rua Luciano A. Peixoto, sua revitalização deve valorizar sua identidade e significado, devendo ser visualizada a distância por quem passa pelos caminhos que a contornam;

4) **em todos os Setores:** adequação dos locais em que o leito ferroviário passa, de modo a preservar em toda a extensão do Parque a memória dos trilhos e seu significado para o desenvolvimento de Três Corações.

Numa síntese quanto a ambientes edificados na integralidade do Parque Rio Verde, neste deve estar incorporado o seguinte:

1) **equipamentos comunitários:** a) no Setor 1: praça; locais para lazer e cultura (inclui teatro e oficina-escola); museu ferroviário; local aberto para eventos temporários e fugazes; administração com central de informações, segurança e vigilância; b) no Setor 2: praças; locais livres para cultura, lazer e recreação; escola com biblioteca pública; c) no Setor 3: praças; instalações para lazer, recreação e prática de esportes e outras atividades físicas; d) em todos os Setores: instalações sanitárias públicas, pontos de hidratação e mobiliário urbano com desenho sustentável;

2) **equipamentos urbanos:** redes públicas de água, esgoto, drenagem, energia e iluminação, comunicações, coleta de resíduos; infraestrutura viária adequada para pedestres, ciclistas e automotores, devidamente sinalizadas e zonas de *traffic calming*.

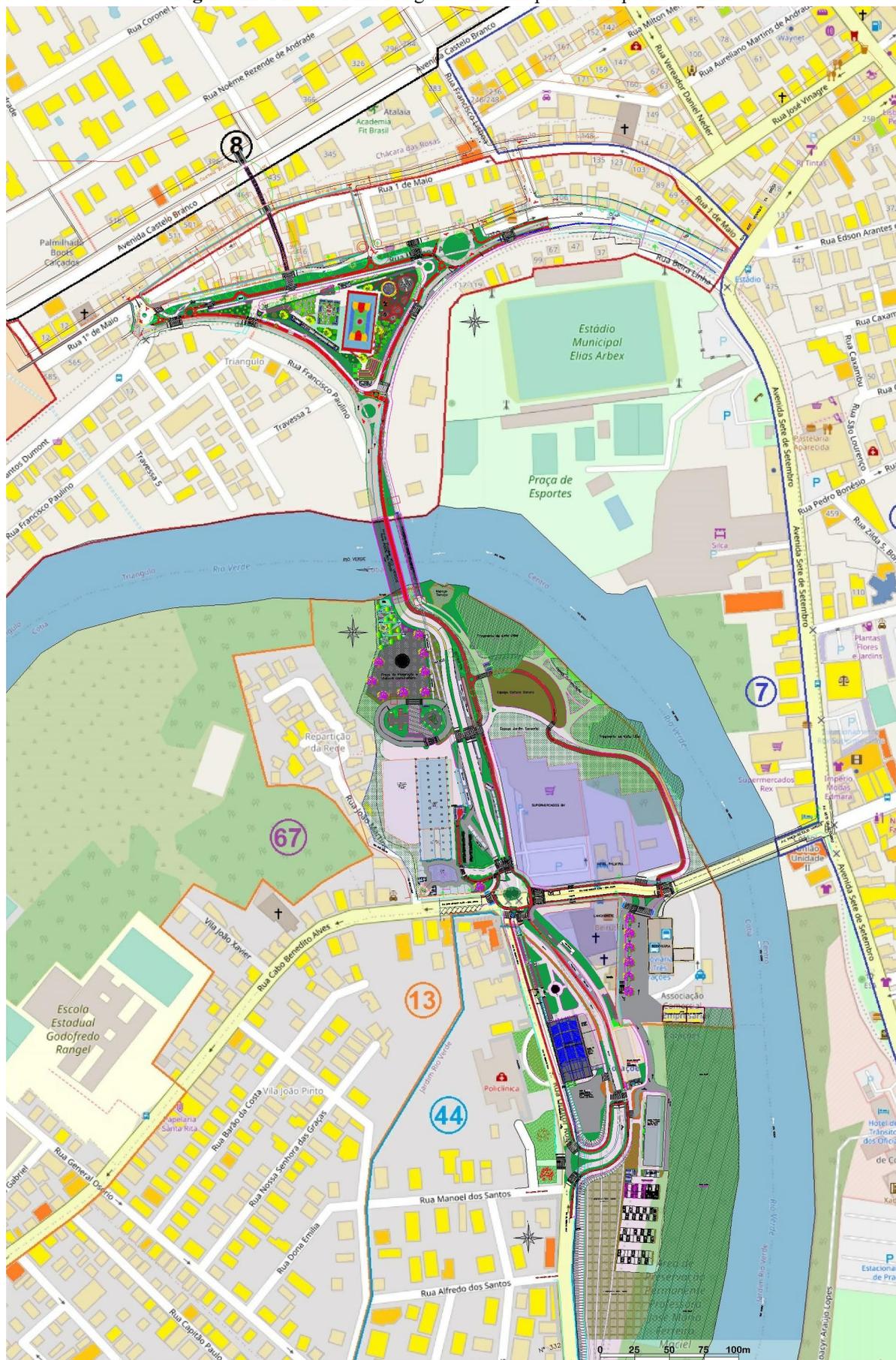


Estabelecidos e seguidos necessidades, conceito e partidos postos, resultou a modelagem territorial proposta para o Parque Rio Verde (projeto urbano alinhado com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Três Corações) mostrada sinteticamente na Figura 12.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parques urbanos são espaços que estruturam parte da diversidade da vida pública na cidade. Por possuírem acessibilidade ampliada, diferentes grupos e classes sociais nele se encontram, dando visibilidade aos matizes que compõem o tecido urbano e às contradições. Foi sob essa expectativa que se lidou com os espaços públicos do Parque Rio Verde. Com isso em mente, a modelagem propositiva para o Parque Rio Verde buscou evidenciar a diversidade de usos no espaço urbano, em especial em termos contextuais, multidimensionais, globais e de complexidade.

Figura 12. Síntese da modelagem territorial para o Parque Rio Verde



Fonte: Autores

REFERÊNCIAS

ABREU, Silmara Vieira de. **Requalificação urbana da praça de eventos Dr. Renato Azeredo**: Proposição de uma nova centralidade para a cidade de Ouro Branco-MG. Viçosa, MG, 2011.

ADAMS, Betina Maria. **Preservação urbana**: Gestão e resgate de uma história. Florianópolis: UFSC, 2002.

CASTANHEIRA, Guilherme Silveira. **Estratégias de intervenção para a regeneração urbana sustentável**. Guimarães (Portugal), 2013. Dissertação (Mestrado em Construção e Reabilitação Sustentável) – Universidade do Minho, Escola de Engenharia.

CLEMENTE, Juliana Carvalho; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da; SILVEIRA, Júlio Gonçalves da. Vazio urbano ou subutilizado? Entre conceitos e classificações. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo** (Universidade Mackenzie), v. 11 n. 2, 2011, p. 40-70.

HUMMEL, Carla Patricia. **Brownfields e atores sociais no município de Rio Claro (SP)**: Memórias e refuncionalizações. 2006. 224 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/99877>.

KLIASS, Rosa Grena. **Parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudo do lazer** – uma introdução. Campinas: Editora Autores Associados, 1996.

MAYMONE, Marco Antonio de Alencar. **Parques urbanos – origens, conceitos, projetos, legislação e custos de implantação**: Estudo de caso: Parque das Nações Indígenas de Campo Grande, MS. 2009. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Controle da Poluição) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Ambientais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.

NEVES, Abílio Rodrigues. Planejamento de parques florestais municipais. In: ANAIS CONGRESSO DE ARBORIZAÇÃO, 3., 1975, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: ACAR, 1975. p. 1-3.

ROBERTS, Peter; SYKES, Hugh. **Urban regeneration**: A handbook. London: Sage. 2004 (*reprinted*).

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: Jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Novel, 1996.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SOUZA, Felipe Silveira de. **O espaço público contemporâneo**: A complexidade vista a partir de parques urbanos de Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2008.

TRÊS CORAÇÕES. **Lei Complementar nº 523/2019**: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Três Corações. Disponível em:



https://www.trescoracoes.mg.gov.br/docs/2019/leis_urbanismo/. Acesso em: maio 2020.

VASQUES, Amanda Ramalho. **Geotecnologias nos estudos sobre *brownfields***: Identificação de *brownfields* em imagens de alta resolução espacial e análise da dinâmica da refuncionalização de antigas áreas fabris em São Paulo. 2009. Tese (Doutorado -Área de Concentração: Geografia Física) – FFLCH/USP, São Paulo, 2009.

VOSGUERITCHIAN, Andrea Bazarian. **Infraestrutura e projetos de regeneração urbana**. São Paulo, 2015. Tese (Doutorado -Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional) – FAUUSP, São Paulo, 2015.



CAPÍTULO 14

DOI: 10.47402/ed.ep.c202170513639

GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM ÁREAS DE TRANSFORMAÇÃO RURAL E URBANA

Aurélio Ferreira Borges, Doutor em Engenharia Florestal. Professor no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do IFRO

Edmar da Costa Alves, Mestre em Engenharia de Alimentos. Servidor do Instituto Federal de Educação de Rondônia, IFRO

Raquel Nogueira de Moraes, Psicóloga em Saúde Mental. Mestre em Propriedade Intelectual. Estagiária no Ministério da Saúde

RESUMO

A organização e o aperfeiçoamento do conhecimento de áreas de transição são importantes para a fixação e implementação de políticas educacionais, com expressiva acuidade social, ao serem tomadas por instituições e associações responsáveis por sua efetivação. O objetivo da pesquisa foi analisar os principais pontos conflituosos do entendimento, da interpretação e da instituição da gestão da educação profissional em áreas de transição rural e urbana. Concluiu-se que as disposições legais no Brasil se encontram desatualizadas quanto à conceituação de meio rural e urbano. O mesmo aplica-se a outros conceitos como o de área de transição, periferia e favela, que devem ser buscados na geografia e na demografia como ciências da educação. Verificou-se ainda que a ponderação específica das exterioridades socioeconômicas dos meios urbanos e rurais é escassa para individualizar as experiências sociais, culturais e econômicas em áreas de transição.

PALAVRAS-CHAVE: educação profissional, transição rural e urbana, favelas e periferia.

INTRODUÇÃO

A organização nacional de educação profissional originou-se em 1909, quando o então presidente da República Nilo Peçanha organizou 19 escolas federais de aprendizes e artesãos (ARAÚJO, 2009). Na década de 80 do século XX, com a evolução do cenário econômico e produtivo, a rede nacional de educação profissionalizante se expandiu.

O ensino profissional passou a ser atribuição do Ministério da Indústria e Comércio, quando se inicia o desenvolvimento de um ensino industrial, comercial e agrícola. Essa atribuição foi originária do empenho em preparar os operários para o exercício profissional e só se tornou efetiva no decurso de 1906 a 1910. Neste período foram instaladas 19 escolas de aprendizes e artífices que se voltavam para o ensino industrial e eram custeadas pelo estado (BRASIL, 2008b).



Foram instituídos o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946, visando à formação de profissionais para a indústria e para o comércio. O SENAI e o SENAC tiveram por muito tempo como princípios treinar os indivíduos com técnicas para o preenchimento de postos de trabalho urbano bem definidos e preparar o cidadão para o praticar, o fazer e o improvisar (MOURÃO, 2010).

A educação nacional ganha organicidade, desenvolvimento e condições de expansão de sua oferta entre as décadas de 30 e 40 do século XX. Contudo, estas medidas não implicaram uma ruptura com a antiga forma dualista de conceber a educação, mantendo o caráter assistencialista da educação profissional (KUENZER, 1988).

Com a euforia do tempo do milagre, que assinalava para o ingresso do Brasil no grupo dos países de primeiro mundo, ocorrido no final da década de 50 do século XX e ininterrupto nos anos 60 do mesmo século, o país precisou de mão de obra operária urbana mais bem preparada em função do aparecimento de novas indústrias. O SENAI não tinha qualidades de formar toda essa mão de obra requisitada. Isso favoreceu o surgimento dos GOTS, Ginásios Orientados para o Trabalho (MOURÃO, 2010).

A partir do golpe militar de 1964, é outorgada a lei 5.692/1971 (BRASIL, 1971). Esta vem responder às questões referentes aos processos de preparação para o sistema produtivo, voltado para os pobres e marginalizados, uma vez que o crescente desenvolvimento industrial exigia trabalho mais qualificado. A lei tinha duas funções: a função propedêutica, organizada com o objetivo de direcionar o aluno a uma condição mais adiantada. É sucessivamente um ensino preparatório. A educação infantil prepara e organiza para o ensino fundamental que, por sua vez, prepara e organiza para o ensino médio. Este prepara e organiza para a universidade; e a função contenedora, com o objetivo de conter o crescente número de jovens de classe média que buscavam nos cursos superiores um requisito cada vez mais indispensável à ascensão social através das hierarquias ocupacionais (CUNHA, 1981). A referida lei, que tem como princípios a concepção assistencialista e compensatória e a visão católico-humanista orientada ao trabalho como antídoto à preguiça, vem constituir o sistema de ensino que assinala em direção à profissionalização compulsória ao mesmo tempo em que permitia a continuidade dos estudos no plano de ensino superior (CUNHA, 1977).

A inauguração da profissionalização universal e obrigatória, bem como a modificação do contexto socioeconômico e político e das relações entre mercado de trabalho e educação,



concluiu a mudança da Lei nº 5692/1971 (BRASIL, 1971), revogando-se a obrigatoriedade da profissionalização pela Lei nº 7.044/1982 (BRASIL, 1982). A obrigatoriedade da profissionalização na escola permaneceu confiada à decisão das próprias instituições. No Artigo 1 desta Lei nº 7.044/1982 está expresso que é preciso educar para o trabalho, concedendo ao aluno uma sólida, lúcida e ampla formação nos princípios científicos e tecnológicos que regem o mundo da produção e do consumo.

A Lei nº 7.044/1982 vem normatizar o que já acontecia na prática: as escolas não implementavam o ensino profissionalizante, que retornava à dualidade estrutural, atendendo à divisão técnica do trabalho. O processo de acumulação capitalista precisava operar mudanças nos processos produtivos, para manter a produtividade necessária à dinâmica do capital (MOURÃO, 2010).

Os anos 80 do século XX foram assinalados por um conjunto de medidas educacionais, não estruturais, mas levadas em direção a experiências localizadas em diversas regiões do país. Foram estimuladas pelos movimentos que conceberam a abertura política. Estes conhecimentos, agrupados em torno da defesa do ensino público de adequada condição e qualidade e da democratização da educação, voltavam-se para a educação de crianças e jovens dos grupos populares, com destaque na participação dos próprios interessados e das direções das escolas. A crise econômica mundial, ocorrida a partir do início da década de 80 do século XX, e seus impactos sobre o conteúdo, a divisão, a quantidade e qualificação do trabalhador, contrastou com a onda de democratização da educação que se alastrava pelo terceiro mundo (TAUCHEN & BRANDLI, 2006).

O projeto do Ministério da Educação propunha a criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica (KUENZER, 1999). O Sistema Nacional de Educação Tecnológica estava constituído por Escolas técnicas federais, estaduais e municipais; Instituições particulares da rede Serviço Social do Comércio (SESC) e SENAC. Os cursos eram formados pelas seguintes modalidades direcionadas à população urbana: qualificação ocupacional, para exercer ocupação independente da formação escolar; educação prática em nível de 1º Grau, própria das experiências práticas; formação básica de nível médio, com profissionalização em área definida; formação técnica em nível superior, para a preparação de tecnólogos; formação profissional superior, proporcionada pelas Universidades.

O projeto apresentado pelos empresários propunha políticas que aumentassem o grau de escolaridade, além de incentivar as parcerias público/privado visando ao fortalecimento dos



processos produtivos e maior competitividade. Como a LDB já tinha concretizado o dualismo estrutural, separando a Educação Profissional da Educação Básica, ao publicar o Decreto 2.208/1997, o poder executivo consolida esta separação, quando, objetivamente possibilita a consecução de uma série de medidas que dão corpo à reforma do ensino médio e profissional (MOURÃO, 2010).

O Decreto nº 2.208/1997, ao permitir a afirmação dos objetivos, níveis e modalidades da Educação Profissional, admitiu a reestruturação da rede federal de ensino, composta pelos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e Escolas Técnicas Federais (Etfes), estabelecimentos de ensino destinados à formação profissional da população urbana e Escolas Agrotécnicas Federais (Eafs) direcionadas para o ensino rural profissionalizante.

O contexto de mudança da cefetização das escolas técnicas trouxe como premissa a possibilidade de formação mais rápida via cursos de educação superior tecnológica urbana, procurando atender assim às necessidades introduzidas pelo mercado consumidor, de uma formação flexível. O principal argumento do Governo Federal em relação à independência entre o ensino médio e profissional, existente no decreto 2.209/1997, é o da possibilidade do aluno traçar seu percurso formativo. Segundo o Conselho Federal de Educação (CFE), a flexibilidade apresentada no novo parecer permitiria quebrar a rigidez que as habilitações profissionais apresentavam (PIRES, 2007).

Segundo Brasil (1996), a Lei nº 9.394/1996 ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) surgiu para estabelecer as bases para a reforma do ensino profissionalizante, uma vez que é originária de uma metodologia histórica de contestações político-ideológicas. A LDB, nos seus artigos 39 a 42, concebe a educação profissional como integrada às diferentes formas de educação, a trabalho, à ciência e à tecnologia de forma a conduzir ao permanente desenvolvimento para a vida produtiva.

A partir da LDB, a reforma da educação no Brasil foi processada por meio de dispositivos regulamentadores (Decreto nº 2.208/1997), Parecer nº 16/1999 e Resolução nº 04/1999 da Câmara de Educação Básica (CEB) do CNE. A Educação Profissional tratada em capítulo especial, no corpo da lei, apresentou três níveis de ensino: o Básico, o Técnico e o Tecnológico (BRASIL, 1996).

A polêmica sobre a formação tecnológica em nível superior data da década de 60 do século XX, quando o Conselho Federal de Educação (CFE) legislava sobre a capacitação em tempo mais curto e em nível superior, de profissionais para atender às demandas do mercado.



É a reforma da educação superior – Lei nº 5.540/1968 – que faz proliferar cursos superiores mais rápidos e flexíveis, voltados para o setor produtivo. Os movimentos democráticos em favor da Escola Pública trouxeram para o centro das discussões os processos de formação. O Fórum em defesa da Escola Pública estabelecia uma formação mais consistente, e no interior das Universidades Públicas os cursos de tecnólogos foram desaparecendo.

Os cursos de tecnólogos começaram novamente a proliferar a partir de 1996, quando a LDB organizou o ensino superior em faculdades, institutos, centros e universidades (AMARAL & OLIVEIRA, 2007).

A Lei nº 11.892/2008 propiciou a criação de 39 Institutos Federais de Educação (IF). Os IF estavam presentes em todos os estados brasileiros e aumentavam o número de vagas em cursos técnico rural e urbano de nível médio, em licenciaturas e em cursos superiores de tecnologia voltados para a educação superior rural e urbana. Os IF foram criados a partir da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, formada pelos Cefets, Eafs e Etfes vinculadas às universidades federais (BRASIL, 2008).

Há dificuldade na legislação brasileira em definir o urbano e o rural. Esta dificuldade de entendimento e de interpretação é divulgada na Lei 9.394/1996 (LDB), em seu Art. 28: na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Segundo BRAVO (2004), ainda que o Ministério da Educação proporcione a necessidade do acolhimento à educação rural, inclui-se insuficiente informação das experiências de planejamento da educação e política pública para o meio rural no Brasil. Este tema vem à superfície, quando a economia da esfera rural oferece, de forma expressiva, para as divisas de exportação do país e existem influências da estrutura fundiária.

Na perspectiva desse autor, a terminologia *meio* para o urbano e o rural deve ser entendida especialmente do ponto de vista da eficácia social, tendo em vista as desigualdades sociais em vários graus, com suas características e condicionamentos empregados e relacionados aos objetivos a serem alcançados. É importante perceber o algoritmo *zona* como a forma de aparelhamento territorial que maximiza as localizações das magnitudes urbanas e



rurais, que desenham as características de ajustadas peculiaridades físicas, como a utilização da terra, dos edifícios, a altura e o gabarito das construções, na proporção que estas podem ocupar, e a densidade da sua população.

Uma vez que zona determina o local físico de ordem política de divisão, o meio introduz a esta todo o abranger sócio-político-econômico da necessidade humana, sendo este um adiantamento na caracterização das análises do rural e do urbano. Assim se estabelece um avanço e uma equidade no tratamento correto das questões que envolvem as terminologias zona e meio.

Todas as políticas públicas que procuram aperfeiçoar as condições de qualidade de vida devem reunir as perspectivas da diversidade das atividades exercidas e colaborar para que a população habitante tenha acesso a profissões mais qualificadas e que proporcionem melhores perspectivas para a concretização pessoal e individual.

Na perspectiva de BRAVO (2004), é importante entender que os avanços devem ser incorporados à vida coletiva e contribuir na luta para a transformação da realidade, mesmo entendendo-se que uma disposição legal, a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 182 sobre a política de desenvolvimento urbano, apregoa que seja “[...] executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”, não obstante o Art. 30, que trata das competências dos municípios em seu inciso VIII, estabelece que se deverá “[...] promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”.

O mesmo autor coloca que fica, então, claro que deva ocorrer um direcionamento para que os municípios agenciem o desenvolvimento e a ampliação do urbano em relação ao ambiente rural. Isso consistindo numa conduta e acontecimento acentuado no tocante ao incentivo para a criação de mecanismos diversos que venham incentivar o urbano para atingir a disposição constitucional contida no Art. 156, inciso I, da referida Constituição Federal, segundo o qual é de “[...] competência do município instituir impostos sobre propriedade predial e territorial urbana”. Em seu Art. 153, inciso VI, entretanto, fica determinado que “[...] compete à União instituir impostos sobre propriedade territorial rural”.

O autor menciona que essas ponderações permitem-nos considerar uma incoerência no foco das pertinências e dos desígnios, uma vez que, do modo como a Constituição mencionada se comunica e se presta, permanece conformado um estímulo ao desenvolvimento urbano em



prejuízo do rural. Isso se tomando exclusivamente como menção a abertura das questões de tributação no emprego do recinto territorial, aonde incluímos impostos, como: o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) que é municipal e o Imposto Territorial Rural (ITR) que é federal.

A maneira de ajustar esse artifício tributário está na maneira como necessite ser estabelecido o Plano Diretor de todo município brasileiro. Deve-se melhorar mais à frente da determinação do Art. 182 da Constituição da República Federativa do Brasil que o organiza e que seja confirmado pela Câmara Municipal, imprescindível para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de desenvolvimento citadino e urbano.

Transporte urbano é contexto de suma importância em Manaus, Porto Velho ou Maceió, mas em municípios como Colorado do Oeste, no sul de Rondônia, o transporte na zona rural é muito mais nevrálgico. O mesmo se dá com o domínio e controle da utilização do solo urbano, que é um tema candente em Lavras, estado de Minas Gerais mas escassamente sentido em Rio Verde, na região sudoeste do estado de Goiás. Segundo BRAGA (2003), é no Plano Diretor que precisará fazer parte todas as peculiaridades essenciais da realidade do município, como utensílio de políticas públicas que diversos municípios brasileiros têm de elaborar, obrigando levar em importância que a maior parte tem características extremamente mais rurais do que urbanas. Torna-se imprescindível que todos os municípios assumam uma gestão com diversidade de assuntos relativos ao meio rural, como as reservas de mananciais de água e matas ciliares, a disposição do lixo domiciliar coletado, áreas de lazer, chácaras de recreio, entre outras.

Na perspectiva desse autor, além das recomendações relativas ao meio-ambiente e dos temas legais, é indispensável que o Plano Diretor aborde as particularidades municipais, cujos subsídios precisarão ser discutidos dentro de suas especificidades e compreenda características políticas, socioeconômicas, demográficas e geográficas do município, dentro dos discernimentos instituídos constitucionalmente. Deve-se estabelecer as diretrizes da política de desenvolvimento e expansão urbana, compreendida dentro dos seguintes tópicos: expansão urbana, uso do solo urbano, parcelamento do solo urbano, habitação, saneamento básico, e transportes urbanos, podendo ainda tratar dos problemas relativos ao meio rural.

Segundo BRAVO (2004) uma primeira dificuldade que surge quando se pretende elaborar um plano de gestão para a unidade educacional situada em uma determinada área de



transição são os elementos que as constituem que, em geral, não coincidem, pois, ocorrem determinadas diversidades em toda sua extensão, como é o caso dos aspectos sócio-econômicos tanto urbanos quanto rurais. Em regiões, porém, na qual o processo acelerado de urbanização avança sobre o meio rural, observa-se que este meio passa a não ter mais o seu teor socioeconômico, e sim outros como o de periferia e favela concomitantemente.

Segundo esse autor, em regiões em processo de metropolização, como Campinas, existe a necessidade de utilização do termo meio, dada a dificuldade para dividir-se um território, visto que não há elementos determinantes, com base nos quais, se possa definir todo o conjunto. Diante disso, o elemento sócio-econômico é que caracterizará e determinará o nome de cada meio, neste caso, o urbano e o rural. Isto não ocorre, todavia, nas áreas de transição que separam os meios urbano e rural, visto serem essas áreas bastante complexas. Elas não são simples transições entre um domínio e outro, pois apresentam elementos de um ou mais meios. Por exemplo: entre os meios *urbano* e *rural* seria lógico encontrar-se uma área de transição na qual ocorressem elementos de ambos, de modo combinado. Na realidade, porém aparecem, nas áreas de transição, elementos não só do meio *urbano* e *rural*, mas elementos que, embora urbanos, revelam o processo de avanço do urbano para o rural, como é o caso das favelas e da periferia.

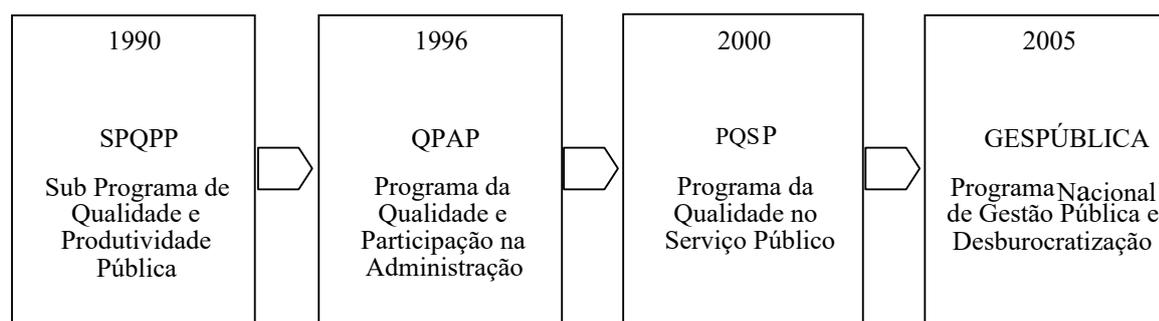
As organizações brasileiras, sejam públicas ou privadas, percebem a importância da revisão dos seus modelos de gestão: as empresas privadas objetivando a sua sobrevivência e sustentabilidade no mercado; e as empresas públicas motivadas pela capacidade de cumprir seu dever de fornecer serviços e produtos de qualidade à sociedade. Nesse contexto, novas práticas de gestão vão aparecendo ou sofrendo alterações decorrentes ou provocadas por mudanças macro-ambientais que tornam obsoletas as práticas anteriormente utilizadas. As principais foram: a Revolução Agrícola (até 1750 d.C.), a Revolução Industrial, dividida em três períodos: 1º período 1750 a 1870, 2º período 1870 a 1950 e 3º período a partir de 1950 e a Revolução da Informação a partir de 1970. Cada período está configurado com seus modelos relacionados aos aspectos político, econômico, social, tecnológico e organizacional (SANTOS et al., 2008).

A Revolução Agrícola individualizada pela era agrícola (até 1750 d.C.) configura-se na primeira onda e apresentava como fundamento de economia a terra. Os meios utilizados para produção eram utilizados por meio da força muscular humana e animal, e fontes renováveis tais como vento e chuva. A produção era basicamente artesanal e para subsistência (SANTOS et al., 2008).

Segundo PEREIRA (1995), a Revolução Industrial foi caracterizada pelas eras empresariais que evidenciaram os estágios da evolução empresarial e configurou-se na segunda onda de transformações, cuja ênfase deu-se em seu modelo de gestão próprio, caracterizando cada período por eras como: a era da produção em massa, a era da qualidade e em desenvolvimento a era da informação e conhecimento.

Conforme documentos do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública), (BRASIL, 2009) em 1990, no contexto do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), foi criado o Subprograma da Qualidade e Produtividade da Administração Pública com o propósito de implantar programas de qualidade e produtividade nos órgãos e entidades públicos. A finalidade era torná-los mais competentes na administração dos recursos públicos e mais direcionados para o atendimento às questões da sociedade do que para os seus processos burocráticos internos (Figura 1).

Figura 1 Evolução do programa Gespública



Fonte: Adaptado de Brasil (2009)

O quadro de desigualdades clama por um Estado ativista, promotor da justiça social; o de escassez clama por esforços de otimização; o quadro global competitivo requer um Estado regulador e uma gestão econômica consistente; e a conquista da democracia exige um novo padrão de deliberação que considere o cidadão como o foco da ação pública (BRASIL, 2009).

A base conceitual do Gespública aplica-se a toda administração pública em todos os poderes e esferas de governo. Com a formalização dessa política em um programa, o Gespública, sob a condução do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, torna-se imperiosa a adoção de ações no campo da gestão pública capazes de, a um só tempo, promover a adesão de governos, órgãos e entidades ao Programa; e criar, perante a sociedade, eficiência e eficácia para o setor público (BRASIL, 2009).



A importância destacada em relação à gestão abrangeu destaque especial a partir da manifestação da era moderna (SANTOS, 2007). O controle do espaço natural e das pessoas formaria o desenvolvimento e a inovação das classes sociais. Segundo CARRASCO (2006), o termo gestão tem a sua origem no termo da língua inglesa management, que corresponde a um conceito de origem empresarial e significa dirigir e controlar a execução de atividades tanto administrativas como técnicas e busca alcançar determinadas técnicas. Na perspectiva dessa autora, as atividades de tipo administrativo estão relacionadas aos aspectos de planejamento, controle, financiamento, supervisão e às atividades que fornecem ferramentas para a execução das atividades técnicas.

Na perspectiva de GOMES (2006), a gestão das instituições educacionais precisa abandonar o estilo tradicional de administrar (taylorismo-fordismo) para um estilo denominado toyotismo (da empresa japonesa Toyota) ou qualidade total que tem na descentralização, na participação, na ênfase no resultado dos produtos e na avaliação das instituições, a maneira de tratar os problemas da educação.

Se, em seu procedimento evolutivo, o conceito de gestão se desdobrou em diferentes configurações de organização social, como, por exemplo, a organização escolar, sua origem desvenda sua junção umbilical com as teorias econômicas, que, individualmente em sua acepção clássica, consagraram-se como a grande mola mestra do capitalismo industrial da fase taylorista/fordista (GOMES, 2006).

Quanto ao conceito de gestão escolar, OLIVEIRA (2005), elaborou duas matrizes teórico-filosóficas, com configurações bem distintas: a concepção técnico-racional e a concepção sociocrítica. Para esse autor, essas duas percepções de organização e gestão educacional concebem as principais vertentes teórico-metodológicas instauradoras da lógica político-organizativa que desencadeia e sustenta o debate pertinente à gestão no âmbito educacional. Para melhor compreender os fundamentos constituintes de uma e de outra concepção, recorreu-se também aos estudos de OLIVEIRA (2005), o que representa suas respectivas características: concepção teórico-racional e concepção sociocrítica.

A primeira tendência é a autogestionária. Estabelece vínculos entre as formas de gestão interna e as de autogestão social, prima pelas decisões coletivas (despreza qualquer forma de autoridade e poder), dá ênfase à auto-organização do grupo, recusa normas e qualquer sistema de controle (a responsabilidade é coletiva), prioriza o poder instituinte pela participação e enfatiza menos as tarefas e mais as inter-relações.



A segunda tendência é a interpretativa, que considera a escola uma realidade social subjetiva, privilegia a ação organizadora, com valores e práticas compartilhadas. Por fim, tem-se a tendência democrático-participativa, que investe na objetividade mediante coleta de informações, prima pelos procedimentos de acompanhamento e avaliação sistemáticos (diagnóstico, apoio, orientação, tomada de decisões), direção e avaliação coletiva e pela ênfase à qualificação e competência profissional.

CONCLUSÃO

A racionalidade emancipatória humana é o fundamento da articulação da natureza, da cultura e da tecnologia. Os homens, em sua relação com a natureza através de múltiplas atividades, criam-se a si mesmos, como indivíduos e como sociedade. A vivacidade e atividade econômico-produtiva, com as quais o homem transforma e socializa o rural e o urbano, só são possíveis pela presteza e agilidade político cultural, por meio das quais o homem prescreve a si próprio individualmente e como sociedade.

Há grande número de IF com um enorme desinteresse pelas problemáticas ambiental, rural e urbana. As instituições de ensino devem e podem introduzir políticas ambientais, rurais e urbanas coerentes para com o desenvolvimento sustentável. Políticas que coloquem em desenvolvimento planos ambientais com estratégias que cubram as condições de gestão acadêmica. Políticas que orientem todas as atividades da comunidade universitária para a realização de uma ética e uma cultura ambiental, rural e urbana renovadas com o fim último de melhorar o ambiente social e natural.

O Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano Estadual de Educação (PEE) e o Plano Municipal de Educação (PME), em presença da realidade proporcionada na estruturação das Regiões Metropolitanas, precisariam estar assinalando para situações da área de transição, seguramente uma realidade presente nas regiões brasileiras. As disposições legais no Brasil encontram-se desatualizadas quanto à conceituação de meio rural e urbano. O mesmo aplica-se a outros conceitos como o de área de transição, periferia e favela, que devem ser buscados na geografia e na demografia como ciências da educação. Desta maneira, tem-se a segurança de que os planos de educação dêem confirmação para que a política pública educacional, em programas educacionais, seja completa na configuração da realidade social e econômica.

A Constituição Federal de 1988 no Art. 156 define que é de competência do município instituir impostos sobre propriedade predial e territorial urbana. Em seu Art. 153, todavia, permanece determinado que compete à União estabelecer impostos sobre propriedade territorial



rural. Daí ocorre uma inconsistência no foco das pertinências e dos desígnios, uma vez que, da maneira como a constituição aludida se proporciona, está conformado o estímulo ao desenvolvimento urbano em prejuízo do rural, tomando-se só como referência a obliquidade das questões de tributação na ocupação dos espaços territoriais, onde ocorre impostos como o ITR federal e o IPTU municipal.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C. T. do; OLIVEIRA, M. A. M. Educação profissional: um percurso histórico até a criação e desenvolvimento dos cursos superiores de tecnologia. In: FIDALGO, F.; ARAUJO, P. O. L. C. **Metodologia para adequação das escolas agrotécnicas à legislação ambiental**. 2009. 162 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. 168p.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 abr. 1997. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 13 dez. 2009.

BRASIL. Decreto nº 2.209, de 18 de abril de 1997. Autoriza o aumento do capital social e altera o art. 7º do Estatuto da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, aprovado pelo Decreto nº 1.808, de 7 de fevereiro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 abr. 1997. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 13 dez. 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jul. 2003. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 13 dez. 2009.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 nov. 1968. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 13 dez. 2009.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 ago. 1971. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 13 dez. 2009.

BRASIL. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 out. 1982. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 13 dez. 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 13 dez. 2009.



BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 13 dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da educação superior 2008: (dados preliminares) resumo Técnico**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo_tecnico_2008_15_12_09.pdf>. Acesso em: 29 out. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Rede federal de educação profissional e tecnológica**. Brasília, 2008b. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Gespública: programa nacional de gestão pública e desburocratização**. Brasília, 2009. Disponível em: <www.gespublica.gov.br> Acesso em: 12 dez. 2009.

BRASIL. Parecer nº 16, de 26 de novembro de 1999. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 nov. 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016_99.pdf>. Acesso em: 16 out. 2010.

BRAVO, I. **Gestão educacional em áreas de transição: uma contribuição à metropolização**. 2004. 158 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CARRASCO, S. C. P. **Diagnóstico do estado ambiental e elaboração de um modelo de gestão ambiental para a piscicultura do município de castilla La nueva (meta Colômbia)**. 2006. 160 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CUNHA, L. A. C. **Política educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio**. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1981.

GOMES, W. C. **Avaliação institucional: gestão do programa de avaliação institucional das universidades brasileiras-paiub**. 2006. 222 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação Superior) – Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2006.

KUENZER, A. Z. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 19-29, maio/ago. 1999.

KUENZER, A. Z. **Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo**. São Paulo: Cortez, 1988.

MOURÃO, A. R. B. Universidade tecnológica versus instituto federal de educação, ciência e tecnologia: contextualizando a discussão. Em: **SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, 2., Belo Horizonte: DRI/CEFET-MG, 2010. Disponível em: <www.senepet.cefetmg.br>. Acesso em: 10 dez. 2009.



OLIVEIRA, M. M. O articulista Florestan Fernandes: democracia e educação em tempos de neoliberalismo. In: FÁVERO, Osmar. (Org.) **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 149-200.

OLIVEIRA, M. A.; FIDALGO, N. L. R. **Educação Profissional e a lógica das competências**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

PEREIRA, H. J. **Os novos modelos de gestão: análise e algumas práticas em empresas brasileiras**. 1995. 250 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1995.

PIRES, L. L. A. **A formação do trabalhador em instituições tecnológicas: diferentes propostas de um mesmo caminho**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., Caxambu, 2007. **Anais...** Caxambu: Anped, 2007.

SANTOS, I. C.; RODRIGUEZ Y RODRIGUEZ, M. V. R. Evolução do modelo de gestão. In: SANTOS, M. P. **A gestão escolar na perspectiva democrática: elementos teóricos e instrumentos institucionais de gestão a partir da Constituição Federal de 1988**. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2007.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A Gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 503-515, set./dez. 2006.



CAPÍTULO 15

DOI: 10.47402/ed.ep.c202170614639

SEXUALIDADES NÃO NORMATIVAS E LÓGICAS CIDADINAS: EFEITOS ESTÉTICO-POLÍTICOS DA CIRCULAÇÃO DO DISSENSO¹⁴

Bruna Damaceno Furtado, Graduada em Psicologia, UniAcademia
Conrado Pável de Oliveira, Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência, UFMG e docente do UniAcademia
Lara Brum de Calais, Doutora em Psicologia, UFJF e docente da UFES

RESUMO

Os caminhos percorridos pelo presente artigo pautaram-se em três seções principais que convergiram na proposta de investigar os efeitos da circulação de corpos com performances não normativas no âmbito da sexualidade no que diz respeito as lógicas hegemônicas de circulação e ocupação das cidades capitalistas contemporâneas. Sendo assim, na primeira seção, buscou-se evidenciar as diferentes correntes de pensamento que olham para o fenômeno urbano tentando compreendê-lo sob diferentes prismas epistemológicos. Já no que tange a segunda parte do artigo, objetivou-se escrutinar as diferentes normas e lógicas de poder que incidem sobre as sexualidades dissidentes e operam em suas possibilidades de circulações no espaço da cidade. Por último, à luz das contribuições do filósofo Jacques Rancière, a parada LGBTQIA+ foi considerada enquanto um corpo de manifestação capaz de incitar e criar uma cena de dissenso na cidade, sendo esse e a política ideias-chave para uma aposta emancipatória de transformação das espacialidades e apropriações urbanas.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade Contemporânea. Espaço Urbano. Gênero & Sexualidade. Parada LGBTQIA+.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo alude e discorre a respeito das categorias de cidade ao longo da história e de sexualidade, atentando para como as experiências de corpos dissidentes se situam, resistem e modificam o que é da ordem do visível e do invisível dentro das dinâmicas sóciourbanas dos poderes hegemônicos e reguladores do espaço. A cidade capitalista abriga em si forças antagônicas, resistências, revoluções, movimentos sociais, ocupações/desocupações, apropriações do espaço e segmentos sociais dos mais diversos marcadores (SIQUEIRA, 2017). Dessa forma, o processo de urbanização, próprio das grandes cidades na transposição do século XIX para o século XX, carrega as lógicas da industrialização e do capital como marcas perenes.

¹⁴ Artigo desenvolvido como trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA) na Linha de Pesquisa Psicologia e Relações Sociais, Comunitárias e Políticas.



Nesse sentido, entende-se que “[...] se há um modelo de cidade, conseqüentemente há um modelo de vida urbana, um estilo correspondente” (NASCIMENTO; SANTOS, 2017, p.24).

Dentro desse projeto de vida ideal produzido pelo capitalismo, há o que escapa e é concebido em termos de “desvio” e, conseqüentemente, “anormalidade”. A fim de demonstrar o que tange aos propósitos deste trabalho, situa-se os corpos LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais +), marcados pela sua não conformidade às normas heterossexuais, o que os tornam objetos de escrutínio público na cidade, expostos a vigilância, correções e interditos mediados pelas produções de discurso/saber que, muitas vezes, legitimam práticas de poder e violência às suas vidas (FOUCAULT, 2018).

Dessa forma, urge-se a relevância de se refletir e se implicar com o reconhecimento dos processos de violências que surgem a partir da circulação e do interdito a estes corpos no espaço da cidade. A esfera dos estudos das cidades, suas lógicas, produções e recortes sociais ainda se encontram nas franjas das preocupações da psicologia que, desde sua fundação, preocupou-se demasiadamente mais com a dimensão interna do sujeito, desconsiderando as especificidades e construções dos fatores sócio-históricos que os circundavam. Este artigo sobressalta a importância da interseccionalidade com as demais áreas das ciências humanas, trazendo para o debate autores(as) dos mais plurais segmentos disciplinares, a fim de convocar a psicologia para repensar e reatualizar seu lugar enquanto produtora de conhecimento, vidas e realidades.

Para tal, elegeu-se o método de revisão bibliográfica de base exploratória e de cunho qualitativo com o objetivo de aprimorar ideias, promover discussões e fundamentações teóricas. Para fins de maior autonomia no tocante as seleções bibliográficas e, prezando pela dimensão que permite uma discussão ampliada e interpretação crítica pela autora, entendeu-se mais adequado utilizar a revisão de natureza narrativa (ROTHER, 2017).

2 O ADVENTO DA CIDADE: NOVAS PERSPECTIVAS MULTIDISCIPLINARES.

A perspectiva histórica da cidade é indicadora da formação e existência de seus diferentes tipos ao longo dos tempos, sendo cada uma marcada por modos de relação, de política e de administração próprias de seus sistemas. É possível dizer que, desde quando o nomadismo cedeu espaço para o plantio fixo no solo, o primeiro passo para a formação das cidades foi dado (CARLOS, 2009). Dentre alguns exemplos expoentes, Henri Lefebvre (2011) destacou algumas cidades primícias, como as orientais, as cidades-Estado (*polis*) do período arcaico, como Atenas e Esparta, estas que eram substancialmente fundadas e regidas em torno da política e, em suma,



também as cidades medievais, ancoradas nos regimes de fazer comércio e das relações entre as terras agrárias feudais.

Muito embora existam eixos de debates que se propõem a pensar de forma mais localizada as especificidades dos primeiros sistemas e formas de organização civilizatória, foi a partir do final da modernidade que a cidade ocidental, tornando-se âmago do capitalismo, logra um papel fundamental na transformação que começa a se inculcar no modo de vida social. É essa cidade que, sendo produto e causa da expansão capitalista (WEBER, 1976), passou a ser entendida enquanto um lócus que conflui grandes forças, embates materiais e simbólicos de poder, interesses econômicos, políticos e ideológicos do estado moderno (VELHO, 1976). Sendo assim, é dentro desse contexto que se erigiu uma preocupação teórica com a formulação de uma ciência da cidade, na qual se fundamentou um novo campo de estudos com distintas abordagens e áreas do pensamento no que diz respeito a vida nas metrópoles.

Desse modo, teóricos das Ciências Sociais, nos primeiros anos do século XX, começaram a pensar a caracterização do urbano e, conseqüentemente, o novo estilo de vida que se imprimiria sobre os indivíduos. O sociólogo alemão George Simmel é considerado um clássico no que tange o início do pensamento sobre o estilo de vida e as relações sociais nas cidades a partir de sua experiência em Berlim, um dos centros de modernização e ascensão do capitalismo (TEDESCO, 2007). Nesse sentido, Simmel (1976, p.23) desenvolve uma visão de que a grande cidade culmina em uma experiência cidadina alicerçada em uma cultura objetiva e mais impessoal em que “[...] o desenvolvimento da cultura moderna é caracterizado pela preponderância do que se poderia chamar de ‘o espírito objetivo’ sobre o ‘espírito subjetivo’”, aludindo, assim, a um empobrecimento da capacidade do indivíduo de se sensibilizar e dar vazão as emoções em um cenário puramente racional. Dessa maneira, as lógicas predominantes que espriam sobre o modo de sociabilidade urbana estariam diretamente relacionadas ao “[...] desenraizamento, encontro com estranhos diariamente, a exposição constante a estímulos de todos os tipos, a velocidade e o vai e vem das calçadas” (MATTOS, 2011, p. 14). Portanto, noções e contornos de anonimato, racionalidade, individualismo, funcionalidade e institucionalização estariam presentes nesse indivíduo enquanto

um modo de subjetivação dominante a que poderíamos chamar de modo individualizado, um conjunto identitário, fechado, interiorizado, construído, fundando-se em processos sociais e históricos desde os gregos, passando pelo Cristianismo, até chegar à Modernidade. (NETO, p. 6, 2004.)

Essas ideias foram absorvidas por uma das mais influentes vertentes teóricas, esta que foi originada na Escola de Chicago. Essa cidade norte-americana sofreu conseqüências das mais



diversas e abruptas devido ao agudo processo de industrialização e urbanização que marcou a transposição do século XIX para o XX, o que levou uma série de pesquisadores a se inquietarem com sua realidade próxima, tomando a própria cidade como seu laboratório, em busca de compreender e enfrentar problemas concretos causados pelo avolumamento urbano (SANT'ANNA, 2003).

Robert E. Park, considerado o maior representante dessa Escola, definiu a cidade como sendo

[...] algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica [...]. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esse costume e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um processo da natureza [...] (PARK, 1976, p.26)

Mesmo reconhecendo a nova urbanidade para além de seu plano concreto, uma importante acepção dessa abordagem estaria na ideia de que as cidades seriam organismos que se formam espontânea e naturalmente. Ao passo disso, o comportamento humano perante tal realidade é percebido, inicialmente, sob um prisma psicológico e ecológico de auto regulação (RAMOS, 2015).

Algumas décadas depois, no final dos anos 60, tal ideia do urbano *per se* foi elemento de duras críticas a partir da escola sociológica francesa, na qual nomes como Henri Lefebvre e Manuel Castells são destaques (SANT'ANNA, 2003). Esse primeiro, em sua seminal obra **O Direito à Cidade**, endereçou suas críticas as reflexões sobre a cidade já existentes na corrente norte-americana:

até os últimos tempos, o pensamento teórico representava a cidade como uma entidade, como um organismo ou como um todo entre outros (e isto nos melhores casos, quando não era reduzida a um fenômeno parcial, a um aspecto secundário, elementar ou acidental, da *evolução* [grifo do autor] e da história). Assim, via-se nela um simples resultado, efeito local que refletia pura e simplesmente a história geral. Essas representações, que entram em classificações e que podem receber nomes conhecidos (organicismo, evolucionismo, continuísmo) [...] não continham um conhecimento teórico da cidade e não conduziam a esse conhecimento; mais ainda, bloqueavam a investigação num nível bem baixo, sendo antes ideologias do que conceitos e teorias. (LEFEBVRE, 2011, p.51)

Em conformidade com esta visão, Castells (2020) também evidencia uma denúncia acerca do que para ele seria um caráter ideológico disfarçado de ciência da abordagem ecológica urbana estadunidense. O incremento e a atualização sobre a forma de conceber a cidade entre os teóricos franceses residiria numa inspiração de cunho marxista, que além de realçar, atribui significativa relevância aos debates sobre a dimensão política da luta de classes na cidade, da produção do espaço e, conseqüentemente, da exclusão e também o controle dos dominantes que



reiteram o uso da cidade em consonância com as necessidades de acumulação e lucro pela máquina capitalista (RAMOS, 2015). Desse modo, tanto Lefebvre, quanto Castells atrelam de forma direta o conceito de urbano as noções ligadas a sociedade capitalista industrial para entender a produção desigual do espaço da cidade e o direito de acesso a ela. (LENCIONI, 2008).

Essa abordagem foi decisiva para que, um pouco mais tarde, fosse possível pensar criticamente os efeitos do capitalismo industrial na urbanização dos países latino-americanos a fim de suplantam o olhar liberal do urbanismo da Escola de Chicago, no qual se dizia

a cidade apenas refletiria, no âmbito espacial, a lógica da “mão invisível” e da auto-regulação, frutos do *laissez-faire* econômico. Assim como supostamente ocorreria no âmbito econômico da regulação dos preços e do emprego, as cidades teriam a capacidade de crescer espontaneamente, equilibrando-se naturalmente, pela lei da oferta e da demanda, em um sistema no qual os mais privilegiados encontrariam seus espaços, assim como os mais pobres acabariam achando o seu, com as diferenciações “naturais” de qualidade inerentes à própria lógica do capitalismo. (FERREIRA, 2005, p.6)

Dessa forma, o que se viu ocorrer de fato nas cidades latino-americanas foi a intervenção estatal alinhada ao interesse das elites fazendo dilatar a luta de classes, a divisão social do espaço e do trabalho. Desse modo, a produção da margem ocorreu a partir da apropriação de setores e localizações mais privilegiadas e especuladas na cidade pela classe dominante que, com seu planejamento urbano ideologicamente classista e racista, expulsou as populações tidas como indesejadas - essas que são desde a colonização majoritariamente pessoas negras e pobres - por meio dos processos de gentrificação urbana (FERREIRA, 2005).

Nesse sentido, com o passar do tempo cada vez mais se faz evidente a evolução dos estudos urbanos de tal modo que outras disciplinas, tal como a arquitetura, a geografia e a psicologia criaram áreas dedicadas a pensar uma série de atributos, elementos, lógicas, significados e linguagens a respeito das cidades. Contudo, ainda é preciso questionar as lacunas e negligências existentes dentro dessas áreas que, por muitas vezes, trabalharam enquanto disciplinas isoladas, desconsiderando suas responsabilidades ético-políticas sobre o quão urgente e decisivo para o futuro humano é a revisão e reconstrução do complexo drama urbano. Nesse sentido, Felix Guattari travou importante inflexão ao sugerir que

o que conta, com as cidades de hoje, é menos os seus aspectos de infra-estrutura, de comunicação e de serviço do que o fato de engendram, por meio de equipamentos materiais e imateriais, a existência humana sob todos os aspectos em que se queira considerá-las. Daí a imensa importância de uma colaboração, de uma *transdisciplinaridade* [grifo do autor] entre os urbanistas, os arquitetos e todas as outras disciplinas das ciências sociais, das ciências humanas, das ciências ecológicas etc... (GUATTARI, 2012, p.172)



[...] o fenômeno urbano [...] não é mais um problema dentre outros; é o problema número um, o problema-cruzamento das questões econômicas, sociais e culturais. A cidade produz o destino da humanidade: suas promoções, assim como suas segregações, a formação de suas elites, o futuro da inovação social, da criação em todos os domínios (GUATTARI, 2012, p.173).

Nesse sentido, o teórico atesta que há um obscurantismo multidisciplinar acerca do que, para o seu argumento, é demasiado caro e manifesto: “o aspecto global das problemáticas urbanas como meio de produção da subjetividade” (GUATTARI, 2012, p. 173). Dessa forma, Guattari convoca a área da arquitetura a assumir um papel posicionado, que não se omita, mas que se engaje e seja crítica “[...] ao gênero de subjetividade que ajudam a engendrar” (GUATTARI, 2012, p. 163) no estilo de vida social. E, para além, provoca outra indagação: “[...] de que meios o arquiteto dispõe para aprender e cartografar essas produções de subjetividade que seriam inerentes ao seu objeto e a sua atividade?” (GUATTARI, 2012, p.168). Para o autor, a cidade e todas as suas construções materiais trazem funções de subjetivação humana. Azevedo (2013, p. 138) explica que

as subjetividades para Guattari são engendradas pelas determinações políticas, éticas, econômicas, tecnológicas, culturais, sociais, pela mídia, pelas instituições. É no conjunto de todos estes subjetivadores misturados e vivenciados que a nossa subjetividade é constituída como um jogo em movimento que lida com uma multiplicidade de instâncias e relações de saber e poder.

Sendo assim, estando a cidade imersa nas lógicas do sistema capitalista, esse que regula as diversas relações, valores, fluxos e, sobretudo, a vida, é, dessa maneira, produzida e fortalecida, o que Guattari (2012) chama de uma subjetividade capitalística, que pode ser compreendida sobre o pensamento de que

o que há é simplesmente uma produção de subjetividade. Não somente uma produção da subjetividade individuada – subjetividade dos indivíduos – mas uma produção de subjetividade social, uma produção da subjetividade que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo. E mais ainda: uma produção da subjetividade inconsciente. A meu ver, essa grande fábrica, essa grande máquina capitalística produz inclusive aquilo que acontece conosco quando sonhamos, quando devaneamos, quando fantasiemos, quando nos apaixonamos e assim por diante. Em todo caso, ela pretende garantir uma função hegemônica em todos esses campos (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 16).

Ao se direcionar a discussão sobre a necessidade de reformulação de algumas disciplinas acerca da temática urbana para a área da geografia, David Harvey - importante teórico sobre a cidade após Lefebvre - corroborando com algumas formulações de Marx e apontando falhas em outras, consolidou-se defendendo um materialismo histórico-geográfico a partir da crítica de que muitas das teorias até então atribuíam primazia as categorias de tempo e de história, e retiravam do debate as categorias de espaço e geografia. E, ainda quando esses dois últimos eram citados, faziam-se, por vezes, concebidos como instâncias materiais estáticas



e *a priori* para a ação histórica (HARVEY, 2006). Com isso, o ponto que se almeja chegar é de que “o espaço não existe em ‘si mesmo’. Ele é produzido” (SCHMID, 2012, p. 3).

No que tange à psicologia, o olhar sobre a cidade, assim como a categoria do espaço, ainda é incipiente nas teorias e nas práxis da área. Isto posto, identifica-se estudos implicados em problematizar a dimensão da subjetividade a partir da produção do espaço. Um exemplo é o trabalho de Nogueira (2009, p. 73) que aponta para o objeto de estudo psicológico eleger uma “[...] *psiquê* sem corpo (sem história, sem materialidade) [...]”, o que obstaculariza a aproximação da realidade vivida do sujeito e da dimensão de sua vida inserida no jogo social das diferenças político espaciais da cidade.

É desse modo que o debate interdisciplinar sobre o espaço, que até pouco tempo não se fazia presente na agenda teórica, ganha centralidade e importância inexorável para o entendimento do mundo moderno e de como os corpos dos sujeitos, na prática de suas vidas, experimentam a cidade (SCHMID, 2012), ensejando a reflexão sobre “[...] como fomos feitos e refeitos, através da história, por um processo urbano impulsionado para frente por poderosas forças sociais” (HARVEY, 2009, p.9).

3 UMA CIDADE SÓ EXISTE PARA QUEM PODE CIRCULAR POR ELA: ESPAÇOS NORMATIZANTES E CORPOS NORMATIZADOS.

Navarro (2020, p.11) reporta-se explicitamente a teoria da produção do espaço em Henri Lefebvre para emitir a ideia de que

o espaço pelo qual os nossos corpos circulam quotidianamente não seria um simples marco neutro, apolítico ou prepolítico, um mero cenário onde o drama social acontece. Pelo contrário, [...] este se apresenta sempre como um produto, como o efeito de uma ordem social que inclui desde os processos de acumulação do capital até a história da segregação de classe, racial e, também, genérica e sexual nos modelos de planificação urbanística.

Desse modo, no projeto de realização da vida urbana capitalista, o espaço assume, sobretudo, a condição de mercadoria e o que essa lógica representa, sendo atravessado por poderes que normatizam seu uso e rechaçam formas outras de apropriação e experiências sócioespaciais. Foucault (2018) descreveu a produção do disciplinamento como um importante e sofisticado dispositivo de poder na sociedade moderna que é capaz de se espacializar, o que beneficia o controle acurado dos comportamentos e opera através da vigilância, esta que se transcorre de forma obstinada e assume caráter corretivo perante o que é tido como desvio da norma imposta. Hissa e Nogueira (2013) sugerem que a disciplina e o controle, nos termos foucaultianos, estariam regendo e se inscrevendo na produção de espaços, corpos e



subjetividades. Cortés (2008) também se utiliza da leitura de Foucault para pensar os “espaços dóceis”, estes que são construídos como instrumentos de controle que objetivam apagar, invisibilizar e estigmatizar corpos indesejados no espaço público.

A disciplina e o controle das experiências, práticas e usos sócioespaciais se exercem de formas múltiplas, seja por meio das políticas estatais, de um leque de tecnologias modernas, de sanções e vigilâncias individuais e coletivas, de discursos e de ideologias que produzem corpos para o status de assujeitado, além de também endereçar os indesejados para lugares sombrios de segregação e desigualdade através de um projeto urbano que se pretenda asséptico, no qual a disciplina e controle dos desejos opera sobre os corpos (CARDOSO, 2011). A esse ponto, é impossível deslocar as continuidades e relações decisivas que são estabelecidas entre a forma de se pensar o espaço e o corpo, entendendo que o primeiro pode fornecer subsídios para entender melhor a história do segundo: “espaço é pele, corpo, chão, cidade” (HISSA; NOGUEIRA, 2013, p. 56).

Sendo assim, como salienta Judith Butler (2018, p.72), o estudo do corpo nas ciências humanas deve considerar o caráter histórico do mesmo, pois ele é “[...] menos uma entidade do que um conjunto vivo de relações; o corpo não pode ser completamente dissociado das condições ambientais e de infra-estrutura da sua vida e da sua ação”. Dessa maneira, o corpo, em suas distintas performances e marcadores, expõe o dano e o drama social (HISSA; NOGUEIRA, 2013), além de ser uma das principais formas de agência com espaço (NASCIMENTO; SANTOS, 2017).

Henri Lefebvre angaria ao corpo uma condição central nos movimentos políticos de reivindicação e contestação a ordem alienante, gentrificada e padronizada das cidades produzida pelos interesses do capital. O teórico propõe então que

o corpo, membro efetivo deste espaço, opõe-se-lhe. Por quê? Porque não se deixa desmembrar sem protesto, porque sem protesto não deixam que o dividam em fragmentos, que o privem de ritmos, que o reduzam a necessidades catalogadas, a imagens, a especializações. Irredutível e subversivo no seio do espaço e dos discursos dos poderes, o corpo refuta a reprodução das relações que o esmagam e o privam de tudo. [...] o corpo humano resiste à reprodução das relações opressivas. [...] É vulnerável, sem dúvidas, mas não se pode destruí-lo sem massacrar o próprio corpo social [...] (LEFEBVRE, 1973, p. 102 apud CARDOSO, 2011).

Carlos (2014) também pensa a questão do corpo em sua dimensão social, o colocando sob uma análise dialética da subordinação/subversão. O corpo é capaz de explicitar as relações sociais à medida que transita entre as duas esferas dialéticas. Na primeira, o corpo é colocado em condição passiva por vetores e agentes, muitas vezes, originários dos interesses da iniciativa privada na acumulação do capital e gestão dos espaços. Isso delimita e produz desigualdades



ao acesso à cidade e, conseqüentemente, às condições dignas de vida. No que tange à segunda esfera, esse mesmo corpo pode, ao se apropriar do espaço público, se impor e negar as cisões e acessos regulados. Nesse sentido, “[...] o corpo abre-se para o vivido no seio de uma prática que é sócioespacial, sugerindo uma análise que caminha na direção oposta à sua apologia como [...] mera exposição da mercadoria” (CARLOS, 2014, p.474)

A potencialidade do corpo é tamanha que ele pode ser vários. É nesse sentido que Hissa e Nogueira (2013) pensam a existência não só do corpo da cidade e dos corpos na cidade, mas também da relação que se estabelece entre ambos, sendo, ela mesma, uma espécie de corpo, o que as autoras chamam de “cidade-corpo”. Tal relação se dá de duas vias retroalimentares, ou seja, à medida que os corpos experimentam a cidade, a cidade vive através destes mesmos, fazendo da cidade, uma cidade praticada, uma cidade-corpo, o que enseja uma pertinente provocação: “a história do corpo é capaz de dizer a história da cidade? A história da cidade é a história da cidade-corpo” (HISSA; NOGUEIRA, 2013, p.62).

Se o corpo é o lugar de onde se vê e de onde se diz o mundo (HISSA; NOGUEIRA, 2013), pode-se dizer que existem diversas experiências e condições que marcam e localizam o corpo em determinado lugar social, seja de privilégio(s) ou de distintos atravessamentos de opressão e subalternização. Isso, claro, irá infringir no modo como a experiência, a circulação e os acessos à cidade se constroem para cada sujeito e/ou grupo social. Se uma das maneiras de se estudar a cidade pode ser a partir da performance corporal, aqui é necessário que se faça um recorte a respeito de qual corpo está se propondo falar. Situa-se, portanto, a complexidade dos corpos marcados pela sua não conformidade às normas de gênero e sexualidade vigentes, o que os colocam na esteira da vigilância exercida nos espaços da cidade, vulneráveis a sanções corretivas incitadas pelas lógicas de poder e disciplinamento às suas vidas (FOUCAULT, 2018).

Gayle Rubin (2012) aponta o espaço urbano - diferentemente das áreas rurais, em que os gêneros e sexualidades dissidentes são postos a vigilância mais de perto - enquanto cenário possível de abrigar campos de experimentação no âmbito tanto da sexualidade, como do gênero, mas isso não se transcorre sem um preço a se pagar, pois é nesse mesmo espaço que tais elementos serão colocados a exposição e manipulação, sendo constantemente freados e postos a margem em uma sociedade que intenta barrar o que é relativo a vida sexual e suas perversões (TEIXEIRA, 2013).



Foucault (2018) entende a sexualidade como um importante dispositivo pelo qual os mecanismos de poder irão se incidir, de forma primeira, a partir dos discursos, esses que criam e legitimam verdades que produzem e controlam modos de vida, docilizando os corpos e padronizando manifestações dos desejos e prazeres. Como exemplo emblemático, olha-se para o discurso psicológico, que é tido como um refúgio para os indivíduos que se recusam a reconhecer as experiências dissidentes como legítimas e saudáveis, haja vista que a explicação para tais vidas desviantes podem ser encontradas em uma infância perturbada ou em traumas de socialização. Esse é um dos principais fatores do porquê a sexualidade não é entendida e articulada como social e política, haja vista que continua sendo tratada como fenômeno biológico ou psicológico individual (RUBIN, 2012). Assim sendo,

as distintas formas de interditar o sexo, que passaram a atuar e a conviver na sociedade moderna, tiveram e têm, como efeitos simultâneos, a vigilância, a normatização e a constituição da sexualidade a partir do controle dos corpos dos indivíduos através da produção e inscrição da sexualidade (RIBEIRO, 2006, p.99)

Dessa forma, a heteronormatividade, isto é, conceber o modo da heterossexualidade como norma sexual, na qual só há esta existência como passível de legitimidade e de reconhecimento moral (CARVALHO; MACEDO JÚNIOR, 2017), é uma das lógicas que atuam não só na vida individual, mas primordialmente nas lógicas de poder que operam a dinâmica da possibilidade de circulação e ocupação dos espaços urbanos. O espaço da cidade, construído também a partir desta norma, rejeita experiências corporais de identidades e sexualidades dissidentes, tentando discipliná-los e moldá-los a partir de interdições públicas que, muitas vezes, roubam suas vidas. Tais mecanismos, portanto, buscam tornar invisíveis e encerradas

[...] outras possibilidades sexuais e de gênero para descorporizar e dessexualizar o terreno da cidade. Assim, parece que só existe um corpo, uma sexualidade e um gênero: o majoritário, que quer se fazer passar por único, e com isso a ideologia masculina dominante é constantemente reproduzida no espaço. (CORTÉS, 2018, p. 136)

Considerando a obra de Michael Brown e Michael Warner, Teixeira (2013, p.33), atesta a “segregação espacial heteronormativa”, na qual as existências LGBTQIA+ são refreadas e tolhidas de permanecer e acessar certos espaços urbanos, devendo ser preferencialmente privatizadas para se tornarem invisíveis, ao passo que a heterossexualidade deve ser notória e publicamente aparente e incentivada. Tal situação cria uma concretude para a metáfora do “armário” no urbano, produzindo um “[...] local de segregação aonde alguém esconderia sua sexualidade do escrutínio público” (TEIXEIRA, 2013, p. 33). Dessa forma, o que se pressupõe sobre o direito de aparecer e circular em público possui relação com sistemas de poder, haja



vista que tal noção de direito é “[...] tacitamente apoiado por esquemas regulatórios que qualificam apenas certos sujeitos como elegíveis para o exercício desse direito” (BUTLER, 2018, p. 57) estimulando algumas existências e comportamentos à medida que violenta e suprime outras (RUBIN, 2012).

Nesse sentido, na proposta de investigar as lógicas e efeitos da circulação de corpos com performances não normativas no âmbito do gênero e da sexualidade é fulcral salientar o caminho de análise escolhido para que não se caia no perigo de desconsiderar os diferentes matizes da estrutura de opressão que são imputadas em cada grupo social que compõe a sigla do movimento LGBTQIA+. Dessa forma, entende-se que um corpo não pode ser considerado LGBTQIA+ nesse modelo geral, uma vez que tal afirmação pressuporia uma homogeneidade no que se refere a todas as pautas de luta e reivindicação, como das formas de vivências, dos modelos de violências e de opressões sofridos pelos sujeitos desse movimento.

Ao se pensar a experiência da mulher no espaço público, negado historicamente para esse corpo, até hoje ela se dá de forma violenta e circundada pelo medo, uma vez que os espaços capitalistas são produzidos para a circulação do corpo masculino, dos carros e das mercadorias (ANDRADE; NASCIMENTO; MARZADRO, 2019) e, justamente pelo corpo feminino ser delegado à esfera privada que se viabiliza o exercício de aparição pública do masculino (BUTLER, 2018). Nesse sentido, o corpo da mulher lésbica, além de experimentar tais violências machistas, ainda está passível de “adestramento heteronormativo”. Este termo foi cunhado por Rich (2019) para se referir às opressões que o corpo lésbico sofre na estrutura social que produz compulsoriamente a heterossexualidade. Nesse sentido, a experiência de um corpo masculino cis gay, embora também atravessado por práticas corretivas de violência ao circular pelos espaços, elas não podem ser analisadas partindo do mesmo ponto. Por consequência, tal lógica também é aplicável nas experiências de corpos transgêneros e travestis, vulneráveis a intensas interdições quando circulam os espaços, principalmente durante o dia, já que podem escancarar a falibilidade do sistema binário de sexo-gênero (BUTLER, 2015).

Pode-se pensar então, se há todas essas distinções e atravessamentos, o que confere a aliança destes corpos? A filósofa Judith Butler (2018) defende ser suas respectivas condições de precariedade, ou seja, de desviantes da norma imposta. A vida precária de uma determinada população designa

[...] a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração das redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte. [...] A condição [...] de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas à



violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes (BUTLER, 2018, p.40-41).

Pode-se entender então que a não conformidade às normas de gênero e sexualidade colocam sujeitos em condições de precariedade, haja vista que esses serão mais suscetíveis à criminalização, à patologização e à violência. Sendo assim, o modo de inteligibilidade construído sobre as regras de gênero e sexualidade estará regulando e atuante nas formas como se pode aparecer no espaço público, e como a diferenciação do espaço privado e do público fica a serviço da política de controle sexual (BUTLER, 2018). Em consonância com a condição de precariedade emerge-se a noção de “corpos abjetos” também defendido por Butler, em entrevista, como “[...] todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’” (PRINS; MEIJER, 2002, p. 161) e, como enfatiza Leopoldo (2020), esse corpo abjeto é afrontado e combatido em grande parte no espaço social e público. É nesse sentido, portanto, que esse artigo pensa os corpos da população LGBTQIA+, existindo em suas diferentes ações corpóreas, mas sob a condição de precariedade, sendo ela o mote e a rubrica estimulante aos modos de se fazer resistência.

Tal como argumentava Foucault (2018, p. 122), “onde há poder, há resistência” e, ainda nas palavras de Hissa e Nogueira (2013, p.60), “se há poder e dominação, há insubordinação”. É neste lastro de resistência, portanto, que insurgem as performances dos corpos da população LGBTQIA+, entendidos como possibilidades de se fazer circular o dissenso nos espaços da urbe. Rancière, como afirma Pallamin (2015), toma a categoria do que se demonstra em dissenso na sociedade como um agente motor fundamental da política. Por “política”, o filósofo entende aquilo que abala o que é da ordem do *status quo* e coloca em questão as lógicas dadas de subordinações sociais, visibilizando o que fora emudecido. A contraposição à política seria o conceito de “pólicia”, não como apenas um aparato estatal, mas como uma rede de processos que buscam operar e manter os poderes hegemônicos (PALLAMIN, 2015). A política e a polícia expõem duas forças conflitivas, a primeira que intenta visibilizar o dissenso, enxergando nele potências criativas de requalificar espaços e existências, ao passo que a segunda impõe mecanismos de invisibilidade e de manutenção tácita do consenso social e seus modos de ser, ver e fazer (MARQUES, 2013).

Dentro dessa perspectiva, a forma como certos grupos podem viver é atravessada por uma partilha desigual que incide na forma como se organizam os acessos aos espaços em sociedade. Esses, por sua vez, são concebidos por Rancière (2005) como parte do que ele denomina um “comum” ou uma “comunidade do sensível”, em que são concedidos somente a



determinadas partes o lugar da palavra, do se fazer visível, da partilha dos espaços, dos tempos e dos ritmos. Nessa lógica, o que está em jogo é “[...] o que se vê e o que se pode dizer sobre o que é visto, quem tem competência para ver e qualidade para dizer” (RANCIÈRE, 2005, p.17). Sendo assim, a política expressa pelo dissenso angaria o lugar de reconfigurar e disputar a partilha desse “comum” e, com isso, “[...] tornar visível o que não era visto e fazer ouvir como falantes os que eram percebidos como animais barulhentos” (RANCIÈRE, 2010, p.21).

4 A RESISTÊNCIA É COLETIVA! PARADA LGBTQIA+ NA CIDADE COMO CENA DE DISSENSO

Ir para as ruas e celebrar o orgulho LGBTQIA+ nas paradas ao redor de tantas cidades no mundo é uma conquista que não se deu sem história. A cultura LGBTQIA+ costuma localizar a Revolta de Stonewall, ocorrida em Nova Iorque em junho de 1969, como um marco na luta e na resistência contra a violência policial e, foi a partir dessa mobilização que, um ano depois, a passeata do orgulho gay tomou forma e foi para as ruas.

O significado dessa luta foi tamanho que reverberou entre as associações e grupos de defesa dos direitos humanos LGBT latino-americanos que se manifestaram publicamente pela primeira vez em junho de 1980 em São Paulo. Embora se possa localizar durante a década de 70 a ascensão de distintas lutas e organizações LGBT, essas ainda eram massivamente repreendidas e cassadas pelos governos militares. Nota-se, então, que a realização da primeira parada pública no contexto brasileiro ocorreu pouco mais de uma década depois da insurgência de Stonewall, possibilitado pelos processos de abertura e redemocratização nos momentos finais da ditadura militar. (TREVISAN, 2018).

As paradas LGBTQIA+ são passeatas que visam reivindicar direitos, reafirmar e celebrar suas existências e também criar espaços fora do âmbito privado que se pretendem mais seguros para a manifestação de sexualidades e gêneros oprimidos pelas normas hegemônicas (ORTOLANO, 2010). Butler (2018) aponta para a potência dos corpos em aliança reunidos em grandes quantidades no espaço público enquanto invocatórios de uma demanda corporal por vidas mais vivíveis em que o eu também se faz nós:

[...] quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público, eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político que transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas [...] (BUTLER, 2018, p. 17).

Os corpos juntos se movendo se abrem e rejeitam a partilha reduzida e, desse modo, a parada LGBTQIA+ subverte as lógicas do consenso gerido pela polícia - que se operacionaliza



a fim de que não surja algo entre o vivido e a norma - à medida que faz surgir uma cena dissensual na cidade. Rancière propõe que essas cenas do dissenso se formam quando acontecimentos e manifestações rechaçadas pela norma comum insurgem e, assim, “[...] provocam rupturas na unidade daquilo que é dado e na evidência do visível para desenhar uma nova topografia do possível [...]” (RANCIÈRE, 2008, p.55). Tal cena permite refletir sobre como esses corpos evocam e produzem acontecimentos que desvelam o existir de um dano social e, concomitantemente, também conclamam a suas saídas “[...] do submundo de ruídos obscuros e os inserem no mundo do sentido e da visibilidade afirmando-se como sujeitos de razão e de discurso [...]” (RANCIÈRE, 2004, p. 90 apud MARQUES, 2013, p. 136)

Sendo assim, sabe-se que, ao passo que as minorias sexuais e de gênero estão sempre passíveis de serem criminalizadas e punidas pela forma como realizam seu aparecimento na esfera pública, estes corpos congregados se movem e falam juntos com mais força de modo a contestar a delegação da existência privada de suas vidas, reivindicando a ação e aparição pública, criando possibilidades de fissura no disciplinamento e controle (BUTLER, 2018). Nesse sentido, pode-se pensar a parada LGBTQIA+ como

todo um conjunto de setores sociais marginalizados e condenados ao silêncio teve de aprender a dizer-se e a ocupar um espaço na esfera pública, uma esfera onde não tinham lugar nem de maneira simbólica nem espacial nem representacional. Foram setores que, ao repercutir nos diferentes espaços com sua presença e seus atos, os transformavam e lhes davam um conteúdo no mínimo diferente (quando não subversivo) do que até então haviam tido (CORTÉS, 2008, p. 159).

A forma política da parada LGBTQIA+ exprime a cena dissensual como “criação de formas dissensuais de expressão e comunicação que inventam modos de ser, ver e dizer, configurando novos sujeitos e novas formas de enunciação coletiva” (MARQUES, 2013, p. 136). Esteja o corpo dissidente atuando individualmente ou fazendo parte de um corpo maior, o da manifestação de orgulho que toma às ruas, há nisso uma condição inventiva inescapável que faz surgir fissuras imprevistas na normatividade que governa o uso da cidade, e é este algo que escapa que “[...] impede a prevalência mortífera do medo” (HISSA; NOGUEIRA, 2013, p. 73) e anuncia a conquista do direito de ir dos “[...] lugares fechados ao uso alegre das ruas, da vida noturna à luz do dia, do ‘desvio sexual’ a um novo estilo de vida mais integrado socialmente” (CORTÉS, 2008, p.34).

As formas de espacialidade protagonizadas na circulação da parada LGBTQIA+ ou, até mesmo, dos corpos dissidentes em gênero e sexualidade em diferentes temporalidades da vida cotidiana possuem a potência de transgredir os usos capitalistas normatizantes do espaço, o que pode fazer erigir o que Navarro (2020) denominou de “contra-cidade do protesto” ou “contra-



cidade *queer*”. Se o *queer* se construiu perante os danos do rechaço e logra para si plurais sentidos e significados, sendo diferença, uma voz, uma força combativa, uma epistemologia, uma rebeldia estética (NAVARRO, 2020), os espaços *queers* não precisam ser necessariamente algum lugar, mas são a multiplicação e a apropriação da cidade numa constante autoconstrução de resistência e ocupação (CORTÈS, 2008).

Entende-se, dessa maneira, a importância do dissenso acontecer, das formas de política capazes de retirar existências de seus lugares pré assinalados socialmente, do corpo que desvia como “[...] possibilidade de transgressão necessária as determinações normativas e territoriais [...]” (HISSA, NOGUEIRA, 2013, p. 62), dado que se averigua múltiplas implicações e efeitos que são “rupturas na distribuição dos espaços, das competências e dos poderes: quem pode?, onde pode?, o que se pode?, etc.; é desordenamento, desterritorialização e redistribuição da experiência rotineira, usual, naturalizada e cotidiana” (FREITAS, 2015, p.4).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões supracitadas evidenciou-se como a história das cidades versa sobre a história do avanço capitalista no qual “a configuração das estruturas urbanas é a expressão espacial de uma dominação institucionalizada” (CORTÈS, 2018, p. 28) em que os espaços das cidades, ao se pretenderem neutros e assépticos, submetem e formatam o corpo no controle da construção de suas identidades, suas potencias e desejos, os reduzindo as instrumentalizações de um corpo-produto. Nessa lógica, no que diz respeito aos corpos da população LGBTQIA+, esses experimentam a cidade de dentro dela e, à medida que se encontram em situação de precariedade e vulnerabilidade, dialetizam essa condição ao denunciar que a cidade e suas expressões desiguais de produção do espaço, sempre atrelada ao poder, se contrapõe a cidade praticada em suas diversas paisagens e linguagens no dia a dia.

Nesse sentido, a existência e circulação de um corpo em dissenso para com a norma sexual na urbe pode produzir o conflito que confere, então, a aquela vida seu *status* e reconhecimento enquanto sujeito “político”, que é atuante em movimento de resistência a “polícia”. Assim sendo, os desenhos, movimentos e práticas que os corpos LGBTQIA+ adquirem ao circular e apropriar o espaço público faz reescrever discursos, ressignifica os usos capitalistas homogeneizantes do espaço urbano e intervém na reconfiguração da partilha do “comum” de Rancière.

A parada do orgulho LGBTQIA+ é um exemplo da apropriação do espaço público que subverte as lógicas capitalistas de movimento para o qual ele fora projetado. Esse evento,



também concebido como uma forma de manifestação incita práxis democráticas de reivindicação de direitos, haja vista que aparecem como “espaços-tempos de resistências, lugares de esperança, pois surgem da necessidade de mudar a vida real [...]” (CARLOS, 2014, p.484). Cabe salientar que a experiência da população não conformante às normas de gênero e sexualidade vigentes é uma dentre tantos segmentos que experimentam a cidade e é por isso que se faz absolutamente necessário pensar e falar das “[...] diversas cidades que existem em cada uma delas, diferentes segundo as diferenças sociais, culturais, sexuais, etc das pessoas que as habitam” (CORTÈS, 2018, p. 142).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Talitha; NASCIMENTO, Roberta; MARZADRO, Flávio. Luto como prática visual de guerrilha urbana lesbofeminista. *In*: SOARES, Mayana Rocha; BRANDÃO, Simone; FARIA, Thais (orgs). **Lesbianidades plurais: abordagens e epistemologias sapatonas**. Bahia: Devires, 2019.

AZEVEDO, Maria Thereza Oliveira. Passeio de sombrinhas: poéticas urbanas, subjetividades contemporâneas e modos de estar na cidade. **Revista Magistro**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 138-146, 2013. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view/2181>> Acesso em: 18 abr 2021.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 264 p.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. O espaço urbano e a re-produção das relações sociais no pensamento de Henri Lefebvre: contribuições à teoria social crítica. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, 2011. Disponível em <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18125>> Acesso em: 11 de mar 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 8 ed., 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **Revista espaço tempo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 472-486, set/dez 2014. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/89588>> Acesso em: 14 mar 2021.

CARVALHO, Cláudio Oliveira; MACEDO JÚNIOR, Gilson Santiago. ‘Isto é um lugar de respeito!’: a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. **Revista de direito da cidade**, Rio de Janeiro, v.9, n. 1, p. 103-116, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/26356/19535>> Acesso em: 14 mar 2021.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.



CORTÈS, José Miguel G. **Políticas do espaço**: arquitetura, gênero e controle social. São Paulo: Senac, 2008.

FERREIRA, João Sette Whitaker. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização (**Anais**), 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2018. 175 p.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: 34, 2012.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. **Revista Espaço e Tempo**, v. 13, n. 2, 2009. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74124> > Acesso em: 02 abr 2021

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HISSA, Cássio E. Vianna; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. Cidade-Corpo. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 54–77, 2013. Disponível em: < <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2674> > Acesso em: 02 abr 2021

LEFEVBRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **Revista espaço tempo**, São Paulo, v. 12, n.1, 2008. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098> > Acesso em: 22 mar 2021

LEOPOLDO, Rafael. **Cartografia do pensamento queer**. Bahia: Devires, 2020.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Três bases estéticas e comunicacionais da política: cenas de dissenso, criação do comum e modos de resistência. **Revista Contratempo**, Niterói, v. 26, n. 1, p. 126-145, 2013. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17494> > Acesso em: 10 mai 2021.

MATTOS, Amana Rocha. Liberdade e individualidade nas grandes cidades: contribuições de George Simmel para o debate contemporâneo. **Redescrições**, Rio de Janeiro, v.2, n.4, p. 9-21, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/Redescricoes/article/view/15206>>. Acesso em: 17 mar 2021.

NASCIMENTO, Elaine; SANTOS, Rodrigo Gonçalves dos. Corpo-espaço, cidade-corpo: Possibilidades de urbanografias na cidade habitada. **Revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade**, v.1, n 2, p. 22-33, julho-setembro, 2017. Disponível em:<<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiejJP56oztAhUYGLkGHZyCBVEQFjAAegQIBhAC&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufpel.edu.br%2Fojs2%2Findex.php%2Fpixo%2Farticle%2Fview%2F11644&usg=AOvVaw2TioWXGCdKf0OICVEyNNB1>> Acesso em: 17 mar 2021.



NAVARRO, Pablo Pérez. Prefácio para uma cartografia. *In*: LEOPOLDO, Rafael. **Cartografia do pensamento queer**. Bahia: Devires, 2020.

NETO, João Leite Ferreira. **Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos**. *Ver. Dep. Psicol.*, Niterói, v. 16, n.1, 2004. Disponível em: < <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-505031> > Acesso em: 02 abr 2021

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. *Ver. Psicol.*, Rio de Janeiro, v.21, n.1, p. 69-85, 2009. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/fractal/v21n1/06.pdf> > Acesso em: 03 abr 2021.

PALLAMIN, Vera. Cidade e Cultura: conflito urbano e a ética do reconhecimento. **Revista Rua**, Campinas, v. 2, n. 18, novembro, 2015. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638285> > Acesso em: 05 abr 2021.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. *In*: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p.26-67.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene CosteraI. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.155-167, Jan. 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009&lng=en&nrm=iso > Acesso em 22 abr 2021.

RAMOS, Edivaldo Fernandes. A cidade pensada teoricamente. **Cadernos de Geografia**, v. 25, n. 44, 2015. Disponível em: < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/9443> > Acesso em 22 mar 2021.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. Rio de Janeiro: 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. A estética como política. **Devires**, v.7, n.2, p.14-36, 2010. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5091611/mod_resource/content/1/Raciere%20a%20e%20st%C3%A9tica%20como%20pol%C3%ADtica.pdf > Acesso em 10 mai 2021.

RANCIÈRE, Jacques. **As Desventuras do pensamento crítico**. *In*: AGAMBEN, Giorgio; MARRAMAO, Giacomo; RANCIÈRE, Jacques; SLOTERDIJK, Peter. **Crítica do contemporâneo**. São Paulo: Fundação Serralves, 2008.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. A sexualidade como um dispositivo histórico de poder. *In*: SOARES, Guiomar Freitas; SILVA, Meri Rosane Santos Da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Corpo, gênero e sexualidade: problematizando práticas educativas e culturais**. Rio Grande, Ed da FURG, 2006, 118 p.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade Compulsória e existência lésbica & outros ensaios**. Rio de Janeiro: A bolha, 2019.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ape/v20n2/a01v20n2.pdf>. Acesso em: 03 nov 2020.



ORTOLANO, Fábio. **Juventudes e paradas LGBT**: espaços de lazer e manifestação das sexualidades. IX Congresso Internacional de salud mental y derechos humanos, 2010.

RUBIN, Gayle. **Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas de sexualidade**. In: Repositório Institucional da UFSC, 2012.

SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. A concepção de cidade em diferentes matrizes teóricas das Ciências Sociais. **Revista Rio de Janeiro**, n. 9, p. 91-99, 2003. Disponível em: < http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_9/009_091.pdf > Acesso em: 22 mar 2021.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **Revista Espaço Tempo**, v. 16, n. 3, p. 89-109, 2012. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74284> > Acesso em: 22 mar 2021

SIQUEIRA, Marcos César Alves. **Da cena ao movimento**: subsídios a uma concepção crítica da cidade moderna e do urbano. 2017. 217 f. Tese (Doutorado em Política Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017

SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 90-113.

TEDESCO, Carlos João. Georg Simmel e as ambiguidades da modernidade. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 43, n. 1, 2007. Disponível em: < http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/5648 > Acesso em: 24 mar 2021

TEIXEIRA, Marcelo Augusto de Almeida. "**Presença incômoda**: corpos dissidentes na cidade modernista." 2013. 162 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WEBER, MAX. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 68-89.



CAPÍTULO 16

DOI: 10.47402/ed.ep.c202170715639

O COMPLEXO PORTUÁRIO E INDUSTRIAL DE SUAPE COMO PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL DO NORDESTE OCIDENTAL¹⁵

Edson de Moraes Machado, Doutor em Geografia, UFSC. Professor Colaborador do curso de Geografia da Universidade Estadual de Maringá, UEM

Lucas Chaves Miqilini, Mestre em Geografia, UFSC, Doutorando em Geografia, UFSC

RESUMO

No século XX, o Sudeste se consolidou como força propulsora do desenvolvimento industrial do país, impulsionado pela Revolução de 1930, que buscou diminuir a dependência brasileira do mercado externo e fomentar a criação de um mercado interno forte. A alta concentração dos investimentos no Sudeste acentuou as desigualdades regionais brasileiras, em especial a do Nordeste. A necessidade de amenizar tal disparidade fez com que, a partir de 1950, essa região se tornasse foco de políticas econômicas, incorporando a teoria dos Polos de Desenvolvimento nas estratégias do Estado. Ocorre a implantação, no estado de Pernambuco, do Complexo Industrial e Portuário de Suape, cujas atividades passam a exercer grande influência no desenvolvimento econômico do estado, principalmente nas primeiras décadas do século XXI com a intensificação dos investimentos federais e privados para a criação de um polo petroquímico. Atualmente, se consolida como importante polo industrial com mais de 100 empresas instaladas. Assim sendo, o objetivo deste artigo é investigar as especificidades, causas e consequências que levaram a teoria dos polos de desenvolvimento a ser usada como estratégia para amenizar a disparidade regional do Nordeste frente ao Sudeste, focando, sobretudo, no Complexo Industrial e Portuário de Suape.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade Regional, Sudeste, Nordeste, Pólos de Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Em consequência do caráter latifundiário, escravista e exportador de sua economia, a ordem espacial brasileira, de início, se deu através de um reduzido número de cidades litorâneas de grande porte (MAMIGONIAN, 1982). Nos seus primeiros quase quatro séculos e meio, o país teve como base econômica a exportação de bens primários e a importação de bens manufaturados. Perpassou por vários ciclos econômicos (da madeira pau-brasil, da cana de açúcar, do ouro e diamantes, do algodão, do café, da borracha no Norte, etc.) e, embora estes

¹⁵ Pesquisa realizada com fomento dos programas CAPES e CNPq.



ciclos tenham atingido seu auge em determinados momentos históricos, sua exportação continuava no ciclo seguinte, apenas com menor expressividade (ANDRADE, 1995, p. 43).

Com o processo de industrialização pós 1930 e de integração nacional, as formações regionais passam a se interligar a centros mais dinâmicos (metrópoles regionais e a São Paulo em escala nacional), provocando reestruturações em todas as regiões periféricas (Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Sul) (MAMIGONIAN, 2009). As indústrias até então espalhadas por todo o litoral brasileiro, garantidas por um mercado cativo, pois, segundo Santos (1993), tais regiões se desenvolviam segundo lógicas próprias, sem conseguir competir com as indústrias paulistas, vão encerrando suas atividades, gerando estagnação econômica em algumas cidades e regiões, em detrimento da pujança econômica do Sudeste. Esse, teve um salto de empregos industriais de 27% do total nacional em 1920, para 38,6% em 1950 (FURTATO, 2003). Passou a concentrar 62,2% dos investimentos no Brasil em 1958, face a 35,4% em 1954 (RATTNER, 1972), consumindo, em 1958, 84,3% do consumo de energia elétrica e a gerando 78,8% do valor da produção industrial (SANTOS, 1980).

As características de tal processo de desenvolvimento econômico acabaram por intensificar a tendência à disparidade estrutural regional, ocorrendo a consolidação da hegemonia paulista e a efetivação de uma periferia e de um polo (a “Região Concentrada”).

Dado o forte peso do passado (SANTOS, 1993), a Região Nordestina foi a que passou por maiores mudanças (destruição de setores industriais, perda populacional, estagnação das zonas canavieiras, etc.), passando a solicitar medidas estatais para amenizar as desigualdades regionais. Tais medidas, ao findar a década de 1960 e iniciar a de 1970, unem-se a necessidade de manter o ritmo de crescimento econômico no âmbito nacional, tendo como incentivador o Estado. Os investimentos públicos passam a ser mais numerosos e há a injeção de mais recursos para exportação, esboçando uma nova divisão territorial do trabalho no Brasil, efetivada através da implantação de complexos e polos industriais (SANTOS e SILVEIRA, 2013). O Nordeste foi a região em que mais se implantou tal modelo, tendo sido criada, em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) que passa a ser a grande incentivadora do desenvolvimento econômico regional.

É nesse processo que, unindo a atividade industrial à atividade portuária, baseando-se nos modelos de portos industriais já existentes na Europa e Ásia, de forma inédita no Brasil, ocorre a idealização do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), em Pernambuco. Além dos benefícios dos polos de desenvolvimento, retratados nos estudos de Perroux e Myrdal, o



alinhamento da atividade industrial junto à atividade portuária (portos com função industrial) são estratégicos. As vantagens de tal relação foram apontadas por Fischer (1963), na qual inclui enorme capacidade de redução de custos.

Aos poucos, o Complexo Portuário Industrial de Suape se consolida como importante agente dinamizador local, estadual e regional, atraindo indústrias diversas, gerando emprego e ampliando o PIB tanto dos municípios que integram o complexo, como do próprio estado de Pernambuco. Sua atividade portuária, como consequência das formas espaciais criadas inicialmente para a atividade industrial do próprio complexo, passa também a ser utilizada para outros fins e agentes, atraindo cargas de diferentes localizações da região Nordeste, do Norte e do Centro-oeste. Toda essa conjuntura torna Suape um caso de essencial análise para a ciência geográfica, visto sua enorme capacidade dinamizadora e de alteração do espaço geográfico na qual se inseriu em seus amplos aspectos (fixos, fluxos, forma e estrutura espacial, etc.).

METODOLOGIA

Buscamos investigar as especificidades do caso nordestino que levaram a implantação dos polos de desenvolvimento enquanto importante metodologia orientada para o crescimento econômico dessa região brasileira, destacando-se as características, o processo de implantação e os resultados do polo de desenvolvimento Complexo Industrial Portuário de Suape. Para tal, lançamos mão de revisões bibliográficas qualitativas e quantitativas em relatórios, livros, revistas e sites oficiais (Antaq, SEP, IBGE, MDIC, etc.), análise de imagens, elaboração de gráficos e tabelas, entre outros.

Como referencial teórico, levamos em consideração os ensinamentos do geógrafo Armen Mamigonian (1935 -), que assinala através de suas obras que o conjunto de conhecimento é explicado pela conjunção de fatores pertinentes a cada uma das escalas geográficas: mundo, nação, região. Utilizamos também a ideia de “combinações de caráter geográfico”, definida por CHOLLEY (1964). As ideias-chave de ciclos longos e dualidade, defendida por Ignácio Rangel (1914-1994), possuem importante influência a respeito de nossa compreensão sobre o desenvolvimento econômico e social do Brasil; e, dada a abrangência da análise, lançamos mão da teoria da formação sócioespacial proposta por Milton Santos (1982), que aponta que o Estado faz parte de uma realidade dinâmica, em constante transformação.

Assim, dividiu-se a pesquisa em três partes, a primeira busca elucidar quais foram as conjunturas históricas que resultaram na necessidade de forte intervenção estatal na região analisada, tendo sido realizada através de pesquisa bibliográfica em autores como Andrade



(1988), Rangel (1968), Furtado (2003), Rattner (1972), Santos (1965, 1993, 2013), Mamigonian (2009), entre outros. A segunda parte tem como objetivo evidenciar as singularidades e características da teoria dos polos de desenvolvimento desenvolvida por Perroux (1967) e da causação circular de Myrdal (1958), bem como sua incorporação à realidade brasileira. A terceira parte elenca a idealização, implantação, desenvolvimento e resultados do Complexo Portuário Industrial de Suape como polo de desenvolvimento e promotor do desenvolvimento local, estadual e regional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A REGIÃO NORDESTE E SEU PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

As grandes cidades litorâneas brasileiras surgiram nas margens das baías, recifes, penínsulas, enseadas e desembocaduras dos rios, pois eram locais ao abrigo do vento e com águas calmas¹⁶. Tal realidade foi, portanto, profundamente marcada por múltiplas determinações, isto é, combinações, para usar a expressão de Cholley (1964), pois as condições naturais favoráveis à atividade portuária se aliaram aos novos marcos da economia mercantil, constituindo, assim, as primeiras combinações da formação social brasileira.

O país chegou às primeiras décadas do século XX com um imenso território muito desigualmente ocupado, apresentando quase que exclusivamente, ao longo da costa, formações econômicas regionais, orientadas mais para o comércio exterior do que para o comércio com as outras regiões. Cada uma dessas regiões possuía como espinha-dorsal um sistema regional de transportes, o qual servia de base a um esquema regional de divisão social do trabalho (RANGEL, 1968). Com o processo de industrialização nacional, baseado na política de substituição de importações pós Revolução de 1930, e de integração nacional, efetivado quase que completamente na primeira metade do século XX, as formações regionais passaram a serem interligadas através do sistema rodoviário a centros mais dinâmicos (metrópoles regionais e a São Paulo em escala nacional). Ocorre, assim, reestruturações em todas as regiões periféricas (Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Sul).

Nesta conjuntura, a região nordestina foi a que passou por maiores mudanças, pois ocorreu a destruição de setores industriais incapacitados, como numerosos estabelecimentos têxteis (MAMIGONIAN, 2009). Passa, também, a enfrentar a concorrência do Sudeste na

¹⁶ Santos (1993) demonstra que ainda em 1900, das cidades brasileiras com mais de cem mil habitantes, apenas São Paulo (239.820 hab.), não era litorânea, sendo as outras as cidades o Rio de Janeiro (691.565 hab.), Salvador (205.813 hab.), Recife (113.106 hab.) e Belém (96.560).



produção açucareira, sobretudo após a crise do café e as conjunturas das grandes guerras mundiais (ANDRADE, 1988), levando as áreas produtoras, ou seja, o litoral nordestino, à estagnação econômica. Representante de 38,71% da população brasileira em 1900, o Nordeste passou a abrigar 31,60% do total em 1960 (FURTADO, 2003). Destaca-se que tal dispersão foi o resultado de um processo complexo de acontecimentos, combinando vários fatores. Além dos fatores físicos, que resultam em períodos de grandes secas (1791-1793, 1877-1880, 1915, 1932, etc.), agravada pela alta concentração fundiária, onde as melhores terras, com disponibilidade de água, estavam sob posse de um pequeno número de indivíduos, a permanência do poder econômico das oligarquias açucareiras possibilitaram forte representatividade política que defendia seus interesses. Essa representatividade buscou sempre socializar os investimentos para ampliar a lucratividade da produção a custo de financiamento e políticas públicas, ao passo que o lucro era privatizado e o acesso a terra mantinha-se restrito, resultando na proletarianização dos camponeses sob condições de alta exploração (ANDRADE, 1988).

As fortes reestruturações tiveram agravante sobre os setores industriais incapacitados nordestinos, levando o número de empregados industriais a ser reduzido, segundo Furtado (2003), de 27% do total nacional em 1920, para 17% em 1950, ao passo que o Sudeste passou a representar, nesse último ano, 38,6% do total. A rápida industrialização dos anos 30 deu origem a um centro dinâmico interno, dirigido pela indústria paulista, que passou a comandar as regiões periféricas através de um processo de integração e reestruturação das economias regionais, voltadas até então, basicamente, ao exterior (agroexportação). Assim, as indústrias oligopólicas dessas regiões, que até então podiam contar com um mercado cativo, não suportaram as pressões das indústrias concorrenciais de São Paulo, sobretudo, e foram fechando suas portas, gerando estagnação econômica em algumas cidades e regiões (MAMIGONIAN, 2009). Tal realidade foi um dos fatores que bloquearam o desenvolvimento da concorrência no Nordeste e também no Norte, a ponto que se chegou aos anos 50 e 60 sem a existência de numerosas fábricas nessas duas regiões.

Segundo Santos e Silveira (2013, p. 45), se os transportes marítimos sempre reforçaram a dependência em relação ao estrangeiro, os novos transportes terrestres beneficiam São Paulo, a metrópole industrial do país. As estradas de rodagem passam a obedecer às novas exigências da indústria e do comércio, reforçando a posição de São Paulo como centro produtor e, ao mesmo tempo, de distribuição primária. Há, portanto, a consolidação da hegemonia paulista, tornando-a não apenas centro de aplicação de capitais privados oriundos da própria região, mas



também atraindo capitais das regiões periféricas, se tornando principal foco de investimento do Estado. Tornou-se polo de atração de numeroso contingente populacional.

Rattner (1972) comenta que em 1954 São Paulo concentrava 35,4% dos investimentos no Brasil, mas em 1958 o montante já era de 62,2%, ocorrendo forte e constante drenagem do sistema financeiro e bancário das áreas subdesenvolvidas em benefício de São Paulo e Rio de Janeiro. Santos (1980, p. 127) vai além, descreve que neste último ano São Paulo concentrava 73,3% da mão de obra do país, 84,1% dos capitais, 84,3% do consumo de energia elétrica e 78,8% do valor da produção industrial. A consequência dessa realidade foi uma intensificação da tendência à disparidade estrutural de um espaço nacional já diferenciado, com a produção de uma situação em que se tornou mais clara a existência de uma periferia e de um polo (a “Região Concentrada”). (SANTOS e SILVEIRA, 2013).

Todavia, levando em consideração a ocorrência de três meias-revolução na história brasileira destacadas por Rangel (1981), sendo elas a Independência, a Abolição-República e a Revolução de 1930, e seus respectivos pactos de poder, é possível compreender que mesmo após 1930 há a permanência dos latifundiários no campo político nacional. Esses não mais voltados ao mercado externo, como as decadentes oligarquias cafeeiras de São Paulo e açucareira do litoral nordestino, mas sim as oligarquias voltadas ao mercado interno do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Sertão do Nordeste.

Embora nacionalista, os latifundiários do Sertão Nordestino, agora no poder, permaneceram muito mais preocupados com o prolongamento da estrutura social que lhes beneficiava, ou seja, latifundiária e monocultora, do que com o desenvolvimento de políticas de incentivo a industrialização intensiva em capital. No poder, os grandes latifundiários do sertão nordestino conseguiram se beneficiar do processo de industrialização então em curso, mesmo sem implementar políticas de industrialização.

A estagnação das zonas litorâneas nordestinas, redutos das velhas oligarquias agrárias voltadas para o mercado externo, com suas indústrias desbancadas pela alta competitividade das indústrias paulistas, passou a contrastar com outras áreas do Nordeste que passaram a serem chamadas a participar do processo de industrialização do país. Essas áreas do Sertão Nordestino tornaram-se responsáveis, segundo Santos e Silveira (2013, p. 43), pelo fornecimento de certos produtos agrícolas, como o algodão e o sisal. Ocorre, também, a implantação de grandes plantações de borracha, cacau e dendê no litoral baiano e da mamona no Nordeste, onde, do ponto de vista da produtividade, houve esforços bem sucedidos (SANTOS, 1965, p. 140).



As perdas relativas do Nordeste frente ao Sudeste resultaram em um novo discurso político-econômico que acabou desembocando na criação da Sudene (1959), do Banco do Nordeste, da construção de hidrelétricas na região, etc., ao longo dos anos 60. É nessa conjuntura que alguns diretores da Sudene, mais comprometidos com a problemática do desenvolvimento industrial nordestino, vão procurar utilizar a teoria dos pólos de desenvolvimento de François Perroux, concentrando investimentos em algumas áreas e setores, criando polos ou núcleos de maior resistência, desenvolvendo o chamado Polonordeste. (ANDRADE, 1988).

Destaca-se que ao findar os anos 50 e iniciar os anos 60, a industrialização do Brasil havia avançado e o país se consolidava como urbano-industrial. A substituição de importação dos ramos denominados de “indústria leve” e “indústria pesada” havia chegado ao fim, ocasionando um período de crise e ameaçando a continuidade do modelo econômico adotado (substituição de importações). Para manter tal modelo tornou-se indispensável retomar a atividade ao preço de investimentos públicos mais numerosos para promover a exportação, mais proteção ao grande capital, menor retribuição ao trabalho, ao preço de uma política social ainda menos generosa e, necessariamente, de uma ordem ainda maior no campo político-social. Uma reorganização produtiva se instala no Brasil a partir da necessidade de transformar os minérios; produzir derivados de petróleo; e implantar polos de desenvolvimento. (SANTOS e SILVEIRA, 2013, p. 48).

Esse último teve como base os estudos François Perroux e Gunnar Myrdal. Segundo Egler (2012, p. 214), a ideologia dos pólos de desenvolvimento mostrou-se o modelo mais adequado para a organização do território proposta pelo Estado autoritário, uma vez que envolvia a criação de locais privilegiados, capazes de interligar os circuitos nacionais e internacionais de fluxos financeiros e de mercadorias. Assim, a partir de então, é o momento de implantação de complexos e polos industriais como o Petroquímico de Camaçari (BH); Eletrometalúrgico de Tucuruí (PA e MA)¹⁷; Siderúrgico de Itaqui (MA); Industrial-portuário de Pecém (PE); Projeto Carajás (Norte); o Cloroquímico (AL), etc.

A divisão territorial do trabalho se amplia para a escala nacional. Re-hierarquiza-se as áreas de cultura do país a partir, sobretudo, da expansão da fronteira agrícola. Todavia, são áreas antes pouco povoadas (Norte e Centro-Oeste) que se mostram extremamente receptivas aos interesses de uma economia moderna, pois não tinham o peso do passado, ocorrendo, tal

¹⁷ Albrás, Alunorte, CCM, Alumar e Complexo Carajá – CVRD.



processo, com maior velocidade e rentabilidade que nas outras regiões (SANTOS, 1993). Tal realidade ajuda a compreender a necessidade da forte intervenção estatal na Região Nordeste, a mais beneficiada pela implantação dos polos de desenvolvimento e que resultou em uma industrialização geograficamente concentrada¹⁸.

O Complexo Industrial Portuário de Suape, ao alinhar a atividade industrial à portuária, tornou-se um caso inédito no Brasil, fazendo parte do pacote de estímulos do governo federal por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Planejado como polo de desenvolvimento, abriga, atualmente, mais de 100 empresas que geram 30 mil empregos em seu território e em sua área de influência. As indústrias implantadas em seu território consolidam dez polos industriais, incluindo pólo logístico, eólico, petroquímico, materiais de construção, naval e *offshore*, etc.

POLOS DE DESENVOLVIMENTO E A REALIDADE BRASILEIRA

Os primeiros conceitos sobre complexos industriais surgiram na década de 1960, baseando-se em teorias sobre crescimento, desequilíbrio econômico e polarização. Setores integrados, planejamento produtivo, maior concentração na produção de bens intermediários, economias de escala, aglomeração produtiva entre outros atributos, tornaram a teoria dos complexos industriais a ideal para o desenvolvimento econômico que visa a integração nacional. O argumento para o caso brasileiro é de que se deve investir em estruturas industriais robustas em regiões periféricas para que estas possam atingir um nível de maturidade produtiva capaz de competir com o Sudeste. (BARROS e GALVÃO, 2002).

Crescimento é desequilíbrio. Desenvolvimento é desequilíbrio. A implantação de um pólo de desenvolvimento provoca uma série de desequilíbrios econômicos e sociais, sendo estes econômicos no sentido de uma análise moderna que estende o seu domínio de aplicação própria. Uma vez implantado, o pólo distribui salários e rendimentos monetários adicionais sem aumentar necessariamente a produção local de bens de consumo; transfere mão de obra e as separa das suas unidades de origem, sem necessariamente lhe conferir um novo enquadramento social; concentra cumulativamente, em determinado local e ramo, o investimento, o tráfego, a inovação técnica e econômica, sem necessariamente alargar a vantagem a outros locais, onde o crescimento e o desenvolvimento podem ser, pelo contrário, retardados. (PERROUX, 1967, p. 194).

Para Hirschman (1961), a necessidade de polos no curso do processo desenvolvimentista, indica que a desigualdade internacional ou inter-regional do crescimento é

¹⁸ As características da socioeconomia brasileira, apresentada no início desse artigo, vão ao encontro do que Santos (1993) afirma. Segundo ele, o Nordeste apresenta uma estrutura fundiária hostil desde cedo à maior distribuição de renda, ao maior consumo e à maior terceirização, ajudando a manter milhões de pessoas na pobreza, impedindo uma modernidade mais expressiva. A introdução de inovações materiais e sociais encontra grande resistência de um passado cristalizado na sociedade e no espaço, atrasando o processo de desenvolvimento (SANTOS, 1993, p. 69).



condição concomitante e inevitável do próprio desenvolvimento. Assim, no sentido geográfico, o desenvolvimento é necessariamente não-equilibrado. Para o caso do Brasil, com dimensões continentais, o processo de desenvolvimento industrial intensificou os desequilíbrios regionais por meio da concentração dos investimentos no Sudeste.

Essa realidade é explicada por Perroux (1967), ao afirmar que territórios extensos estão mais propensos a vivenciar a estrutura de uma economia dualista de dois setores, sendo um mais desenvolvido e outro estruturalmente mais arcaico. Em virtude disso, o desenvolvimento estimulado em determinado ponto não necessariamente irá propagar-se por todo o território, e caso o faça, não será suficiente para promover um crescimento igual ao de seu ponto de origem. Desta forma, o território acaba por constituir-se em ilhas de crescimento econômicos cercadas por espaços vazios ou estagnados, não deixando nenhuma nação a revelia. Tanto os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos não possuem um crescimento uniforme em todo o território, mas sim desenvolvimento em pontos específicos que podem propagar efeitos de expansão ou de paralisação dependendo dos investimentos que estão sendo realizados e sua finalidade. (PERROUX, 1967).

A capacidade ou tendência do desenvolvimento de se expandir em volta de um subgrupo, uma região, ou um país, por muito tempo, enquanto o atraso impera em outra parte qualquer, foi muitas vezes observada. Se essa tendência se manifesta em torno de limites geográficos nitidamente demarcados, o resultado é a divisão do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos e na separação de um país em regiões progressistas e atrasadas. (HIRSCHMAN, 1961, p. 277).

Os investimentos em complexos industriais geograficamente e estrategicamente bem localizados, concentrando atividades que gerem desenvolvimento, promovem efeitos econômicos positivos devido a proximidade dos meios de produção e da relação entre os trabalhadores dentro do complexo. A concentração das atividades industriais em meio urbano cria uma diversidade de consumidores que consomem de modo progressivo se comparados aos de meio rural. Desta forma, surgem necessidades que atendam a estes novos padrões de consumo como moradia, transporte, comércio, lazer, serviços, etc. (PERROUX, 1967).

A capacidade de complexos industriais em transformar uma região em polo de desenvolvimento econômico, fomentando não apenas os investimentos dentro do espaço industrial, mas também em seu entorno, pode ser interpretada pelo modelo da causação circular de Myrdal (1958), que propôs que as economias possuem círculos viciosos ascendentes e descendentes, dependendo dos estímulos que são realizados. No sentido ascendente, as variáveis econômicas e sociais são estimuladas para melhoria do bem-estar, promovendo o desenvolvimento, com os indicadores apresentando melhorias contínuas. No sentido



descendente, os indicadores mostram contínua deterioração das variáveis econômicas e sociais. A tendência do sistema é afastar-se do equilíbrio e não ir em direção a este. Assim, o processo social tende a tornar-se cumulativo e caso o desenvolvimento econômico não seja controlado, continuará a promover desigualdades crescentes (SOUZA, 1993)¹⁹.

Para Souza (1993), o processo de descentralização da atividade econômica no Brasil derivou, sobretudo, da ação política governamental no sentido da ocupação dos espaços vazios, do aproveitamento de recursos naturais nas áreas periféricas, através de investimentos públicos em grandes projetos, como os de infraestrutura, extração mineral e outros.

Com os desequilíbrios regionais mostrando-se cada vez mais latentes pós 1950 e, por meio das novas teorias de desenvolvimento regional, o governo brasileiro encontrou nos polos de desenvolvimento e complexos industriais um modelo econômico para buscar a diminuição das disparidades econômicas inter-regionais brasileiras. Egler (2012, p. 214) comenta que poucos foram os países do mundo que levaram tão longe as ideias de Perroux como o Brasil. Esse fato se intensifica, sobretudo, ao longo dos anos 70 onde a diminuição da atividade econômica que afetava o país como um todo, parecia uma ameaça à continuidade do modelo econômico adotado. Assim, a partir da crise de 1973, a estratégia governamental se tornou mais seletiva, atuando não mais numa escala macrorregional e sim subregional, onde o Nordeste, mas não exclusivamente, tornou-se o principal foco de tais políticas desenvolvimentistas.

A mudança de ênfase da política regional tinha no parco resultado obtido quanto à criação de empregos com a estratégia de industrialização uma justificativa concreta que a legitimava. Em termos políticos, o estopim terminou sendo a seca de 1970, ou a evidência de que, passados dez anos, a economia da região, em especial a da zona semiárida, continuava despreparada para a tradicional intempérie climática. Assim, consolidam-se nesse período as concepções que apontavam para a criação de complexos industriais que absorvessem os benefícios atribuídos às economias de escala e de aglomeração e que estivessem suportados especialmente em base de recursos naturais que permitissem um leque integrado e amplo de possibilidades de produção. Primeiro surge o pólo petroquímico de Camaçari, por uma decisão nacional, e mais tarde vão surgindo aos poucos outros, dentro da mesma concepção básica. (BARROS e GALVÃO, 2002, p. 379).

A implantação no estado de Pernambuco do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) fez parte da agenda do regime militar no contexto supracitado. Inspirado na teoria dos polos de desenvolvimento de Perroux (1967) esperava-se que a realização do projeto

¹⁹ Geograficamente concentrado, o polo industrial complexo transforma o seu meio geográfico imediato e, se tem poder para tanto, toda a estrutura da economia nacional em que se situa. Centro de acumulação e concentração de meios humanos e de capitais fixos e fixados, chama à existência outros centros. Quando dois destes centros entram em comunicação, graças a vias de transporte material e intelectual, extensas transformações se desenham no horizonte econômico e nos planos de produtos e consumidores. (PERROUX, 1967, p. 175).



promovesse atração de investimentos por meio da instalação de indústrias na região em virtude de sua localização. (PEDROSA, 2015).

De acordo com Silva (1992), apesar de a ideia da construção do Complexo Industrial Portuário de Suape ser da década de 1960, a elaboração do Plano Diretor surge a partir de 1974 em consentâneo com o II PND, cujas diretrizes determinavam a formação de complexos integrados, vertical e espacialmente, em escalas compatíveis com as condições de competitividade a nível nacional e internacional. Segundo Brandão (1985), tal projeto territorial marcaria o desdobramento, sob o comando do Estado Nacional, do grande capital sobre as regiões periféricas, em especial, o Nordeste.

O COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE (CIPS)

O Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), localizado a aproximadamente 40 km da capital pernambucana, Recife, têm sua área industrial e portuária dividida de modo que 40% do seu território está localizado no município de Cabo de Santo Agostinho e os outros 60% no município de Ipojuca. O alcance total do complexo abarca em conjunto a estes, outros seis municípios, sendo: Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Escada, Ribeirão, Rio Formoso e Sirinhaém. (GUMIERO, 2018). A idealização de Suape teve como base modelos de portos industriais já existentes na Europa e Ásia, sobretudo os situados em Marselha (França) e Kadima (Japão).

A função industrial alinhada à atividade portuária foi analisada por Fischer (1963), que destacou que o porto não é apenas uma etapa ou um lugar de estágio da carga; é também um lugar onde permanecem por algum tempo grandes quantidades de mercadorias e matérias primas pesadas. Essas, sobretudo as de baixo valor mercantil, suportam melhor os custos de transportes interiores depois de sofrer uma transformação. Segundo Fischer (1963), excluindo as indústrias tipicamente marítimas (pesca e naval), a função industrial alinhada à atividade portuária intensificam-se pós 1945. A partir de então, ocorre um verdadeiro deslocamento das indústrias para frente do mar e, conseqüentemente, uma profunda transformação da geografia industrial. Trata-se de uma consequência do fato das indústrias serem cada vez mais tributárias de fontes do exterior, destacando-se as pesadas (minério de ferro, carvão, produtos petrolíferos, etc.).

Figura 1 – Localização do Porto de Suape e sua área de influência, 2020



Fonte: PDZ (2020)

No caso do CIPS, ao encontro do salientado por Fischer (1963), o projeto foi concebido para atrair indústrias de primeiras e de segundas gerações, com a possível atração de indústrias de terceira geração. De acordo com Cerqueira e Hemais (2001), essas indústrias compõem a chamada Cadeia Petroquímica, que compreende desde os produtores de derivados de petróleo até os transformadores de plásticos, as de primeira geração, produtoras de matéria-prima; as de segunda geração, destinadas à produção de resinas, que são produtos intermediários e materiais para transformação; e as de empresas de terceira geração, destinadas à produção de bens de consumo, embalagens, componentes, etc.

A escolha da região de Suape para localização do porto se deu pelas seguintes condições: águas profundas junto à linha da costa, com cerca de 17 metros a cerca de 1,2 quilômetros do cordão de arrecifes; Quebra-mar natural formado pelos arrecifes; extensa área para implantação de um parque industrial; distância da movimentação metropolitana da cidade do Recife. (SUAPE, 2020). Embora o complexo já estivesse operando, foi somente em 1990 que a Sudene montou um programa de industrialização para o Nordeste. No documento “Política Regional de Desenvolvimento Industrial” foram elaborados objetivos para consolidar o parque industrial



nordestino, de modo a torná-lo mais integrado a nível regional e nacional. A consolidação de complexos industriais consta como uma das metas a serem atingidas, considerando o Complexo Industrial Portuário de Suape como um dos promotores de desenvolvimento econômico e social da indústria regional e, portanto, devendo ser considerado como foco de investimentos em infraestrutura. (SILVA, 1992).

Até 1992 a maior parte dos investimentos em infraestrutura portuária e de apoio que foram feitos em Suape foram realizados pelo estado de Pernambuco, quando o complexo passou a integrar a malha portuária do país, após ser reconhecido como prioritário pelo Governo Federal. (SILVA, 1992). Entre 1995 e 2002, Suape recebeu investimentos de R\$ 291 milhões via recursos públicos. (GODOY, 2014 APUD CAVALCANTI et. all, 2018).

A década de 2000, através da implantação de empresas de médio porte e da instalação da Refinaria Abreu e Lima²⁰, inaugurada em 2014, significaram uma expansão do aumento dos investimentos no Complexo de Suape, tendo impacto também nas dinâmicas do território em virtude do aumento do fluxo de pessoas e operações (SANTIAGO et. all, 2014). Os resultados desse processo já são consideráveis desde 2005, onde o PIB do Território Estratégico de Suape foi da ordem de R\$ 9.3 bilhões, concentrados nos municípios de Jaboatão dos Guararapes, Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, representando, aproximadamente, 18% do PIB de Pernambuco no referido ano. (SEBRAE, 2009).

Até 2006, em Suape, já haviam sido investidos R\$ 550 milhões via recursos públicos e mais de US\$ 2,5 bilhões em recursos privados, resultando na implantação de 81 empresas que geraram 7.500 empregos diretos divididos entre indústria, terminais portuários e empresas de serviços de apoio às atividades portuárias. (SÁ, 2008). Em 2008, Suape buscou atrair mais 19 empreendimentos, que juntos poderiam totalizar quase US\$ 10 bilhões, se destacando a instalação de quatro usinas termelétricas com previsão de investimentos de US\$ 2,6 bilhões e uma fábrica processadora de celulose (US\$ 2.5 bilhões). (CAVALCANTI et. all, 2018).

Em 2009, Pernambuco gerou mais de 45 mil empregos e apresentou aumento do PIB na casa dos 3,4%. Até aquele momento, o Complexo de Suape continha mais de 100 empresas instaladas e outras 35 em processo de instalação. Os investimentos públicos haviam atingido a casa dos R\$ 700 milhões em 2009, com estimativas de que para o ano seguinte este valor seria

²⁰ Trata-se de um projeto da Petrobras com a empresa venezuelana PDVSA, na qual pode processar até 230 mil barris por dia de petróleo cru, proveniente da Bacia de Campos e da Venezuela. Tal montante responde por cerca de 20% do total de diesel produzido no Brasil, sendo utilizado para o abastecimento das regiões Nordeste e Norte (MACHADO, 2020).



dobrado, chegando aos R\$ 1,4 bilhão. Suape passa a ser visado como área de negócios para importantes investimentos do mercado imobiliário. (CAVALCANTI et. all, 2018). Em 2010, ao completar 32 anos, o complexo consolidava-se com forte contribuição nas cadeias produtivas naval, petroquímica, siderúrgica, alimentos e de tecnologia da informação do país, e por consequência estimulando o crescimento destes setores (ANTAQ, 2011).

O PIB dos Municípios do CIPS, conforme quadro 1, apresentou ao longo dos anos aumento gradativo. Entre 2002 e 2017, o crescimento foi de 653%. Em nível de comparação, o PIB do estado cresceu 500% e o da capital, Recife, 365% no mesmo período. Os municípios da CIPS passaram a ter representação 5% maior no PIB estadual, evoluindo de 15% em 2002 para 20% em 2017, no mesmo período, Recife passou a representar 11% a menos, diminuindo sua participação de 39% para 28%.

Entre 2013 e 2015 é possível notar uma queda na arrecadação estadual em virtude da crise econômica que começa a apresentar seus impactos na economia brasileira. Consequentemente, a participação de Recife e dos municípios do CIPS no PIB do estado também apresenta queda, chegando para o Complexo Industrial Portuário de Suape a patamares de 2011 e posteriormente, em 2016, atinge sua maior média na série em análise, 21,3%.

Tabela 1 – Evolução do PIB de Pernambuco, de Recife e dos municípios da CIPS em valores atualizados pela inflação de 12/2019 (x1000), 2020

Ano	Pernambuco	Recife (Capital)	% PIB Estadual	Municípios do CIPS	% PIB Estadual
2002	R\$ 96.019.405,42	R\$ 37.792.491,80	39,36	R\$ 15.105.229,73	15,73
2003	R\$ 93.110.125,37	R\$ 34.340.207,29	36,88	R\$ 15.926.294,35	17,10
2004	R\$ 100.620.123,97	R\$ 37.870.626,95	37,64	R\$ 17.414.988,94	17,31
2005	R\$ 105.132.771,66	R\$ 38.773.054,24	36,88	R\$ 19.642.604,35	18,66
2006	R\$ 113.441.931,42	R\$ 40.955.480,01	36,10	R\$ 20.702.547,56	18,25
2007	R\$ 122.150.476,48	R\$ 44.750.902,41	36,64	R\$ 22.435.446,61	18,37
2008	R\$ 129.911.533,34	R\$ 45.475.139,98	35,00	R\$ 24.353.268,73	18,75
2009	R\$ 138.787.745,56	R\$ 49.577.177,71	35,72	R\$ 27.710.398,23	19,94
2010	R\$ 162.813.044,03	R\$ 55.901.149,89	34,33	R\$ 31.938.585,52	19,62
2011	R\$ 173.051.371,95	R\$ 59.113.862,38	34,16	R\$ 34.065.242,85	19,69
2012	R\$ 190.513.251,97	R\$ 63.843.190,30	33,51	R\$ 38.642.431,66	20,28
2013	R\$ 198.633.974,43	R\$ 65.818.840,82	33,14	R\$ 41.691.911,98	20,99
2014	R\$ 204.893.171,79	R\$ 66.715.119,58	32,56	R\$ 40.848.816,39	19,94



2015	R\$ 187.640.584,49	R\$ 57.452.661,01	30,62	R\$ 38.415.624,88	20,47
2016	R\$ 186.985.346,69	R\$ 55.203.821,89	29,52	R\$ 39.946.194,83	21,35
2017	R\$ 197.325.468,35	R\$ 56.365.669,09	28,56	R\$ 40.294.114,86	20,42

Fonte: Sidra IBGE (2020).

As indústrias instaladas atualmente em Suape se beneficiam diretamente da ampla hinterlândia que a atividade portuária possibilita, pois essa pode atingir a escala regional e nacional através da cabotagem ou vias rodoferroviárias, ou internacional, em sua face marítima. Além da produção das indústrias instaladas na área do porto organizado, há a movimentação de cargas de vários pontos do país, com maior concentração de cargas dos estados de Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará e interior do Maranhão, além do próprio estado de Pernambuco (85% do total de cargas movimentadas). Os grandes parceiros comerciais do complexo portuário são o Nafta, a União Europeia e a Ásia, que respondem por mais de 75% das mercadorias movimentadas no complexo (BRASILa, 2015). Em sua face terrestre a hinterlândia de Suape possui fluxos que se utilizam das rodovias BR-101 e BR-232, e também as estaduais, PE-60 e a PE-28. Há também dutos para o transporte de butadieno e MEG (monoetileno glicol).

As facilidades destacadas resultam em alta atratividade para a implantação de novas indústrias no complexo, pois, além das vantagens locais existentes, como uma posição geográfica extremamente favorável (o complexo está localizado no centro do litoral nordestino), as indústrias se beneficiam das formas espaciais já criadas. Ou seja, a movimentação portuária alinhou-se à produção industrial do complexo, na qual foram desenvolvidas infraestruturas para o escoamento da produção (exportação ou cabotagem) e/ou importação de insumos industriais e agropecuários de sua hinterlândia terrestre. Essas mesmas formas espaciais podem ser utilizadas para outros fins e por outros agentes, constituindo-se uma verdadeira economia de aglomeração²¹.

Destaca-se, como ponto negativo, a distância entre o complexo e as regiões fornecedoras de mão de obra, onde o percurso complexo e os bairros residenciais demoram aproximadamente duas horas. Essa realidade pode ser alterada com a construção de um ramal do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT- Ramal Suape), que atualmente opera até o município de Cabo Santo Agostinho, de onde os trabalhadores portuários precisam pegar outra condução. A extensão do ramal seria de aproximadamente 11 km de trilhos, ampliando a malha ferroviária que atualmente é de 39,5

²¹ Corrêa (2000) define como economias de aglomeração quando há várias atividades juntas beneficiando-se mutuamente umas das outras pela escala que criam, ao se utilizarem das mesmas formas espaciais.



km (MACHADO, 2020). Ainda como ponto negativo e de grande necessidade de resolução, há o fato da não concretização da ferrovia Transnordestina²², que permitiria a ligação do complexo portuário e industrial com o Norte do País e toda a região Nordeste, podendo receber cargas do Centro-Oeste, como a soja em grãos, ou a possibilidade de atração de maior volume da movimentação de minério de ferro no complexo, especialmente oriundos das minas do Piauí, que ainda não são exploradas por falta de logística, mas seriam viabilizadas pela ferrovia, com um potencial de produção de 15 milhões de toneladas por ano (BRASILb, 2015).

Por fim, destacamos que o período de baixo crescimento iniciado em 2013, e que ainda possui grandes efeitos sobre a sociedade, contribuiu para o processo de desaceleração dos investimentos no complexo. Entretanto, após anos de crescimento, Suape demonstrou ser um complexo industrial e um polo de desenvolvimento consolidado, fato comprovado pelo crescimento do PIB dos municípios que abrangem o CIPS e, conseqüentemente, do PIB estadual; pela ampliação do número de estabelecimentos industriais no estado e pela geração de empregos no setor industrial. O complexo tornou-se atrativo para investimentos privados, sendo que podem se tornar ainda mais atraídos face a resolução das dificuldades elencadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As características primárias da socioeconomia brasileira (latifundiária, escravista e agroexportadora) resultaram em uma formação territorial caracterizada pela existência de arquipélagos regionais que mantinham mais relações com o exterior do que com o restante do território nacional. Tais regiões se desenvolviam sobre lógicas próprias, mantendo sua própria divisão social do trabalho, caracterizando-se por um razoável número de indústrias de consumo, tal como têxteis e de alimentos, por todo o litoral brasileiro. A integração territorial, que ocorreu após a Revolução de 1930, colocou fim a tal conjuntura. A indústria paulista, ao dispor de considerável infraestrutura, de amplo mercado consumidor e grandes somas de capital oriunda, em maior parcela, da produção cafeeira, aliada a uma nova dinâmica introduzida pelos imigrantes europeus do final do século XIX e início do século XX, se diversificou e mostrou-se a mais preparada para liderar o processo de industrialização via substituição de importações.

²² Deveria entrar em operação em 2015, todavia, vários trechos encontram-se parados em virtude de decisões judiciais. O trecho Piauí-Porto de Pecém (CE) possui previsão de término para 2021, enquanto que o trecho Salgueiro-Suape previsão para 2027. A obra tem despertado o interesse de investimento de grupos empresariais chineses, como o grupo CCCC (China Communications Construction Company), que contariam com a possibilidade e viabilidade de construir terminais de minério de ferro no Complexo Portuário de Suape (MACHADO, 2020).



Aos poucos, São Paulo vai se consolidando como a metrópole industrial do país, chegando, em 1958, a absorver 62,2% dos investimentos nacionais (RATTNER, 1972), ou, conforme Santos (1980), 84,1% dos capitais. A consequência desse processo foi a ampliação da tendência às disparidades regionais que geraram, a partir da década de 50, um novo discurso político-econômico, ou seja, a necessidade da intervenção estatal para amenizar tal realidade. Unindo um regime autoritário e a necessidade retomar o crescimento econômico, concretizado a preço de investimentos públicos mais numerosos, o país adota, como poucos no mundo, a estratégia de polos de desenvolvimento, baseando-se nos estudos de François Perroux e Gunnar Myrdal.

As especificidades do caso nordestino, tal como uma estrutura fundiária extremamente concentradora de renda, que tem como consequência a manutenção de milhões de nordestinos na pobreza, e um forte peso do passado, que inibe o avanço da modernidade, além de seu peso político, o fizeram palco central da política de implantação de polos de desenvolvimento. Neste processo, é idealizado o Complexo Industrial Portuário de Suape, na qual se destaca por seu ineditismo ao unir a atividade industrial à portuária, tornando-se um caso de essencial análise para a ciência geográfica.

A união de porto e indústria, dentro do mesmo território, faz com que o complexo venha desempenhando importante papel na consolidação do estado de Pernambuco como o segundo maior PIB da região Nordeste (IBGE, 2018). Desde sua inauguração, em 1983, desenvolveu dez polos industriais, incluindo o metalmeccânico logístico, eólico, petroquímico, materiais de construção, alimentos e bebidas, naval e *offshore*, com investimentos que somam aproximadamente R\$ 50 bilhões. Possuindo mais de 100 empresas que resultam em 30 mil empregos em seu território e em sua área de influência, Suape tem forte influência no crescimento do PIB dos municípios que alcança. O PIB de tais municípios passaram, somados, de R\$ 15 bilhões em 2002 para R\$ 40 bilhões em 2017, crescimento de quase 170%. No PIB Estadual, a representação destes municípios passou a ser quase 5% maior nas duas primeiras décadas do século XXI.

Assim sendo, conclui-se que a implantação do Complexo Industrial Portuário de Suape como um polo de desenvolvimento, embora ainda em implementação, configura-se como importante dinamizador e agente impulsionador da atividade industrial no estado de Pernambuco, extrapolando, em diversas ocasiões, os próprios limites estaduais. Resulta, tal realidade, da possibilidade de uso dos fixos, ou seja, da forma espacial, criada inicialmente para a atividade industrial dentro do território do complexo de Suape, mas que hoje são utilizadas



para outros fins e agentes, ampliando os fluxos ao longo de toda sua área de influência. Tem-se, nessa última, mais de 70 empresas instaladas em condomínios industriais (SUAPE, 2015). Configura-se, portanto, como uma verdadeira economia de aglomeração.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ). Análise de Movimentação Portuária Brasileira. 2011. Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/porta/Anuarios/Anuario2011/Tabelas/AnaliseMovimentacaoPortuaria.pdf>. Acesso em: 15 de abr. de 2020.

ALVES, José Luiz. **Suape e sua trajetória histórica: um olhar geográfico.** 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6054>. Acesso em: 11 de agosto de 2019.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Nordeste: alternativas da agricultura.** Campinas, SP: Papyrus, 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil.** São Paulo-Recife: IPESP/Hucitec, 1995.

BARROS, J. R. M de; GALVÃO, A. C. A Política de Industrialização do Nordeste em face da Crise Econômica Brasileira. **Revista Econômica do Nordeste v.33, n. Especial.** Fortaleza, 2002. p. 371-389.

BRASIL. Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR. Plano Mestre: Porto de Suape. Florianópolis, SC: 2015a. Disponível em: https://infraestrutura.gov.br/images/SNP/planejamento_portuario/planos_mestres/versao_preliminar/vp25v1.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR. Plano Mestre: Porto de Recife. Florianópolis, SC: 2015b. Disponível em: http://www.infraestrutura.gov.br/images/SNP/planejamento_portuario/planos_mestres/versao_completa/pm25.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

CAVALCANTI, Helenilda; SOUZA, Maria Ângela de Almeida; OLIVEIRA, Roberto Veras (Org.) **Suape desenvolvimento em questão impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2018.

CERQUEIRA, Vicente; HEMAIS, Carlos A.. Estratégia Tecnológica e a Indústria Brasileira de Transformação de Polímeros. **Polímeros**, São Carlos, v. 11, n. 3, p. 7-10, Sept. 2001. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-14282001000300004&lng=en&nrm=iso. access on 28 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-14282001000300004>.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial.** São Paulo: Editora Ática, 2000. 7ª ed. Série Princípios.



CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. **Boletim Geográfico: IBGE**, nº 179, Rio de Janeiro: 1964.

EGLER, Claudio A. G. **Questão regional e gestão do território no Brasil**. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Geografia: Conceitos e Temas. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 207 - 238.

FISCHER, André. Les ports maritimes. Essai de Classification. **Information Géographique**. n. 3, 1963, . 105-114.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 31 ed. Companhia editora nacional, 2002.

GUMIERO, Rafael Gonçalves. A concepção de desenvolvimento nos quatro momentos de implementação do complexo industrial portuário de Suape: 1955 a 2015. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, São Paulo , v. 20, n. 1, p. 32-50, abr. 2018 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-15292018000100032&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 de setembro de 2019.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento econômico..** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958. 314 p.

MACHADO, Edson de Moraes. **A questão portuária nacional: estudo geográfico**. 2020. 399 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre a geografia urbana brasileira. In: **Novos Rumos da geografia brasileira**. Santos, M. (org.). São Paulo: Hucitec, 1982.

MAMIGONIAN, Armen. O Nordeste e o Sudeste da divisão regional do Brasil. Geografia Econômica: Anais de Geografia Econômica e Social, Florianópolis - SC, v. 1, n. 1, p.49- 70, 1 abr. 2009. Anual.

MYRDAL, Gunnar. **Economic theory and underdeveloped regions..** London G. Duckworth, 1957.

NUNES, Liliane de Souza. Porto de Suape como provedor de Pernambuco nas relações internacionais. **Faculdade Damas. NEARI em Revista**, v. 03, n. 03, 2017. Disponível em: <https://www.faculadadedamas.edu.br/revistafd/index.php/neari/article/view/510/449>. Acesso em: 07 de janeiro de 2020.

PEDROSA, Fred Rego Barros. Embates sociopolíticos na implantação do Complexo Industrial Portuário de Suape: uma política pública de proteção ao meio ambiente de Pernambuco (1973-1980). **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/>

PERROUX, François. **A economia do século XX..** Lisboa: Herder, 1967.

RANGEL, Ignácio M. Características e perspectivas da integração das economias regionais. **Revista do BNDE**, Rio de Janeiro, v.5, n.2 , p. 43-71, dez. 1968.

RATTNER, Henrique. **Industrialização e concentração econômica em São Paulo**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1972.



SÁ, Maria Evelina Menezes de; SANTOS, Maria de Lourdes Florencio. **Análise comparativa entre os portos do Recife e de Suape: desafios para a gestão ambiental.** 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Ambientais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6026>. Acesso em: 03 de outubro de 2019.

SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1965.

SANTOS, Milton. **A Urbanização desigual.** 1 ed. São Paulo: Vozes, 1980.

SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira.** 1 ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013. 476 p.

SEBRAE. **Suape Global, Suape Local: o caminho sinuoso do desenvolvimento integrado.** 2009. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/estudosecopolis_suapeglobal.pdf. Acesso em: 17 de janeiro de 2020.

SIDRA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática.** Produto interno bruto dos municípios 2002-2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

SANTOS, Milton. **A Urbanização desigual: A Especificidade do Fenômeno Urbano em Países Subdesenvolvidos.** 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1982.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. O complexo industrial portuário de Suape enquanto instrumento de política territorial. Recife: **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 8, n. 2, p 165-184, 1992.

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento Polarizado e Desequilíbrios Regionais no Brasil. **Revista Análise Econômica**, v.11, n.19. Porto Alegre, 1993. p. 29-59.

SUAPE. Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Apresentação - Complexo Industrial e Portuário de Suape: Pernambuco preparado para novos negócios. 2015. Acesso em: 23/12/2020. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/ADDiper/apresentao-suape-2015>

SUAPE. Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Histórico: 1970. Acesso em: 28/12/2020. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/pt/institucional/historico-de-suape/117-1970>.



CAPÍTULO 17

DOI: 10.47402/ed.ep.c202170816639

FORMAS URBANAS E DIFERENCIAÇÕES SOCIOESPACIAIS: UM ESTUDO SOBRE A CIDADE DE NATAL – RN

Denis Rodrigues Dantas, Mestre em Geografia pela UFRN
Julia Diniz de Oliveira, Doutorando em Geografia pela UFRN
João Paulo de Almeida Amorim, Doutorando em Geografia pela UFRN

RESUMO

Desde a antiguidade, através da morfologia e da tipologia das cidades, podemos rever na história modelos urbanos que configuraram diferentes cidades na história das civilizações (MENDES, 2011). Muitos desses modelos ainda são vistos nas cidades atuais, podendo apresentar sintonia ou desarranjo com as tipologias construtivas da cidade moderna. Este trabalho tem como objetivo compreender na escala intraurbano os processos e as dinâmicas da produção do espaço, através da morfologia urbana e da diferenciação socioespacial na cidade de Natal - RN. Para tanto, os procedimentos metodológicos realizados foram: pesquisa bibliográfica, com ênfase na produção do espaço, forma urbana e diferenciação socioespacial; e trabalho de campo em bairros da cidade de Natal. Em síntese, os resultados demonstram que as diferenças presentes nas áreas estudadas da cidade de Natal não são apenas morfológicas, como também, econômicas e sociais, que por sua vez influenciam suas estruturas e peculiaridades espaciais.

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia Urbana. Modelos urbanos. Intraurbano. Rio Grande do Norte. Natal.

1. INTRODUÇÃO

Cidade e forma urbana sempre se constituíram como dois aspectos ligados ao *habitat* das civilizações humanas. Desde a antiguidade, através da morfologia e da tipologia das cidades, podemos rever na história, modelos urbanos que configuraram diferentes cidades na história das civilizações (MENDES, 2011). Muitos desses modelos ainda são vistos nas cidades atuais, podendo apresentar sintonia ou desarranjo com as tipologias construtivas da cidade moderna.

A sintonia e os desarranjos presentes na morfologia das cidades marcam o momento atual, se combinam como consequência das transformações na relação espaço/tempo nos “lugares da metrópole” sob a forma de ruptura de ritmo, que se traduzem em movimento de construção e transformação, lidas na morfologia urbana e passíveis de serem apreendidas na vida cotidiana (CARLOS, 2007).



Uma das temáticas exploradas na Geografia Urbana pelas consequências do uso e apropriação do espaço tem sido a diferenciação socioespacial, resultante das diversas práticas espaciais e, conseqüentemente, da morfologia que as cidades têm apresentado. A morfologia urbana, ou simplesmente forma urbana, pode ser expressa pela produção e análise de tipologia das cidades, como o plano urbano, as características do sítio urbano e usos do solo, considerando a complexidade dos aspectos que compõem esses espaços, sejam sociais, culturais, políticos e econômicos.

Considerando a morfologia urbana estabelecida pelas práticas espaciais o presente trabalho tem como objetivo compreender os processos e as dinâmicas da produção do espaço urbano na cidade de Natal - RN. Para tanto, buscou-se articular diferentes conceitos e referenciais teóricos para a produção do espaço, morfologia urbana e diferenciação socioespacial, além da realização de trabalho de campo em bairros do município de Natal - RN.

2. MORFOLOGIA URBANA E CONFIGURAÇÃO DA PAISAGEM

O termo morfologia é utilizado para designar o estudo da configuração e da estrutura exterior de um objeto (LAMAS, 2011, p. 38). Ao buscarmos a concepção da palavra morfologia, deparamo-nos diretamente com o termo *forma*: estudo do aspecto, da forma, da aparência da matéria, conforme aponta o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (2017, não paginado).

A morfologia urbana é o estudo da forma do meio urbano, nas partes físicas exteriores, ou elementos morfológicos, e na sua produção e transformação no tempo (LAMAS, 2011). Considerando o conjunto de elementos que compõe a morfologia urbana cria-se a possibilidade de atuar nesse campo a partir de diferentes áreas do conhecimento, como arquitetura, história, filosofia e sociologia, de maneiras distintas e/ou complementares. Na ciência geográfica a forma urbana também tem sido objeto de estudo, a exemplo das abordagens feitas por Capel (2002; 2005; 2013), estas podendo compreender as características físicas e espaciais que estão atreladas à estrutura urbana.

A partir da análise das formas é possível considerar um conjunto de elementos (plano, edificações, parcelamento, usos do solo) que deem conta de captar a complexidade do espaço urbano. Contudo, a forma urbana não deve ser apreendida com uma visão limitada e restrita à descrição de formas. Segundo Capel (2002), esta serve singularmente como um ponto de partida, e como um ponto de chegada à análise urbana.



Lefebvre (1999, p. 114) chama a atenção que é a própria *forma*, enquanto geradora de um *objeto virtual*, o urbano, encontro e reunião de todos os objetos e sujeitos existentes e possíveis, que é preciso explorar. Não devendo ficar restrito apenas à forma urbana no “*sentido habitual do termo, isto é, geométrico ou plástico*”. Nesta perspectiva, a análise geográfica não deve se restringir a características superficiais, principalmente quando nos referimos à cidade e ao urbano no contexto da produção do espaço.

Alguns autores, segundo Sposito (2004; 2011), enfatizam a ideia de cidade como uma unidade espacial que sustentam leituras sobre suas estruturas e/ou processos de estruturação. Sposito (2011) destaca a necessidade de pensar a situação geográfica e a morfologia urbana como conceitos que precisam ser revalorizados e repensados a partir das relações espaço e tempo. Neste sentido, cumpre-se observar que a estrutura da cidade não é inerte, pois permanece em contínuo movimento pelo próprio processo de (re)estruturação. Nesta direção, a autora concebe que:

o conceito de morfologia urbana não se referiria [apenas] a uma dada forma urbana (extensão e volume), tal como ela se apresenta configurada espacialmente, mas ao processo de sua gênese e desenvolvimento, segundo os quais podemos explicar essa morfologia e não apenas descrevê-la ou representá-la gráfica ou cartograficamente. Aceitando-se essa perspectiva, a morfologia urbana refere-se não apenas à forma, mas também aos conteúdos que orientam essa forma e são por ela redefinidos continuamente (SPOSITO, 2004, p. 66).

Depreende-se assim que cidade é mais do que sua forma física e concreta, pois compreende socializações de quem habita e conseqüentemente desenham sua forma. Portanto, a análise da morfologia urbana apresenta um importante caminho para a ciência geográfica, devendo avançar do entendimento inerte para o dinâmico, numa perspectiva de ocorrências que incidem através do tempo, do imediato ao mediato.

Por isso, o estudo da morfologia tem com frequência se associado com o análises da paisagem ou da fisionomia urbana. Conforme Whitacker e Miyazaki (2012, p. 317):

o estudo das formas urbanas permite que se apreenda a paisagem geográfica, tomada como manifestação formal do espaço, por meio de elementos comparáveis, sistematicamente, entre os objetos estudados (a cidade, ou áreas da cidade), ou recortes analíticos (o sítio e o plano figurando como os mais representativos nos estudos, mas não se podendo olvidar dos conjuntos e/ou elementos arquitetônicos) (WHITACKER; MIYAZAKI, 2012, p. 317).

Sendo assim, o estudo da paisagem, na geografia, implica na compreensão das relações do empírico com a maneira que este, traduzido nas formas espaciais, é apreendido pelo homem, ganhando significação (WHITACKER; MIYAZAKI, 2012). A paisagem também expressa ações e relações que proporcionam uma investigação sobre a cidade.



Para tratar da morfologia urbana, Capel (2002, 2005) propõe uma reflexão sobre as dimensões que estão imbricadas em sua forma, como a técnica, a cultura e as dimensões sociais, que se expressam por meio de edificações, estas sendo a parte mais visível da paisagem urbana.

Capel (2002, 2005) faz uma abordagem geral sobre a técnica e sua influência nas edificações como um todo. Já a dimensão cultural está ligada aos valores e crenças religiosas que podem influenciar nos tipos de construções, desde a disposição geral das edificações as suas características internas (conteúdos), e a dimensões sociais definidas pelos padrões construtivos divididos entre setores ricos e pobres, como também, as construções que tem relações diretas com o Estado e as que não têm essa vinculação. Para o autor, não podemos analisar a morfologia urbana de modo a classificá-la apenas pela variável espacial, pois é necessário considerar ainda os fatores naturais, culturais, econômicos, sociais e históricos.

As tipologias de construções e moradias são algumas das formas que caracterizam uma determinada área ou espaço da cidade. Para Capel (2005) as diferenças entre padrões construtivos afetam desde a estrutura e disposição geral das casas, quanto às formas ornamentais de portas e janelas, incorporadas por inovações arquitetônicas e influenciadas por estilos e gostos diversos. As diferenças também dizem respeito às condições econômicas e sociais da população, mostrando características diferenciadas entre cidades, bairros ou ruas, através de suas particularidades.

Para Carlos (2007, p. 55) “a análise da morfologia da cidade revela uma dimensão que não é apenas espacial, mas também temporal, ao mesmo tempo em que, aponta uma profunda contradição nos processos de apropriação do espaço pela sociedade”. Nesta concepção, a vida cotidiana se imprime na morfologia através do tempo, carregada por um valor social que faz parte do “quadro de referência da vida”.

Portanto, as formas urbanas constituem-se em um conjunto de diversos e complexos elementos articulados, tornando-se necessário aprofundar nas análises que são indispensáveis na produção do espaço.

3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL

O entendimento de diferentes conceituações e variáveis que se postulam à produção do espaço enquanto meio de investigação, depende de como se analisa e se compreende as contradições que dão sentido e formas às relações sociais que ocorrem no espaço. Tratar de produção do espaço remete-nos a uma teia de relações que se entrelaçam pela atuação de



diferentes agentes e práticas sociais, principalmente por considerar diversos interesses e, conseqüentemente, produzir diferenças socioespaciais.

Neste sentido, deve-se pensar a produção do espaço articulada à reprodução das relações sociais (*lato sensu*) em uma dimensão de prática socioespacial, no qual se revela a realização da vida. O espaço como um movimento triádico que o estabelece como “produto, condição e meio” para a reprodução da sociedade (CARLOS, 2011).

Sob essa perspectiva, a autora indica que a produção do espaço traz como consequência a sua reprodução, ganhando *status* de categoria central de análise na compreensão do movimento realizado pela sociedade. Neste sentido, elenca algumas dimensões reveladas no espaço geográfico:

Material – que se refere à dimensão física, espaço-tempo da vida real como prática sócio-espacial concreta [...] No plano material, depreende-se a morfologia como forma/estrutura/função, como produto direto das relações de produção, mas também de propriedade. Por sua vez, a morfologia compõe, com a paisagem e o lugar, uma tríade.

Concreta – objetividade não absoluta, ele revela-se na dialética com a subjetividade – a sociedade produzindo e reproduzindo-se e tomando consciência de sua própria reprodução.

Abstrata – [...] conhecimento e análise de categorias novas: apropriação, uso, valor de uso-valor de troca [...] (CARLOS, 2011, p. 66-67, *grifo nosso*).

A reprodução admite o prosseguimento de um processo, tornando-se, neste caso, diretamente relacionado à dinâmica da vida social. A reprodução também nos remete à ideia de acumulação capitalista, meio de contradições e conflitos produzidos no próprio espaço. A sociedade atual, todavia, é movida pelo capital, e através deste estruturam-se morfologias de contrastes constituindo na paisagem urbana uma forte luta de classes.

Sendo o urbano uma abstração, envolvendo todo um processo de reprodução do capital por meio de relações contraditórias, a cidade torna-se *locus* da produção e da acumulação do capital, movida por interesses de distintos agentes urbanos. Mas afinal, quem são esses agentes sociais produtores do espaço urbano?

As discussões acerca dos agentes urbanos ganharam ênfase a partir das décadas 1980 e 1990, não só na geografia como também em outras ciências, e destacam-se autores como: Jan Lojckine, M. Castells, Henri Lefebvre, David Harvey e Horácio Capel.

Segundo Vasconcelos (2011), o geógrafo britânico David Harvey trouxe uma grande contribuição a cerca dos agentes urbanos no seu livro “*Justiça Social e a Cidade*”, utilizando a dominação “atores do mercado da moradia”, destacando que “cada grupo tem um modo distinto de determinar o valor de uso e o valor de troca” (1980, p. 39). Harvey estabelece alguns atores



como os usuários de moradia; os corretores de imóveis, os proprietários; os incorporadores imobiliários e as indústrias de construção de moradias; as instituições financeiras; e as instituições governamentais. Também afirma que o valor de uso para um é o valor de troca para outro (ibidem, 1980, p. 141).

Capel (2013, p. 17) também utiliza o termo atores, mas, diferenciando-os dos agentes urbanos: para ele os atores “son todos los individuos y grupos sociales presentes em la ciudad, que viven y se mueven em ella”. Já os agentes urbanos são caracterizados por intervir na construção das cidades. Para tanto, destaca as grandes empresas industriais e de serviços; os proprietários do solo (que realizam parcelamentos legais e ilegais nas periferias urbanas); os promotores; as construtoras; e o Estado.

Essa discussão ainda avança na identificação de agentes diretos e indiretos, e agentes públicos e privados, bem como suas alianças movidas pela lógica da financeirização capitalista. Para Corrêa (2011, p. 44) são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano. Afirma-se que os processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento.

Na produção capitalista do espaço, este torna-se mercadoria, por meio de sua forma física/concreta ou pelo lançamento no mercado de empreendimentos e equipamentos imobiliários, ou pela própria financeirização, no qual a circulação financeira do capital se apropria do espaço. Nesta última condição, o espaço deixa de ser uma mercadoria física/concreta e passa a ser uma especulação, por meio de fundos imobiliários e crédito (TROMBETA; SOARES, 2015).

Diante das discussões levantadas, refazemos um questionamento incitado por Carlos (2011, p. 62): “mas a noção de produção do espaço estaria livre de ser reduzida à simples objetivação da ação da sociedade presentificada na morfologia?”. A noção de produção/reprodução e o deslocamento do enfoque econômico da noção de acumulação permitiriam, dessa forma, considerar um movimento que vai da acumulação à reprodução como uma questão social:

a) ultrapassando a compreensão do indivíduo como força de trabalho; b) superando a ambiguidade da compreensão do espaço reduzido à ideia de meio ambiente; c) pensando as lutas da sociedade como lutas do espaço, envolvendo a apropriação contra a propriedade; d) iluminando as representações construídas sobre o espaço (CARLOS, 2011, p. 62).



Pressupõe-se a produção do espaço para além de um sentido econômico, abrangendo a compreensão da sociedade em seu movimento mais amplo, “o que faz com que as particularidades dos lugares se reafirmem constantemente, referindo-se, portanto, à escala local (apesar de articulados cada vez mais global)” (CARLOS, 2011, p. 64).

Nesta perspectiva, a diferenciação socioespacial se faz um elemento fundamental para apreensão e entendimento do espaço. “Sem diferenciação socioespacial não haveria Geografia nem as demais ciências sociais, tais como hoje nós as definimos” (CORRÊA, 2007, p. 2). Esta por sua vez é necessária e também parte integrante da ação humana. Mas o que seria a diferenciação socioespacial? Carlos (2007, p. 46) entende a desigualdade como centro explicativo da diferenciação e esta imanente à produção espacial, e “é, ao mesmo tempo, pressuposto e produto (contraditório e necessário) do processo histórico de produção do espaço, vivida concreta e praticamente a escala do lugar”.

Conforme Corrêa (2007), o urbano pode ser concebido em duas escalas conceituais, a saber: a escala da rede urbana e a do espaço intraurbano “As duas escalas descrevem diferenciações socioespaciais que, no entanto, são complementares entre si” (CORRÊA, 2007, p. 63). Para Serpa (2011) a centralidade é um aspecto fundamental para discutir as diferenciações socioespaciais, principalmente, dos seus conteúdos e a forma de analisá-los. Centralidades hierarquizadas ou áreas centrais especializadas descrevem diferenciações em uma escala ampla, como por exemplo, a da rede urbana.

Para uma análise da diferenciação socioespacial na escala do espaço intraurbano, Corrêa (2007) apresenta um conjunto de temas que são próprios desta escala, a saber:

i – A localização das atividades econômicas no espaço intra-urbano e a interpretação dos padrões resultantes; ii – O processo de constituição da divisão econômica do espaço, incluindo a ação de agentes sociais e suas lógicas; iii – A identificação das áreas sociais e sua variação no tempo; IV – O processo de constituição das áreas sociais, envolvendo os agentes sociais e os conflitos que emergiram; v – As interações espaciais vinculadas à circulação do capital, à jornada para o trabalho, à visita a parentes e amigos, ao lazer, ao templo; vi – O processo de criação da instável franja rural-urbana e sua urbanização; vii – A criação de infra-estrutura, geral ou específica, e os embates em torno de sua localização; viii – As representações sociais a respeito das diferenças socioespaciais e interpretação dessas representações; ix – Uma área da cidade, bairro ou rua, envolvendo o sentido para os seus moradores (Ibidem, 2007, p. 67).

Adotando a referida escala, a diferenciação socioespacial pode se apresentar pela divisão econômica, pela divisão de usos do solo, áreas industriais, eixos comerciais espontâneos ou planejados, como pela divisão social do espaço, por meio do centro e periferia e diferenciações entre padrões de moradias. Portanto, as diferenças sociais e econômicas



presentes no espaço correspondem às diversas interações que resultam de processos e práticas socioespaciais.

Na escala da rede urbana Corrêa (2007) também apresenta alguns temas próprios à referida escala:

i – A gênese e dinâmica das cidades é um deles, incluindo-se as condições externas e internas da criação e o papel de agentes sociais locais e externos; ii - O processo de transformação funcional ou, ao contrário, a cristalização funcional, e seus agentes é outro tema: com ele a centralidade e as especializações; iv – As interações espaciais, curtas e/ou a longa distância, com distintos direcionamento, frequência e natureza dos bens e serviços, constituem outro elemento que se reporta à inserção de cada cidade na divisão territorial do trabalho [...]; v - A forma espacial da rede urbana, por fim, sintetiza a espaço-temporalidade da rede urbana [...] (CORRÊA, 2007, p. 65).

São nestes aspectos que se encontram possibilidades para identificar diferenciações funcionais em centros urbanos ou até mesmo a equiparação de tamanho e dinâmicas entre cidades, pois tomando como base Sposito (2011), os tecidos urbanos, no período atual, se estabelecem crescentemente em descontinuidade, mesmo que integradas por meios de transporte e comunicação que proporcionam continuidades espaciais, as descontinuidades territoriais se definem nas formas.

Por isso, não é possível ver a cidade atual como uma unidade, visando que as articulações entre campo e cidade se estabelecem mais intensas do que nunca, não se tratando apenas da divisão técnica, social e territorial do trabalho, mas também as articulações expressas nas formas espaciais em que a cidade e o campo se imbricam (SPOSITO, 2011).

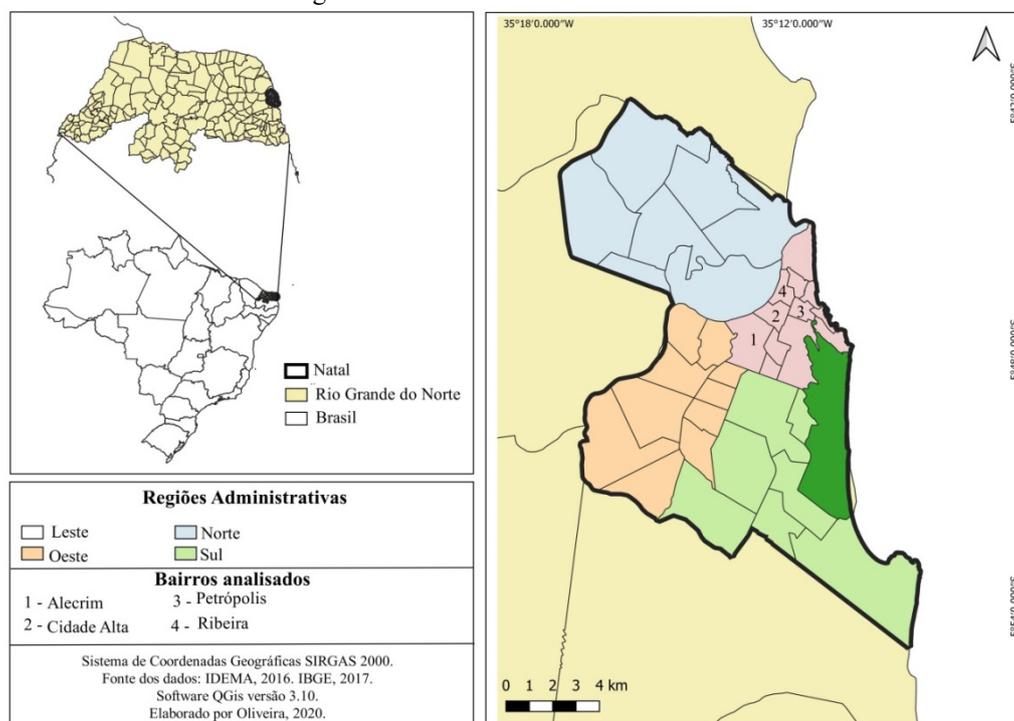
Nesse sentido, a investigação que se remete a produção do espaço, pode ser analisada através das formas urbanas, não só pelo seu aspecto físico, mas abarcando as diversas dimensões que a compreendem, podendo estabelecer ligações com as diferenças socioespaciais presentes nas cidades.

4. AS FORMAS URBANAS DA CIDADE DE NATAL

Com o objetivo de apresentar um estudo das formas urbanas do município de Natal/RN e identificar algumas características da diferenciação socioespacial, elencou-se quatro bairros da Zona Leste da cidade, são eles: Alecrim, Ribeira, Cidade Alta e Petrópolis (Figura 1). Para escolha dos bairros considerou-se suas particularidades e proximidade a Zona Norte de Natal, o que favorece uma comparação entre as dinâmicas apresentadas nas duas zonas.



Figura 1: Bairros da cidade de Natal - RN.



Elaborado por Oliveira, 2020.

De acordo com Moudon (1997 *apud* Whitacker e Miyazaki 2012), a forma urbana é definida por três elementos físicos fundamentais: a) “as edificações e os espaços abertos relacionados, às parcelas ou lotes e o plano”; b) “a forma urbana pode ser compreendida em diferentes níveis escalares, da edificação ao recorte da aglomeração urbana, ou supraurbano”; e c) “a dimensão histórica e processual também é condição fundamental para compreensão das formas urbanas”.

Tomando como base o plano dos bairros estudados, identifica-se a predominância do plano do tipo ortogonal (ou regular), com exceção a algumas áreas do bairro Cidade Alta por apresentar plano irregular. A cidade de Natal não possui um único tipo de plano específico, e sim uma diversidade de planos espalhados pela cidade, assim como acontece na maioria das cidades, como explicitado por Santos (1981). Lima (1998) destaca que o Plano Polidrelli, foi responsável pelo parcelamento do solo na cidade de Natal com uma trama xadrez, mas sem preocupação funcional definindo o bairro Cidade Nova, hoje sendo compreendido pelos bairros Petrópolis e Tirol. Este plano foi responsável por introduzir o urbanismo moderno na cidade, com vias largas e os principais corredores de maior proporção territorial da cidade (nas



proximidades do Rio Potengi), que iriam se consolidar com os parcelamentos urbanos a partir de 1940 (LIMA, 1998).

O parcelamento, sejam eles legais ou ilegais, através de agentes urbanos, constitui-se, historicamente, numa forma importante na produção do espaço das cidades brasileiras. A interação do parcelamento do solo juntamente com a construção teve um papel importante para o desenho das cidades como um todo. Essa relação contribui para outras formas de produção do espaço urbano, como planos urbanísticos, loteamentos, condomínios, conjuntos habitacionais, entre outros.

Segundo Silva (2014) a cidade de Natal, tomando como base o seu sentido urbanístico, é resultado do século XX pela expansão da sua malha viária e pelo surgimento de novos bairros correspondentes as Zonas Sul, Norte e Oeste, “em um processo de fragmentação espacial motivada pela abertura de loteamentos, conjuntos habitacionais e novos eixos de centralidade comercial” (SILVA, 2014, p. 1706). Com isso, o centro histórico (da Cidade Alta e Ribeira) consolidou-se como espaços que foram aos poucos diminuindo sua dinamicidade econômica conquistada nas décadas anteriores.

No cenário urbano do bairro Cidade Alta, identifica-se algumas rugosidades, a exemplo de casas antigas conjugadas e ruas estreitas na proximidade da Igreja de Santo Antonio (Figura 2).

Figura 2: Igreja Santo Antônio (construída em 1766).



Foto: acervo dos autores, 2019.

A referida igreja tem característica barroca, localizada em uma área com grande influência do período Colonial, sendo um dos poucos conjuntos barrocos ainda existentes no Nordeste brasileiro. Algumas das casas ainda conservam nas fachadas suas características originais, sendo possível identificar, por exemplo, a que grupo social os indivíduos pertenciam pelo estabelecimento de “eira e beira” nas construções, e ao mesmo tempo, a possibilidade de



relacioná-los ao o nível técnico da sociedade em um determinado período. Diante disso, tais aspectos nos mostram que a morfologia urbana no bairro é marcante para a cidade, singularmente em relação ao fator histórico e cultural.

Na maioria dos casos, as antigas edificações, como prédios antigos, têm hoje novas funções, diferentes daquelas para as quais foram construídas. É provável que, desde sua construção até os dias atuais tenham tido ainda outras diferentes funções. Destacamos, um prédio antigo utilizado pelo Estado na referida área (Natal Prev), por exemplo.

É possível identificar diferenciações espaciais nos bairros analisados ainda pela presença de áreas comerciais e residenciais. O bairro Alecrim destaca-se pelo comércio popular “prova que a presença maciça deste setor faz emergir a grande popularidade adquirida ao longo do tempo no bairro, movida pelo grande fluxo de pessoas que transitam nas ruas, vindas de toda parte do Estado” (BEZERRA, 2005, p. 117).

O Alecrim é, ainda, lugar de encontro de práticas sociais da população natalense, que em função da sua localização geográfica, disponibiliza a existência de importantes vias de circulação de veículos e de pessoas que cruzam a cidade diariamente (BEZERRA, 2005). O comércio no bairro do Alecrim lhe dá características peculiares em relação aos demais espaços da cidade, na medida em que o uso do solo se torna predominantemente de uma atividade específica (comércio popular), correspondendo a uma dimensão espacial que está para além do visível. Porém, essas características possibilita-nos uma relação do uso do solo com a morfologia urbana apreendida.

Neste mesmo sentido, observando a paisagem no bairro da Ribeira, percebe-se uma série de serviços voltados para a saúde com diferentes padrões de construção, áreas críticas em relação à disposição de infraestrutura e presença de assentamentos populares. Afirma-se também a existência de vazios urbanos conforme identificado por Silva (2014), com a forte presença de prédios, armazéns e casas deterioradas (Figuras 3 e 4), áreas construídas que implicam muito além de sua forma estática e sem utilidade, interferindo em aspectos como o custo de vida, a irregularidade do solo, na ocupação do solo urbano, e principalmente, na especulação imobiliária.



Figura 3: Prédio antigo no bairro da Ribeira.



Figura 4: Construção antiga no bairro da Ribeira.



Fonte: Silva, 2014.

O que se observa no referido bairro é que o tecido urbano não estabelece uma continuidade, envolvendo uma parte esquecida, decadente e outra em pleno desenvolvimento imobiliário. No entanto, devem ser vistas como partes que compõem a infraestrutura urbana do bairro.

Fazendo um contraponto ao bairro Petrópolis, este se apresenta como um dos mais valorizados da cidade de Natal, tendo em vista seus atributos como: elementos paisagísticos de grande valor e boas condições em relação à infraestrutura e serviços públicos. É a área que apresenta o preço do solo mais elevado da cidade, oferecendo um *status* especial aos moradores, e exercendo uma localização central que possibilita acesso a várias partes da cidade.

O que chama a atenção em relação aos bairros estudados é a disparidade destes com algumas áreas da Região Administrativa Norte (ou Zona Norte de Natal), no que diz respeito a deficiência de equipamentos sociais, como escolas, maternidades, postos de saúde, instituições bancárias, entre outros. Segundo Silva (2003) a construção na Zona Norte foi efetivada pela informalidade na comercialização e implementação de loteamentos por diferentes tipos de loteadores, mas com a mesma inadequação à legislação existente, sem oferta de praças, ruas pavimentadas, ou ligação viária com as outras áreas, abrindo espaço para áreas de autoconstrução.

Dessa forma, na Zona Norte passou a existir, em um mesmo período cronológico, a produção de dois padrões de assentamento habitacional (conjuntos e loteamentos), sendo um deles fomentado pelo Estado e outro pelo “mercado” de terras, tendo a demarcação de espaços não apenas diferentes, mas também desiguais (SILVA, 2003). É relevante salientar, que estes conjuntos e loteamentos se distinguem morfologicamente.



Uma característica importante notada, através do trabalho realizado em campo em algumas áreas da Zona Norte, foi a mudança de função das construções, que anteriormente eram espaços destinados à moradia e, atualmente, comércios ocupam o térreo das construções com suas fachadas, e a cobertura se transforma em uso residencial, a exemplo da Rua Pompéia.

Atualmente, o espaço urbano da Zona Norte de Natal vem sendo modificado paulatinamente pelo surgimento de condomínios construídos em blocos (Figura 5 e 6), dando uma nova forma para esta área da cidade. Os novos empreendimentos imobiliários vão sendo construídos em espaços vazios.

Figura 5: Imóveis populares no Conjunto Brasil Novo.



Figura 6: Condomínio East Park – Lot. Pompeia.



Fotos: Carvalho, 2017.

O adensamento é outra variável que pode ser verificada nas áreas estudadas, comparando, por exemplo, as áreas mais e menos densas. Também se torna possível identificar áreas morfologicamente heterogêneas ou homogêneas, que evidenciam aspectos de diferenciação socioespacial pelos padrões construtivos.

Se por um lado, a cidade é escassa em vazios urbanos - ou pelo menos existem vazios urbanos que muitas das vezes não são considerados como os identificados anteriormente -, a cidade se expande territorialmente através loteamentos populares na Zona Norte. Entende-se que o motivo para a expansão se remete à especulação de novos produtos imobiliários como os espaços residenciais fechados.

Esses novos empreendimentos potencializam a comercialização da cidade como também resultam na intensificação da diferenciação socioespacial presente na mesma. Tais



produtos não são vendidos apenas pelo valor agregado, mas também pelo *marketing* que oferecem um discurso de segurança, conforto e lazer em um só local.

Dessa forma, percebe-se diferenças não só morfológicas, como também, econômicas e sociais nas áreas estudadas na cidade de Natal que influenciam suas estruturas e peculiaridades espaciais. Estes aspectos também se interligam ao crescimento urbano, seja ele espontâneo ou planejado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise na escala intraurbano na cidade de Natal foi possível apreender diversas facetas sobre a produção do espaço a partir da morfologia urbana, compreendido pela reprodução da vida social cotidiana que visa seu desenvolvimento pelo consumo.

Pode-se concluir que a atuação dos agentes urbanos tem contribuído para o surgimento de áreas morfológicamente homogêneas ou heterogêneas, evidenciando a separação de classes sociais, no qual os indivíduos com maior poder aquisitivo residem onde há uma melhor infraestrutura, como também, as classes de menor poder aquisitivo ocupando as periferias urbanas.

Além disso, o parcelamento do solo, legal ou ilegal tem contribuído para o surgimento de novos conjuntos e loteamentos urbanos, favorecendo o crescimento das cidades. Por sua vez, esse processo gera diferenciações socioespaciais que torna áreas com características próprias, o que ficou evidente na dinâmica urbana de Natal.

6. AGRADECIMENTOS

Agradecimentos À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (Capes) pelo financiamento desta pesquisa junto ao programa de pós-graduação em Geografia.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Josué Alencar. **A reafirmação do bairro:** um estudo geo-histórico do bairro do Alecrim na cidade de Natal/RN. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFRN, Natal, 2005.

CAPEL, Horácio. **La morfología de las ciudades**, Vol. I: Sociedad, Cultura y paisaje urbano. Espanha, Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

_____. **La morfología de las ciudades**, vol. II: Aedes facere: técnica, cultura y clase social en la construcción de edificios. Espanha: Ediciones del Serbal, 2005.

_____. **La morfología de las ciudades**, Vol. III: Agentes urbanos y mercado inmobiliario. Espanha, Barcelona: Ediciones del Serbal, 2013.



CARLOS, Ana Fani Alessandri (2011). Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: Carlos, Ana Fani Alessandrini; Souza, Marcelo Lopes de; Sposito, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

CORRÊA, Roberto Lobato (2007). Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Revista Cidades**, v.4, n.6, p. 62-72.

CORRÊA, Roberto Lobato (2011). Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: Carlos, Ana Fani Alessandrini; Souza, Marcelo Lopes de; Sposito, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. (2011). **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Porto, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.

LEFEBVRE, Henry. (1999). **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Ed.UFMG.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LIMA, Pedro dos Santos. **Natal século XX: Do urbanismo ao Planejamento urbano**. [Tese Doutorado]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998. 237p.

MENDES, Teresa Marat. Cidade e Sociedade: Forma Urbana e Modelos Urbanos. **1ª Conferência do PNUM Morfologia Urbana em Portugal: Abordagens e Perspectivas**. Porto, 2011.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**, HUCITEC, São Paulo, 1981.

SERPA, Angelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: Carlos, Ana Fani Alessandrini; Souza, Marcelo Lopes de; Sposito, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto.

SILVA, Alexandre Ferreira Cardoso da. **DEPOIS DAS FRONTEIRAS: A formação dos espaços de pobreza na periferia Norte de Natal – RN**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) UFRN, Natal, 2003.

SILVA, Paula Juliana da. Os vazios urbanos na cidade ne Natal/RN: dos usos as Implicações no desenvolvimento urbano. **VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales**, São Paulo, 2014.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (2011). A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: Carlos, Ana Fani Alessandrini; Souza, Marcelo Lopes de; Sposito, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. 2004. 510f. Tese (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.



TROMBETA, Leticia Roberta; SOARES, Fernanda Bomfim. Aspectos da morfologia urbana e as diferenças socioespaciais no espaço urbano do município de Alvares Machado, São Paulo, Brasil. **Revista Entorno Geográfico** N° 11: 154-175.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo? *In*: Carlos, Ana Fani Alessandrini; Souza, Marcelo Lopes de; Sposito, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto.

WHITACKER, A.; MIYAZAKI, V. O estudo das formas da cidade no âmbito da Geografia Urbana. Apontamentos metodológicos. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n.º 2 (Dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. 2012. P. 307 a 327.



CAPÍTULO 18

DOI: 10.47402/ed.ep.c202170917639

CHARGES, CIDADE E MÍDIA: INTERVENÇÕES COMUNICACIONAIS NA PAISAGEM URBANA

Marcelo Rodrigo da Silva, Doutor em Estudos da Mídia, professor adjunto e coordenador do curso de Jornalismo, UFAM, campus Parintins, ICSEZ

RESUMO

Este breve estudo pretende desenvolver uma observação e reflexão sobre a forma com que o projeto Charges na Rua tornou-se elemento de intervenção comunicacional na paisagem urbana da cidade mídia, em João Pessoa-PB. Pretende-se discutir sobre como as charges de autoria de Régis Soares extrapolaram os limites dos suportes midiáticos e tecnológicos dos veículos tradicionais de imprensa e adquiriram uma materialidade própria e urbana com a linguagem dos *outdoors*, assumindo uma presentificação sob a forma de monumento dinâmico e contestatório na experiência comunicacional no território urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Charges na Rua. Intervenção Comunicacional. Cidade Mídia.

INTRODUÇÃO

O espaço urbano é historicamente um lugar de manifestações, articulações e organização das interações humanas e de todo o universo de significados que circundam suas operações em sociedade. É interessante observar como se dão no tempo e no espaço das cidades esses movimentos que têm, em sua base, processos comunicativos. São processos dinâmicos com fluxos orientados em sentidos diversos: no sentido da representação da cidade nas mídias²³; no sentido das mídias que formam a grande teia de sentidos e da paisagem urbana; e da própria cidade como mídia.

Compreender a densidade e fluidez dos processos comunicativos e midiáticos da cidade demanda um ato observador que se debruce continuamente e considere todas as nuances comunicacionais, sociológicas, antropológicas e filosóficas contempladas nesse contexto. Entretanto, não deixa de ser válida e relevante a iniciativa de análise e percepção de amostras desses processos a partir de um recorte no universo da cidade. Nesse sentido, é apropriado um olhar atento sobre as nuances estéticas²⁴ que revelam os aspectos midiáticos.

²³ O conceito de mídia aqui empregado está atrelado à definição de “media” proposta por RODRIGUES (2016) como “dispositivos técnicos de enunciação”.

²⁴ Estética aqui é abordada no sentido proposto por Jacques Rancière (2005, p. 16-17), como “o sistema das formas a priori determinando o que se dá a sentir. É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. [...] É a partir dessa estética primeira que se pode colocar a questão das “práticas estéticas”, no sentido em que



A observação sobre o fenômeno “Charges na Rua” é um exemplo que se enquadra e compartilha desse entendimento. Pela percepção das formas de visibilidade de uma placa afixada no passeio público, seu modelo de enunciação e sua articulação com o ambiente urbano, pode-se compreender, a partir de um recorte amostral, a lógica que permeia e orienta a comunicação na cidade mídia. Essa questão está justamente no cerne do presente artigo.

Este breve estudo pretende desenvolver uma observação e reflexão sobre a forma com que o Charges na Rua tornou-se elemento de intervenção comunicacional na paisagem urbana da cidade mídia. Discute-se sobre como as charges de autoria de Régis Soares extrapolaram os limites dos suportes midiáticos e tecnológicos dos veículos tradicionais de imprensa e adquiriram uma materialidade própria e urbana com a linguagem dos *outdoors*²⁵, assumindo uma presentificação sob a forma de monumento dinâmico e contestatório na experiência comunicacional da cidade de João Pessoa, capital da Paraíba.

O Charges na Rua é um projeto criado em 1997 por Reginaldo Soares Coutinho, mais conhecido como Régis Soares. Consiste na publicação semanal de charges, pintadas manualmente em uma placa de, aproximadamente, dois metros de largura por um metro e meio de altura, localizada na Rua Etelvina Macedo de Mendonça, número 265, no bairro da Torre. A placa fica na calçada do próprio ateliê do artista.

O Charges na Rua já começou com o objetivo de interferir na paisagem urbana e provocar mudanças na cidade. Conforme relato do criador do projeto ao autor desta pesquisa, a primeira charge foi criada para pedir o conserto de um buraco na rua. Desde esse primeiro momento, percebe-se a função metalinguística do trabalho de Régis Soares, que utiliza a cidade para falar da própria cidade.

As charges começaram a ser expostas em frente a seu atelier, por causa de um buraco na rua, que dificultava o seu trabalho e de todos que ali passavam. Percebendo o descaso das autoridades em atender ao pedido dos moradores que, há muito tempo, reclamavam, Régis resolveu colocar uma charge dentro do buraco que continha a seguinte mensagem: ASSIM EU NÃO VOTO! Valendo ressaltar que isto aconteceu durante um período eleitoral. Percebendo a repercussão causada por esta charge, o artista continuou a colocar outras que reclamavam desse descaso, até que consertaram, depois de quatro anos, o buraco na rua. Porém não parou por aí, o artista sentindo o apoio e estímulo do povo, continua na defesa dos direitos dos cidadãos, exibindo suas charges na rua, que são modificadas semanalmente, abordando assuntos polêmicos,

entendemos, isto é, como formas de visibilidade das práticas da arte, do lugar que ocupam, do que “fazem” no que diz respeito ao comum”.

²⁵ De acordo com definição de Régis Soares, o Charges na Rua sempre manteve a linguagem dos *outdoors*, há mais de 20 anos. Para Agnaldo Pinheiro (1990, p. 9-10), *outdoor* é definido como um “tabuleta de 9 metros de comprimento por 3 de altura, onde são afixadas 32 folhas de papel que, em seu conjunto, formam a mensagem. [...] *Outdoor* é uma das formas de se fazer propaganda ao ar livre, mas nem toda propaganda ao ar livre é um *outdoor*. [...] É formado por chapas galvanizadas pregadas em armações de madeira”.

atuais, presentes na sociedade e que precisam ser informados ao público. (SOARES, 2016)

Além da placa à margem da rua, as charges de Régis Soares são divulgadas no ateliê do cartunista, na página do projeto na rede social do Facebook (www.facebook.com/ChargesNaRua), e na página do projeto (www.chargesnarua.com), juntamente com outros trabalhos, e ainda nos perfis do artista nas redes sociais. Além disso, o chargista e cartunista já publicou seis livros com suas produções.

Figura 1 – Régis Soares ao lado da milésima charge, em setembro de 2014



Fonte: Site www.chargesnarua.com.br

Foi escolhido o Charges na Rua como corpus de análise para o desenvolvimento da presente pesquisa, primeiramente, por ser uma manifestação que traduz um processo curioso, inusitado e distinto de apropriação do espaço urbano e de intervenção no sistema comunicacional da cidade como mídia; depois pelo reconhecimento e respaldo locais atribuídos ao trabalho do artista; e, por fim, pela condição de singularidade do modelo de publicização de charges na cidade de João Pessoa.

Figura 2 – Charge publicada em 03 de junho de 2021



Fonte: perfil do projeto no Facebook (www.facebook.com/chargenarua)

O desenvolvimento das discussões sobre a intervenção comunicacional do Charges na Rua na paisagem urbana de João Pessoa se deu pela observação e análise das relações do modelo comunicativo com o meio. Ou seja, partiu-se de uma observação do ambiente macro, exterior às charges publicadas, com foco nas articulações com o ambiente e a paisagem em volta e o diálogo com o entorno que, de forma conjunta, delinea a cidade como mídia e estabelece as noções e os significados do ecossistema²⁶ urbano.

Sendo assim, as discussões deste artigo dedicaram menor enfoque às observações do ambiente micro, interior à estrutura narrativa das charges, que contempla a análise dos conteúdos e temas abordados pelas mensagens no discurso das charges. Dessa forma, também receberam menor atenção as reflexões acerca da articulação dos elementos semióticos e semânticos que permeiam a construção pictórica e verbal das peças publicadas.

Fez-se necessário esse recorte em decorrência da limitação e brevidade deste artigo, que não abarcaria a contento uma reflexão global com todos os elementos exteriores e interiores que se articulam nos processos comunicativos, sociológicos e antropológicos no universo do fenômeno Charges na Rua.

²⁶ Karin Thrall (2009, p. 363) propõe a visão da cidade enquanto “ecossistema” para a compreensão dos meios pelos quais a cidade, ela mesma, se mostra enquanto mídia. A autora analisa a cidade como “organismo vivo” e como ela se comunica, propondo uma abordagem epistemológica que denomina “ecologia da comunicação”.



A CIDADE MÍDIA

Para o estudo da cidade como mídia, Karin Thrall (2009) se apoia no que chamou de “ecologia da comunicação”, enquanto abordagem epistemológica, para enfrentar a complexidade da produção do conhecimento que, constantemente altera-se e se destrói nas ciências contemporâneas e, ao mesmo tempo, compreender em que medida a visão “ecossistêmica” da cidade envolveria uma necessária dimensão comunicativa de uma epistemologia interdisciplinar.

Isso nos leva a ressaltar elementos fundamentais da ecologia da comunicação no estudo da cidade como mídia: a partir do funcionamento das sociedades como uma dinâmica de rede, ou seja, das relações sistêmicas que ultrapassam a estrutura funcional, parece ficar claro que existem elementos comunicacionais fundamentais que contribuem para criar a “ordem complexa” da cidade. São elementos que permitem interações comunicacionais locais, para então criarem uma organização global. Investigar a cidade enquanto mídia, portanto, requer identificar elementos mediadores e comunicacionais que possivelmente contribuem para a auto-organização da cidade. (THRALL, 2009, p. 367)

O Charges na Rua é justamente um desses elementos mediadores e comunicacionais que contribuem para a auto-organização da cidade ainda para as produções de sentido na cidade como mídia. As formas como as charges integram a paisagem urbana é da cidade mídia, produzindo novas significações entre a subjetividade e a objetividade dos usuários do espaço da cidade, entre o imaginário e o real.

[...] o que se torna relevante no estudo da cidade atual é que a megalópole é mais imaginária do que concretamente vivida, pois dá forma à pluralidade imaginária e, assim, em sua inexorável e rápida mudança, não se deixa apanhar, mas apenas imaginar. Na cidade atual, o papel da imagem se apresenta como variável ecossistêmica fundamental, pois intervém de maneira avassaladora na configuração da rede de relações que permite a constituição de referências em relação ao mundo. (THRALL, 2009, p. 370)

Jesús Martín-Barbero (2008), pesquisar os processos comunicativos e as relações de forças no ambiente urbano, ressalta que os elementos que compõem as cidades em seu conjunto, o bairro, a rua, as praças, têm múltiplas funções. “A rua não é mero espaço de passagem, e sim do encontro, do trabalho e jogo. O pátio das quadras, com tanques de lavar roupas e varais, é lugar de conversa e conjunto escultórico” (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 278).

A negociação do homem com o espaço público é dotada de potencial de improvisação, criatividade estética e desenvoltura, que o adaptam à rotina, mas, ao mesmo tempo, proveem alternativas para criar o diferente, o inusitado, o inesperado. Essa criatividade estética produz efeitos distintos e até contestadores de pressupostos ideológicos das doutrinas tradicionais.

São os grafites ou pichações, as decorações de ônibus, o arranjo das fachadas, os cartuns e até a cenografia das vitrines de armazéns populares. [...] A denúncia política se abre à poética e a poética popular se cobre de densidade política. Diversos modos



de rebelião se encontram e se misturam tatuando protesto na pele da cidade (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 278-279).

Estudando também os processos comunicativos nos espaços urbanos, Serpa (2011) introduz o conceito de subversão, na medida em que a cidade permite o confronto e processos de resignificação a partir as práticas e estratégias de enunciação.

O discurso fabrica o lugar: o lugar da vida cotidiana, da repetição do trabalho (ou da ausência dele), mas também da criatividade e da subversão. Sim, da subversão, pois se trata aqui de grupos, iniciativas que produzem espaço na cidade contemporânea para afirmar ideias alternativas de cultura, para fabricar o lugar a partir de táticas cotidianas de enunciação. (SERPA, 2011, p. 16)

São exatamente essas táticas cotidianas de enunciação que trazem à tona um lugar novo produzido a partir da confrontação de ideias, como acontece com as charges publicadas por Régis Soares, o que as configura também como um modelo de mídia contra hegemônica, que não está circunscrita no roteiro de atuação dos veículos de imprensa tradicionais e hegemônicos. “Os dispositivos institucionais concebem lugares, produzem recortes espaciais que muitas vezes inexistem ou precisam ser reelaborados para os/pelos protagonistas dessa mídia “submersa”, quase sempre invisível para as pesquisas em comunicação.” (SERPA, 2011, p. 17).

[as cidades são] lócus da reprodução da vida cotidiana, permeada por diferentes visões de mundo e diferenciadas ideias de cultura. [...] Se considerarmos que sempre agimos a partir de um lugar e que essas ações se constituem em um enredo, uma enunciação, então todos os lugares são lugares da enunciação, base para a reprodução do vivido e para a realização das práticas especiais. (SERPA, 2011, p. 22-23)

A partir das expressões “diferentes visões de mundo” e “diferenciadas ideias de cultura”, empregadas por Serpa (2011), depreendem-se duas ideias centrais da relação comunicativa do homem com o lugar: ao falar sobre “visão de mundo”, recorre-se ao homem individual e como o “mundo” se comunica com ele para que possa formar sua “visão”. E ao falar de “ideias de cultura”, percebe-se o homem coletivo e a natureza comunicativa, essencial em toda formação cultural.

A integração que resulta entre as experiências humanas e a cidade proporciona aos lugares a capacidade de produzir significados baseados nas relações das diversas dimensões das vidas “normalmente separadas”, mas que se unem pela lógica urbana. Essa é a razão porque a leitura de uma cidade é sempre reveladora: “como fenômeno da experiência humana, o lugar também expressa e condiciona a rotina, os confrontos, os conflitos e as dissonâncias, possibilitando uma leitura da vida cotidiana, com seus ritmos e contradições” (SERPA, 2011, p. 24)

De acordo com Lucrécia Ferrara (2006), para que se torne possível compreender a capacidade midiática de uma cidade ela deve ser interpretada enquanto construção e, sobretudo,



representação. Isto porque o tecido urbano não é “pura construção nem tampouco um organismo espontaneamente desenvolvido, mas é representação de complexas dimensões onde se misturam imagens e sensações que podem esconder ou revelar a cidade” (FERRARA, 2006, p. 43).

Os detalhes e estímulos sensoriais que podem ativar ou aguçar os sentidos humanos, consciente ou inconscientemente, ao entrarem em contato com uma cidade, seguindo o mesmo pensamento, também estabelecem um nível de comunicação. Esses elementos possibilitam sínteses imprevistas de palavras, conceitos e imagens e, conseqüentemente, podem ser lidos sempre sob novas interpretações.

Com base nessa discussão, apreender a cidade como mídia é também destacar a sua aparência, a sua constituição visual. A forma como ela se faz ver. Por este aspecto, a cidade como mídia se constitui como imagem não estática, diferente da imagem fotográfica. É uma imagem em movimento que se modifica a cada nova significação.

Na mimese ou paráfrase, a cidade se repete e se sincroniza através de diversas tecnologias, meios e, sobretudo, outras mídias. Situando-se entre mídias, a cidade é um eixo gerador de uma midialogia cuja lógica é, de um lado, responsável pela sua presença constante como base temática em várias mídias e sobretudo naquelas de massa e, de outro lado, promove o diálogo entre as mídias que nela atuam, nela interagindo estabelecendo-se, entre elas, uma intensa economia persuasiva. (FERRARA, 2006, p. 46)

Pelo relato histórico que descreve o início das manifestações do Charges na Rua, no site do projeto, pode-se perceber que o primeiro movimento realizado por Régios Soares foi a intervenção e a ocupação do espaço físico no ambiente comunicacional da cidade. A ocorrência do fenômeno configura-se como a precipitação do novo, que traz como consequência novas instâncias e relações de comunicação no cenário urbano. A primeira charge ocupou o espaço de um buraco na própria rua. O novo elemento visual em uma situação inusitada e em diálogo com a construção narrativa do texto apresentado ofereceram às pessoas uma experiência sensorial e comunicativa inédita. Essa presentificação e ocupação inesperada e despadronizada automaticamente provocam uma interferência na paisagem comunicacional e desencadeia novos processos simbólicos e de construção do imaginário.

As charges publicadas em um suporte físico na rua continuaram permitindo aos habitantes e usuários daquele espaço experiências sensoriais diferentes e o estabelecimento de novas relações de sentido com o passar das semanas e dos anos. Relações estas influenciadas tanto pela interferência das charges na paisagem urbana como pelo discurso crítico elaborado no interior da narrativa visual e que se remete também à cidade. As táticas de enunciação das



charges não só estimulam a geração de instâncias reflexivas, como também interferem na orientação de ações.

Esse primeiro movimento de intervenção das charges na cidade como mídia perpassa o modelo de comunicação e linguagem com que o Charges na Rua se presentifica. Como o próprio Régis Sares apontou, as publicações se configuram sob a forma de *outdoors*. Para CANEVACCI (1997), os *outdoors* são fontes perenes de comunicação urbana.

Os grandes cartazes publicitários das ruas – os outdoors – são uma fonte tão inexaurível quanto renovável de comunicação urbana. Neles é possível ler-se não só a mensagem explícita, a que se destina vender, mas também o sistema de valores de uma determinada época, num específico contexto sócio-cultural. Este esquema de valores às vezes é partilhado; muito mais frequentemente, porém, a publicidade, em vez de se adequar aos sistemas, que orientam as pessoas, antecipa-os e até mesmo os produz. (CANEVACCI, 1997, p. 184)

Desde o início de sua ocorrência, portanto, as produções do Charges na Rua exercem uma comunicação com predominância da função metalinguística, no sentido de que as charges, enquanto componente físico urbano, é a cidade e fala da cidade. Ela faz uso de sua condição de elemento constituinte da paisagem urbana para representar os próprios temas urbanos. Em outras palavras, o Charges na Rua seria uma mídia da cidade que traz a cidade na mídia. “A cidade é, ao mesmo tempo, objeto comunicativo e sujeito da própria interação que nela se desenvolve” (FERRARA, 2006, p. 43)

[...] de um lado, as condições naturais são utilizadas de formas diferentes pelas sociedades humanas em cada período histórico e em cada cultura, e de outro, a própria natureza é transformada e interpretada pelo homem. Por meio dessa perspectiva, observa-se que, no desenrolar da história, os grupos humanos sucessivos relacionam-se a um quadro natural já modificado e acabam modificando constantemente a produção de técnicas e de quadros imaginários. (THRALL, 2009, p. 371)

Outra etapa determinante para configurar a forma como o Charges na Rua se estabeleceu como elemento constituinte da paisagem comunicacional da cidade mídia foi a apropriação e resistência. Pela repetição e reincidência do processo, com a característica da mutação contínua e a produção de novas abordagens, o Régis Soares apropriou-se do espaço urbano e, aos poucos, adquiriu reconhecimento e valorização por parte dos cidadãos. A publicação de uma charge nova a cada semana dinamizou, por um lado, suas táticas de enunciação e, por outro, os processos de produção simbólica do público que habita ou atravessa a cidade.

A terceira etapa que se observa de definição da forma como o Charges na Rua intervém na paisagem comunicacional da cidade mídia é o empoderamento e legitimação do espaço urbano e do lugar de fala social. A dedicação ao trabalho que manteve a tradição da atualização semanal e, com isso, conquistou credibilidade, rendem um espaço não só físico, mas também simbólico ao Charges na Rua. E esse valor simbólico pode ser verificado nas práticas sociais



que repercutem e reproduzem as peças publicadas no passeio urbano, tais como redes sociais, matérias jornalísticas em veículos tradicionais de imprensa, publicação de livros, análises de pesquisas acadêmicas e outras formas de interação institucionalizadas.

Sobre o diálogo entre os elementos midiáticos e os significados resultantes dos estímulos visuais na paisagem urbana, é preciso, contudo, fazer algumas ponderações. Faz-se necessário observar alguns detalhes envolvidos na mesma atmosfera do Charges na Rua. Com o desenvolvimento comercial na Rua Etelvina Macedo de Mendonça, a quantidade de mídias de comunicação visual se multiplicou. São diversos os letreiros e faixas que disputam a atenção dos transeuntes. As cores de uns concorrendo com as de outros ao mesmo tempo em que interagem e formam uma paisagem urbana carregada de significações. É o cenário que constitui a cidade como mídia. Na fachada do próprio ateliê de Régis Soares, o Charges na Rua disputa a atenção das pessoas com faixas e anúncios sobre os trabalhos do artista. Os processos de diálogo entre essas mídias, que constrói a teia de sentidos e significados na paisagem urbana são os mesmos que podem ocasionar também os ruídos, choques e camuflagens de processos simbólicos e de representação.

Essas são algumas preocupações que permeiam o estudo desses processos, mas que não conseguirão ser abarcados neste artigo. São ponderações que poderão ser aprofundadas na continuação deste estudo ou de estudos futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões e observações do presente artigo foi possível perceber a forma como as manifestações do Charges na Rua como uma interferência na paisagem urbana de João Pessoa. Interferência que surge ao fazer uso da lógica da cidade mídia. O criador da narrativa das charges – com sua linguagem pictórica e verbal – se apropria dos modelos de comunicação da paisagem urbana e interfere nos processos dialógicos e de comunicação da cidade mídia.

Enfrentar o desafio do estudo da cidade como mídia em muito difere de enxergar manifestações da cidade na mídia. Enquanto esta segunda abordagem pode restringir-se à análise da representação da cidade por intermédio de elementos midiáticos variados, o primeiro caso envolve, necessariamente, a investigação, de um lado, dos variados e intrincados tipos de mediações que configuram a cidade, e de outro, dos meios pelos quais a cidade, ela mesma, se mostra enquanto mídia. (THRALL, 2009, p. 363)

Seguindo a lógica da organização das cidades e da fluidificação de seus elementos constituintes, abstrai-se, a partir das observações desenvolvidas neste breve estudo, que o Charges na Rua passa por três etapas ou movimentos bem definidos que determinam a forma como esse projeto, durante esses quase 30 anos, interfere na paisagem comunicacional da



cidade mídia Joao Pessoa. A primeira etapa pode ser identificada como o processo de intervenção e ocupação do espaço na teia estrutural e comunicacional urbana. Posteriormente, pode-se identificar a apropriação e resistência. Apropriação de um espaço/lugar de fala e resistência de suas táticas cotidianas de enunciação diante das relações sociais e de poder no cenário da cidade mídia. E a terceira etapa seria seu empoderamento e legitimação, a partir do reconhecimento social, verificável no compartilhamento das charges, do consumo e repercussão das peças nos espaços físicos e virtuais de expressão popular, além dos veículos tradicionais de imprensa, dos livros, das pesquisas acadêmicas, redes sociais e outras formas de interação dos indivíduos. Esses processos conferem ao Charges na Rua a condição e a capacidade de participação no ambiente comunicacional urbano e determinam a forma como esse processo acontece.

A enumeração dessas etapas ou movimentos é uma entre tantas possibilidades possíveis de sistematização de resultados obtidos a partir das observações de fenômenos comunicacionais verificáveis na sociedade em ambientes de intenso fluxo de trocas simbólicas, como é o caso das cidades. Refletir sobre a lógica que orienta a ação humana nesses ambientes é um exercício salutar que permite a compreensão dos modelos de organização, produção simbólica, operação e uso das mídias e, conseqüentemente, a condução das ações em sociedade.

REFERÊNCIAS

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Cidade**: meio, mídia e mediação. In: Revista Matrizes, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios à mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

PINHEIRO, Agnaldo. (org). **Outdoor**: uma visão do meio por inteiro. Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1990.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. São Paulo: Ed. 34, 2005.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Afinal, o que é mídia?** Disponível em: <<http://www.ciseco.org.br/index.php/artigos/279-afinal-o-que-e-a-midia#voltar1>> Acesso em: 04 out. 20.

SERPA, Ângelo. **Lugar e mídia**. São Paulo: Contexto, 2011.

SOARES, Régis. **15 anos de Charges na Rua**. João Pessoa: Imprell, 2006.



SOARES, Régis. **Biografia**. Disponível em: < <http://www.chargesnarua.com/biografia>>
Acesso em: 28 nov. 2020.

THRALL, Karin. **Gaia cidade**: um estudo da cidade como mídia. In: CARAMELLA, Elaine [et al.]. **Mídias: multiplicações e convergências**. São Paulo: Editora Senac, 2009.



CAPÍTULO 19

BENEFÍCIOS E RISCOS DA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM CUBA: REFLEXÕES INICIAIS

Andréa Kochhann, Pós-Doutora em Educação, Docente efetiva, UEG

RESUMO

A participação no Congreso Universidad de Havana, Cuba, promoveu a visitação em alguns pontos do país, tanto em 2018 quanto em 2020, quando a autora percebeu algumas transformações, que em primeira análise soou como benefícios mas, que em segunda análise pareceu apresentar alguns riscos. A autora se refere a chegada da tecnologia e inovação à Cuba, principalmente no tocante ao trânsito, a questão da internet, da educação, meio ambiente, cidadania e desigualdades vivenciou em Havana e Trinidad

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia. Inovação. Cuba.

INTRODUÇÃO

No movimento de participação do Congreso Universidad de Havana, Cuba, visitei o país em 2018 e 2020, quando percebi algumas transformações, que em primeira análise me soou como benefícios mas, que em segunda análise me parece riscos. Me refiro a chegada da tecnologia e inovação à Cuba.

De forma alguma pretendo questionar as mudanças em Cuba relacionando a mudança de governo e das políticas de relações internacionais. Não sou política e nem economista. De fato trago nesse texto meramente minhas inquietações enquanto pesquisadora da educação. Como um país socialista, que tem um governo centralizador e controlador da economia e dos movimentos que os cubanos realizam, transformações tecnológicas podem provocar mudanças culturais e comportamentais. Com esse cenário, apresentarei minhas reflexões iniciais no tocante ao trânsito, ao meio ambiente, a educação, a desigualdades, a cidadania e outros, de forma transversal. Para tal, resolvemos iniciar a discussão por uma contextualização histórica.

As questões do trânsito, consegui perceber bem tanto em Havana quanto nas cidades do interior que passei, tipo Cienfuegos e Trinidad. A questão da internet, da educação, meio ambiente, cidadania e desigualdades vivenciei em Havana e Trinidad. Minhas observações se configuram principalmente em Havana, por permanecer mais tempo. Levantei várias questões enquanto reflexões iniciais. Questões que não tenho respostas.



São apenas inquietações de uma educadora brasileira preocupada com a chegada da tecnologia e inovação a um país que diz primar pela igualdade e equidade, que valoriza a segurança, saúde e educação. Creio que como em todo país, a capital tem suas especificidades. Além do mais todo texto por mais racional que possa ser, carrega a subjetividade do escritor. Dessa forma as minhas reflexões iniciais não serão de outra pessoa, devido ao espaço, tempo e subjetividade.

1. A HISTORICIDADE CUBANA

A história cubana, tem uma relação com a colonização europeia no novo continente, em meados de 1512, pouco tempo após a sua descoberta por Cristóvão Colombo em 1492. Sendo a terra habitada por indígena e dizimada pouco a pouco pela colonização espanhola. Além disso, as ilhas de Cuba ou República de Cuba está localizada na América Central, dentro do Caribe, sudeste do Haiti e, alguns quilômetros ao norte da ilha está localizado os Estados Unidos.

Nos dias atuais, a população do país é de 11.031.433 habitantes, representados por 64,1% de brancos, 6% de mestiços e 9,3% de pretos. A religião predominante no país é o cristianismo, devido a processo de colonização, mas ainda se encontra na expressão religiosa do país, o judaísmo, mulçumanos, Fé Bahá e 10% praticam a Santeria que é culto destinado aos Orixás, segundo Marinho e Monique (s/d).

Cuba ficou sobre o domínio espanhol até a chegada britânica em 1792, modificando de forma radical a sua economia na época. No ano seguinte, em 1793, Cuba retorna para o domínio da coroa espanhola, que foi trocado pela Flórida com os ingleses. No período de 1791-1804, culminou na independência haitiana, a primeira República negra do ocidente.

No ano de 1868, aconteceu a Guerra dos 10 anos contra a Espanha, no qual tinha-se por objetivo expresso no Manifesto a igualdade de todos os homens, independente de sua origem racial. Esse movimento revolucionário, se concebeu por meio de Carlos Manuel de Céspedes, no engenho *la demajagua*, conhecido pelo o “Grito de Yara”.

Em 1878, tal movimento revolucionário foi derrotado, tanto pela superioridade das tropas da coroa e falta de coesão interna, que posteriormente foi assinado o tratado de paz, conhecido como *Pacto de Zanjó*. Mais adiante, podemos notar que durante a Guerra dos 10 anos, muitas empresas estadunidenses se instalaram em Cuba, com o objetivo de modernizá-la e civilizá-la. Contudo, o modo de produção diminui drasticamente e os Estado Unidos dominava a maioria da produção dos engenhos, em meados de 1892. Gerando assim, um



sentimento de anti-estadunidenses, pois toda a riqueza extraída dentro do território cubano, era convertido em bens e lucros para os Estados Unidos.

Em 1895, por meio do jovem pensador José Martí, por meio do Manifesto de Montecristi, juntamente com Gomez, Maceo e outros guerrilheiros, deu-se a última guerra pela independência de Cuba. Diante das atrocidades cometidas durante a guerra, os Estados Unidos intervieram diretamente na guerra de independência cubana, iniciando assim a guerra entre Estados Unidos e Espanha. A guerra terminou em fins de 1898, com a assinatura do Tratado de Paris, em que tal documento reconhecia independência de Cuba, mas também cedia Porto Rico, Guam e outros territórios aos Estados Unidos.

Em 1902, os Estados Unidos dominaram o território cubano, elegendo o primeiro estadista o General John R. Brook, que por conseguinte, elegeu cidadãos estadunidenses para ocupar cargos como chefes de departamentos, províncias e municípios. Tempos depois desse período, especificadamente, em 1908 a 1912, Cuba teve como chefe de Estado o liberal José Miguel Mendez. Durante o seu governo, o Partido Independente de Color (PIC), fundado em 1908 foi composto por antigos escravos afro-cubanos, e antigos guerrilheiros.

Posteriormente a este período, o presidente Geraldo Machado, eleito por voto popular em 1925, não aceitou o fim do seu mandato em 1929 e instaurou uma ditadura que duraria até 1933. Após esse período, a junta militar e de alguns revolucionários, elegeu como presidente do país, Ramón Grau San Martín, que realizou reformas sociais de grandes impactos. Tais reformas levaram a liberação do voto feminino, salário mínimo para os cortadores de cana e entre outros. Sendo que ele buscou aliança com os Estado Unidos e permaneceu no poder por um longo período.

Entre 1953 e 1959, surge uma organização que lutava contra a ordem social que se estabelecia vigente na época, vindo desde o México, que tinham como líderes o M-26-7, Fidel Castro, Raúl Castro, Che Guevara e Camilo Cinfuegos. Após três anos de guerrilha, em 1959 o Exército Revolucionário entra em Havana triunfando, apoiado pela massa popular, agora livres do imperialismo, ditado pelos Estados Unidos. Após o governo revolucionário assumir o poder em Cuba, em pouco tempo houve mudanças significativas, segundo Bandeira (1998, p. 208):

Além da reforma agrária, que beneficiara mais de 100.000 famílias, o governo revolucionário promovera a reforma urbana, reduzindo os alugueis pela metade e possibilitando também moradores adquirir a propriedade das casas e apartamentos onde moravam, estava a empreender a construções de milhares de casas, a baixo custo, para as camadas mais pobres da população. Ao mesmo, tempo deflagara uma campanha de educação, já quase a eliminar, em pouco tempo, o analfabetismo, que em 1959 afetava mais de 30% da população, e tornara públicas, abertas a todos, as



praias em Cuba, antes propriedade privada dos hotéis e dos magnatas. Por fim, o crônico desemprego, em que aproximadamente 600.000 cubanos, em uma população cerca de 6,5 milhões, viviam, estancara ou diminuíra, enquanto a distribuição de renda tornava-se mais igualitária, favorecendo especialmente as zonas rurais.

Todos esses benefícios, já nos primeiros anos do Governo revolucionário, aproximavam Cuba da União Soviética, principalmente pelo o fato de exportar sua produção diretamente para os soviéticos. Na área da saúde, Cuba assimilou os princípios dos países do leste europeu, dando sentido ao conceito de bem-estar e dignidade humana. Na área da educação no período de 1962 e 1979, permaneceram as transições na educação (geral e superior) e foram se solidificando as que estavam em pujança. A ocorrência da Campanha de Alfabetização situou as qualidades para empreender, eminentemente, o trabalho de abranger o índice da educação dos servidores da cidade e do campo, em que aparições mais abrangentes foram os cursos de educação para adultos, a luta pela 6ª série e a organização das faculdades preparativas que acenderam as luzes do estudo superior para os servidores (RODRÍGUEZ, 2011).

Embora o desígnio da educação estar amplamente abalizada na perspectiva humanista, não ocorreria a mesma coisa com os anseios e programas de estudos, já que neles haviam ainda extensões das fases históricas antecedentes. No fim da década de 1960, ampliam-se, nitidamente, os empregos da educação, pretexto pelo qual foi preciso efetivar transições na arquitetura e no funcionamento do sistema nacional de ensino, bem como originar novas percepções educacionais para nortear a prática. As alocações, dos quais geram esclarecimentos dos atos, elucubram essas incongruências. Em 1962, originou-se a Reforma Universitária, que é um acontecimento histórico na educação superior cubana. A versada fala do Ernesto Che Guevara sobre "O socialismo e o homem em Cuba" foi de amplo alento para alinhar o pensamento.

A precisão de dar um retorno impreterível às questões sociais originou o aparecimento de planos especiais de educação, como o da superação da mulher ou o dos núcleos tecnológicos, dotados de disposição e dinamismo que excederam, nesse período, as probabilidades dos próprios papéis do Ministério da Educação (RODRÍGUEZ, 2011).

A invenção do Departamento de Bolsas e o estabelecimento do nível maciço de bolsistas, a partir de 1962, concretizaram o direito ativo ao estudo de todos os indivíduos do país, ao possibilitar todos os ofícios de ensino e de atenção a suas obrigações basais gratuitamente e acatados pelo Estado.

A admissão de "educação física" e o desenvolvimento de esportistas, desde o nível básico de ensino, com seu coroamento nos Jogos Esportivos, Escolares e Juvenis,



demonstraram-se no curto e no médio períodos na absorção de disposições de ênfase na esfera da cultura física e dos esportes, conseguindo, também, sucessos no nível internacional. A precisão de dar ao estudante uma pequena conexão com a produção e as tarefas político-sociais se desdobra na solenidade que se deu na organização da convenção do estudo com o trabalho fecundo em todos os setores de ensino.

Outro subperíodo se abre entre 1971 e 1975, no qual são tomadas todas as medidas precisas para causar a reestruturação e o acrescentamento do sistema nacional de ensino. Fortalece-se o empenho por diagnosticar a realidade da educação. Esse ponto especial se apreende no Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura, de abril de 1971. Nesse episódio, o magistério cubano brandiu de ânimo e foi muito decisivo ao advertir as dificuldades que proporcionava o ensino. Em abril de 1972, Fidel Castro estabeleceu a indigência de efetivar-se uma revolução densa no ensino.

A Reforma Universitária causou transições nos setores acadêmico e social. Entre elas, estabeleceu, também, um espaçoso preceito de bolsas gratuitas que, com o transcorrer dos anos, permitiu que milhares de filhos de operários e camponeses tivessem se transformado nos primeiros profissionais universitários em suas concernentes famílias. A fundação, a organização e a concretização dos cursos regulares para trabalhadores e o processo de universalização compõem períodos essenciais. Na Reforma citada, foi cunhada uma Comissão para compreender a solicitação e o incremento de pesquisa científica de maneira metódica nas universidades e em suas conexões. Pode-se relatar que, durante as décadas de 1960 e 1970, Cuba desenvolveu uma ampla quantidade de novos profissionais, entre eles, um bom índice de pesquisadores. A partir desse período, conta-se em Cuba com um potencial científico de abrangente nível.

Após a queda da URSS, Cuba sofre o bloqueio econômico feito pelos Estados Unidos, que permanece vigente até os dias atuais. Enfim, após Fidel Castro sair do poder, seu irmão Raúl Castro assume e permaneceu até 2018. Em 19 de abril de 2018, Cuba selou o fim de uma geração com a mudança dos irmãos Fidel e Raul Castro na Presidência por Miguel Díaz-Canel, nascido depois de 1959. Começou-se, dessa forma, a promoção ao poder de uma atual gênese, dessemelhante da dos históricos administradores da revolução.

Diante disso, Cuba se submergiu num mecanismo de reforma da sua Constituição de 1976, que procedeu numa nova Carta Magna abonada por 86,85% dos votos num referendo popular de fevereiro de 2019. Por um lado, o excerto sanciona o caráter “irrevogável” do



socialismo no país; por outro, abre sua economia ao mercado, à propriedade privada e ao investimento estrangeiro, todos ainda sob controle estatal.

2. TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

Em 2018 percebi um baixo movimento de carros, nas ruas de Havana. Os carros que predominavam eram os chamados Almedrone. Carros russos e estadunidenses da década de 1950, passados de geração em geração. A maioria de precárias condições dado ao tempo de uso. Muitos desses carros se tornaram renda familiar pois, o fazem de táxi coletivo dos cubanos, a preço bem acessível. Mas, turistas também podem utilizar.

Existem também os carros desse período, em excelente estado de conservação, que servem para transporte de turistas pela cidade. Esses ficam geralmente em frente dos grandes hotéis como chamaris aos turistas. Os carros modernos praticamente são os táxis da companhia de transporte do governo e alguns particulares. A frota maior de transporte são os ônibus urbanos, que corre por toda cidade, nas ruas principais, cuja taxa é irrisória. Os ônibus intermunicipais são confortáveis, mas tem data e horário escalonado. Assim, necessitando de uma certa programação para as viagens. Raras as motos que passavam no trânsito de Havana.

Em 2020 percebi uma mudança visível em vários setores. Para uma análise inicial temos que nos reportar a uma mudança política. Os EUA e o Brasil, representados por Trump e Bolsonaro, cortaram relações com Cuba. China e Rússia abriram mais as relações. Outra mudança foi no sentido de que Raul Castro deixa o poder e pela primeira vez um civil assume o governo. Miguel e jovem e com pensamentos abertos. Além do mais Havana comemorou em 2019 seus 500 anos, o que trouxe mudanças principalmente na cidade. Esses dados me foram passados por cubanos quando em conversas informais.

Em 2020 percebi muitos carros e motos modernas e as ruas mais movimentadas. Pelas informações que tive, a China enviou vários carros e motos. Tendas, como chamam as lojas do governo, passaram a vender as motos chinesas, que tem uma autonomia em média de 2 h por carga elétrica. Os passageiros das motos usam capacetes e carregam várias pessoas, inclusive crianças. A priori isso é bom, pois facilita a vida dos cubanos e não polui o meio ambiente com gases tóxicos. Mas, haverá um consumo maior de eletricidade e portanto, havendo a necessidade de uma produção maior de energia.

Vários questionamentos me surgiram. Como os cubanos conseguem comprar as motos? Como se sentem os cubanos que não conseguem comprar as motos? Iniciaria uma desigualdade entre os cubanos? E preciso carteira para dirigir? Haverá um crescimento para tirar carteira de



motorista? Como será o comportamento em trânsito a partir desse crescimento de veículos? Como será a questão de acidentes de trânsito? Como os fiscais de trânsito se preparam para as mudanças de comportamento dos pedestres e condutores? Como os médicos ou socorristas estão se preparando para atender os acidentes de trânsito? Como os hospitais estão se preparando para atender os acidentes no sentido de medicações? Haverão mudanças na sinalização das vias, principalmente nas rodovias? As regras de equipamento de segurança e passageiros das motos serão repassadas? O capacete que utilizam protege de um traumatismo craniano? Não devia ser limitado a duas pessoas por moto? Existem oficinas para o conserto das motos? Haverá como comprar peças para o conserto das motos ou serão descartáveis? Os cachorros, apesar de poucos, serão atropelados? Havendo acidente com amputação de membros, haverá a necessidade de se pensar em maior acessibilidade ou aposentadoria por invalidez? Haverá um controle de pessoas que bebem e dirigem? Essas pessoas serão presas ou pagarão fiança?

Foi-me dito que é obrigatória a carteira de motorista, tanto para carro quanto moto. Também foi-me passado que muitos cubanos tem familiares que moram em outros países e que lhes enviam dinheiro para se manterem em Cuba com uma certa tranquilidade. Assim, conseguem comprar as motos. Os ruídos do trânsito também já aumentaram, apesar das motos serem silenciosas. Mas, as buzinas se intensificaram. Os carros modernos também aumentaram nas vias. Muitos são para locação de turistas. O que favorece a locomoção dos turistas mas também aumenta os riscos no trânsito. Outra questão é em relação ao combustível. Cuba tem passado por um racionamento de combustível. Muitos carros circulando, entre Almedrone e modernos, o que significa aumento do consumo, sendo preciso um aumento no fornecimento. Há filas nos postos quando chega o combustível. Há problemas de transporte por falta de combustível. Porém, isso pode aumentar a renda do governo com a venda de combustível, o qual pode ser revertido em outros benefícios para a população. Em relação às rodovias, penso que rapidamente sofrerão estragos pela intensidade do tráfego, necessitando de reparos e quiçá mudanças, como criação de acostamento e saídas de escape.

3. CIDADANIA

Nas minhas duas visitas a Cuba me senti muito acolhida e segura. Percebi uma consciência de cidadania muito expressiva, cuja em muitos lugares do Brasil não percebo. Na contradição desse movimento passo a pensar na consciência de cidadania dos cubanos daqui dez anos. A entrada da tecnologia e inovação no país pode trazer a otimização das atividades laborais, o que poderia dispensar trabalhos manuais. Porém, otimizaria o tempo e a assertiva



das atividades. A tecnologia também poderá favorecer ao aumento da produção agropecuária e quiçá industrial. As informações poderão chegar cada vez mais rápido e de acesso à todos, pois a internet está ganhando espaço entre os cubanos.

A título de informação, o wi-fi é distribuído por uma rede do governo nas praças públicas e que qualquer pessoa pode acessar, desde que tenha uma tarjeta com login e senha, que permite acesso por uma hora. Em algumas residências, bares e nos hotéis é disponibilizado o wi-fi, com uma taxa governamental. A maioria dos cubanos não tem wi-fi em casa. Isso, a meu ver, gera desigualdades de vários âmbitos. Os cidadãos cubanos têm direito a tecnologia e inovação. Mas, até que ponto isso não se torna um risco? Não haverá desemprego devido a possível automação? Todos os cubanos têm direito a educação e formação superior, havendo assim alocação no mercado de trabalho para todos? As escolas e universidades estão preparando seus docentes para o ensino com as tecnologias e inovação? Haverá distinção entre o cidadão que domina as tecnologias daquele que não domina? Os jovens com muito acesso a internet não terão seus pensamentos modificados? Não há riscos de uma doença digital como já existe discussão no Brasil? Como será o comportamento intelectual dos cubanos daqui alguns anos?

Com tamanha preocupação me refiro a medicamentos, pois o que me foi dito é que o país está com falta de muitos medicamentos básicos e quiçá podem ser produzidos com a entrada da tecnologia e inovação. Em minhas observações tenho percebido que as famílias tem modificado sua forma de relação. Muitas vezes estão juntos em algum lugar mas não conversam entre si, apenas as conversas são virtuais. Isso pode vir ocorrer também em Cuba.

4. EDUCAÇÃO

Não fiz uma observação direta nas escolas e universidades, o que não me permite dizer sobre mudanças no sistema de ensino. Contudo, os questionamentos me surgiram e quem sabe se tornem objetos de investigação no futuro. O processo de ensino tradicional e com tecnologias são diferentes, sendo importante a preparação dos docentes para esse movimento. Outra questão é que o acesso a internet, principalmente, por parte dos jovens, favorece o alcance a informações ilimitadas, que podem gerar debates importantes na sala de aula, fomentando um conhecimento amplo e crítico. Outro ponto que para mim é importante é o acesso a livros digitais, jogos lúdicos e entretenimento, favorecendo a aprendizagem e as metodologias dos docentes.

Na contramão penso que isso pode gerar problemas futuros se não souberem usar das tecnologias. Será que os jovens saberão usar o Whatsapp e a internet para busca de conhecimento? Haverá um controle de acesso ou será livre? A pessoa que tiver todo acesso a



informações ficará mais consciente, crítico ou rebelde? Haverá o risco de distanciamento pessoal em benefício da aproximação virtual? Haverá crescimento de problemas oculares por conta da luminosidade da tela do computador e celular? Como será o comportamento dos jovens, tendentes do uso das tecnologias, daqui há dez anos? Todos têm direito a um celular que possa acessar internet e WhatsApp? O que farão com os antigos celulares? Haverá um descarte consciente? Chegará ocorrer envio de nudes pelos cubanos? Isso poderá favorecer a prostituição de cubanos? O acesso a internet poderá favorecer os contratos de casamentos para sair do país? A educação cubana está preparada para a chegada da tecnologia e inovação? Como pode um país com pouca tecnologia e inovação como Cuba, comparado a outros países, conseguir reunir mais de 50 países do mundo, a cada edição do Congreso Universidad?

Creio que com a crescente tecnologia e inovação áreas como moda e cinema também sofrerão mudanças e espero que para melhor, devido o acesso a informações, ferramentas e metodologias de trabalho. Também a questão de fotografia, vídeos e impressões de modo em geral creio que evoluirão, podendo inclusive gerar novas ocupações e cargos de trabalho.

5. DESIGUALDADES

Espero estar equivocada em minhas análises, mas percebi que houve uma mudança estrutural na cidade de Havana, de 2018 para 2020. A cidade ganhou novos hotéis luxuosos, pintura de vários lugares e ornamentos, por exemplo, a cônica do capitólio revestido de ouro, totem em alguns pontos... o povo cubano ganhou a fonda, um tipo de restaurante cidadão, com preço acessível e comida farta. Mas, percebi uma escassez de produtos nas tendas ou mercados, com prateleiras quase vazias e os poucos produtos com altos preços, considerando os salários cubanos. Na tenda principal ou bodega, em que se pode pegar mantimentos básicos na caderneta do cubano, tipo um cartão cidadão que lhe garante uma sexta básica, praticamente não tem alimentos e principalmente carne.

Praticamente não cria gado em Cuba e as poucas aves se estressam facilmente com os ciclones, deixando de botar seus ovos. Assim, o consumo de proteína me parece baixo. Consomem muito pão, por ser acessível. Ao visualizar o trânsito com tantos carros e motos modernas e a escassez de produtos alimentícios, me questionei está ocorrendo o aumento de desigualdade social entre os cubanos? Por que uns compram motos sendo que não há alimentos? Quem compra moto tem condições de comprar os alimentos das tendas e seus parentes enviarem alimentos de outros países? Quem não tem dinheiro para comprar e abastecer uma moto pode não ter dinheiro para comprar os alimentos básicos? A tecnologia e a inovação tem haver com



o possível aumento das desigualdades? Espero que a tecnologia e inovação que está chegando a Cuba lhe possibilite o maior acesso a alimentação, seja pela produção ou pela compra.

Uma questão interessante que percebo é em relação aos turistas. Não faltam as coisas aos turistas que se hospedam em hotéis e frequentam restaurantes. Carne tem nos restaurantes para turistas, mas para a população cubana não tem. Inclusive, nos grandes hotéis, tem mini shoppings. A impressão que tenho é que os turistas que vivem em Cuba como turista não tem a noção de como é a realidade cubana. Eu, mesmo sendo turista, procuro me aproximar da realidade, me hospedando em casa cubana, frequentando o restaurante cidadão, pegando fila para comprar o pão, indo as tendas, andando de Almedrone e ônibus, entre outras situações.

CONSIDERAÇÕES

O que posso dizer como considerações de um texto que escrevo enquanto reflexões iniciais? Apenas que espero estar equivocada em muitas análises. Que os riscos que levantei possam ser transformados em benefícios. Que a grandeza do povo cubano não permita a instauração dos problemas da tecnologia e inovação capitalista, apenas seus benefícios e nos ensinem a superar nossas dificuldades. Espero retornar em 2022 para a nova edição do Congreso Universidad e poder emitir minhas reflexões intermediárias.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARINHO, Luana; MONIQUE, Lorena. **Cuba do século XV à atualidade**. Disponível em: https://www.academia.edu/33128735/Cuba_Do_s%C3%A9culo_XV_%C3%A0_atualidade. Acesso em: 22 de março de 2020.

RODRÍGUEZ, Justo Alberto Chávez. A educação em Cuba entre 1959 e 2010. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 72, 2011.

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

CIDADE, ESPAÇO E TEMPO

FABIO PEREIRA CERDERA
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ORGANIZADORES



2021

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
[@epublicar](https://www.instagram.com/epublicar)
[facebook.com.br/epublicar](https://www.facebook.com.br/epublicar)

CIDADE, ESPAÇO E TEMPO

FABIO PEREIRA CERDERA
PATRÍCIA GONÇALVES DE FREITAS
ORGANIZADORES



2021